

ISSN-01035576 ISSN ONLINE-2594-7869

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante

82

Publicação do CEM - Ano XXXI, nº 82, Janeiro - Abril/2018



Sociabilidade

Crianças

Moradia

Fronteiras

Acolhida/Pastoral do Migrante

Hispano-americanos

Retorno

Haitianos

Organizações internacionais

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),
Léa Francesconi (USP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Sidnei Marco Dornelas, cs

PARECERISTAS AD HOC

Érika Pires Ramos (USP), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Patrícia Villen (UNICAMP), Rosemeire Salata (UNESP/CAR),
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFMG)

COLABORADORES

Diego Ferrari (USP), Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

SUMÁRIO

Apresentação03

ARTIGOS

A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações)11
José de Souza Martins

Nas cores dos desenhos, as travessias (não travessuras) das crianças
maranhenses29
Maria Aparecida de Moraes Silva

Cruzando olhares: imigrantes e refugiados nos movimentos de
ocupação em São Paulo63
Flávia Elaine da Silva Martins

As organizações internacionais de apoio e a imigração dos países do
Leste Europeu no Pós-Segunda Guerra Mundial: as possibilidades do
recomeço.....83
*Alisson Henrique Melo da Cunha; Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia
Regina Bastos*

Onde estão as fronteiras? Como brasileiros indocumentados
experiençiam o regime de fronteiras britânicas.....99
Gustavo Dias

Migrações contemporâneas: desafios para a acolhida e a integração
social a partir da Pastoral do Migrante.....121
Sidnei Marco Dornelas, CS

Travessias de vida e de pesquisa: notas sobre estudos da imigração
hispano-americana no Brasil145
Sidney Antônio da Silva

Migración de retorno de Estados Unidos a México y propuestas de
desarrollo local de las comunidades transnacionales, la academia y la
sociedad civil167
Rodolfo Garcia Zamora

Os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina-PR e sua interface com as religiões.....187
Daniele Soares Sana; Fábio Lanza; Julia Ramalho Rodrigues; Líria Maria Bettiol Lanza; Mario Venerando Alves

RELATOS

Um relato de encontros e vivência missionária205
Ir. Inês Facioli, mscs

Travessia, uma ideia brotada do chão.....213
Alfredo José Gonçalves, cs

RESENHAS

Integração social de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil e no Canadá: Colombianos em São Paulo e em Ontário217
SIMÕES, G. F. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2017. 266f
Por: Elizabeht Ruano

Educación, Pueblos Indígenas y Migrantes: Reflexiones desde México, Brasil, Bolivia, Argentina y España221
Gabriela Novaro, Ana Padawer, Ana Carolina Hecht (coord.) Buenos Aires, Editorial Biblos, 2015, 396 p.
Por: Sidnei Marco Dornelas

APRESENTAÇÃO

José Carlos Pereira

Em outubro de 2017, a Revista Travessia celebrou 30 anos de existência com um seminário que reuniu vários de seus colaboradores e fundadores, além de contar com a participação de novos pesquisadores, pastoralistas, imigrantes e refugiados que fizeram análises e relatos sobre suas respectivas experiências com a migração. Este fértil seminário possibilitou o reencontro afetuoso entre colegas e amigos que há tempos não se viam e sintetizou objetivos de Travessia como a articulação entre prática, teoria e diversidade analítica.

Em seu primeiro número, a capa estampava imagens de migrantes sazonais internos. Mas, ao folhear a revista, o leitor logo se dava conta da diversidade de abordagens sobre as migrações interna e internacional a partir das ações dos agentes da pastoral do migrante e das inquietações dos pesquisadores. Destacavam-se aí análises de caráter teórico--metodológico e o enfoque sobre questões referentes a gênero, trabalho, questão agrária, festas, etnias além de relatos de agentes da Pastoral do Migrante acerca das atividades desenvolvidas com migrantes dentro e fora do Brasil.

Colaboradores como José de Souza Martins, Maria Aparecida de Moraes Silva, José Gebara, Giacomo Baccharin, Suzana Sochaczewski, Lida Izabel da Luz etc. contribuíram para a compreensão mais ampla e profunda acerca das questões sociais objetivas e subjetivas, estruturais e pontuais como trabalho, políticas públicas, gênero, organização social, economia, cultura que determinam e são determinadas dialeticamente pelos processos migratórios vivenciados pelos migrantes e seus familiares .

Já na edição do nº 1, Travessia propunha dialogar com um público destinatário diversificado composto por pesquisadores, gestores públicos, movimentos populares, igrejas e, é claro, os próprios migrantes. Ainda que tenham ocorrido mudanças na forma física e na periodicidade da revista (nasceu quadrimestral e, em 2010, tornou-se semestral a partir do nº 66. A Revista Travessia volta a ter periodicidade quadrimestral a partir da presente edição, nº 82), aquela proposta de Travessia se manteve ao longo dos seus 30 anos.

A presente edição procura manter aquela escrita, através da qualidade humana e acadêmica de seus colaboradores. Mas, também busca acompanhar criticamente as transformações dos processos migratórios contemporâneos. Estes são cada vez mais intensos, dinâmicos e desafiadores, tanto na perspectiva epistemológica quanto para a construção de uma agenda política para o acolhimento e inserção social de migrantes. Isto exige esforço em ao menos

três perspectivas distintas, porém articuladas entre si. Isto é, a mobilização permanente de movimentos e associações de migrantes ou que trabalham com migrantes; abertura dos Estados para o trato dos migrantes na efetiva perspectiva de direitos, e revisão permanente da literatura especializada a fim de testar a operacionalidade de velhos e novos conceitos que procuram retratar as diversificadas e desafiadoras travessias de migrantes com seus “novos rostos” e motivações objetivas e subjetivas.

Os “novos rostos” (mulheres e crianças) não seriam tão “novos” assim no que se refere à sua presença em processos migratórios. Eles são novos quanto a maior visibilidade política, econômica, laboral, epistemológica e como alvos prediletos da ação do tráfico internacional de pessoas, por um lado, e, por outro, quanto à sua atuação como protagonistas na formação de redes, associações e coletivos de mulheres migrantes que vêm ocupando espaços nos movimentos de incidência política e participação social por direitos.

Em pouco mais de um século a migração cresceu quase oito vezes (7,8) de tamanho, passando de 33 milhões de migrantes, em 1910, para cerca de 260 milhões em 2017. Por trás desses crescentes números há homens, mulheres, jovens e crianças ora enxotados ora motivados a protagonizar permanentes e arriscadas travessias. Vivem sob condições jurídicas e econômicas precárias, incertas que os submete a um vai e vem e provocam confusões acerca de clássicas noções como “origem e destino” dos migrantes, desafiando a concepção de novos métodos e conceitos como “circularidade”, “fronteira”, “transnacional” etc. a fim de compreender e expressar transformações sociais e novas dinâmicas como a migração Sul – Sul, a migração transnacional, a migração fronteiriça etc.

Nesse contexto, situação dramática é a de migrantes e solicitantes de refúgio internos encurralados na pobreza em países como República Democrática do Congo, Senegal, Angola, Etiópia etc. com grandes jazidas minerais e de petróleo, porém mergulhados em conflitos políticos, étnicos, religiosos. Ao mesmo tempo que esses países recebem solicitantes de refúgio, também expulsam migrantes e produzem milhares de refugiados.

Aquelas dinâmicas migratórias também têm sido cada vez mais recorrentes nos diversos Estados europeus, seja envolvendo os seus cidadãos em busca de trabalho seja envolvendo cidadãos de países de outros continentes, imigrantes, frequentemente sem documentos e também em busca de oportunidades laborais.

Igualmente crítica é a situação de imigrantes vindos de diversos países africanos, asiáticos e do Oriente Médio passam pela Itália e procuram entrar na Áustria, na Alemanha, mas são barrados na Hungria; migrantes que buscam entrar na Inglaterra, mas são amontoados em campos improvisados em Calais, na fronteira francesa, onde espreitam possibilidades de se esconderem em um

comboio subaquático ou em um navio durante a travessia para o lado inglês da fronteira; de milhares de crianças que, separadas ou desacompanhadas de seus pais, também erram por fronteiras e abrigos em busca de um lugar seguro para dormir seus sonhos de um novo recomeço.

No chamado Triângulo Norte da América Central (Honduras, El Salvador e Guatemala na fronteira com o México) a realidade não é diferente para milhares de mulheres, homens e crianças, que procuram fugir da pobreza e das “maras¹”. Pendurados, montados em “*La Bestia*” ou no “*Tren de los desconocidos*”, seus percursos migratórios se caracterizam pelo medo, terror e esperança de, ao cruzarem a fronteira sul com o México, não sejam assassinados, acidentados, traficados, deportados, até alcançarem a fronteira norte mexicana com os Estados Unidos, onde também sentem aqueles mesmos medos e a mesma esperança de alcançar as terras norte-americanas. Se estas reservam-lhes armadilhas como o tráfico, a Indocumentação e a deportação, também figuram em seus imaginários como uma espécie de Canaã (terra onde correm leite e mel) a aguardar-lhes após a travessia de calcinantes desertos.

Na América do Sul as migrações fronteiriças e transnacionais também acentuam seus contornos em países como Peru, Paraguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela e Brasil com o trânsito e o pouso, muitas vezes provisório, de migrantes senegaleses, angolanos, congolese, nigerianos, haitianos e latinos que, impedidos ou vislumbrando as crescentes dificuldades de entrar em países do Norte, buscam de oportunidades de trabalho nos países do Sul global, onde, ao menos em tese, sua entrada e permanência seriam mais facilitadas.

Talvez o caso mais emblemático seja o da imigração venezuelana para a Colômbia, Equador, Peru, Chile e para a fronteira norte do Brasil, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista em Roraima, onde se acumulam em estações rodoviárias e praças públicas à espera de algum auxílio, trabalho, mesmo que seja um “bico”, para comprar alimentos ou enviar dinheiro para familiares que ficaram na Venezuela. O país está mergulhado em crises econômicas, políticas e convulsões sociais, não bastassem as sanções e embargos impostos pelos EUA, que fizeram minguar e depois desabastecer por completo os supermercados e armazéns do país. Em um dos maiores produtores de petróleo do mundo a população não vê perspectivas, sequer, de abastecimento alimentar no curto e médio prazo. Enxotados por crises internas vinculadas à política local e por acordos internacionais dos quais não tomaram parte nas tratativas, quem pode cruza as fronteiras de países vizinhos levando consigo a esperança e a insegurança sobre o acolhimento, a documentação, o trabalho, a moradia, a saúde, o futuro imediato etc., mas, dispostos a qualquer coisa que viabilize a sua sobrevivência.

No Brasil, apesar do alarido de setores da imprensa xenófobos, a imigração internacional e o refúgio representam, juntos, menos de 2% (cerca de 1.800.000 pessoas) do conjunto da população brasileira. Percentual muito abaixo de países

como Estados Unidos da América (EUA). Em 2017, os EUA tinham cerca de 43.700.000 de migrantes (13,5%) no conjunto de sua população (CAMAROTA; ZEIGLER, 2017). A presença de imigrantes no Brasil também fica muito aquém da que é constatada na Alemanha pelo DESTATIS (2017), que registra cerca de 18.600.000 de migrantes (22,5%) no conjunto da população alemã .

À margem do alarido da mídia segue a migração nacional interna que, se . anuncia possibilidades de melhores condições de vida e ascensão social dos migrantes e suas famílias, também denuncia o descaso governamental com a questão agrária; com a violência, a pobreza, a falta de oportunidades e perspectivas para a população jovem do campo que não duvida em marchar para as periferias urbanas diante do encantamento, muitas vezes de sereia, que a cidade e suas fontes de atração (empregos, educação, lazer, redes de relacionamento, entretenimento etc.) exerce sobre eles. Não obstante, a cidade e sua modernidade, mesmo comportando inúmeras relações de trabalho degradante ou análogo a escravo, paradoxalmente também se coloca como estratégia de ruptura com o mandonismo ou laços de servidão que caracterizavam relações sociais de seus locais de origens.

Assim como o Estado brasileiro não resolveu problemas sociais que estão na base da migração interna, apesar de alguns inegáveis esforços, também não se preparou devidamente para a imigração internacional mesmo sendo esta inexpressiva na comparação com outros países.

Nesse contexto surgem novos e cada vez mais complexos desafios para governos, instituições, movimentos populares, grupos e associações de migrantes preocupados com políticas públicas pro ou anti-imigrante, xenofobias, preconceitos e a articulação de ações concretas que viabilizem a compreensão mais profunda e o acolhimento dos migrantes, efetivamente, na perspectiva de direitos.

Na presente edição esses temas são trazidos à tona articulando questões estruturais e pontuais, objetivas, existenciais e subjetivas que acionam e são acionadas pelos migrantes. Já na capa de Travessia, Sergio Ricciuto apresenta a imagem de uma “família migrante num turbilhão de planos cromáticos”, que evocam aquelas questões entrelaçadas às subjetividades do “eu”, do “outro”, da identidade, do imaginário, com quem, como, “para onde?” presentes nas motivações e tomadas de decisão no início e durante a imigração.

Ao abordar sobre a “*sociabilidade do ausente*”, José de Souza Martins questiona categorias teóricas e metodológicas que, por seu aspecto militante ou vitimista, dão conta apenas parcialmente dos elementos subjetivos, existenciais, como o imaginário do migrante que, ora é determinado, não raro de forma dramática, pelas estruturas do capital ora projeta, a partir dessas mesmas estruturas, o alcance de melhores condições de vida, a sua dignidade e a sua utópica liberdade, ainda que sejam vivenciadas somente por suas futuras gerações.

Maria Aparecida de Moraes Silva também fala sobre o imaginário na migração através de um trabalho desenvolvido com crianças filhas de migrantes maranhenses. Em *“Nas cores dos desenhos, as travessias (não travessuras) das crianças maranhenses”*, a autora analisa sobre como crianças filhas de migrantes maranhenses expressam, através de desenhos, o seu imaginário e sociabilidade acerca da migração de seus pais para o corte de cana na região de Ribeirão Preto-SP.

Flávia Martins em *“Cruzando olhares: imigrantes e refugiados nos movimentos de ocupação em São Paulo”* aborda sobre um dos principais desafios para migrantes e refugiados, o acesso a moradia. Ela destaca a participação nos movimentos de ocupação em São Paulo como uma forma de acesso à moradia. Esta tem sido marginalizada nas políticas públicas de urbanização e habitação e, concomitantemente tornou-se uma mercadoria de alto custo no bojo da acumulação ampliada de capital.

Em *“As organizações internacionais de apoio e a imigração dos países do Leste Europeu no Pós-Segunda Guerra Mundial: as possibilidades do recomeço”*, Alisson H.M. Cunha, Maria do Rosário R. Salles e Sênia R. Bastos discorrem sobre a criação dessas organizações como “consequências das políticas de Estado”, que as criaram no período que vai do fim do século XIX passando pelas duas grandes guerras na primeira metade de século XX. Os autores enfocam a criação dessas organizações no Brasil e apontam para a sua construção de narrativas próprias sobre o que e quem são os migrantes e refugiados. Ainda abordam sobre a sua contribuição para as estratégias de acolhimento e criação de redes de solidariedade e articulação entre os migrantes e refugiados.

O texto *“Onde estão as fronteiras? Como brasileiros indocumentados experienciam o regime de fronteiras em britânicas”*, de Gustavo Dias, fala sobre o caráter multidimensional das fronteiras britânicas. Na experiência dos brasileiros que vivem sem documento na Inglaterra, as fronteiras se estendem das divisas geográficas, portos e aeroportos para praças, bairros, ruas e avenidas etc. São as fronteiras moveis travestidas em corpos policiais que podem apanhar, prender e deportar imigrantes sem documentos reconhecidos pela Inglaterra. O texto fala sobre as estratégias dos imigrantes e seus agenciadores, quase sempre migrantes retornados que conhecem o sistema de fronteiras britânico, para entrar e articular seus deslocamentos ente o trabalho, o lazer, a moradia e a vida como prófugos das fronteiras móveis que se multiplicam por toda parte.

Sidnei Marco Dornelas aborda sobre as *“Migrações contemporâneas: desafios para a acolhida e a integração social a partir da Pastoral do Migrante”* e destaca a complexidade dessas migrações chamando atenção para suas características diaspóricas; a insegurança jurídica, a precariedade laboral e os desafios para a Pastoral do Migrante em suas ações de acolhimento seja

como “*ad extra*, serviço à sociedade e aos migrantes” seja “*ad intra*, como constituição de comunidade de fé dos e com os migrantes no interior da Igreja”. Também não ficam de fora reflexões sobre políticas de acolhimento institucional a partir dos Estados.

O texto “*Travessias de vida e de pesquisa: notas sobre Estudos da imigração hispano-americana no Brasil*”, de Sidney Antonio da Silva, parte dos trabalhos realizados pelo próprio autor - enquanto padre antropólogo e depois não mais investido do exercício do sacerdócio - e destaca o maior volume de pesquisas sobre a imigração boliviana no conjunto dos hispano-americanos. Ao final, há uma problematização acerca dos desafios teórico-metodológicos para a análise das Migrações hispano-americanas a partir da imigração venezuelana em contextos de fronteiras.

“*Migración de retorno de Estados Unidos a México y propuestas de desarrollo local de las comunidades transnacionales, la academia y la Sociedad civil*” é o texto de Rodolfo G. Zamora que discorre sobre a organização e mobilização da sociedade civil mexicana para propor ações articuladas com o objetivo de reintegrar migrantes retornados no contexto de crises econômicas, política anti-imigração e deportações.

Daniele S. Sana; Fábio Lanza; Julia R. Rodrigues; Líria M. B. Lanza e Mario V. Alves se debruçam sobre a imigração haitiana em Londrina, norte do Paraná, e problematizam processos de reterritorialização a partir da religião. No texto “*Os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina-PR e sua interface com as religiões*”, os autores apontam para aquela reterritorialização como uma estratégia de inserção social e também de afirmação da identidade cultural dos migrantes haitianos em Londrina-PR.

Em “*Um relato de encontros e vivência missionária*”, Ir. Ines Facioli fala sobre a sua experiência missionária junto a migrantes e refugiados no Equador, Estados Unidos e em diversas regiões brasileiras. Em cada lugar desafios diversos, aprendizados, saberes e renovação da esperança com homens e mulheres em travessias.

O Pe. Alfredo José Gonçalves fala sobre a criação da Revista Travessia e os seus 30 anos de existência. O seu relato “*Travessia, uma ideia brotada do chão*” destaca a interpelação entre o trabalho prático com os migrantes e a reflexão teórica como uma estrada de “mão dupla” a delinear os contornos dos objetivos de Travessia.

Dois resenhas também compõem os conjunto de textos dessa edição. A primeira é de Elizabeth Ruano sobre a tese “*Integração social de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil e no Canadá: Colombianos em São Paulo e em Ontário*” da autoria de SIMÕES, G. F., defendida na Universidade de Brasília, em 2017. A segunda resenha é de Sidnei M. Dornelas sobre o livro

“Educación, Pueblos Indígenas y Migrantes: Reflexiones desde México, Brasil, Bolivia, Argentina y España”, coordenado por Gabriela Novaro, Ana Padawer, Ana C. Hecht.

Por fim, há divulgação sobre os novos livros e teses disponíveis na biblioteca do CEM; do site de acesso à Travessia online, e das normas de publicação da revista.

Aos nossos colaboradores nossa gratidão pela generosa contribuição e parceria ao longo daqueles 30 anos de existência. Novos colaboradores têm chegado para confirmar, renovar e fortalecer o trabalho a partir das suas competências acadêmicas, experiências de vida, convergências, mas também das divergências intelectuais, conflitos e contradições próprios do processo de produção de uma Revista especializada em uma temática inter e transdisciplinar como a migração. Boa leitura.

Notas

¹ O termo “maras” é designado a grupos armados ligados ao narcotráfico, ao tráfico de pessoas, a assassinatos por encomenda e ao recrutamento de crianças para atuação como soldados. As “maras” estão presentes em El Salvador, Honduras e Guatemala.

² “La Bestia” ou “Tren de los desconocidos” são trens de carga que partem da fronteira sul do México com a Guatemala; fazem paradas em Cidade do México e seguem para fronteira norte mexicana com os Estados Unidos da América. Milhares de imigrantes da América Central e do México fazem longas e perigosas travessias montados ou pendurados nos comboios cargueiros que seguem rumo a diversos destinos da fronteira norte mexicana como Matamoros, Tijuana, Cidade Juarez. Chegados até estas fronteiras, aguardam dias, semanas, meses por uma oportunidade de entrar, a qualquer custo, para o lado norte americano. Dentre esses imigrantes há muitas crianças recrutadas como soldados, crianças separadas ou desacompanhadas dos pais, crianças com os pais, homens e mulheres marcados pelos horrores da violência em El Salvador, Honduras e Guatemala, pelas privações e riscos da travessia. Os que entram nos EUA sabem da grande chance de serem transformados em clandestinos, mas também nutrem e imaginam a possibilidade de “fazer a América”, mesmo ao custo de profundas marcas no corpo e na alma.

Referências

CAMAROTA, A. S. ; ZEIGLER, K. U.S. **Immigrant Population Hit Record 43.7 Million in 2016**. Washington: CENTER FOR IMMIGRATION STUDIES, 2017. Disponível em: <https://cis.org/sites/default/files/2017-10/camarota-imm-pop.pdf>
Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

DESTATIS(STATISTISCHES BUNDESAMT. **18.6 million people in Germany have a migration background. Germany, 2017**. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/deutschland/article167287260/In-diesem-Bundesland-hat-sich-die-Zahl-der-Migranten-mehr-als-verdoppelt.html>
Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

A SOCIABILIDADE DO AUSENTE (DRAMA E LIBERTAÇÃO NAS MIGRAÇÕES)

*José de Souza Martins**

A celebração dos trinta anos de publicação da revista *Travessia* nos oferece a oportunidade de uma reflexão crítica sobre o tema de que ela tem tratado num dos períodos mais conturbados dos deslocamentos humanos no Brasil, o das migrações. Não só a clássica migração do Nordeste agrícola, seco e pobre, para o sudeste industrial, urbano e rico. Mas, sobretudo, os grandes deslocamentos de populações pobres do Nordeste e de populações camponesas do Sul para a região Amazônica, no período da ditadura militar e de sua política de ocupação dos espaços supostamente vazios.

Muitos, desencontrados e até opostos fatores e motivações entrelaçam-se na trama desse êxodo, o que complica as análises que, nesse período, tenderam à simplificação da linearidade, tudo reduzido a supostas causas e a supostos efeitos mecanicamente estabelecidos; poucas referências a motivos, motivações e ao imaginário das migrações; análises claramente orientadas para contornar a cumplicidade do migrante com a migração que protagoniza, que é um dos aspectos decisivos das migrações na sociedade contemporânea. Migração não é o mesmo que deportação. Ninguém migra, menos ainda em família, sem imaginar e calcular o que vai acontecer, sem visualizar a partida, a viagem, a chegada, as consequências do deslocamento, o que, no geral, é o definitivo do destino. A migração envolve um querer e é esse querer a chave característica de cada episódio de deslocamento.

É significativo que uma obra fotográfica monumental, de Sebastião Salgado (2000), relativamente recente, *Exodus*, um livro sobre migrações dramáticas, se baseie no pressuposto ideológico de que as migrações ali retratadas fossem de vítimas do capitalismo, de seres humanos fugindo das iniquidades do capitalismo. Tudo na pressuposição equivocada de que o capitalismo só cria dramas sociais visíveis. O que não quer dizer que iniquidades não sejam instrumentos do processo de reprodução ampliada do capital e do processo de reprodução da sociedade capitalista. O capitalismo cria dramas sociais invisíveis, os sofrimentos e dilemas ocultos no ato de migrar. Para muitos, o capitalismo cria também soluções, mesmo em suas formas degradadas.

* Prof. Emérito de sociologia da FFLCH/USP.

Observadas as fotografias em detalhe, e tendo em conta a história real do êxodo, temos exatamente o contrário. Aquelas são fugas *para* o capitalismo, as diferentes sociedades capitalistas prósperas como lugares do desejado salto histórico dos que vivem nas sociedades atrasadas, as das formas subdesenvolvidas do capitalismo.

É significativo das marcas ideológicas que, nesse período, cercaram uma deformada compreensão das migrações que, no livro de Salgado (2000), não haja ensaios fotográficos de migrações e fugas para sociedades socialistas ou para sociedades subdesenvolvidas e pobres do Terceiro Mundo, o que seria possível em decorrência da crítica romântica do capitalismo. A que se expressa no imaginário de um Terceiro Mundo edênico, o paraíso intocado do tempo da Criação, muito comum nos países ricos. Mas não raro aqui também, na classe média desenraizada e fantasiosa, pseudopolitizada, que desse modo elabora imaginariamente sua recusa da sociedade que não lhe abre todas as portas e oportunidades, o mundo dos pobres e desvalidos como um mundo virginal, reino da sabedoria dos simples e de uma criatividade ainda não contaminada pela iniquidade do lucro e pela voracidade do consumo.

Uma comédia cinematográfica, *Adeus, Lênin (2003)*, filme alemão de 2003, de Wolfgang Becker, caricaturiza a força da ideologia na narrativa de uma ficção *ad-hoc*. Um filho monta toda uma encenação para enganar a mãe moribunda e fanaticamente adepta do regime comunista da Alemanha Oriental, nos dias da queda do Muro de Berlim. Quer poupar-lhe a visão e confirmação do fracasso do comunismo de Estado, que sucumbe. Enquanto o muro é derrubado e multidões dos dois lados da Alemanha assumem o protagonismo da difusão da sociedade de consumo, ele inverte as notícias e as imagens para fazer a mãe supor que milhares de alemães estão migrando da Alemanha Ocidental e capitalista para a Alemanha Oriental e socialista, que ela considerava a sociedade da justa superação das contradições e misérias do capitalismo. Quem visita Berlim hoje e nela se demora, ainda pode comparar os dois lados do que foi a Berlim dividida: o Oriental, comunista, e o Ocidental, capitalista. Pode-se entender o fascínio que a sociedade da ostentação e do consumo exerceu sobre quem vivia na sociedade do trabalho e do salário.

Pode-se dizer que as fugas coletivas e as migrações, retratadas por Salgado, são equivocadas buscas de oportunidade nas economias prósperas do mundo capitalista. Equivocadas porque baseadas na suposição, só parcialmente correta, de que nas sociedades do pretendido destino os migrantes teriam as oportunidades de inserção e inclusão que não estavam e não estão tendo nas sociedades de origem. É verdade que vários dos casos são relativos a sociedades devastadas por guerras, por trás das quais estão tanto grandes interesses econômicos quanto motivações geopolíticas das grandes potências. Situações em que ficar não é a saída para as adversidades; partir, tampouco o é.

Não é casual que, no cenário atual das migrações, haja homens, mulheres e crianças parados no meio do caminho, sem certezas. Estão acampados, à espera.

Despojados de qualquer horizonte, aprisionados na mera verticalidade do espaço unilinear, que é o espaço da desesperança, o fragmento de um caminho que não leva a lugar nenhum.

O mundo de hoje caracteriza-se, cada vez mais, como um mundo oposto ao da sociedade comunitária e tradicional, em que ser de um lugar e ter um lugar, um desdobramento da família, era o modo de pertencer à sociedade. A sociedade atual vem se tornando cada vez mais a sociedade que o antropólogo Marc Augé (2006) chamou de “não-lugar”.

Todos são potencialmente migrantes, a maioria vivendo permanentemente ou episodicamente em trânsito, a vida regulada por formas temporárias e transitórias de sociabilidade, uma sociabilidade instável de desconhecidos, de gente que se encontra, até mesmo todos os dias, e não se conhece. Pessoas que tampouco se reconhecem umas nas outras. Pessoas que as migrações libertaram da sociedade tradicional, oferecendo-lhes, em troca, a liberdade da incerteza que há na desvinculação de grupos sociais permanentes e enraizados e na dessocialização que daí decorre.

Os que migram definitivamente, no destino, com frequência vão compor a superpopulação relativa, os sobrantes do mercado de trabalho, quando muito aceitáveis pelas funções residuais e irrelevantes das economias prósperas, aquelas funções que sobreviveram dos tempos da pré-modernidade, que a própria modernidade regenera porque delas carece. Irracionalidades de um sistema econômico alimentado, ainda, pelas contradições de relações sociais arcaicas.

Foram também, esses trinta anos, os de um longo período de respostas morais aos processos econômicos marcados por acentuada modernização tecnológica, degradação das relações de trabalho e minimização do trabalho propriamente dito, tanto na indústria quanto na agricultura. As análises foram dominadas por essa perspectiva, o que se compreende, empobrecidas, porém, pela limitação que ela representa. Pouca atenção se deu aos aspectos culturais e subjetivos das migrações. As concepções dramáticas a respeito dos deslocamentos populacionais que marcaram muitas análises e, sobretudo, orientações políticas de pastoral social, refletiam concepções da classe média, sobretudo do sul do Brasil. Região de tradições familistas e religiosas muito acentuadas, sofria moralmente com o que era interpretado muito mais como desagregação da família do que movimento de busca de novas e adaptativas oportunidades de vida em outras regiões. O mundo familístico e comunitário acabava. Opinião de maior influência na interpretação dos processos migratórios do que as opiniões gestadas no Nordeste, especialmente no Nordeste árido, de situação social historicamente mais dramática e problemática. Talvez por isso, mais conformista e menos influente nas análises.

As do Sul são concepções que têm dado lugar à crítica conservadora e moralista do capitalismo em expansão territorial e se tornaram, até mesmo, fundamento de um esquerdismo de militância mais de recusa do que de participação transformadora. O radicalismo conservador empobreceu a práxis

popular, reduzindo-a ao mito do retorno ao tempo da suposta estabilidade de uma era de ouro da sociabilidade de família. Uma das expressões mais problemáticas dessa distorção de compreensão foi relativa ao caso da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, 1980-1983. Lá, como em outros lugares de deslocamento populacional, partir foi interpretado como tragédia. A longa resistência dos acampados de beira de estrada foi heroica e comovente. Ali se criou uma cultura de oposição popular à ditadura, tida como ditadura do capitalismo, embora não fosse apenas isso que definiu os limites ideológicos da resistência popular e também seus limites políticos. Se os acampados resistiram bravamente, as diferentes forças policiais e militares do regime teimaram, com muito mais recursos, garantidos pelo Estado.

Quando o regime militar propôs aos acampados, sob coação policial e militar, sua migração para um assentamento de reforma agrária em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, uma região a ser desbravada, houve resistência inspirada nessas concepções comunitárias e familistas, mais por parte dos agentes de mediação do comportamento coletivo do que propriamente por parte dos agentes da ação. Depois de visitar o local, 203 acampados aceitaram a migração e os restantes resistiram e continuaram acampados. A parte que resistiu acabou assentada precariamente em terra insuficiente, no próprio Rio Grande do Sul, terra comprada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em face da resistência do governo militar em atender o que os acampados e a Igreja queriam. Em pouco tempo, o grupo que ficou se viu confinado num território sem possibilidade de desenvolvimento econômico. Já Lucas do Rio Verde prosperou. Mas prosperou nos limites precários da prosperidade circunscrita e determinada, neste caso, pelo primado da renda fundiária e seus efeitos desagregadores na vida de pequenos agricultores que se tornam proprietários.

Ali, anos depois, apenas uma pequena parte dos assentados continuava na terra. A expansão da economia da soja levou à concentração fundiária. Região sobretudo de migrantes gaúchos, os próprios migrantes compraram terras dos antigos assentados, que, assim, converteram terra em renda fundiária, em dinheiro, para tomarem outro destino e outra inserção na economia. Convém lembrar que a crise da política de colonização não significa crise do colono, porque é uma crise mediada pelo mercado de terras e pela renda fundiária como fonte de acumulação também do pequeno capital.

Em muitas regiões do Brasil, esse foi um traço comum da inserção do migrante na dinâmica populacional. Muitos beneficiados pela reforma agrária tópica do governo federal, apesar das restrições legais, deram uso indevido e não produtivo à terra. Arrendaram-na a terceiros, favorecendo a realimentação cíclica do latifundismo, para viver da renda fundiária, cujos efeitos corrosivos na cultura comunitária e na organização da família são conhecidos. Uma distorção na reforma agrária, decorrente do seu atravessamento pelo que é próprio da irracionalidade da renda da terra. Os próprios beneficiários da reforma agrária não tiveram como ficar imunes, nem podiam, à mediação mercantil da renda

fundiária, o que os tornou vulneráveis à dupla e contraditória orientação da contraposição entre ter terra e usar a terra, entre a terra de negócio e a terra de trabalho. Muitos não fizeram e não conseguem fazer a distinção entre os polos descontraídos dessa contradição. E já não distinguem a função conservadora e familista da propriedade da terra, relativa à reprodução social da família no marco do tradicionalismo agrário, da sua função de equivalente de capital, sujeita às regras do mercado e do lucro. Em grande parte, a ideologia familista, orientada por valores religiosos, favoreceu entre nós o imobilismo das populações rurais, aprisionando-as no temor ao mercado e a uma vida social regulada pelos efeitos alienantes do que é próprio da dinâmica do capitalismo, não obstante as determinações invisíveis da propriedade da terra, que lhe solapam as funções sociais em favor das funções mercantis.

Nesse largo período, as populações desenraizadas se viram situadas num cenário sem alternativa, privadas da liberdade ideológica de darem um passo para fora do sistema que historicamente as aprisiona. A militância bloqueou o caminho da emancipação dessas populações e não soube construir uma forma alternativa e socialmente criativa de adesão, ainda que socialmente contrariada, aos inexoráveis desdobramentos do capitalismo, de modo a combater a inclusão perversa, que é de fato o que caracteriza aquilo equivocadamente definido como exclusão social. Mais do que um socialismo ideológico e vazio, historicamente inviável porque divorciado do sociologicamente possível, um capitalismo alternativo e socialmente incluyente. Esse capitalismo atenuado e socialmente inventivo existe em alguns países do mundo, ainda que marcado pela contradição das privações relativas e dos benefícios insuficientes e incompletos.

Os enormes equívocos do que é o capitalismo e a satanização do conceito ideológico e antisociológico de capitalismo criaram bloqueios a uma militância social fundada no reconhecimento e aproveitamento das brechas e contradições próprias da sociedade capitalista. Essa é a alternativa consistente para o exercício do que Henri Lefebvre (1968) chama de práxis inovadora a das superações sociais nas condições históricas concretas e não na de um mundo fantasioso, sem presente nem futuro.

Em um balanço como o que a circunstância propõe, a compreensão crítica e sociológica do problema das migrações depende de referências objetivas que são as que dão sentido aos deslocamentos populacionais na sociedade contemporânea. Certamente, uma perspectiva equivocada, de natureza ideológica, é a de que o migrante e o emigrante são vítimas de formas de organização iníqua da sociedade e de motivações iníquas de terceiros. Isso não explica nada. No caso brasileiro, parcela importante do empresariado, a chamada burguesia, é originária da imigração. Muitos dos ricos e poderosos de hoje descendem de pessoas que, um dia, tiveram que abandonar a terra de origem, a aldeia e até a família em busca de diferente lugar para viver. Tanto os estrangeiros quanto os nacionais. As pessoas migram porque na sociedade de origem já não há lugar para elas, de onde desapareceram as condições para continuarem sendo o que sempre foram, o que estavam acostumadas a ser.

Num túmulo do Cemitério do Araçá, em São Paulo, concebido por um imigrante italiano, Antônio Lerário, ditou ele sua história ao escultor que executaria as diferentes obras do conjunto escultórico que constitui o túmulo de sua família. Sobre uma plataforma de granito, três esculturas de pessoas em tamanho natural representam a despedida: o filho que vai emigrar se despede dos pais. Um casal de camponeses lhe dá o adeus e ele, com um guarda-chuva no braço, responde com um aceno de adeus. Na base e ao redor da plataforma, em grandes placas retangulares de bronze, em alto-relevo, é narrada a vida do camponês na terra de origem, do preparo da terra à sementeira e à colheita do trigo. Num canto da plataforma, numa torre de granito, quatro grandes painéis de bronze, em alto-relevo, de cima para baixo, narram a trajetória do migrante: no primeiro, repete-se a cena da despedida; no segundo, ele está pensativo, debruçado na amurada do navio; no terceiro, ele vende jornais nas ruas de uma cidade brasileira, em que a indumentária dos personagens sugere prosperidade pessoal; no quarto e último painel, bem-vestido, com a corrente de ouro do relógio bem visível, ele colhe amostras de cereais da pesada sacaria carregada na cabeça por operários descalços. Cada cena retrata passos da transição entre extremos, em que a ascensão social é a recompensa pelo desenraizamento na terra de origem, de modesto camponês na Itália a rico cerealista na Rua Santa Rosa, em São Paulo. Essa é a migração vivida pelo migrante, que nesse monumento celebra o preço que se paga pela opção de migrar e os frutos que dela se colhe.

Não podemos e não devemos nos esquecer de que imigrantes italianos que vieram para o Brasil vieram “*per fare l’America*”, “para fazer a América”, “para ficar rico”. Vieram em busca do “país da Cucagna”, o paraíso na terra da abundância. Para muitos, um país mítico em que se colhia dinheiro em árvores, que era literalmente o caso do café. Trabalhar para o fazendeiro, enriquecê-lo, sem dúvida, mas, também, enriquecer-se, ainda que em escala mais modesta do que a dos grandes proprietários de terra, lentamente, ao longo de três a quatro gerações no mínimo. A crise de 1929 acelerou as possibilidades de ascensão dos imigrantes que, até então, era lenta e restrita. Fazendeiros tiveram que dividir e vender suas fazendas aos imigrantes que para eles trabalhavam.

No café, as chances dos imigrantes dependeram da qualidade da terra das diferentes regiões a que foram destinados. Na sua diferenciação social, e também na dos migrantes temporários brasileiros que foram colher café na Alta Mogiana, na região da terra roxa, a renda diferencial da terra, decorrente de sua fertilidade desigual, foi decisiva. Os primeiros, majoritariamente italianos, destinados às fertilíssimas terras do Oeste Velho de São Paulo, tiveram melhores ganhos e maior oportunidade de emancipação em menor tempo do que o de colonos de terras menos férteis. Não só porque a maior produtividade dos cafezais lhes assegurava melhor ganho por quantidade de café colhido, como porque a liberdade de cultivo próprio de feijão e milho entre as leiras de café lhes garantia a própria subsistência, poupando-lhes os ganhos em dinheiro.

Os que vieram depois da proibição da imigração pelo governo italiano, que foram os espanhóis, destinados ao Oeste Novo, de terras menos férteis, não tiveram a ascensão espetacular que os italianos conheceram. Muitos foram aí facilmente assimilados pela cultura caipira, que nos restava da escravidão indígena, formalmente encerrada em meados do século XVIII. Exemplo emblemático dessa assimilação inclusiva relativamente rápida, na distância de uma única geração, é o da família dos irmãos João Salvador Perez e José Salvador Perez, que formaram a dupla sertaneja Tonico e Tinoco, da região cafeeira de São Manoel e Botucatu, de uma família de imigrantes espanhóis chegados a São Paulo em 1892. No município de Pinhalzinho (SP), nos bairros do Arriá, da Cachoeirinha, da Fazenda Velha, no limite da antiga região cafeeira da Bragantina, descendentes de imigrantes espanhóis chegados em 1913, na imigração subvencionada, na primeira geração brasileira, já estavam assimilados, falando cotidiana e fluentemente dialeto caipira com forte sotaque e vocabulário “nheengatu”.

Com a crise do café de 1929, muitos colonos migraram para a cidade de São Paulo e para o subúrbio, onde a industrialização abria o mercado de trabalho urbano para os trabalhadores rurais. Os anos 1930 e 1940 foram os anos da formação do novo proletariado industrial, decorrente da disseminação de fábricas estimuladas pelo crescimento do mercado interno. Fator da reemigração dos imigrantes e migrantes.

As migrações não são movidas pelas maldades dos ricos e poderosos, embora possam ser movidas pela pobreza que a acumulação do capital gera, sobretudo em sua fase de acumulação primitiva, que promove desenraizamentos, expulsões da terra de camponeses, que quase sempre as supõem legítimas porque fundadas em tradições e regras, mas que fazem do vínculo com a terra um vínculo precário. São movidas por forças econômicas e sociais invisíveis, que só funcionam se todos, também os migrantes, forem cúmplices dos processos migratórios. Há um imaginário da emigração e da migração, a força interior e ideológica que lança as pessoas nas travessias. Há renúncia corajosa e busca justa nesses deslocamentos, ambição e mesquinha. O que no peneiramento final, se resulta em êxitos sociais notórios, não deixa de resultar, também, majoritariamente até, em fracassos e empobrecimentos, não raro sob a forma de dramas melancólicos.

Encontrei no arquivo da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo, uma carta de 1912, de um colono do Núcleo Colonial de São Caetano, em que o filho escreve ao pai, que havia retornado à Itália 35 anos depois de haver imigrado e lá se encontrava. Comenta o fato de que uma das filhas que esse pai deixara para trás, ao imigrar em 1877, se recusara a recebê-lo e a hospedá-lo na volta à pátria. Ao mesmo tempo, o filho que ficou aqui alegava não ter dinheiro para pagar a passagem do pai, para que retornasse ao Brasil: “*perché siamo in tanti che mangia e pochi che guadagna!*” (sic).

Meu pai viveu esse drama. Fora deixado para trás quando meus avós imigraram de Portugal, em 1912. Acabaria emigrando sozinho, pagando a viagem

com dinheiro juntado a duras penas. No entanto, minha avó, sua mãe, juntou o que pôde para viabilizar a viagem de um sobrinho que se casaria com sua filha, uma prima, irmã de meu pai.

Meus avós maternos, minha mãe e meus tios, imigrantes espanhóis chegados ao Brasil em 1913, na imigração subvencionada, com a passagem paga pelo governo paulista para trabalhar nas fazendas de café como colonos, viveram outro aspecto da imigração. Tentaram, primeiro, a Argentina, onde, num lugar remoto da Província de Buenos Aires, foram pequenos criadores de carneiros, no fim do século XIX. Perderam tudo e voltaram para a Espanha, para a Andaluzia latifundista e pobre. Meu avô, pescador, acabou perdendo o pequeno barco que era seu meio de vida. Sem nada, a família acabou na emigração subvencionada para o Brasil, até a assimilação quase completa pela sociedade caipira da região da Bragantina. Metade dos numerosos filhos morrendo pelo caminho, os que nunca chegaram ao destino, na viagem interrompida pelo lado menos mencionado nos estudos sobre migrações. Aí acabaram seus dias, como pequenos agricultores, numa casa de pau a pique, chão de terra batida, fogão de taipa, em longos anos de dieta igualmente caipira, de cotidiano feijão com farinha de milho e chaleiras de café tomado ao pé do fogo, como é próprio do mundo da roça. Foi tudo que amealharam da grande promessa da ascensão social da ideologia da imigração.

A Espanha de origem ficara para trás, diluída na esfumada lembrança de minha avó que, de vez em quando, muito pensativa, olhava pela porta, sempre aberta, de sua cozinha para um morro distante que dali se via, e sussurrava para si mesma: “*donde estará mi Juan?*” Referia-se ao irmão mais velho de que fora separada quando a mãe morrera e deixara meia dúzia de filhos pequenos. Quando ela fazia essa indagação, seu irmão ainda vivia. Morreria com 107 anos de idade, sem que ela, na terra longínqua, jamais tivesse tido notícias da família dispersa na terra de origem, desde que partira do Porto de Gibraltar, no navio francês *Aquitaine*, máquina de transferir gente da Europa pobre para as fazendas do Brasil e da Argentina.

Para milhares de imigrantes e migrantes, migrar foi sobreviver. Migrar é perder, no ganho eventual, aquilo que nunca mais será repostado. Os que eventualmente retornam, quando chegam descobrem que já não são os mesmos, que a terra nativa mudou, não raro mutilada pelo êxodo. Já não é a mesma também. Resta, no mais das vezes, o vazio, o silêncio, a dor difusa das muitas mutilações na alma. Na Itália, nos lugares de que saíram multidões, frequentemente num mesmo dia, muitos párocos abriram um livro de registro das partidas com o título de *Libro dello Stato di Anima*, uma percepção dolorosa do que era de fato o fim dos tempos.

São histórias de uma migração marcada pela hierarquização dos afetos, de marginalização mesmo dos próximos, de abandono dos que a mistificadora ideologia do nosso familismo trata como filhos do coração, quando são filhos das limitações e das oportunidades de vida. O que resta de um mundo que

termina. Tanto nas migrações internas quanto nas migrações internacionais, o fracionamento das famílias e a distribuição desigual do afeto emergem no que é de fato busca e desistência. Num mundo de escassez, como o que nasce com a expansão territorial do capitalismo, não tem sido fácil nem tem sido sempre possível juntar amor e prosperidade, ternura e ascensão social, civilização e barbárie. Sempre falta um pedaço.

No caso do Núcleo de São Caetano, que melhor estudei, uma clássica característica antropológica da família do imigrante: a precedência dos filhos homens, especialmente do mais velho, a irrelevância das filhas mulheres. O capitalismo nascente e em expansão tinha um cúmplice decisivo no próprio emigrante, na sua cultura tradicionalista, na desigualdade que gestava incluídos e excluídos.

O capitalismo é, muitas vezes, para os pobres e desvalidos, uma engenharia de maldades. S. N. Eisenstadt, num precioso e original estudo sobre migrações, analisa as transformações sociais que redefinem a pessoa do migrante no próprio curso da migração, da viagem, entre o partir e o chegar. Quando parte, é ele uma pessoa, quando chega ao destino já é outra (EISENSTADT, 1954).

Esse período pode ser sociologicamente compreendido na sua verdadeira extensão, que vai da incerteza que define o começo do processo de migrar e se firma na decisão de partir, até o período que se estende além da chegada, até o desenvolvimento de uma significativa compreensão do que é a sociedade de adoção, suas regras e seus valores, suas técnicas sociais, as sutilezas de sua língua, aquilo que é o propriamente tornar-se membro da nova sociedade, a inclusão.

Nesse período, relativamente curto, ele se dessocializa, perde referências sociais, e se ressocializa com base nos valores provisórios e temporários da travessia. É a passagem pelo filtro de acesso à diferença que a sociedade de adoção representa em relação àquilo que ele foi até há pouquíssimo tempo.

No caso do imigrante, as transformações foram imensas, de língua, de cultura, de trabalho. No caso de migrantes internos, o impacto aparentemente menor, ainda assim pode ser imenso. Os migrantes cearenses que, no século XIX, foram para os seringais da Amazônia, viram-se ali em face da terceira escravidão, a da peonagem, subjugados pela escravidão por dívida, que Euclides da Cunha (1967) conheceu e analisou. Pela época da Segunda Guerra mundial, a migração dos nordestinos em direção aos seringais para constituir o “Exército da Borracha”, nome que camuflava o reavivamento do novo escravismo brasileiro, ressocializou extensas populações para formas degradadas de trabalho, um retrocesso grave no aparente avanço social da abolição da escravatura. No período relativamente recente, a migração de sulistas, especialmente paranaenses e gaúchos, como a de mineiros, para Rondônia, Mato Grosso e Pará, colocou-os na situação trágica de uma sociedade de confrontos étnicos e sociais. A tragédia shakespeariana do amor impossível do índio suruí Oréia e de uma colona capixaba, Arminda, ambos de aproximadamente 16 anos de idade, em 1976, levaram ao quase extermínio da família da moça pelos jovens do grupo de idade de Oréia e ao massacre do

jovem indígena, morto e esquartejado na vingança pelos brancos. Essa é apenas uma das nossas histórias de fronteira dos anos 1970 e 1980, a paisagem humana completamente alterada pelas migrações.

No final do século XIX, trabalhadores migravam sazonalmente do sertão do Nordeste pelo Rio São Francisco até Minas Gerais e a pé para a Alta Mogiana para colher café nas grandes fazendas daquela região (ESTRELA, 2003), antes mesmo que a imigração europeia ganhasse a importância que ganharia nas duas primeiras décadas do século XX. Longe de se constituir um fenômeno uniforme, as migrações e a imigração eram muito diversificadas, tanto em termos de classes sociais quanto no que se refere às culturas de origem dos migrantes e imigrantes.

O vitimismo deturpa a compreensão do que ocorre, dos fatores de expulsão e dos fatores de atração. Excetuados os casos de calamidade, como o das secas do Nordeste, há uma alta dose de decisão pessoal, familiar e grupal nas migrações e na emigração. Sem deixar de lado o fato de que a migração moderna é quase sempre consequência de uma grande trama de política econômica, de que o migrante é sujeito ausente e inconsciente. Nesse sentido, vítima. Mas, no geral, nesse quadro, é também uma opção de vida, uma renúncia consciente de permanência em determinado lugar para a busca de uma nova vida em outro lugar.

As migrações só se explicam pela ruptura dos vínculos de dependência, próprios da sociedade escravista e da sociedade patriarcal. Nesse sentido, mesmo que o migrante personifique, num primeiro momento, uma das faces da pobreza e da injustiça, migrar é também uma opção libertadora pela qual se paga um preço. Estudar as migrações sem estudar o imaginário que lhes dá sentido empobrece a compreensão que dela se pode ter, como há empobrecimento no estudo das migrações quando não são situadas devidamente na temporalidade que decorre desse imaginário. O tempo da migração não é o tempo das horas e dos dias, embora o seja também, mas o tempo da vida e das gerações, o grande tempo da incerteza quanto ao destino. Muitos imigrantes vieram para o Brasil em nome do futuro de filhos e netos e não em nome de seu próprio futuro. Muitos migrantes saíram da roça, em regiões remotas deste País, conscientes da prisão representada pelas limitações materiais e sociais de uma situação social muito próxima do cativeiro.

O último meio século, no âmbito das questões demográficas, foi amplamente marcado no Brasil por intensas migrações. Apesar de todos os esforços de pesquisadores da área de ciências humanas, nem sempre as migrações dessa etapa da história populacional brasileira foram compreendidas em todos os seus desdobramentos, consequências e problemas. Esta pode ser a hora de começar a rever criticamente a sociologia dos deslocamentos populacionais internos para que possamos ganhar em compreensão no que pode ter parecido a muitos apenas um grande drama humano. E não deixou de sê-lo.

Rever criticamente significa admitir e reconhecer a diversidade das migrações para não reduzi-las a um rótulo genérico que não corresponda ao que de fato aconteceu em diferentes fluxos migratórios. Temos, de um lado, o drama das migrações temporárias de diferentes regiões do Brasil para o trabalho do corte de cana em São Paulo. Ou para a derrubada da mata e formação de novas fazendas na região amazônica. Um ir e vir muito peculiar porque trânsito temporário entre duas diferentes situações sociais. O ir e voltar implica também aprender e desaprender, ser vários e não um só, uma forma peculiar de ser pessoa, com dramas que não são poucos. O mais conhecido dos casos foi o do aparecimento do demônio no Catulé, em Minas Gerais, em meados dos anos 1950. Um episódio envolvendo migrantes temporários no retorno à comunidade de origem (CASTALDI, 1957).

De outro lado, a migração permanente, enraizada, familista, a migração da busca de um novo lugar e de um novo enraizamento. Aconteceu com italianos, alemães e poloneses, que imigraram dos países de origem para diferentes estados do Sul do Brasil. Uma ou duas gerações depois, descendentes começaram a migrar internamente, do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e, mais tarde, para o Paraná. Nos anos 1970, do Sul do Brasil para Rondônia e Mato Grosso. Ao cabo de cinco gerações, esses migrantes confirmaram que se deslocam em busca de novas terras para as novas gerações. A vocação da agricultura em família criou neles a estratégia de evitar a minifundização da propriedade fundiária, por meio da reconstituição da agricultura familiar em novos territórios, o que só tem sido possível num país continental, como o Brasil, com disponibilidade de terras novas para novas ocupações. A migração como uma aventura de conquista e de renovação na persistência de um modo de ser e de viver. Um processo relacionado com a socialização para uma concepção de sociedade baseada no primado da família.

Nesse cenário, algumas mudanças podem ser observadas. Uma delas foi pesquisada em Santa Catarina. Um número grande de pequenas propriedades sem herdeiros. Os jovens optando por migrar para as grandes cidades para trabalhar como assalariados em churrascarias, como as de São Paulo. Não houve com eles uma significativa mudança de profissão, como a que pudesse decorrer de um salto na escolarização em relação à geração anterior. Procuraram se profissionalizar num campo que já conheciam de sua origem e de seu trabalho na roça. Aquilo que alguns chamam, indevidamente, de capital social.

Os últimos 150 anos foram anos de profundas transformações sociais em todo o mundo. Mais ou menos lentas, alcançaram sobretudo populações rurais. A persistência de valores, concepções, modalidades de conhecimento laboral, relacionamentos sociais, normas de conduta tem sido uma característica decisiva na visão de mundo e no modo de vida dessas populações migrantes. Aquilo que os antropólogos de uma certa época chamaram de demora cultural marca extensamente o modo de vida antiurbano de populações que as migrações levaram para as cidades. Vivem em graus variáveis num estado de anomia que

as torna desajustadas em relação ao que é próprio do mundo urbano. Pode-se observar isso nos detalhes de sua sociabilidade. Ao mesmo tempo, enfrentam, ativas forças corrosivas contidas nos processos sociais envolvidos nas próprias migrações, a urbanização, a industrialização. Ajustam-se às mudanças de modo cautelosamente mais lento do que em outras ocorrências que anulam a eficácia da socialização recebida. Frequentemente, comportam-se seguindo regras que são disfuncionais e impróprias na situação em que vivem. Inventam adaptações autodefensivas que lhes torna a situação social mais problemática ainda. A consciência do desajuste acentua a necessidade de teatralizar os relacionamentos sociais ou a de ocultar traços de origem e a desenvolver uma sociabilidade de fingimento consciente.

Nas duas correntes mais dramáticas das migrações brasileiras do período contemporâneo, porque diretamente determinadas pelo abastecimento de força de trabalho nas áreas de destino, convém ressaltar o que as distingue e o que as iguala. As migrações temporárias para a Amazônia, no destino, acabaram revelando a extensa prática do trabalho escravo, a escravidão por dívida. As migrações temporárias para os canaviais de São Paulo acabaram revelando uma variante da sobre-exploração do trabalho, mais próxima do assalariamento temporário do que da escravidão. São duas variantes do mesmo processo.

As duas se configuraram como expressões da dinâmica social e econômica que no Brasil une as regiões economicamente atrasadas às regiões economicamente desenvolvidas. As regiões economicamente atrasadas acabaram revelando-se extensos depósitos de mão de obra barata para o mercado de trabalho das regiões prósperas, o que nas regiões desenvolvidas ou em desenvolvimento tem representado a possibilidade de uma significativa redução dos dispêndios com capital variável nas atividades econômicas sazonais das regiões de destino dos migrantes. Ou seja, as economias e regiões supostamente ricas baseiam seu desenvolvimento econômico também em formas retrógradas de exploração do trabalho, não só em formas modernas.

O que une teoricamente as regiões atrasadas e as regiões desenvolvidas, no que à migração se refere, é que economias dependentes da sobre-exploração do trabalho e mesmo da escravidão são reguladas por uma alta composição orgânica do capital nas regiões de destino, em boa parte falsa, em que o capital funciona como capital moderno, com estrutura de capital atrasado. As migrações na sociedade contemporânea têm cumprido a função econômica de preencher o vazio representado pelo abismo que separa a economia moderna da economia atrasada.

Isso se deve ao fato de que o desenvolvimento capitalista tem sido desenvolvimento desigual. Mesmo em grandes fábricas modernas, há momentos do processo de trabalho em descompasso com outros quanto ao desenvolvimento tecnológico. Examinei um caso desses, numa grande empresa de São Caetano do Sul, em que trabalhei na adolescência, (MARTINS, 2008).

Uma inovação tecnológica que alterou o ritmo e o descompasso do processo de trabalho gerou medo entre as operárias mais jovens, quase todas filhas de migrantes, o que levou algumas a terem a visão de satanás na cabeceira da banca de trabalho.

A redução dos dispêndios com salários ao ponto do comprometimento da reprodução da própria força de trabalho penaliza o trabalhador e compromete sua sobrevivência e a de sua família, o que é apenas um dos aspectos dos desarranjos sociais representados pelas migrações, o lado não libertador do ato de migrar. Tanto nas áreas em que se pratica a escravidão quanto nas áreas em que se pratica a sobre-exploração do trabalhador, diferentes modalidades de violência física e repressão asseguram o conformismo do trabalhador com a minimização do salário na reprodução ampliada do capital. A lucratividade não decorre da eficiência do capitalista nem da modernização técnica de sua empresa, nesses casos, mas decorre de um preço do trabalho retrógrado regulado pelo preço que a supremacia do capital constante na composição orgânica do capital pode pagar para se manter moderno.

Esses fatores estruturais e a própria organização social das migrações criam sociabilidades peculiares, ajustadas à precariedade e à incerteza do destino dos migrantes, a sociabilidade do ausente, de quem está não estando. Quando se recorre à problemática concepção de exclusão para definir a situação social das populações carentes, é esse estar não estando o da situação que mais se aproxima da ideia de existir socialmente sem pertencer socialmente. O trânsito entre o lugar de origem e o lugar de destino cria essa espécie de sociabilidade volátil com todas as incertezas que lhes são características, incertezas que geram modos de vida e formas de comportamento que não integram as pessoas numa ordem social estável e repetitiva. E, tampouco, lhes abre a alternativa de agentes de transformação social.

Com as migrações, a sociedade muda porque ganha e perde em vez de só perder ou só ganhar. Perde no que ganha, que é a perda das determinações sociais da tradição, de memória coletiva e nelas as certezas da esperança e a confiança no próprio destino. A modernidade que, em parte resulta das migrações, é modernidade de descartes ao lado de ser a do desafio à criatividade própria da situação social de incerteza que a caracteriza.

Notas

¹ “porque somos muitos que comem e poucos que ganham”. Tradução livre (nota do Editor)

Apêndice:

O imaginário da imigração no conjunto escultórico de um túmulo do Cemitério do Araçá (São Paulo, SP)

Fotos: José de Souza Martins



Preparo da terra na comunidade de origem



Semeadura do trigo



Ceifa do trigo



O jovem emigrante despede-se dos pais



Na amurada do navio



Primeiro emprego no Brasil: jornaleiro



Última ocupação: rico cerealista na Rua Santa Rosa, em São Paulo

Referências

- ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD
- AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.
- CASTALDI, C. et all. A aparição do demônio no Catulé. In: Maria Isaura de Queiroz. **Estudos de Sociologia e História**. São Paulo: Anhembi Ltd, 1957.
- CUNHA, E. **À margem da história**. s/l Lello Brasileira S.A, 1967 (Atualização de Lello & Irmaos, Portugal, Porto,1946)
- EISENSTADT, S.N. **The Absorption of Immigrants**. Routledge & London: Kegan Paul, Ltd, 1954.
- ESTRELA, E.S. **Os sampauleiros – cotidiano e representações**. São Paulo: Humanitas /EDUC, 2003.
- LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- MARTINS, J.S. **A aparição do demônio na fábrica**. São Paulo: Editora 34. 2008.
- SALGADO, S. **Exodus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RESUMO

A celebração dos trinta anos de publicação da revista *Travessia* nos oferece a oportunidade de uma reflexão crítica sobre o tema de que ela tem tratado num dos períodos mais conturbados dos deslocamentos humanos no Brasil, o das migrações. Não só a clássica migração do Nordeste agrícola, seco e pobre, para o sudeste industrial, urbano e rico. Mas, sobretudo, os grandes deslocamentos de populações pobres do Nordeste e de populações camponesas do Sul para a região Amazônica, no período da ditadura militar e de sua política de ocupação dos espaços supostamente vazios. Muitos, desconhecidos e até opostos fatores e motivações entrelaçam-se na trama desse êxodo, o que complica as análises que, nesse período, tenderam à simplificação da linearidade, tudo reduzido a supostas causas e a supostos efeitos mecanicamente estabelecidos. Poucas referências a motivos e motivações e ao imaginário das migrações. Análises claramente orientadas para contornar a cumplicidade do migrante com a migração que protagoniza, que é um dos aspectos decisivos das migrações na sociedade contemporânea. Migração não é o mesmo que deportação. Ninguém migra, menos ainda em família, sem imaginar e calcular o que vai acontecer, sem visualizar a partida, a viagem, a chegada, as consequências do deslocamento, o que no geral é o definitivo do destino. A migração envolve um querer e é esse querer a chave característica de cada episódio de deslocamento.

ABSTRACT

The celebration of the thirty years of publication of the magazine *Travessia* offers us the opportunity of a critical reflection on the theme that she has dealt with in one of the most troubled periods of human displacement in Brazil, that of migration. Not only the classical migration from the agricultural northeast, dry and poor, to the industrial, urban and rich southeast. But above all, the great displacements of the poor populations of the Northeast and peasant populations from the South to the Amazon region during the period of the military dictatorship and their policy of occupying the supposedly empty spaces. Many, mismatched and even opposing factors and motivations are intertwined in the plot of this exodus, which complicates the analyzes that in this period tended to simplify linearity, all reduced to supposed causes and supposedly mechanically established effects. Few references to motives and motivations and to the imagery of migrations. Clearly oriented analyzes to circumvent the complicity of the migrant with the migration that is leading, which is one of the decisive aspects of migration in contemporary society. Migration is not the same as deportation. No one migrates, even less with family, without imagining and calculating what will happen, without visualizing the departure, the trip, the arrival, the consequences of the displacement, which in general is the definitive of destination. Migration involves a will and it is this will the key characteristic of each episode of displacement.

NAS CORES DOS DESENHOS, AS TRAVESSIAS (NÃO TRAVESSURAS) DAS CRIANÇAS MARANHENSES

*Maria Aparecida de Moraes Silva**

É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica (Tese II). Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo (Tese XI). Karl Marx (2002)

1 Palavras necessárias

Em 1987, durante a realização de uma de minhas pesquisas sobre trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/SP, estabeleci os primeiros contatos com a Pastoral dos Migrantes em Dobrada/SP, que havia sido criada em 1985. No entanto, desde 1983, os missionários já estavam presentes nessa cidade, além de outros agentes pastorais da CPT, dentre eles, o padre Bragheto. Desde então, os contatos se multiplicaram por meio de diálogos, trocas de informações, participação e organização de eventos, pesquisas e muitas outras formas de colaboração. Durante esse tempo, vi passar por Dobrada e, mais tarde, Guariba (hoje sede da Pastoral), muitos agentes - padres, freiras, além de leigos - que realizaram um trabalho importantíssimo em favor dos Migrantes Sazonais, provenientes de várias regiões do país, sobretudo daquelas mais pobres, para o trabalho nos canaviais, cafezais e laranjais paulistas.

As práticas dos Missionários/as se caracterizaram pela produção de um conhecimento ligado ao fazer cotidiano junto aos migrantes. Sempre lutaram em defesa dos direitos da população excluída de direitos e cidadania. Enfrentaram duros embates com os poderosos, com os donos de grandes usinas e fazendas; percorreram alojamentos, pensões de migrantes espalhados pelas imensas áreas de cana do interior paulista. Muitas vezes, enfrentaram ameaças advindas dos representantes dos proprietários. Em muitas outras ocasiões, saíram em defesa dos migrantes escravizados, por meio de denúncias à Promotoria Pública. Percorrendo alojamentos no meio dos canaviais e barracos nas periferias das cidades dormitórios, foram semeando palavras e ações, cujos frutos, em muito, contribuíram para a luta contra a superexploração, que levou à morte mais de duas dezenas de trabalhadores por exaustão, a partir de 2002.

* Prof^a. Dra. de Sociologia (UFSCAR)

Por outro lado, desenvolvem também o trabalho de conscientização nos locais de origem dos migrantes. Procuram acompanhar a saga de milhares de homens, mulheres e crianças que, todos os anos, deixam seus lares e partem em busca de trabalho, esperança e utopias. O Boletim **Cá e Lá**, publicação da Pastoral do Migrante, reflete o acompanhamento da caminhada dos migrantes, do vaivém que é permanentemente temporário ao longo dos anos.

Na condição de professora e pesquisadora, aprendi e continuo aprendendo com a práxis da Pastoral, baseada no conhecimento e no respeito ao humano. Práxis que não se traduz pela imposição de ideias àqueles, supostamente, considerados ignorantes e não portadores de consciência política ou religiosa. Porém, práxis construída a partir das necessidades, valores e desejos dos sujeitos envolvidos no processo de migração. Práxis libertadora, cuja matéria-prima é a experiência de cada um.

No final do mês de abril de 2007, participei em São Raimundo Nonato/PI, de um Encontro das Pastorais de origem e de destino dos migrantes temporários que trabalham na safra de cana em vários estados do país. De lá, segui para Timbiras/MA, de onde saíam milhares de migrantes para o corte de cana na região de “Ribeirão” Preto/SP, bem como outras. Meu objetivo era a realização de uma pesquisa com as mulheres que lá permaneciam, enquanto seus maridos/irmãos/pais, enfim, parentes, partiam. Segundo estimativas, naquele ano de 2007, saíram de Timbiras mais de sete mil pessoas para o interior de São Paulo. Tive oportunidade de obter muitas informações, depoimentos, além de produzir um acervo fotográfico e colher 51 desenhos realizados por crianças sobre a representação de suas famílias e de “Ribeirão”.

Chamou-me a atenção, desde o início da pesquisa, que as pessoas de lá se referiam a “Ribeirão”, (distante mais de 3000 km) como sendo todo o estado de São Paulo para onde se destinavam seus parentes e conhecidos. Ademais, elas pareciam ter uma grande familiaridade ao mencionarem esse local. Em virtude desse fato, tive a ideia de pedir às crianças das primeiras séries do ensino fundamental que desenhassem suas respectivas famílias e “Ribeirão”¹.

Em Ribeirão Preto, naquele mês de maio, houve, tal como nos anos anteriores, a feira da Agrishow, cujas expectativas em relação aos negócios superaram a casa dos R\$ 700 milhões, segundo notícias veiculadas pela imprensa. Milhares de visitantes ilustres do país e do exterior estavam sendo esperados. Seguramente, a grande maioria não viu os vultos dos cortadores enegrecidos pela fuligem da cana queimada, durante suas passagens pelas rodovias das cercanias do local da feira. Tampouco, souberam que a grande maioria destes homens veio de muito longe; que deixaram para trás suas famílias, suas crianças ainda pequenas, seus vizinhos, seu mundo; que partiram em busca de dinheiro para a garantia de sua sobrevivência e também de suas famílias. Também não souberam que até aquele ano, 19 deles morreram no meio desses canaviais e que, segundo o relatório do Ministério do Trabalho, 450 morreram em acidentes de trabalho no ano de 2005. Não souberam que muitos vinham e voltavam por não terem condições

de saúde para cortar de 12 a 15 toneladas de cana ao dia (exigência), recebendo, então, apenas R\$ 2,50 por tonelada. Não souberam que suas moradias eram verdadeiros barracos, tais como desenhados pelas crianças. Não souberam que a vida útil de um cortador de cana não ultrapassava os 12 anos. Não souberam que após este período, não recebiam seguro desemprego, não seriam afastados pelo INSS, não receberiam aposentadoria. Não souberam que as mães, filhas, esposas que ficaram aguardavam, ao lado dos telefones públicos (orelhões) em suas cidades, aos domingos, o momento de ouvirem as vozes dos que partiram. Não souberam que estas mulheres eram chamadas “viúvas de maridos vivos”. Não souberam que muitas delas acabavam se adoecendo em razão da angústia, do medo de perderem seus entes queridos. Não souberam que muitas delas conviviam com a melancolia, doença da alma.

Havia, diante de meus pensamentos naquele maio de 2007, dois quadros: o da feira, com seus ilustres visitantes e o poder estampado nas grandes máquinas; e o dos desenhos das crianças de Timbiras. Um reflete o colorido da riqueza e do poder. O outro, o ônibus transportando rostos tristes e pintados em preto, dirigindo-se aos barracos, com pés de cana ao lado. Duas imagens cobrindo o mesmo espaço-tempo. Dois mundos separados e unidos, distantes e próximos, coloridos e enegrecidos. Na primeira imagem, vejo as figuras ricas e saudáveis traduzidas pelas lentes dos fotógrafos da grande imprensa escrita e televisiva. Na segunda, vejo o silêncio das vozes das crianças traduzidas no papel pelo ônibus em movimento, pela cana, que se assemelha ao milho, pelo sol entristecido pintado de amarelo, pela figura do pai ou parente que foi embora no meio do canavial.

Diante desses dois quadros, senti uma profunda revolta moral que só se dissipou quando outra imagem tomou conta de meu pensamento naquele momento: a alegria das crianças ao receberem os “lápiz de coleção” para desenharem suas famílias e “Ribeirão”.

2 Trazendo as crianças para o palco

Por meio dos desenhos, as crianças revelaram as visões dos dois mundos em que viviam. O de Timbiras, no meio do “Brasil profundo”, e o de “Ribeirão”, símbolo da riqueza advinda das commodities, considerada a capital mundial do etanol.

A primeira coleta² ocorreu nos meses de março e abril de 2007, quando foi realizada a pesquisa empírica em dois bairros periféricos da cidade de Timbiras, localizada na chamada região dos cocais maranhenses. A segunda coleta ocorreu em Guariba no mês de outubro. A cidade de Timbiras é conhecida como “cidade das mulheres”, em razão do grande número de migrantes do sexo masculino que se destina, sobretudo, ao corte da cana no estado de São Paulo. Uma das indagações da pesquisa dizia respeito ao trabalho e à vida destas mulheres, que

ficavam separadas de seus maridos ou filhos, durante nove meses ao ano. Aos poucos, foram emergindo novas questões investigativas, a saber: muitas mulheres migravam com seus maridos, filhos ou netos; outras, sobretudo as avós, encarregavam-se do cuidado dos netos enquanto suas filhas e noras partiam. As crianças, aos poucos, foram aparecendo neste universo migratório, quer seja por meio do trabalho com as mães e ou avós, quer seja acompanhando a família para as regiões canavieiras do estado de São Paulo. Os temas propostos para os desenhos foram a família de pertencimento e “Ribeirão”, como já mencionado acima. Todas as crianças que participaram dessa atividade, jamais estiveram em qualquer lugar do estado de São Paulo. Esse dado é muito importante, tendo em vista que os desenhos sobre “Ribeirão” eram resultantes de suas representações, baseadas nos relatos de seus pais e ou parentes migrantes, enfim, de suas vivências.

Antes de adentrar a discussão da metodologia dos desenhos das crianças, serão apresentadas algumas considerações sobre o contexto social dessas migrações. Desde os finais do século XIX, com o avanço da cafeicultura, o interior do estado de São Paulo passou a receber força de trabalho proveniente de outros países e também dos estados do nordeste. Muitos estudos referentes a este período histórico focam a imigração estrangeira e minimizam as migrações internas dos chamados trabalhadores nacionais nas fazendas de café paulistas. A partir de meados do século passado com o declínio da atividade cafeeira, surgem as grandes usinas de açúcar e álcool, na macrorregião de “Ribeirão” Preto, demandantes de grande quantidade de mão de obra. Além dos trabalhadores locais, migrantes provenientes do norte de Minas Gerais e dos estados do nordeste, passaram a definir o conjunto das migrações temporárias, uma vez que a grande maioria era empregada apenas nos períodos da colheita da cana e outros produtos agrícolas como o café e laranja (SILVA, 1991; 1999). Nos finais da década de 1990, com o aumento das áreas de cana em função da produção do etanol, houve uma mudança da cartografia migratória para esta região, por meio da vinda de trabalhadores provenientes do Maranhão e do Piauí. Em outro trabalho (SILVA, 2008) foram analisadas as causas da migração de trabalhadores destes dois estados, relacionadas ao avanço da sojicultura e pecuária, atividades empreendidas por grandes empresas responsáveis pelo processo de expropriação dos camponeses - moradores, posseiros, foreiros. Muitos deles passaram a viver nas periferias das cidades, “as ruas”, sem condições de trabalho e, portanto, de sobrevivência. A única alternativa foi migrar para outras áreas do estado (carvoarias, garimpo) ou para os canaviais de “Ribeirão” Preto. Portanto, ocorreu aí o que HARVEY (2010) definiu como acumulação por espoliação, um conceito redefinido, a partir das discussões teóricas de Marx e Rosa Luxemburgo, sobre o processo de acumulação primitiva. Vale destacar a violência que acompanhou esse processo de expropriação dos camponeses: mortes, emboscadas, queima de roças, animais e casas por jagunços a mando de grileiros e empresários. Foram analisados alguns processos movidos pelos camponeses onde tais

métodos foram comprovados. Tais práticas foram e continuam sendo comuns em várias regiões do país. A Foto 1 mostra a exuberância do coco babaçu e a Foto 2 evidencia o resultado da prática do fogo. Sendo a palmeira muito alta (até 20 metros de altura), o fogo não consegue atingir seu cume, resultando num processo de morte lenta.

Foto 1



Timbiras, 2007. Palmeira babaçu. Foto: Maria Moraes

Foto 2



Timbiras, 2007. Palmeira após ser queimada. Foto: Maria Moraes

A vinda para os canaviais paulistas se configura como *migração permanentemente temporária*, tendo em vista que, após o término da colheita, os trabalhadores são dispensados podendo ou não regressar para a próxima safra. Muitos regressam aos locais de origem e aguardam a possibilidade de serem contratados, enquanto outros buscam novas oportunidades de trabalho em outras regiões do país. Portanto, trata-se de pessoas que circulam permanentemente em busca de atividades temporárias.

Essas breves considerações são necessárias à compreensão do universo social dos que ficam e dos que partem. Como foi dito acima, o intuito era captar, além das vozes dos adultos, as das crianças envolvidas nesse processo migratório³. Ouvir as vozes das crianças, geralmente, alijadas da análise sociológica, em geral adultocêntrica, é um desafio para a compreensão da realidade social. Esse desafio fora enfrentado por nós em outro trabalho, ocasião em que analisamos desenhos de crianças, filhas de trabalhadores rurais residentes em uma cidade canavieira do estado de São Paulo (SILVA, et al, 2007), como já mencionado. Nossas interpretações seguem as orientações de vários autores (FREITAG, 1984; DEMARTINI, 2002; GOBBI, 2002; GUSMÃO, 1996, 2003; KOSMINSKY, 1998; LEITE, 1993).

Consideramos as crianças como sujeitos sociais, que possuem outras formas de expressão, sendo o *desenho*, uma delas. Acreditamos, assim, que algumas lições podem ser tiradas destas vozes. A realidade migratória é sentida tanto pelos/as que partem como pelos/as que ficam. Os espaços de origem e de destino, distantes em milhares de quilômetros, são unidos pelo tempo que, embora cindidos pelas imposições das estruturas sociais, acabam por transformar-se num só, tanto para quem parte quanto para quem fica. Assim, os que ficam têm seus cotidianos marcados pela espera dos que partem e estes, por suas vezes, somente suportam as durezas do trabalho porque esperam pela volta, pelo retorno. Como foi dito acima, as crianças não estão ausentes desse processo. Ou elas estão nos locais de origem ou elas partem com suas respectivas famílias. A questão investigativa é permitir que essas vozes, ainda que sussurradas, cheguem à superfície. Como elas veem a partida, como elas sentem a ausência do pai e/ou da mãe, como elas imaginam “Ribeirão”, assim chamada a região de destino dos que partem.

A leitura do conteúdo dos desenhos das crianças revela uma imagem bem diferente daquela propalada pela ideologia do chamado agronegócio. Em vez da riqueza, da pujança das máquinas e da tecnologia expostas nas vitrines da Agrishow, dos bilhões de litros de etanol, dos milhões de sacas de açúcar, os cenários eram outros, quais sejam: a cana desenhada, em alguns casos, como o pé de milho; a estrada com traços bem fortes em preto, simbolizando o asfalto; o ônibus com rostos tristes às suas janelas; os cortadores, no meio da cana, com os facões pintados em cor preta. Aparecem em muitos desenhos os barracos (assim denominados pelas crianças), locais de moradia em “Ribeirão”. Às vezes, figuras, também pintadas em preto, estão no interior dos barracos. Em muitos desenhos, os pés de cana estão ao lado dos barracos.

Uma primeira análise dos desenhos pode indicar alguns pontos: a cor preta, em vez da utilização de outras cores, revela o aspecto sombrio das cenas e do cenário onde atuam os migrantes. A natureza (sol, lua, nuvens, pássaros, borboletas), geralmente presente nos desenhos infantis, aqui está ausente. Num desenho, os “olhos do sol” são tristes, parecem chorar. A cana não representa a natureza, ela é a planta capital. O fato das canas estarem ao lado dos barracos é um indicador da realidade dos trabalhadores, pois suas moradias se situam, ou no interior dos canaviais (os alojamentos), ou nas periferias das cidades pequenas da região, cercadas pelos canaviais. O ônibus tem um significado muito forte, pois é o meio de transporte que conduz os trabalhadores até os locais de trabalho. Também, é por meio dele que as crianças assistem à partida de seus parentes para uma viagem cuja duração é em torno de oito a nove meses ao ano. Talvez, seja esta a razão deles ocuparem boa parte do espaço da folha de papel. Em outros desenhos, nota-se também que as canas estão desenhadas ao lado de suas próprias casas, portanto no mesmo espaço.

Tomou-se o cuidado para se afastar de uma abordagem psíquico-pedagógica que visasse tão-somente os aspectos do desenvolvimento cognitivo da criança, descontextualizado de seu ambiente social. Do mesmo modo, buscou-se não cair na abordagem universalizante da teoria piagetiana. Esta, segundo alguns críticos, teria transformado o processo de construção das estruturas cognitivas, como ele ocorre no Ocidente, num paradigma para o desenvolvimento psíquico de todas as crianças, segundo FREITAG (1984, p. 75). Contudo, evitou-se cair nas armadilhas do relativismo cultural, segundo o qual cada cultura possui seus esquemas cognitivos específicos, posição esta que pode conduzir ao etnocentrismo. As diferenças culturais e socioeconômicas são as que exercem maior importância no processo cognitivo da criança.

Nos limites deste artigo não é possível uma análise do conteúdo latente individual de todos os desenhos, cujas representações são muito ricas à compreensão dessa realidade, bem como seus efeitos sobre o processo migratório do qual as crianças fazem parte. Todavia, serão tecidas algumas reflexões levando-se em conta os dois processos concomitantes – sociogênese e psicogênese - dessa realidade social, priorizando as representações das crianças contidas nos desenhos. Reiteramos a preocupação em captar as relações entre estrutura e sujeitos *vis-à-vis* a dinâmica histórico-social. Os autores seguintes fornecem subsídios importantes a esta perspectiva analítica.

Ao definir o processo civilizatório, ELIAS (1990) argumenta que a ação civilizadora não acontece na esfera das ideias ou da ideologia tão-somente. Ao contrário, as transformações atingem toda a constituição humana, incluindo a psique.

O que é determinante numa pessoa (...) não é só um “*id*” nem só um “*ego*” ou um “*superego*”, mas sempre e fundamentalmente a relação entre esses estratos

funcionais de autocomando psíquico, os quais em parte se degladiam e em parte cooperam uns com os outros (ELIAS: 1990, p. 230).

Mais adiante, o autor afirma:

(...) para entender e explicar o processo civilizacional é necessário examinar (...) tanto a transformação das estruturas psíquicas como a das estruturas sociais. É uma tarefa que exige, num âmbito mais restrito, uma investigação psicogenética com o objetivo de compreender todo o campo de ação e de conflito das energias psíquicas individuais, a estrutura e a forma do autocomando mais instintivo, tanto quanto o do mais consciente. Num âmbito mais alargado, é necessário um estudo sociogenético, uma investigação de toda a estrutura de um certo campo social e da ordem histórica em que se processa a sua transformação (ELIAS: 1990, p.231).

As reflexões eliasianas fornecem pistas importantes à análise das representações das crianças sobre o processo migratório do qual fazem parte. Desde a mais tenra idade, elas passam a conviver com a separação dos pais, com a partida deles para um lugar distante, com o sofrimento vivenciado pelas pessoas que ficam à espera de notícias e do dinheiro enviado, sem o qual a sobrevivência seria ainda mais precária. Praticamente, todos os depoentes afirmaram que migram visando garantir o sustento dos filhos e um futuro melhor para eles, além de conseguirem comprar uma casa. Portanto, as crianças são socializadas para aceitar a migração dos pais como algo necessário em suas trajetórias de vida. Assim sendo, aos poucos, vai ocorrendo o processo de amoldamento psíquico concomitante às transformações sociais. Torna-se evidente que este não é um processo pacífico. Ademais do sofrimento dos adultos, causado pela separação da família, as crianças também a sofrem, quer por meio do pranto no momento da partida dos ônibus clandestinos que transportam os trabalhadores - momento dramático vivenciado por todos -, quer por meio de mudanças de comportamento na escola ou em casa, segundo vários relatos de professoras e mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças - avós, madrinhas, mães, vizinhas, tias.

Após os contatos iniciais, foram distribuídas a cada criança uma folha de papel sulfite e uma caixa de lápis de 12 cores⁴. Solicitamos-lhes que desenhassem de um lado da folha as respectivas famílias e do outro lado, “Ribeirão”. Assim que os desenhos iam sendo coletados, as crianças faziam a *leitura* dos mesmos, cujos

conteúdos eram anotados pelas pesquisadoras nas *fichas*. Estas *fichas* contêm as seguintes informações: nome da criança, idade, etnia, ocupação dos pais, nomes e papéis das pessoas representadas nos desenhos, além de informações coligidas pelas entrevistas com os demais informantes e das observações acerca do comportamento da criança durante a atividade. As interpretações dos desenhos podem ser analisadas segundo os conteúdos exposto e latente. O primeiro se baseia na *leitura* do desenho feito pela criança. O conhecimento do conteúdo latente é baseado no contexto social da criança.

A combinação das diversas técnicas de pesquisa descritas acima foi um instrumento importante à análise dos desenhos no contexto da realidade social das crianças *vis-à-vis* a leitura dos conteúdos - manifesto e latente -, por meio das entrevistas com as mães, avós, professoras e também da observação direta realizada durante a pesquisa.

No que tange aos desenhos das famílias, o conteúdo manifesto revela as seguintes características: as pessoas da família incluem não somente os membros nucleares como também os avós, os tios, os primos e, até mesmo, os vizinhos. Trata-se de famílias estendidas, independentemente dos fatores consanguíneos. Para as crianças, as variáveis mais importantes eram as relações de proximidade e afeto. Em alguns desenhos não aparecem os pais e nem as mães. As casas são desenhadas em cores fortes como azul, verde, vermelho, amarelo. As pessoas, ora aparecem fora da casa, ora no seu interior. O cenário inclui árvores, plantas, flores, a palmeira do coco babaçu, enfim, a natureza que circunda o mundo infantil. Muitas crianças desenharam os dois espaços - Timbiras e “Ribeirão” - no mesmo espaço da folha, este último sendo representado pelo ônibus ou pela cana. Outras desenharam a casa com os familiares. As imagens dos pais migrantes foram desenhadas no verso da folha, ao lado dos *barracos* em “Ribeirão”. Alguns desenhos mostram apenas a casa e as pessoas que estão em “Ribeirão” foram apagadas à borracha. Fica muito clara, em vários desenhos, a separação espacial dos membros da família. Os que estão em “Ribeirão” sempre aparecem com o rosto triste, no interior dos barracos ou no meio das canas. Em alguns, somente aparecem as casas, sem as pessoas, tanto num espaço quanto noutro.

No tocante às crianças que estavam com os pais em Guariba, as representações sobre este espaço não incluem a cana, o ônibus e a estrada. Aparecem apenas os barracos e as pessoas. Na maioria dos desenhos sobre o Maranhão aparecem as próprias crianças e as pessoas que estão em Guariba. Este dado é um indicador da não separação dos membros da família (nuclear ou estendida) sob a ótica das representações infantis. O local de origem aparece como o lugar da família que migrou. Apenas algumas crianças pintaram a casa e as pessoas que lá ficaram como os tios e avós. Em outros desenhos, a casa no Maranhão aparece no centro da folha, ladeada à direita pelos adultos e à esquerda pelas crianças. Este é outro indicador da separação dos membros da família, elemento constituinte desta experiência migratória que atinge milhares de pessoas da cidade de Timbiras⁵.

Foto 3



Momento da partida dos migrantes em ônibus clandestinos. Timbiras, 2007. Foto: Maria Moraes

Ao analisar a obra de Charles Baudelaire, BENJAMIN (1994, p. 125) estabelece uma relação entre a análise marxiana da produção industrial coisificada, uniforme e as críticas feitas à multidão nas ruas das grandes cidades por Edgard Poe. Para Poe, um dos traços da multidão é a uniformidade manifesta na indumentária, no comportamento e nos gestos. Para esse escritor, todo o trabalho com a máquina exige um adestramento prévio do operário.

No que tange às crianças, o processo migratório dos pais exerce um papel fundamental na constituição da estrutura de sentimentos. Em muitas entrevistas com as mães, ficou evidente que a ausência dos pais por longos períodos causa um distanciamento afetivo nas relações deles com os filhos. Esse distanciamento vai aumentando com o passar dos anos. Ao fim e ao cabo, a referência afetiva nucleadora passa a ser da figura materna ou, até mesmo, das avós. Em contrapartida, os pais sentem verdadeiras fraturas em seus sentimentos com a migração.

O trabalho está bom, mas a saudade da mulher e dos filhos é muito forte (...). Distraio conversando com primos e amigos, um pouco, mas eu estou pedindo a Deus para essa safra terminar logo para eu rever minha família. Para esquecer um pouco os pedidos que os

filhos fazem pelo telefone para eu voltar para a casa. Há cinco anos que venho para as colheitas e pretendo fazer deste o último. Eu vivo muito bem com a minha esposa e não posso deixá-la sendo, ao mesmo tempo, pai e mãe dos meus três filhos. Estou mostrando aos meus filhos todo o amor que eu tenho por eles apenas por três a quatro meses do ano, e isso é péssimo para eles e para mim, por isso pretendo a partir deste ano ser um pai completo. Perguntando sobre qual momento do dia é o mais difícil, ele foi direto: Todos são (mas), a melhor hora mesmo será o momento de ir embora. (Depoimento de trabalhador publicado pelo Jornal Primeira Página, São Carlos, 27/08/2000, pg. A 7.)

BACHELARD (1957) ao refletir sobre a importância da casa afirma que ela não é apenas um abrigo material, porém um abrigo das lembranças, dos sonhos e da imaginação.

Sem ela (a casa), o homem seria um ser disperso. Ela segura o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. Ela é o primeiro mundo do ser humano. Antes de ser 'lançado ao mundo' (...), o homem é depositado num berço de uma casa. E sempre, em nossos sonhos, a casa é um grande berço (...Quando sonhamos com a casa natal, na extrema profundidade do sonho, participamos deste primeiro calor desta matéria bem temperada do paraíso material. É neste ambiente que vivem os seres protetores (BACHELARD: 1957, p.26). (Tradução livre da autora).

No que tange às casas na periferia de Timbiras, onde residem as famílias dos migrantes, a grande maioria delas é de sapé, coberta com folhas da palmeira do babaçu, cuja forma é tal qual foi retratada no desenho. Os quintais das casas são grandes e possuem muitas árvores frutíferas. Em razão dessa cidade se situar na região dos cocais maranhenses, os camponeses, que vivem na área rural, e aqueles que, após a expropriação foram para a “rua”, constroem a casa com materiais extraídos da natureza: barro, madeira e folhas da palmeira, tal como mostra a **foto 4**. Ainda que a casa real seja muito pobre, ela é desenhada segundo a imaginação e os sonhos da criança. Uma análise etnocêntrica poderia considerar essas casas como *barracos*, algo que não corresponde aos relatos e nem aos desenhos. Ao contrário, embora as casas onde os migrantes estão abrigados nas periferias das cidades da região de “Ribeirão” Preto sejam de alvenaria, elas recebem a denominação de barracos, denominação pejorativa.

Foto 4



Timbiras, 2007. Casa construída com folhas da palmeira babaçu. Foto: Maria Moraes

Foto 5

Lugares de destino, espaços fechados e controlados



Guariba, 2007. Foto Maria Moraes

Essas reflexões são ferramentas importantes à análise das representações dos desenhos. Do conjunto dos desenhos coletados em Timbiras, escolhemos os seguintes:

O de Natasha, de oito anos de idade (figuras 1a e 1b). O desenho é colorido com o traçado forte. A criança desenhou sua própria casa na frente da qual há uma árvore com frutos e um vaso com flores; no alto, aparecem as figuras do sol e da lua. O desenho ocupa toda a folha. No verso, ela desenhou seus tios com facões nas mãos cortando algumas canas pintadas de duas cores, amarelo e verde. As figuras dos tios não são pintadas, apenas desenhadas. Nesse desenho não aparecem o ônibus e nem o barraco onde vivem. A expressão dos rostos é de tristeza e os tios estão separados pelas canas. A natureza está ausente, exceto o sol.

Figura 1a



Figura 1b



Em relação aos desenhos coletados em Guariba, selecionamos o de Samira de seis anos, (figuras 2a e 2b). No desenho do Maranhão (figura 2a) aparecem as pessoas da família, porém a casa separa os adultos das crianças. Nota-se que a casa é grande ao contrário daquela de Guariba. A leitura feita pela criança revela que a tia, desenhada na figura 2b, não reside em Guariba e sim no Maranhão. A tia aparece entre a casa e as canas. Observa-se que a casa é muito pequena quase da altura da “tia”. No alto, sol e nuvens.

Figura 2a

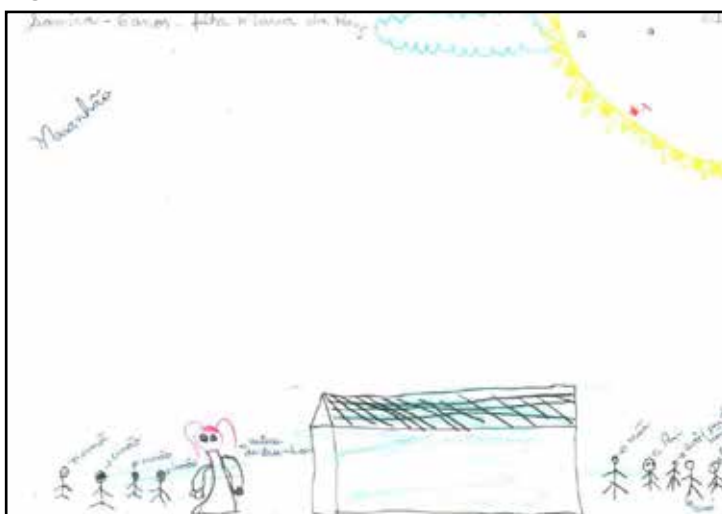


Figura 2b



Retomando as considerações de ELIAS (1990), BENJAMIN (1994) e BACHELARD (1957), acreditamos que as representações das crianças refletem o processo de socialização (civilizatório) marcado pelas consequências da migração dos membros de suas famílias. As idas e vindas, as separações, a perda da condição camponesa, as incertezas diante das dificuldades laborais dos pais, o medo da fome são situações que fazem parte da vida social e psíquica dessas crianças. Aos poucos, vai ocorrendo o processo de modelamento psíquico provocado pelo contexto social. Os sujeitos- crianças vão, paulatinamente, sendo preparados para o enfrentamento das condições sociais e laborais futuras. Reiteramos que este processo não é pacífico, ele envolve conflitos, resistências conscientes e inconscientes. A *figura 2b* representada pelo desenho da “tia” que está virtualmente no mesmo espaço da criança revela que o real e irreal são faces desta mesma realidade. Realidade vivida e imaginada ao mesmo tempo, onde os ausentes se fazem presentes e os separados se unem.

No desenho 3a, a casa de Valdelice aparece no centro e ocupa maior espaço do que a da tia. A árvore e as pessoas, além das nuvens, compõem o cenário. Em contrapartida, o cenário de “Ribeirão” no desenho 3b é representado pela cana, as rodas do ônibus, as cabeças das pessoas pintadas em preto no interior do ônibus e os pés de cana.

Figura 3a

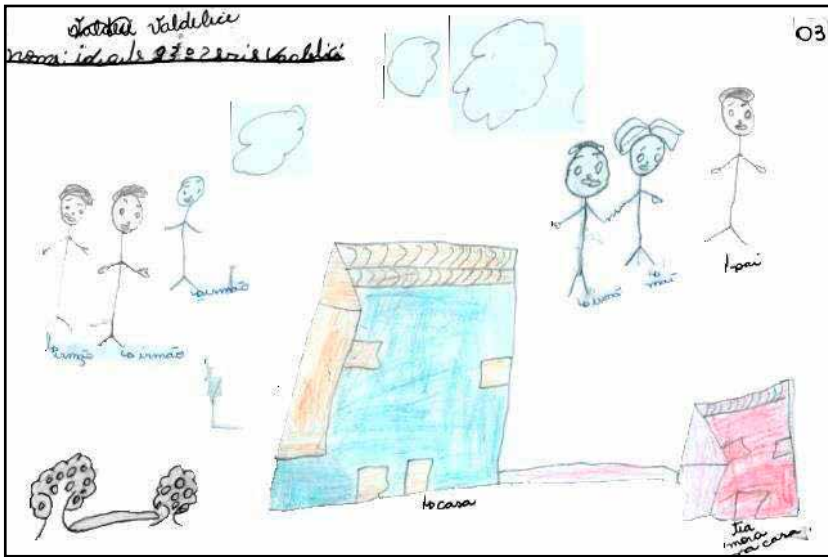
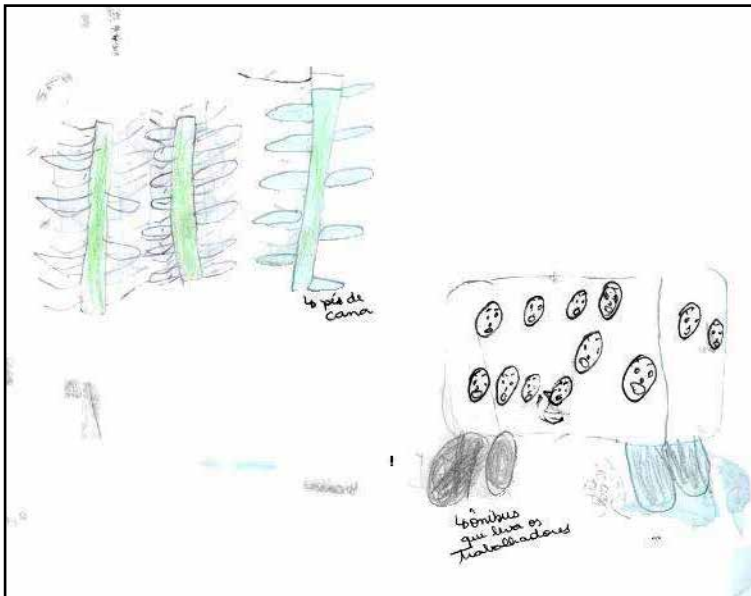


Figura 3b

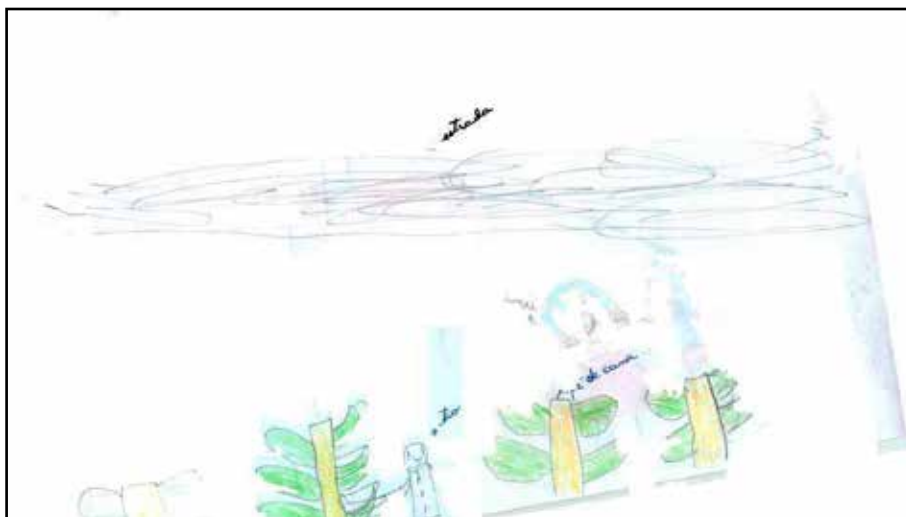


Nas figuras 4a e 4b temos a mesma interpretação dos dois espaços-tempos:

Figura 4a



Figura 4b



No desenho do Maranhão 4a as crianças estão com os braços abertos, parecendo felizes; há um sol risonho. A figura **4b** mostra a solidão do tio no meio das fileiras de cana. É interessante observar apenas um dos braços estendidos segurando o facão e a roupa abotoada, o que reflete a pressão e controle, segundo as interpretações psicopedagógicas. A estrada ao fundo também tem o mesmo simbolismo. A cor do asfalto pintada em preto reflete o cotidiano dos trabalhadores transportados em ônibus até o local de trabalho. Não há neste desenho a casa. O espaço é o do trabalho na cana.

A autora do desenho **5** não desenhou “Ribeirão”. Nota-se que há várias casas de membros da família no mesmo espaço, o que demonstra os laços de solidariedade, além das árvores. A avó, a casa da mãe ocupando grande espaço da folha, além da vizinha. Trata-se de um espaço onde as mulheres são maioria.

Figura 5a

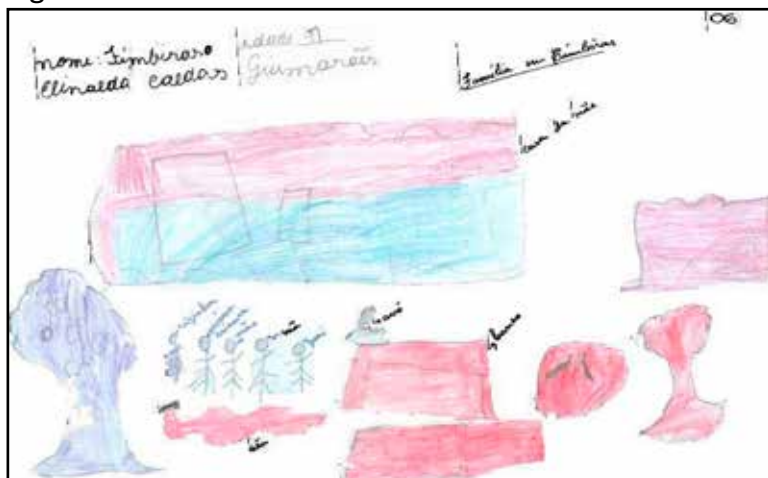


Figura 6a

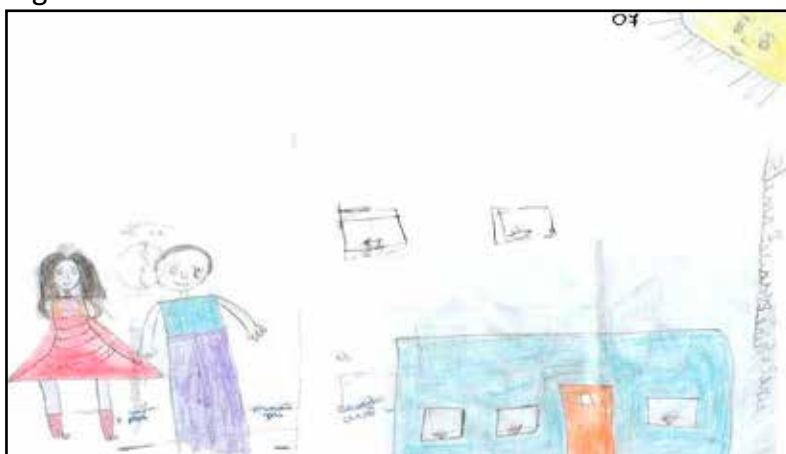


Figura 6b



Os desenhos 6 a e 6 b revelam também as mesmas representações. No Maranhão, além do pai e da mãe, há a casa da avó, que tem uma importância muito grande para as crianças. Elas partilham do cuidado das crianças, principalmente, quando os pais migram. A família é estendida na maioria dos casos analisados, ainda que os membros morem em casas separadas, mas situadas proximamente. São as avós também que transmitem às crianças o saber de várias atividades, dentre elas, a quebra do coco babaçu e a produção do carvão a partir da casca do coco. Desde bem pequenas, as crianças aprendem essas tarefas com as avós, tal como ilustra a **foto 6**.

As avós, com frequência, também são consideradas aquelas que criam, são chamadas de “mães de criação” ou de “madrinhas”. Esses laços familiares reforçam o que Durkheim chamou de solidariedade mecânica, responsável pela coesão, ajuda mútua e trocas materiais e simbólicas. Em virtude de a migração masculina ser preponderante e, em muitos casos, quando as filhas adultas também partem, são as avós que assumem o cuidado das crianças. É interessante remarcar que a figura do avô quase não aparece. As mulheres mais velhas são viúvas ou não sabem dos paradeiros dos maridos que partiram e nunca mais voltaram. Portanto, o trabalho do cuidado é feminino e desempenhado pelas avós, em muitos casos.

Foto 6



Timbiras, 2007. Quebradeira de coco babaçu com a bisneta. Foto: Maria Moraes.

Foto 7



Timbiras, 2007. Queima da casca de coco para o preparo do carvão.
Atividade desempenhada por uma criança. Foto Maria Moraes

As fotos **6 e 7** mostram duas atividades do cotidiano feminino. Na **foto 6 a** bisavó está quebrando coco tendo ao lado a bisneta de apenas dois anos de idade. Nota-se que a menina segurava um coco com uma das mãos, enquanto na outra retinha um pequeno pedaço de pau com o qual ela desfechava pequenos golpes no coco imitando os gestos da bisavó. A **foto 7** registra a queima da casca de coco, cujo processo, segundo uma menina de apenas 10 anos de idade é assim: faz-se um buraco no chão, colocam-se as cascas de coco cobrindo-as com terra. Por fim, faz-se a cobertura com palhas de milho e ascende o fogo. A cobertura com a terra é para facilitar a liberação do oxigênio e a retenção do carbono, necessário para evitar a queima da casca do coco. É um saber transmitido pelas mulheres às meninas. No caso acima, a menina aprendeu essa prática com a avó.

Os desenhos **7a e 7b** se diferenciam dos demais no que se refere ao espaço de “Ribeirão”. A criança desenhou sua casa e sua família para fora da casa. A casa é grande, aparece uma porta e o telhado foi bem demarcado com traços. As pessoas da família estão todas de mãos dadas, os pais estão na frente da família, as pessoas estão bem vestidas e calçadas. Todas as figuras e a casa foram pintadas com bastante colorido. No verso da folha a criança desenhou os pés de cana do mesmo tamanho e pintados na cor verde; aparece o desenho de um caminhão com um homem dirigindo; o caminhão parece estar carregando cana. O motorista do caminhão e as rodas não foram pintados.

Figura 7a



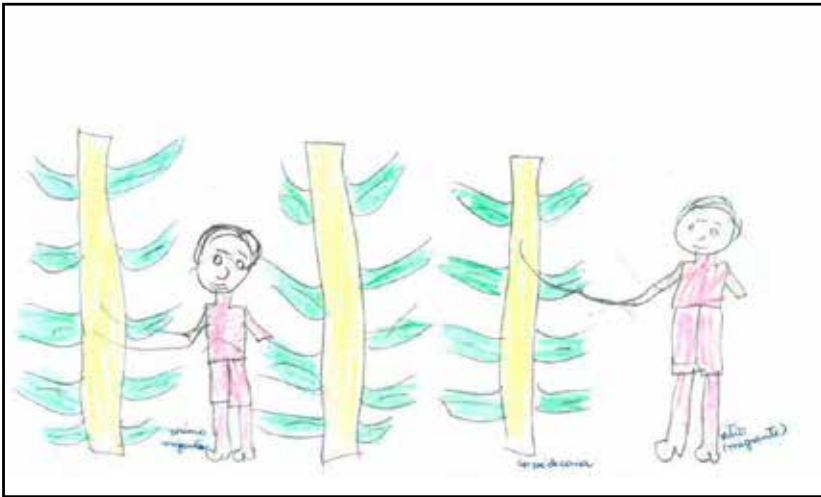
Figura 7b



Figura 8a



Figura 8b



Nos desenhos 8a e 8b, a criança desenhou a casa e o jardim em espaços delimitados por um traço azul e grosso. A casa é grande com duas janelas; em uma das janelas há um vaso de flor e na outra, aparecem duas figuras humanas, que foram apagadas, embora a sombra do desenho tenha ficado marcada. O telhado e a porta foram demarcados por traços fortes e pintados na cor preta. Fora da casa é onde aparece a família: os pais e os irmãos, os pais estão debaixo de uma árvore; foram representados em forma de palitos; separando os irmãos da árvore há flores; os irmãos também aparecem representados em forma de palitos; a irmã aparece com os cabelos armados. Ao lado direito da folha foi desenhada uma janela pintada na cor preta e abaixo dela há flores. Todas as pessoas da família não se apoiam no chão, parecem estar voando sobre o solo. No verso da folha a criança desenhou três pés de cana maiores do que as pessoas representadas – o tio e o primo. Eles parecem ter apenas as mãos direitas, ou seja, as que seguram os facões. Eles estão com as fisionomias tristes. É importante observar as vestimentas, a botina e caneleira, além do facão. Os braços esquerdos aparecem sem as respectivas mãos.

Figura 9 a



Figura 9 b



Os desenhos **9a** e **9b** mostram a separação dos membros da família. No interior da casa em Maranhão estão apenas a mãe e o irmão. O pai aparece só no espaço de “Ribeirão”. Não há a presença da cana e nem do ônibus ou da estrada. O pai aparece vestido com a roupa de trabalho com destaque para a bota. Os braços estão abertos. As roupas sugerem um tamanho maior do que o corpo.

Figura 10 a



Figura 10 b

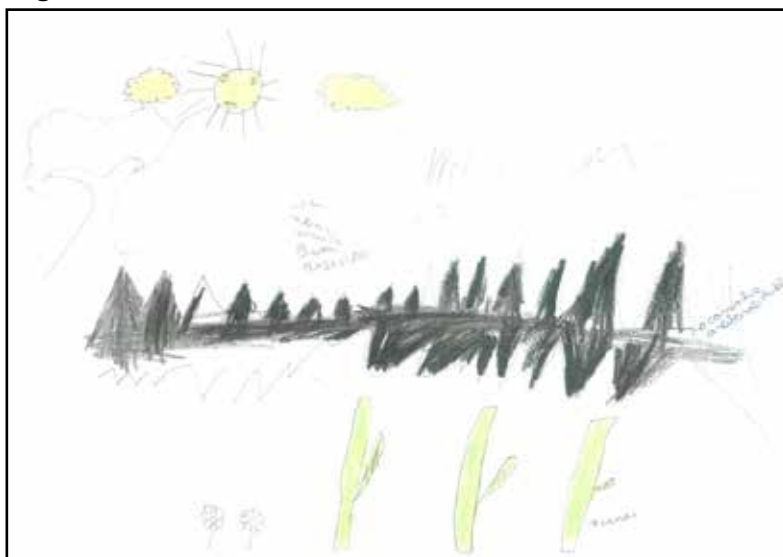


O desenho **10a** mostra a família estendida no Maranhão: os tios e avó, além da família nuclear da criança. No desenho **10b**, o ônibus transportando os trabalhadores, cujas cabeças são vistas, além do corpo do condutor. Há uma mulher fora do ônibus e, em seguida, a casa muito pequena com canas ao fundo. A mulher é uma tia que migrou para lavar a roupa e cozinhar para os trabalhadores.

Figura 11a



Figura 11b



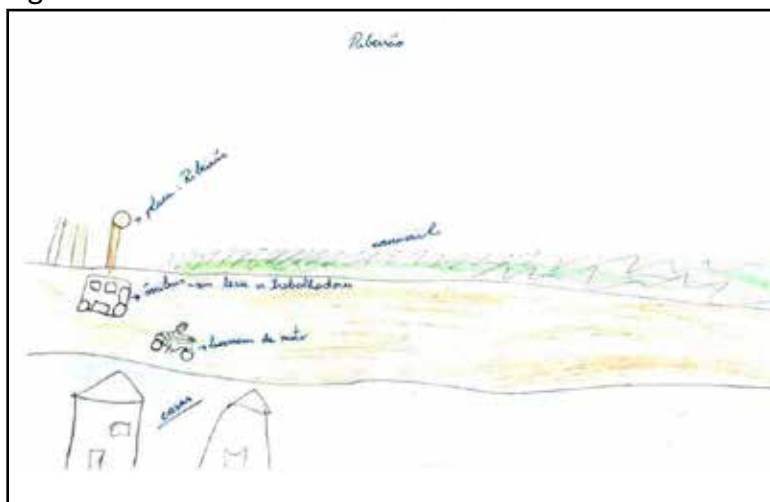
No desenho **11a**, a criança desenhou as pessoas de sua família - mãe, irmã e irmão; a irmã e o irmão estão ao lado da árvore (com morangos); a irmã está com um vestido laranja, seus pés não são desenhados da mesma forma. Os cabelos da irmã são desenhados de maneira mais armada; o irmão aparece com calça e camiseta e seus cabelos estão curtos; a mãe está vestindo saia e blusa; os seus braços estão abertos, os traços do rosto são bem desenhados. O sol está ao lado direito da folha, a fisionomia do sol parece estar triste. No verso da folha,

na parte superior e do lado esquerdo, a figura do sol aparece com fisionomia assustada; ao lado duas nuvens pintadas de amarelo e uma árvore que não foi pintada. No meio da folha, o caminho para Ribeirão Preto foi desenhado de forma pontiaguda e pintado com lápis preto, sugerindo silhuetas, também nas cores pretas; abaixo da folha alguns pés de cana, e ao lado esquerdo dos pés de cana, duas flores sem cores. A criança fez questão de deixar seu recado: “Eu não sei muito bem desenhar”. A criança não desenhou a figura paterna, pois ela não mora com ele.

Figura 12a



Figura 12b



O desenho **12a** mostra a família da criança: os pais, os tios, primos e a avó. No lugar da casa aparece a árvore e o sol está entre nuvens. Há várias cores. A figura da mãe, com saia e camiseta; a figura do pai, com calça e camiseta, a avó e a tia de vestido, os tios parecem estar vestidos de macacões, e, no final da fileira, a tia representada de forma pequena e com cabelos presos, ao lado da árvore. As pessoas não estão em solo firme, todos são representados de braços abertos. Na parte superior da folha as nuvens e o sol com rosto e com raios. No desenho **12b** só há a cor preta. Além do ônibus, a estrada, as canas, há duas casas pequenas e uma moto, meio de transporte que é dominante nos locais de origem dos migrantes. É também um objeto de desejo dos migrantes, sobretudo, dos jovens. No imaginário da criança, a moto compõe a paisagem do contexto migratório. A moto é uma mercadoria que, paulatinamente, foi sendo vista como necessidade, quer seja para suprir as deficiências dos meios de transporte nos locais de origem, quer como objeto de *distinção*, cuja posse representa um sinal de *status* mais elevado nesse meio social no qual vive a criança.

3 Considerações finais

O esforço empreendido neste artigo foi no sentido de compreender as vozes das crianças, cujos parentes migram para “Ribeirão”, a partir das representações dos desenhos produzidos por elas. Neste texto, frisa-se, foram contemplados os *migrantes permanentemente temporários*, e não os que migram definitivamente. Entende-se a migração como um processo que envolve os que partem e os que ficam. Portanto, os dois espaços, ainda que separados geograficamente por uma larga distância, acham-se unidos socialmente e temporalmente. Ainda que não haja uma dicotomia entre esses tempos, eles são vividos de formas distintas. Não são homogêneos. Para os que ficam, é o tempo da espera, da angústia e do trabalho na roça, na coleta e quebra do coco babaçu. Para os que partem é o tempo do trabalho duro nos canaviais dos outros, nas terras de negócio, nas palavras do professor José de Souza Martins.

Os desenhos revelam mudanças na estrutura de sentimentos do grupo familiar como um todo, incluindo as crianças. A gestão do trabalho imposta pelas usinas - ratificada pelo *Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho nos canaviais*, firmado em 2009, por uma Comissão tripartite, composta por representantes da ÚNICA, dos trabalhadores (FERAESP, CONTAG)⁶ e do governo federal - tem como componente principal a extração do mais valor, segundo a lógica capitalista. No entanto, é preciso ir mais além dessa análise meramente econômica. O processo de apropriação também inclui o afeto, as relações subjetivas. Isso não implica dizer que tais famílias sejam consideradas “desestruturadas”. A noção de família estendida se enquadra em outra chave interpretativa, tal como foi apontado no decorrer da análise. Tomou-se o cuidado para evitar as análises de cunho essencialista, priorizando, ao contrário, as particularidades históricas e sociais que envolvem o universo dessas crianças.

Durante a realização da pesquisa, vimos, inúmeras vezes, muitas mulheres e seus filhos, nos “orelhões” (ainda não havia lá os celulares), para telefonarem aos seus respectivos maridos ou parentes ausentes. Algumas delas residiam no “interior”, isto é, na área rural e se locomoviam até a cidade com as crianças a fim de que as mesmas, ao falarem com os pais ao telefone, não esquecessem suas vozes. Essa é uma forma de resistência para manter os laços afetivos familiares.

Segundo o Pacto de livre Adesão do Compromisso Nacional, os trabalhadores migrantes seriam contratados em seus locais de origem e, em seguida, transportados aos locais de trabalho em ônibus das empresas. No final da safra, seriam despedidos e levados de volta aos seus locais de moradia. Portanto, o contrato de trabalho só poderia ocorrer nos locais de origem. Nos locais de destino, seriam levados para os alojamentos nas áreas de cana ou para as casas alugadas pelas usinas nas cidades.

Essa prática impedia, portanto, a vinda das famílias. Caso as mulheres decidissem acompanhar os maridos, haveria que tentar outros meios de contrato de trabalho, geralmente, informais, por meio de redes já estabelecidas durante a experiência migratória. Logo, as formas de gestão do trabalho garantidas pelo Estado consolidam o processo de apropriação do afeto, da separação dos membros da família e, com isso, a mudança da *estrutura de sentimentos*. Tais mudanças se reportam aos significados e valores tal como são vividos e sentidos.

Nas palavras de WILLIAMS (2009)

(são) elementos especificamente afetivos da consciência e das relações e não do sentimento contra o pensamento, senão do pensamento tal como é sentido e o sentimento tal como é pensado; uma consciência prática de tipo presente dentro de uma continuidade vivente e inter-relacionada. Logo, estamos definindo estes elementos como uma estrutura: como uma série com relações internas específicas e, ao mesmo tempo, entrelaçadas e em tensão” (WILLIAMS: 2009, p. 181). (Tradução livre da autora).

O conceito de estruturas de sentimentos proposto pelo autor pode ser uma chave interpretativa importante à sociologia das emoções, mas, sobretudo para a compreensão dos elementos inter-relacionados do pensamento, do sentimento, enfim da prática do vivido e do sentido. Acredita-se que os desenhos das crianças dos cocais maranhenses, localizados no Brasil profundo, que são obrigadas a não conviver com os pais migrantes, trazem luzes às nossas reflexões sobre a difícil travessia do nem cá, nem lá. Crianças que não desenharam suas travessuras, porém suas travessias. Crianças que jamais vieram a “Ribeirão”, mas a sentiam e a imaginavam, desde sempre e de muito longe (...).

No feriado de 7 de setembro de 2007, os cortadores de cana, Francisco e seu colega de turma, combinaram que cada um ganharia R\$ 200 reais só naquele dia. Ambos começaram cortar cana por volta das 7h da manhã, mas Francisco conseguiu trabalhar até às 10h, porque os braços e as pernas “travaram”, ele desmaiou (borrou) e foi descansar no ônibus. Já o seu colega de eito continuou trabalhando até às 3h da tarde, mas quando parou de cortar cana, aproximadamente 26 toneladas, foi direto para o hospital tomar soro, ficando sob cuidados médicos por 3 (três) dias. Segundo o entrevistado, quando a empresa soube que os trabalhadores desmaiavam no eito da cana recomendou aos feitores que os orientassem, em caso de câibras, a descansar dentro do ônibus e que procedessem à distribuição de um tipo de soro, bem como a realização de exames clínicos mais detalhados em todos aqueles que se apresentassem para disputar uma vaga de trabalho na safra. Francisco explica que a câibra é um tipo de contração dolorosa dos músculos, que tira a sua energia, e se continuar trabalhando piora a situação. “O cabra tem de parar de cortar cana mesmo, se não parar, vai direto para o hospital”. Quando pergunto como eles veem as notícias de que trabalhadores estão morrendo no eito da cana, ele responde que toda riqueza dos empresários é feita às custas do sangue dos trabalhadores migrantes. “A gente precisa levantar nossos gritos de dor para que as autoridades nos escutem, para que olhem para esses imensos canaviais onde cortadores de cana morrem a cada dia”. Para os entrevistados, a morte se transformou numa coisa normal e já estão acostumados a acordar e esperar a notícia de que um novo cortador de cana faleceu. “Só que a gente pensa que nunca vai acontecer com você e sempre acontece com outras pessoas. Já mostraram na televisão que morreram vários trabalhadores jovens de 18, 20 e 30 anos. Quando passa na televisão, o pessoal nosso do Maranhão liga para saber se a gente está vivo. A vida é sagrada e vale muito e nós, que somos cortadores de cana, trabalhamos pesado, precisamos que tudo isso seja denunciado, porque a gente não

pode se transformar em bagaço humano da cana”. Para outro entrevistado também de nome Francisco, natural de Timbiras/MA, que está se tratando desde 2005, por ter se ferido em razão da queda ocorrida durante o desembarque do ônibus, e está esperando a aposentadoria por invalidez, o trabalho na cana não tem futuro. Mostrando as mãos calejadas e rachadas com os dedos imobilizados, disse que “seus filhos não vão cortar cana, eles vão estudar, pois quem não tem estudo não tem futuro”. (Excerto do diário de campo de Jadir Damião Ribeiro em 07/09/2007)⁷.

As observações do caderno de campo demonstram, além das condições de trabalho impostas pelas empresas, o desejo latente dos pais de evitar que os filhos sejam cortadores de cana futuramente. Portanto, nos projetos dos pais, os filhos precisam estudar para assegurar o futuro. Se esse desejo se concretizar, obviamente, as crianças maranhenses desenharão suas travessuras, suas brincadeiras, e não mais suas travessias.

Notas

¹ Os primeiros migrantes maranhenses, em meados dos anos de 1990, destinaram-se para a região de Ribeirão Preto. Nos anos subsequentes, essa migração espalhou-se para outras regiões do estado de São Paulo. No entanto, os locais de destino passaram a ser denominados “Ribeirão”, indistintamente.

² No trabalho de coleta e organização das fichas dos desenhos foi fundamental a participação da bolsista de Apoio Técnico (AT) do CNPq, Andréia Peres Appolinário. As crianças pertenciam às primeiras séries do Ensino Fundamental da Escola Municipal José Sarney. O trabalho consistiu em entrevista com a professora responsável, explicando-lhe os objetivos da pesquisa e seus meios operacionais. É preciso dizer que naquele momento, a presença das crianças na escola era por um tempo mínimo, tendo em vista o não recebimento do apoio do estado para a compra de alimentos para o preparo da merenda escolar. Ademais, as carteiras, em sua grande maioria, estavam quebradas.

³ Uma primeira experiência com o uso da técnica dos desenhos de crianças ocorreu durante uma pesquisa anterior, apoiada pela FAPESP, no ano de 2004. Nessa pesquisa foram coletados desenhos com o tema da família de crianças, filhas de trabalhadores rurais na cidade de Rincão/SP. Os principais referenciais teóricos interpretativos dos desenhos do presente artigo foram, em parte, baseados na pesquisa anterior mencionada (SILVA et al, 2007).

⁴ Assim denominada “Lápis de coleção”.

⁵ A estimativa da Pastoral dos Migrantes em Timbiras-MA é que mais de sete mil trabalhadores deste município migraram para a região de Ribeirão Preto no ano de 2007.

⁶ ÚNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar; FERAESP – Federação dos Eregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁷Jadir Damiano Ribeiro foi agente leigo da Pastoral dos Migrantes em Guariba e foi aluno de Iniciação Científica do CNPq, sob a orientação da autora deste artigo.

Referências

BACHELAR, G. *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaire de France, 1957.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire*. Um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas. V. III. 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 125.

DEMARTINI, Z. B. F. Infância, pesquisa e relatos orais. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart et al. (Orgs.). *Por uma cultura da infância*. Campinas: Autores associados, 2002, p. 1-18.

ELIAS, N. *O processo civilizacional*. 2ª. V. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

FREITAG, B. *Sociedade e consciência. Um estudo piagetiano na favela e na escola*. São Paulo: Cortez, 1984 (Coleção educação contemporânea).

GOBBI, M. Desenho infantil e oralidade. In: FARIA, A. L. G. et al. (Orgs.). **Por uma cultura da infância**. Campinas: Autores associados, 2002, p. 69-92.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Terra de pretos, terra de mulheres**. 1ª edição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1996.

_____. Infância e velhice: desafios da multiculturalidade. In: GUSMÃO, N. M.. M. (Org.). **Infância e velhice**. Campinas: Alínea, p.15-32, 2003.

KOSMINSKY, E. V.. "Aqui é uma árvore. Aqui o sol, a lua. Aqui um montão de guerra": o uso do desenho infantil na Sociologia. **Cadernos CERU**. Série 2, n. 9, 1998, p. 83-100.

LEITE, M. M.. **Retratos de família**. São Paulo: Edusp/Fapesp. (Texto & Arte, vol. 9), 1993.

MARX, K. **A ideologia alemã**: teses sobre Feurbach. São Paulo: Centauro, 2002.

SILVA, M. A. M. **As Andorinhas. Nem cá. Nem lá**. Vídeo, UNESP/Araraquara, 1991.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. et al. A família tal como ela é nos desenhos das crianças. **Ruris**, V. 1, N. 1, 2007, p. 105-156.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte de cana-de-açúcar. **Cadernos CERU**, série 2, v. 19, n. 1, junho de 2008, p. 165-180.

WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: La cuarenta, 2009.

RESUMO

O objetivo deste artigo é a análise dos desenhos de crianças maranhenses, cujos parentes migravam para o trabalho nos canaviais paulistas. Os desenhos foram coletados no ano de 2007 durante uma pesquisa nos municípios dos cocais maranhenses, Timbiras, Codó, Coroatá, locais de origem da maior parte desses migrantes. Os objetivos gerais da investigação eram a análise dos fatores responsáveis pela migração no contexto do processo de expropriação dos camponeses pelas grandes empresas pecuaristas ali presentes. Em se tratando de uma migração majoritariamente masculina, objetivava-se também estudar a situação experienciada pelas pessoas que ficavam, mormente, as mulheres e as crianças. A metodologia da pesquisa incorporou técnicas qualitativas, por meio da história oral, além de dados quantitativos sobre a estrutura agrária desses municípios e documentos relativos aos processos jurídicos envolvendo os conflitos sobre a apropriação das terras dos camponeses. Outra técnica foi a produção de 51 desenhos de crianças sobre o tema da família e migração. A análise interpretativa dos desenhos revela as representações infantis sobre a migração temporária dos dois mundos, que, embora distantes geograficamente, acham-se unidos pelas mesmas determinações sociais. Os desenhos são as vozes sussurradas das crianças sobre o processo migratório que lhes fora imposto.

Palavras-chave: Crianças. Desenhos. Migração

ABSTRACT

The objective of this article is the analysis of drawings by Maranhão children, whose parents migrated to work in São Paulo sugarcane plantations. The drawings were collected in 2007 during a survey in Cocais Maranhenses cities - Timbiras, Codó, and Coroatá - where most of these migrants come from. The research aimed to analyze the factors responsible for the migration within the context of peasantry expropriation by big companies present there. In the case of a predominantly male migration, the objective was also to study the situation experienced by the people who were mainly women and children. The research methodology incorporated qualitative techniques, through oral history, as well as quantitative data on the agrarian structure of these municipalities and documents related to the legal processes involving conflicts over the appropriation of peasants' lands. Another technique was the production of 51 drawings by children about family and migration. The interpretive analysis of the drawings reveals the children's representations on the temporary migration of the two worlds, which, although geographically distant, are united by the same social determinations. The drawings are the children whispered voices about the migratory process that had been imposed upon them.

Keywords: Children. Drawings. Migrations

CRUZANDO OLHARES: IMIGRANTES E REFUGIADOS NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO EM SÃO PAULO

*Flávia Elaine da Silva Martins**

1 Introdução

Este texto tratará da dificuldade aumentada que imigrantes e refugiados vêm encontrando na sua busca por moradia. Consideraremos esta dificuldade tanto a partir das condições brasileiras recentes de acesso à habitação, olhando com maior vagar para metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo, quanto ampliando o olhar para as dificuldades de acesso à moradia que vêm se intensificando mundialmente, nas últimas décadas. Nosso percurso será longo, assim como a travessia daqueles sobre os quais falamos.

Essa dificuldade em encontrar moradia é um tema estrutural e de fundo em nossa sociedade, atingindo, há décadas, a quem chega às cidades brasileiras, seja vindo de outros estados ou de fora do país. Mas, alguns elementos novos precisam ser considerados.

O primeiro deles diz respeito às características das migrações na última década, e neste ponto queremos nos referenciar marcadamente na intensificação dos processos migratórios chamados sul-sul, localizando certa centralidade regional desempenhada pelo Brasil. O segundo diz respeito aos novos olhares e demandas incluídas nestes processos migratórios. Questões relativas à violência de gênero, às violações de direitos a partir de orientações afetivas e à intensificação da presença da criança nos processos migratórios devem ser consideradas no diálogo que travamos acerca da moradia. Em terceiro, precisamos caracterizar com precisão o que alguns autores vêm definindo como alienação da moradia.

Neste ponto, pretendemos apresentar em que medidas este grau de alienação vem se intensificando mundialmente, além de refletir localmente, a partir de pesquisas sobre as condições recentes desta alienação. Vale considerar que, nas metrópoles brasileiras, a alienação da moradia tem profundidades que encontram chão em uma sociedade colonial, com fortes traços de exploração e dominação assentados na violência contra a mulher e no racismo.

Por fim, neste painel, encontramos um campo de disputa que vem se configurando nas ocupações de prédios centrais, nas grandes cidades. Oriundas de movimentos por moradia anteriores, as ocupações vêm agregando em suas

* Professora Adjunta; Departamento de Geografia; Programa de Pós Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense

pautas as complexidades mencionadas acima, tornando-se um importante campo de atuação e reflexão de diversos grupos e de suas demandas sociais, muitas vezes encaminhadas em projetos coletivos que envolvem planos políticos, estéticos e afetivos.

Não sem dificuldade e contradição, os sujeitos migrantes, diante da dificuldade sistêmica para encontrar moradia, se somam aos movimentos de ocupação, encontrando aí a continuidade de lutas travadas nos seus países de origem, integrando-se a novos enfrentamentos.

Este encontro acaba por redefinir os sujeitos envolvidos, que revisitam sua origem, ao mesmo tempo em que passam a conhecer melhor aqueles que os acolhem. Este campo da sociabilidade, forjado no *quente* do cotidiano, pode redefinir as identidades dos sujeitos migrantes na metrópole, apontando caminhos a seguir e constituindo o devir.

2 Cruzando olhares: desvendando o Brasil nas migrações sul-sul contemporâneas

Abordando autores e dados sobre processos migratórios recentes que têm o Brasil como destino, começamos a compreender mudanças significativas nestas duas primeiras décadas do século XXI. Nosso objetivo aqui será o de localizar este novo contexto, buscando revelar que as distintas origens destes migrantes trazem consigo proximidades (além dos distanciamentos já presumidos) junto à sociedade na qual passam a viver. Este ponto é relevante se buscamos entender de que forma a presença destes sujeitos junto aos movimentos por moradia, como as ocupações, fortalece pautas já presentes, assim como pode apontar para novas frentes, enriquecendo o painel de caminhos a serem trilhados.

Desta forma, comecemos por buscar situar o Brasil em um novo contexto migratório, desempenhando um papel distinto de outrora. Lemos que

o Brasil, a exemplo de outros países que tradicionalmente não constituíam áreas de destino migratório, hoje recebe um número cada vez maior de pessoas oriundas de países como o Haiti, Bolívia e Congo, além de pedidos de refúgio de indivíduos que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia. (BOGUS; FABIANO, 2015, p. 128).

Necessitamos aqui buscar alguns fatores que tenham contribuído para este reordenamento. Para Raúl Zibechi, (2012, p.348), em seu livro chamado “Brasil Potência”, a estratégia buscada pelo país, a partir de 2003, consistiu no desenvolvimento de *global players*, ou seja, na conformação de grupos econômicos capazes de fazerem frente a outros grupos no cenário mundial de acumulação.

Esta estratégia incluiria a formação de verdadeiros conglomerados, em alguns setores produtivos estratégicos para o Brasil, tendo em vista sua longa história de exportação de “matérias primas”, se assim podemos dizer. Estes setores estariam representados no agronegócio, na produção do álcool, petróleo, no setor de óleo e gás, na mineração, papel e celulose, infraestrutura, dentre outros.

Esta ação foi interpretada por muitos autores como um período de crescimento econômico e, de fato, este crescimento pôde ser lido a partir do aumento nas taxas de emprego e no consumo da classe trabalhadora, em parte provocado pela implementação de políticas distributivas.

Entre 2006 e 2008, vimos se formar uma crise econômica de amplitude mundial com epicentro nos EUA. Inúmeros fatores compõem este quadro, sendo um deles a crise das hipotecas e dos financiamentos chamados *subprime*. Mesmo diante deste quadro recente, em 2011, o governo federal brasileiro deu início à segunda fase do programa federal de habitação, chamado Minha Casa Minha Vida, injetando grande quantidade de recursos, como podemos compreender em artigo de Bruno Martins, (MARTINS, 2016, p. 86-107). O impacto desta ação provocou crescimento no setor da construção civil e foi complementada ainda pelo aumento de recursos destinados ao financiamento da habitação. Estes temas serão abordados mais à frente, mas o que queremos ressaltar é que o Brasil surge como possível destino, apresentando condições de inserção do trabalhador migrante, ao mesmo tempo em que destinos anteriormente escolhidos enfrentam fragilidade na economia.

O Brasil passa também a exercer certa centralidade regional, em um contexto Sul e latino americano, apresentando ainda alguns marcos regulatórios¹. Identificamos então não só a presença do Brasil como destino em um contexto mundial, mas ressaltamos as relações Sul-Sul. Segundo as autoras acima mencionadas, “ainda que os dados sejam reconhecidamente inferiores a movimentos migratórios que tenham os Estados Unidos como foco, por exemplo, foi possível se identificar certa importância regional nos fluxos migratórios” (BOGUS; FABIANO, 2015. p 130).

É necessário ainda revelar que o crescimento econômico pautado na formação de conglomerados precipita o aumento de postos de trabalho, mas devemos considerar as condições de exploração deste trabalhador e, para tanto, devemos nos voltar ao que sabemos sobre o grau de exploração presente em determinados setores. Construção civil e agronegócio, por exemplo, vêm apresentando incidência de denúncia de trabalho escravo, juntamente com outros, como o setor têxtil².

Os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes vão sendo desvendados à medida em que nos aproximamos dos relatórios do Observatório de Imigrações Internacionais-OBMIGRA, do Ministério do Trabalho, que lidam com dados gerados a partir do emprego formal do imigrante, dados colhidos a partir da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, além de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Nestes relatórios encontramos maiores salários atribuídos aos homens, maior quantidade de emprego para homens, ainda que o relatório de 2017 tenha focado a presença da mulher imigrante nos postos de trabalho. O que nos chama atenção está relacionado com as atividades e ocupações que mais empregam imigrantes. Algumas delas revelam que esta política de formação de *global players*, mencionada acima, produziu parte dos postos de trabalho específicos.

Encontramos, como principais atividades, a construção de edifícios, restaurantes e similares, abate de aves, lanchonetes, hotéis, comércio varejista, limpeza em prédios e frigoríficos, abate de suínos, confecção de peças de vestuário, o cultivo de maçã. Como principais ocupações encontramos o servente de obra, o alimentador de linha de produção, o faxineiro, o cozinheiro geral, pedreiro, abatedor, magarefe, auxiliar nos serviços de alimentação, vendedor de comércio varejista, repositor de mercadorias, dentre outros. Estas ocupações e atividades nos revelam a presença do trabalhador na cadeia produtiva necessária e estruturada pelos conglomerados.

É interessante notar que os principais estados com maior presença destes trabalhadores são aqueles que reconhecemos regionalmente como pertencentes à presença do agronegócio, especialmente estados localizados na rota de produção de aves. Além do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aparecem São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com números maiores que outros estados. Apenas para revelarmos as origens, os principais países que apareceram quando realizada a análise de admissão e demissão foram República do Haiti, Argentina, Paraguai, Senegal, Bolívia, Portugal, Uruguai, Peru, Colômbia, China, dentre outros³.

Por fim, este papel desempenhado pelo Brasil provocou um aumento da chegada dos imigrantes, mas devemos levar em conta que, a partir de 2014, esta curva ascendente passa por alterações. Os relatórios mencionados indicam aumento das demissões, apontando um saldo negativo entre o número de contratados e demitidos. Desta forma, além da exploração do trabalhador quando o mesmo está empregado, os imigrantes passam a enfrentar o aumento do desemprego.

A partir da compreensão do papel recente do Brasil como foco da atenção dos movimentos migratórios, e buscando revelar a qualidade da inserção destes trabalhadores, passamos agora a compreender novos elementos que qualifiquem os sujeitos destes processos e suas demandas.

Do ponto de vista estrito dos refugiados, encontramos na apresentação do Dossiê Refugiados da Revista Travessia, a análise e comparação entre as temáticas presentes na edição 37, no ano de 2000 e as temáticas que surgem no contexto da edição 2016. Apontando tanto para a multiplicação do número de refugiados quanto para o surgimento de novas questões, e a articulação destas com questões arraigadas, o autor chama a atenção para o fato de que a

abordagem sobre refúgio e *desplazamiento* hoje ficaria com graves lacunas se não apontar para a violência de gênero; os conflitos e violações de direitos devido à

orientação sexual; o manejo predatório de recursos naturais e as mudanças climáticas (...) o drama de crianças migrantes forçadas e refugiadas, muitas delas separadas dos pais (...) (PEREIRA, 2016, p.3).

Novos conteúdos e o acrescentamento nos movimentos Sul-Sul devem ser aqui considerados. Em uma sociedade forjada em processos de conquista territorial e migração forçada, amplamente apoiados na dominação étnica e racial, com projetos migratórios encampados por empresas de colonização que tiveram por objetivo, dentre outros, a promoção do “branqueamento” do trabalhador livre, elaborar constante revisão acerca das lutas sociais que permeiam os processos migratórios é de fundamental importância. Na medida em que o acrescentamento da relação Sul-Sul se dá, distintos contextos existentes nas origens destes imigrantes são encontrados aqui no Brasil, ou seja, lutas sociais que estavam presentes nos seus países de origem estão presentes aqui também.

Trabalhamos então com uma hipótese: O crescimento dos processos migratórios, de forma distinta do que presenciamos em meados do século XIX, as migrações Sul-Sul acabam por colocar em contato sujeitos que reconhecem processos históricos e sociais parecidos entre os dois pontos do seu caminho. Tendo em vista ainda que o contexto desta migração atual não é um contexto de promoção de branqueamento da sociedade, e que questões que motivam a saída dos seus lugares de origem são questões presentes na sociedade em que chegam, existe um campo de possibilidades de encontro e continuidade das lutas sociais.

E certamente, a luta por moradia é um dos campos em que esses encontros podem acontecer. Ao cruzarmos esses olhares, ganhamos importantes elementos de compreensão da sociedade que se forja à nossa frente, nas metrópoles. Inúmeros fatores surgem quando olhamos para a crise sistêmica da habitação brasileira e as demandas sociais por moradia.

Na história das nossas metrópoles, forjou-se, ao mesmo tempo, a presença da população negra escravizada e a dificuldade da mesma em acessar as terras urbanas, que passaram a ser a fonte de renda, da renda que antes se obtinha com o trabalho escravo. De forma análoga, a Lei de Terras provocou o cativo de terras no campo, diante da presença do trabalhador livre e da libertação dos escravizados⁴. Trabalhadores livres chegados às cidades tampouco conseguiram resolver seus dilemas de moradia. A presença dos cortiços junto às áreas industriais urbanas nos remete a isso.

A consequente periferização dos trabalhadores, já a partir das décadas de 30 e 40, para o caso de São Paulo, com as linhas de ônibus, vai posicionando os trabalhadores, muitos migrantes, bem longe da “cidade”. Muitos movimentos sociais por moradia nascem na periferia e passam, nas últimas décadas, a disputar por centro e centralidade. Muitos destes movimentos foram construídos por mulheres, conhecedoras da violência de gênero que permeia a exploração.

Nossos movimentos por moradia, portanto, têm estas camadas em sua textura e vão tendo suas cores reativadas com a chegada de sujeitos que partiram de suas casas, com a chegada de quem enfrentou problemas parecidos, em contextos muito distintos. Esta troca não pode ser apagada, mas há muito que se compreender. É um desafio.

3 Mundialização financeira, precarização do trabalho e cercamentos

Antes de retornarmos ao ponto que nos instiga, precisamos notar que existem outros níveis para se compreender a crescente dificuldade em se obter moradia. Não só este tema perpassa mundialmente as sociedades, como vem ganhando intensidade. Entretanto, é necessário desvendarmos em qual contexto mundial a habitação, em sociedades tão distintas, passa a ter seu sentido mais localizado nos valores de troca do que nos seus valores de uso, constituindo o que mais à frente chamaremos de *comodificação* da moradia. Para tanto, elencamos alguns aspectos que podem ser relevantes.

O contexto mundial que vem promovendo um reordenamento dos movimentos migratórios é um contexto de crescente desigualdade, em certa medida provocada por concentração de renda em circuitos de investidores financeiros e empresas transnacionais e pelo rebaixamento das condições de trabalho, de forma associada à espoliação que gira em torno dos cercamentos do comum⁵. Este conjunto de ações favorece aos ritmos de remuneração do capital investido em circuitos de valorização produtiva e financeira, ao mesmo tempo em que gera condições de pobreza das quais muitos precisam escapar.

As crises oriundas dos ciclos de acumulação vêm sendo “resolvidas”, em cada época, a partir de estratégias específicas. Os períodos pós-guerras, articulando produção e consumo em massa, além da estruturação do estado de bem-estar social em algumas sociedades, chegou à década de 1970 em crise. Financeirização, precarização e cercamento parecem ter sido elementos importantes na recondução dos ritmos de acumulação.

É com François Chesnais (2005) que podemos apresentar aqui a estruturação do que o autor denominou mundialização financeira. Para o autor, a compreensão do mundo contemporâneo passa por identificar o capital financeiro no centro das relações econômicas e sociais, com a forte presença de grupos industriais transnacionais. O autor menciona a década de 1980 como um momento de ressurgimento de ativos financeiros, além do acesso de grupos industriais inteiros, incluindo de serviços e telecomunicações, e da bolsa de valores.

Resgatando a estruturação da financeirização nos Estados Unidos, país central neste processo, o autor menciona a década de 1950 como momento de certo recuo da crise gerada pelo *crash* de 1929, a partir do investimento da classe média americana em poupança e seguro, gerando concentração e centralização

de capitais. Processo confirmado a partir do pagamento obrigatório dos salários por mediação de instituição bancária, na década de 1960.

O regime de câmbio flexível após a derrocada de Bretton Woods, em 1973, acaba por desencadear a desregulamentação, ou seja, a abertura interna e externa dos sistemas nacionais, antes fechados e compartimentados, conduzindo à emergência do espaço financeiro mundial, que não chega a suprimir os sistemas financeiros nacionais. O autor aponta, portanto, três elementos constitutivos: a desregulamentação, como já dito, definida pela liberalização monetária e financeira; a descompartimentalização dos mercados nacionais, com abertura a investidores estrangeiros, e a desintermediação, marcada pela abertura das operações de empréstimos antes reservadas aos bancos a todo o tipo de investidor institucional.

Esta integração é incompleta e imperfeita e vem definindo ritmos de exploração do trabalhador e consequente pobreza, cada vez mais intensos. Se o movimento para a circulação do capital financeiro encontra cada vez menos barreiras e fronteiras, os sujeitos empobrecidos encontram cada vez maior dificuldade para o rompimento das mesmas. E mesmo que as primeiras barreiras sejam vencidas, com a migração, a moradia se apresenta como uma barreira posterior.

De forma concomitante, antigas estruturas de contratação de força de trabalho vão se readequando. É com David Harvey que teremos acesso a alguns painéis que apresentam estas mudanças. Reativações na relação entre dominação e exploração se apresentam. Contratações precárias, regimes temporários, acionamento de antigas hierarquias como componentes da exploração do trabalho, tais como as relações de gênero e familiares, por exemplo, retomam seus lugares na estrutura produtiva, com tendência à predominância, (HERVEY, 2013). É bem verdade que a precarização nunca chegou a desaparecer, e esta é uma observação importante se não quisermos generalizar demais complexos processos espalhados pelo mundo, cometendo erros graves.

Não só a intensificação da exploração do trabalhador vem se reapresentando diante de um mundo financeirizado, mas também atualizações nos processos de cercamento, com consequente vulnerabilização de famílias e comunidades, especialmente para as mulheres, cuja reprodução da vida esteve e está ligada aos bens comuns, que passam a ser tratados como mercadorias e circulam como valiosos campos de investimento⁶.

Diante deste contexto, a habitação, mesmo em países que chegaram a desenvolver programas sociais abrangentes, como foi o caso da Inglaterra, passa a ser um (velho) novo campo para a acumulação, dado o grau de centralidade que tem na reprodução da vida dos trabalhadores e da sociedade como um todo, como uma mercadoria imprescindível, e que nestes novos tempos deverá ser comercializada e consumida com a mediação dos circuitos financeiros. Dívida e moradia caminham cada vez mais aproximados. Com este olhar, buscaremos entender um pouco mais este processo.

4 O contexto de *commodification* da moradia ao redor do mundo

Precisamos aqui ressaltar a forma pela qual a moradia vem sendo cada vez mais realizada como uma mercadoria. O contexto acima apontado nos revela que os três elementos - a mundialização financeira, com conseqüente busca de investimentos financeiros pelo espaço urbano, como uma saída contraditória para crises de valorização; a intensificação das relações de dominação e exploração dos sujeitos e trabalhadores e a prática dos cercamentos, renovada e reiterada – em sua associação, acabam por colocar a questão da moradia em sua centralidade nos embates políticos e econômicos atuais.

Entretanto, precisaremos nos concentrar para perceber que existem condições gerais deste processo sendo reveladas mundialmente, ao mesmo tempo em que condições particulares devem ser destacadas. Nosso objetivo com isso é apresentar a profundidade da chamada questão da moradia, uma vez que desejamos apresentar os movimentos de ocupação em sua amplitude.

Em termos gerais, algumas pesquisas vêm apresentando a intensidade pela qual a expulsão, o despejo, as desapropriações, vêm ocorrendo mundialmente. Um estudo de Miloon Kothari traz dados acerca das expulsões, ressaltando o elevado número alcançado em países como a China. Cerca de 45 milhões de pessoas nos últimos 50 anos. Para ele, as expulsões vêm ocorrendo por diferentes razões.

Elas vêm ganhando espaço, ao redor do mundo, tanto em estados democráticos quanto autoritários. Muitos são os chamados despejos baseados no desenvolvimento, que incluem aqueles planejados ou conduzidos sob o pretexto de servir ao bem público, e medidas de aquisição de terras associadas à renovação urbana, renovação de habitação, embelezamento da cidade e outros programas de uso da terra. As expulsões também estão em ascensão devido à relutância dos estados em controlar a especulação na habitação e na propriedade (...) (KOTHARI, 2015, p.:06 [tradução livre da autora]).

Peter Marcuse e David Madden (2016) apontam a crise global na moradia. Para que esta afirmação não padeça de imprecisão, estes autores associam dados e estrutura argumentativa nos revelando a amplitude desta dificuldade, a de morar, apontando ou recorrendo à farta bibliografia que ilumina clivagens que intensificam a dificuldade em morar ou de permanecer nos lugares onde se mora, sendo estas clivagens estruturadas em questões raciais, de gênero e geracionais.

Falar em *comodificação* da moradia significa aproximar a reflexão que fazemos acerca da mercadoria, trazida por Karl Marx (2014), para a moradia. Para os autores mencionados acima, este seria um termo para o processo geral

pelo qual o valor econômico (valor de troca) de algo supera o seu uso, o seu valor de uso. Produtos se tornam mercadoria unicamente a partir de sua dupla natureza, pois portam, ao mesmo tempo, a dimensão do uso e a possibilidade da valorização. Na *comodificação* da moradia, a função desta para o mercado imobiliário passa a preceder e predominar por sobre o seu usufruto como um lugar para viver.

Quando isso acontece, o papel da moradia como investimento supera todas as outras reivindicações, se elas forem baseadas em direitos, necessidades, tradição, precedentes legais, hábitos culturais, ou o significado ético e afetivo da morada (MADDEN; MARCUSE, 2016, p. 17).

Mesmo em contextos distintos e com formações particulares, a produção do espaço urbano (e da moradia) parece assumir papel cada vez mais central como setor de valorização da produção capitalista. Engendrando valorização do valor, em termos absolutos, por meio da construção civil, e com valorização fictícia nos circuitos especulativos financeiros, a produção da moradia nas cidades deixa de ser um campo derivado de outros campos mais centrais da produção capitalista e passa à frente, demandando elucidação. Elucidação dos termos contemporâneos de produção e reprodução capitalistas e também de elucidação dos enfrentamentos sociais, pois tratamos aqui não só de uma disputa por habitação, vista como habitat, mas uma disputa pela centralidade na construção dos sentidos e dos ritmos pertencentes ao espaço social urbano.

Além de refletir contemporaneamente sobre esta questão, é necessário que revelemos todos os circuitos por onde esta mercadoria passa na atualidade, centrando o olhar nos circuitos financeiros e fictícios, na presença aumentada de fundos imobiliários ou fundos que investem em moradia, na aplicação financeira em carteiras de investimento que acabam por derivar em projetos urbanos, e até mesmo reiterados processos de lavagem de dinheiro que encontram respaldo neste setor.

Esta *comodificação* é concomitante ao que definimos aqui como alienação da moradia. Entendida como estranhamento e distanciamento, os termos da alienação da moradia vão surgindo como possíveis, como exercício de alargamento da noção de alienação em Marx (2014). Para caracterizá-los, remetemos à insegurança e progressivo distanciamento provocado entre os sujeitos e sua relação com a moradia. O medo da expulsão, os deslocamentos reiterados pelo urbano e o desenraizamento são apenas alguns dos elementos que vão se combinando na experiência do morar nas cidades e metrópoles ao redor do mundo. Experimentada de maneiras diversas, a alienação residencial pode ser considerada na atualidade como um dos focos de tensão e enfrentamento social.

Apesar deste processo se realizar de forma cada vez mais ampliada mundialmente, é necessário diferenciarmos contextos de liberalização de políticas habitacionais, produzidas por estados de bem-estar social, de contextos de sociedades rentistas e coloniais, que apresentam há séculos o impedimento crônico de acesso à moradia, como o caso das cidades brasileiras, cujos moradores e trabalhadores vêm resolvendo esta crise ao longo das últimas décadas a partir da autoconstrução e consequente produção intensa das periferias urbanas.

Para que possamos falar da alienação da moradia, precisaremos discernir ainda uma escala de situações que envolvem desde expulsões violentas, aumento da população em situação de rua, até a presença de endividamentos silenciosos e dos consequentes despejos. Níveis e dimensões dessa alienação devem ser levados até à promoção imobiliária que produz condomínios e conjuntos de prédios marcados pelo esvaziamento de suas unidades.

Em pesquisa realizada sobre o endividamento nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro (MARTINS, 2011)⁷, foi possível identificar que, quase na totalidade, os imóveis que iam a leilão por falta de pagamento de prestações estavam ocupados. Esta pesquisa partiu da identificação de um contexto jurídico favorável à retomada dos bens imóveis financiados em caso de inadimplência. A partir da chamada Lei de alienação fiduciária de bens imóveis, de 1997, houve um quadro de diminuição de riscos aos investidores e consequente aumento da oferta de crédito para financiamento dos imóveis. A partir desta lei, posse e propriedade se reúnem somente ao final do endividamento, ou seja, enquanto o imóvel não for quitado, pertence à instituição financiadora.

Desta forma, em caso de não pagamento, se torna muito mais ágil a retomada dos imóveis. Com isso, os leilões de imóveis se tornaram uma importante fonte de pesquisa para reconhecermos a presença crescente dos despejos ou reintegrações de posse que vêm ocorrendo na última década. Conforme apontado, a maioria dos imóveis leiloados estavam ocupados, evidenciando a disputa e conflitos por moradia.

Ao mesmo tempo em que esta ampliação do crédito imobiliário em regime de alienação fiduciária aumenta, identificamos o aumento das escalas de produção e de atuação das incorporadoras, produzindo moradias por toda a metrópole. A abertura de capitais na Bolsa de Valores, promovida pelas incorporadoras, conectou os níveis de produtividade deste setor aos de outros setores provocando superprodução dos produtos imobiliários, mercadorias, portanto.

Um dos impactos deste incremento de crédito para a compra dos imóveis e deste *boom* imobiliário foi o aumento dos preços dos imóveis (e consequentemente dos aluguéis), uma vez que a composição do preço leva em conta a capacidade de endividamento da sociedade. A dificuldade no pagamento dos financiamentos foi pressuposta na pesquisa, na medida em que a dívida era certa e constante, de longo prazo, mas os níveis de emprego estavam situados

em um contexto de precarização. A partir de 2014 este contexto se revelou real e se confirmou pelo aumento da inadimplência e dos imóveis leiloados no regime de alienação fiduciária.

O avanço da produção imobiliária e o aumento dos preços praticados vêm expulsando e dificultando o acesso de muitos trabalhadores a qualquer tipo de moradia, seja com contratos legais ou precários. São comuns os dados que revelam o aumento de população em situação de rua, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos últimos três anos. Entretanto, esta questão não deve ser tratada como circunstancial, como uma crise em um único país.

Moradores em situação de rua não são um detalhe atípico da vida urbana – é o maior segmento do sistema de habitação. Enquanto no passado eram predominantemente homens solteiros, na atualidade é um fenômeno familiar. Famílias compõem quase oitenta por cento da população no sistema de abrigo de Nova York. Ano passado, apenas em Nova York, 42.000 crianças estiveram sem casa por pelo menos uma noite (MADDEN, MARCUSE, 2016, p..69).

Também não deve ser tratado acidentalmente o endividamento familiar, como foi no caso de expulsão em massa de moradores dos Estados Unidos, endividados, na crise do *subprime* de 2008. Em suas múltiplas faces e formas, o endividamento costuma ser compreendido muito mais como um drama familiar ou individual, além de circunstancial, sendo com isso pouco abordado como um elemento revelador dos aspectos econômicos, sociais e políticos da produção do espaço urbano, além de poder revelar que o endividamento imobiliário é uma condição estrutural do trabalhador na nossa sociedade.

O autor Alan Walks (2013) aponta que a particularidade do endividamento com a casa deve ser tratada em escalas múltiplas, de forma associada a distintas variáveis econômicas e sociais, para que se ilumine as condições mais gerais destes endividamentos, apontando ainda para movimentos gerais metropolitanos. Usando dados do Canadá, o autor aponta a proximidade que estes têm das cidades anglo-americanas. De forma muito parecida ainda, e com um recorte temporal semelhante, uma análise é feita na Espanha, entre os anos de 1997 e 2007, revelando o aumento significativo de contratação de crédito para a compra da casa, além da identificação do aumento significativo dos despejos. Por fim, afirma que muito pouco é entendido sobre como os níveis de endividamento das famílias são distribuídos espacialmente dentro ou entre cidades, e como a dívida privada é representada na geografia de raça, classe, habitação, forma urbana e outras variáveis sociais.

Como vimos, enquanto os motores propulsores destas expulsões, em vários matizes, intensificam suas atividades, as soluções se restringem às medidas isoladas, apontando problemas de ordem técnica ou tecnocrática. A moradia

é tomada como questão de especialistas, quando o fundo é de outra ordem. Uma atualização possível do pensamento de Engels seria o de que a questão da moradia não é derivada de outras questões maiores, mas acabou por passar ao primeiro plano como um eixo de enfrentamento de planos muito mais gerais e profundos da nossa sociedade. Desta forma, sujeitos sociais que lutam por moradia na atualidade reforçam o quanto este embate não é só econômico, derivado de outros conflitos mais gerais. É exercício de um direito mais amplo (MADDEN, MARCUSE, 2016, p. 9).

Vamos tomando ciência sobre como a crise do morar - tomado aqui como um eixo mais central, não só da reprodução do trabalhador, mas da vida - vem sendo ampliada enormemente nas nossas sociedades urbanas, uma vez que as disputas entre valores intrínsecos e contraditórios que o compõem vêm se tornando mais presentes, mesmo em sociedades muito distintas. Na medida em que a produção do espaço da habitação e do urbano se torna momento ativo na reprodução crítica capitalista, como nos aponta David Harvey (1990) em *Limites do Capital*, os conflitos entre os distintos valores, uso e troca, vão se mostrando, e mostrando com isso estruturas críticas por traz das opções econômicas e políticas que vêm definindo o campo da habitação. Basta lembrar como o Programa Minha Casa Minha Vida acabou por periferizar muitas moradias, e em determinados casos, foi responsável pelo socorro às incorporadoras, além de provocar o endividamento de famílias que agora não podem pagar.

Intensificando estes argumentos, a mundialização de estruturas financeiras e sua preponderância por sobre o capitalismo industrial agudizaram as já difíceis questões da habitação. Resulta daí que o urbano e com ele a habitação, não podem mais ser consideradas questões secundárias. O que nos remete à disputas acirradas e desiguais e a campos de conquistas mais amplos também.

5 A sociabilidade da vida cotidiana: repetição e diferença

A chegada em um país diferente apresenta um conjunto de desafios às famílias, crianças, sujeitos que precisam reconstruir uma nova rede de ligações, novas estruturas de sociabilidade, prosseguirem nas suas trajetórias, cujos rumos foram alterados radicalmente. Esta chegada deve sempre ser compreendida nos contextos sociais, econômicos e políticos nos quais é engendrada. Há vários eixos de compreensão possível sobre esta nova inserção, dados que podem revelar um aspecto ou outro, o emprego, salário, a inserção religiosa, mas neste artigo, nosso olhar se volta à reestruturação dos campos da sociabilidade nos planos da vida cotidiana, marcadamente a partir da moradia.

A vida cotidiana é abordada aqui como o campo do tudo e do nada, da vida e da morte, mas de tal forma estruturada em eixos lineares repetitivos e fragmentos soltos, que parece se resumir em uma sucessão de espaços-tempos não significativos. Esta aparente insignificância da vida cotidiana é superada

aqui a partir da consideração deste plano como um potente momento de desvendamento sobre as lutas sociais radicais e muitas vezes silenciosas, que vão se imprimindo na vida de quem pouco tem, mas muito deseja.

Mergulhar no plano do cotidiano, que nos envolve a todos, também é uma forma de conhecer o outro e com isso a nós mesmo, em um campo comum de ações. Refletindo o contexto do sujeito migrante, adotamos os mencionados quatro passos em direção à diferença, resgatados de Todorov por Stavros Stavrides (2016).

“O início, quando se produz o primeiro passo em direção à pessoa diferente, tenderá necessariamente ao distanciamento entre um mesmo e a sociedade e o eu. Segundo Todorov, (Todorov apud, STAVRIDES, 2016), isto é o que motiva a partida. Não pode haver movimento sem que antes se produza este sentimento de distanciamento. O segundo passo se refere à primeira aproximação em direção a outra sociedade. Uma pessoa se submerge nela com a intenção de entender, de comunicar-se. Entretanto, vai carregada com suas próprias formas de atuar e de pensar, suas próprias categorias de conceitos. Recorrerá a elas em primeiro lugar, posto que são as únicas das quais essa pessoa dispõe. O terceiro passo é o momento de retorno ao lugar de origem. Incluindo se este retorno for somente mental. Entretanto, este retorno inaugura o processo de um segundo distanciamento. O observador emigrante contempla sua sociedade – e a identidade que esta lhe outorga – através de olhos distintos, quase os olhos de um estranho. É possível que, se consegue não sucumbir à esquizofrenia que pode chegar a provocar semelhante experiência, seu novo lugar de destino lhe oferece a oportunidade de uma conciliação entre os aspectos, aparentemente incompatíveis, de sua própria experiência e as conceptualizações sobre os outros. Por último, o quarto passo supõe uma aproximação nova à alteridade que se enriquece, poderíamos dizer, com a evolução da primeira visita, através da qual os outros não são nem um desvio dos valores ecumênicos que supostamente representa sua cultura, nem são um modelo exótico de um novo conjunto de valores. Então, sem perder de vista o horizonte do universalismo (ou seja, o horizonte que considera a comunicação e o encontro prévio como algo necessário e legítimo, mas também factível), esta pessoa poderá estudar tanto a sociedade dos outros como a sua própria e estabelecer comparações. Todorov conclui: conhecer aos outros não é só uma possível via em direção ao autoconhecimento: é a única (Todorov apud, STAVRIDES, . 2016)⁸.

A prosa do mundo, como nos diria um autor que muito se concentrou para revelar este campo de compreensão e de luta social⁹, contém intensidades e vértices que se atenuam nos ruídos e silêncios do dia a dia, e com isso, por vezes nos parece uma banalidade incapaz de nos fazer refletir sobre as mudanças radicais que vem se encaminhando na sociedade. Mas é deste plano que as mudanças podem emergir.

Sociabilidade e cotidiano ganham potência reveladora sobre uma sociedade em mudança. Esta sociedade em mudança é refletida nos movimentos migratórios, que espelham tanto processos globais de violência política, econômica, de gênero, étnico-raciais quanto o desejo de mudança. Estes movimentos migratórios acabam por ter continuidade de lutas entre os países de onde saem e as metrópoles em que chegam. Nosso recurso de análise, quando se aproxima dos enfrentamentos mais ou menos sutis, acaba por captar demandas que se inter cruzam. O campo da sociabilidade, então, constituído na vida cotidiana, é revelador para quem o estuda, é potente para quem nele luta.

Do ponto de vista das epistemologias, das teorias e práticas que constituem nossos processos de conhecimento, o estudo do cotidiano fragiliza também pensamento e prática que não se refazem em campos científicos isolados da vida. Teorias universalizantes ou situadas em sociedades cujo conhecimento se estrutura exatamente a partir do domínio do outro, domínio do diferente, ciências coloniais, portanto, tendem a perder força quando postas à prova no entrecruzamento da vida cotidiana. Em sociedades como a nossa, cujos projetos de modernização capitalista são contraditórios, o plano da vida cotidiana se faz pertinente à compreensão, pois este plano traz à tona, de forma ambígua, a reprodução de estruturas de dominação e crítica destas mesmas. Trajetórias, sonhos, dimensões que revelam novos caminhos a serem trilhados.¹⁰

Entretanto, para os muitos dos imigrantes recém-chegados no Brasil, mais do que para quaisquer outros sujeitos, a vida cotidiana, momento revelador de sua integração social, não é um plano assegurado ou garantido. Estes grupos necessitam reconstruir este plano aparentemente banal, se encontrando em pleno movimento, e porque não dizer, em uma fronteira de inserção. Desta forma, reconstituir a banalidade do cotidiano é um ato preñado de sentido estratégico para aqueles que lutam em um novo lugar. Na aparente banalidade do cotidiano, a construção das trajetórias, a reconstituição de lutas já batalhadas em outros territórios é possível. Exatamente por isso, este cotidiano, na medida em que se constitui campo de análise, é potente em revelar os enfrentamentos contemporâneos da sociedade, das distintas sociedades que se entrecruzam na vida destes sujeitos. As questões apresentadas revelam lutas sociais pertinentes mundialmente.

Para tanto, e evitando o risco de não conseguirmos caminhar neste texto, tão grande pode ser sua amplitude, a proposta foi centrar foco na moradia, elemento central do cotidiano e que durante muito tempo foi tratado como campo reprodutivo, subordinado ao produtivo. A disputa por moradia, compreendendo o estágio em que a mesma se encontra nas metrópoles de chegada e as condições já reconhecidas pelos imigrantes, nos leva a olhar para as Ocupações.

6 Ocupações: encontros, demandas, sentidos

As lutas por moradia representadas nas ocupações de prédios urbanos são compreendidas aqui como uma ação dentro do campo da luta por direito à cidade, uma noção mais ampliada de direito à cidade, direito de ser centro e possuir centralidade na definição dos sentidos e rumos da produção do espaço urbano. A partir de diálogos e visitas em Ocupações Centrais em São Paulo, feitas no ano de 2015, reflexões emergiram deste contato, anunciando múltiplos projetos de cidade. A presença significativa de mulheres na luta, a multiplicidade geracional, a não centralidade no tempo constrangido do trabalho alienado na vida dos moradores, são pistas que anunciam a necessidade de se reconhecer a complexidade do pensar e agir destes sujeitos produtores do espaço. Na medida em que esta reflexão nos levou a procurar pela presença de imigrantes e refugiados nestas ocupações, outros elementos foram se somando.

Antes de tudo, é necessário resgatar toda a dificuldade que sujeitos e famílias têm encontrado para morarem nas metrópoles em que chegam, especialmente, em São Paulo.

Já sabemos que os preços altos, as reformas urbanas com criação de bolsões de riqueza, as desapropriações, o aumento do “custo de vida” para quem mora em uma periferia muito distante dos postos de trabalho, apoiado no alto custo do transporte, o desemprego e os baixos salários diante de uma mercadoria rara e cara como a moradia são os elementos formadores do contexto urbano com o qual os imigrantes e refugiados se deparam quando chegam. Para eles todas as questões já apresentadas aqui se multiplicam.

A demora em se obter documentos, a dificuldade com a língua, a dificuldade da compreensão de processos burocráticos, são complicadores que colocam muitos em situação frágil. A necessidade do pagamento de seguro ou da existência de fiador, no caso do aluguel, levam muitos deles a procurarem contratos sem mediação de documentos. Se isto pode parecer ser um facilitador, a princípio, pode colocar muitos em uma situação de maior exploração dos preços, e até mesmo em risco de violência. Ressaltamos que a clivagem da dominação entra em ação junto à da exploração, pois nestas negociações são reativadas questões de gênero, raça, dentre outras.

Quando muitos dos imigrantes e refugiados chegam às ocupações, estas questões não são completamente sanadas. A quantidade e a diversidade de ocupações, só em São Paulo, remetem a inúmeros movimentos e entidades. Longe de desconsiderar as contradições que estão presentes nestes movimentos, o que queremos aqui é ressaltar que, a partir de pesquisa sobre pautas e demandas explícitas de algumas das ocupações, especialmente a partir de divulgação das mesmas em redes sociais, conseguimos identificar eixos de enfrentamento e luta que parecem abarcar questões postas desde a partida de muitos destes sujeitos migrantes.

Em primeiro lugar, a pauta é moradia. Sujeitos envolvidos nas ocupações vêm trilhando uma série de caminhos para evidenciar a dificuldade sistêmica dos trabalhadores em conseguirem moradia. As estratégias criadas por eles, a sabedoria de tratar de questões estruturais e conjunturais ao mesmo tempo são um campo de aprendizagem para quem chega.

A produção da comum parte desde a distribuição de tarefas, que vai construindo campos de diálogos, conflitos e conquistas nas ocupações. Trabalhos coletivos cotidianos transformam espaços a partir de escalas de tarefas para limpeza, segurança e manutenção de áreas comuns, criando hortas, bibliotecas, pequenos centros culturais. Este cotidiano engendra a produção de festas, que reúnem quem está dentro e fora da ocupação, festa por vezes celebrada em mais de uma língua.

O encontro com o outro, em algumas das ocupações, tem gerado atividades políticas e culturais desenvolvidas com objetivo de reconhecimento das profissões dos imigrantes e refugiados. Em especial no último caso, por vezes, advogados, jornalistas, enfrentam perseguição política nos seus países de origem e quando chegam ao Brasil não encontram postos de trabalho equivalentes, sofrendo preconceito. Nestas atividades, alguns refugiados têm oportunidade de se dirigir ao outro a partir de seu conhecimento, passando a ser constituir em um processo de valorização da sua profissão, da sua trajetória. Além disso, podem apresentar distintas realidades e conseqüentes violências sofridas nos locais de origem, criando um contraponto ao que eles próprios denominam como um silêncio da mídia e da comunidade internacional em relação à situação vivida nos seus países.

Estas atividades mencionadas, encontradas em várias programações das redes sociais consultadas, promovem o diálogo entre quem está no movimento e quem vem de fora, com a apresentação das origens de cada um, da situação política dos países de origem dos refugiados, dos conflitos. Em nossas pesquisas encontramos o GRIST, por exemplo, sigla originada a partir do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto, que participam em ocupações do Movimento Sem Teto do Centro, integrante da Frente da Luta pela Moradia. Em um dos sites do grupo, encontramos que o mesmo foi criado em 2014, momento de importante chegada de muitos imigrantes e refugiados. Lendo matérias relacionadas ao grupo e acessando as redes sociais encontramos as programações e atividades mencionadas acima. Como já dissemos, outras instituições promovem algo similar há mais tempo, mas nosso objetivo aqui, entretanto, é ressaltar que a dificuldade da moradia acabou por promover novas pautas¹¹.

Devemos dar especial atenção ao fato de que existe uma gama muito complexa de sujeitos relacionados aos movimentos de Ocupação. Tendo em vista que muitas das questões de moradia estão envolvidas com o empobrecimento causado pela obsolescência que a sociedade industrial relega aos idosos, aos portadores de dificuldades de locomoção, às mulheres com crianças, as demandas

oriundas de cada uma dessas inserções se revelam nas pautas das ocupações, ganhando novos elementos com a presença de refugiados e imigrantes.

As ocupações rompem ainda barreiras intransponíveis para quem não tem dinheiro ou documentos permanentes. As ocupações têm acolhido imigrantes e refugiados que não podem, por exemplo, arranjar um fiador. É necessário ressaltar que, dentro desta complexidade, também há espaço para outras redes, que acabam cobrando pela moradia de forma oportunista, e sem projeto algum.

As ocupações não são um fim em si, nem para os movimentos nem para os imigrantes e refugiados. Constituem um momento da luta, uma forma de chamar a atenção para a *comodificação* e conseqüente alienação da moradia. Ao mesmo tempo, são formas mais ágeis de tirar famílias inteiras da rua. Falamos de uma reforma urbana¹² feita apesar e para além do Estado, uma crítica em ato das formas violentas de atuação do mesmo. Enquanto promovem estas ações, constituem ao mesmo tempo campos de diálogo, de compreensão.

Nossas pesquisas nos mostraram ainda o quanto o fazer política, nas ocupações, leva em conta a estética da política, reforçando elementos que se originam a partir do encontro de diferentes. É importante que esta litura não seja compreendida como uma *romantização* das ocupações. Quem ali luta, luta na fronteira. Reintegrações de posse, criminalização dos movimentos e dos sujeitos, tudo isso permeia aquilo que relatamos. Entretanto, na intensa barreira que a moradia perfaz à frente dos sujeitos migrantes, este é um caminho possível.

7 Considerações finais

Partindo de um olhar possível para os movimentos de ocupação de Prédios centrais em São Paulo e reconhecendo a presença dos imigrantes e refugiados junto a estes movimentos, a reflexão feita neste artigo buscou trazer à tona o difícil acesso à moradia. Longe de ser abordado como um problema circunstancial, a alienação da moradia vai sendo revelada em seus diferentes níveis e dimensões, que vão desde o processo histórico de periferização das classes trabalhadoras nas cidades, até a exacerbação da presença de famílias e crianças vivendo na rua das metrópoles. Há peculiaridades nesta crise da moradia, e a inserção da mercadoria da moradia na dinâmica financeira, incluindo o endividamento das famílias é apenas uma delas. Reconhecendo novas dinâmicas e demandas presentes nos sujeitos migrantes, encontramos movimentos similares nas pautas das ocupações, nos possibilitando reunir elementos que conformam a produção de outros sentidos para uma cidade, de direitos possíveis e de demandas radicais. Acompanhar e registrar estes elementos perfazem importante etapa para inventariarmos as possibilidades presentes na nossa sociedade, sem nos distanciarmos das contradições inúmeras.

Notas

¹ “Acordo sobre Residência do Mercosul e Países Associados”4. Decreto 6.975 de 07 de outubro de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm, acesso em 09/10/2017.

² É possível checar os estabelecimentos a partir do Ministério do Trabalho, no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, (Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016). Para estas considerações utilizamos a atualização de Atualização periódica de 6/10/2017.

³ “Relatório Anual 2016, A Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro”, pág.37, OBMigra, <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>, último acesso em 06/10/2017.

⁴ De forma muito apressada trazemos um pouco do que nos apresenta José de Souza Martins, no cativo da Terra (Martins, 1986, p. 157).

⁵ Ampla literatura vem revelando a importância do comum, como Elinor Ostrom (2000), por exemplo. Focamos aqui na espoliação contida no cercamento do comum. Em primeiro lugar, podemos compreender que este é um processo que não se iniciou e se encerrou nos clássicos cercamentos dos campos ingleses. Sobre a reposição contínua desta forma como estratégia de acumulação, David Harvey (2004) nos apresenta o termo espoliação em algumas de suas obras, dentre eles, O fim do imperialismo, com tradução para o português.

⁶ Para nos aproximarmos da relação entre as mulheres, o comum e uma análise mais ampla dos processos de cercamento, Sílvia Federici (2017) nos convida a olhar para a “caça às bruxas” como um momento importante da acumulação capitalista, separando as mulheres de seus territórios de saber e de enfrentamento, de forma associada aos processos de colonização.

⁷ Pesquisa de doutoramento da autora, realizada junto ao Departamento de Geografia da USP, com foco na metrópole de São Paulo, e que atualmente se desenvolve junto à UFF, reunindo dados sobre a metrópole do Rio de Janeiro.

⁸ Tradução livre da autora.

⁹ Tratamos aqui de Henri Lefebvre (1974), que em mais de uma obra sua nos fez compreender o plano da vida cotidiana como um plano de desvendamento e transformação. Conexões entre A Vida Cotidiana no mundo moderno. A produção do espaço e Elementos de Ritmanálise perfazem caminhos de desvendamento do tema que tratamos aqui.

¹⁰ Para J. S. Martins, em “A sociabilidade do homem simples”, esta consciência dupla, resultante do inacabado, de uma modernidade que não se completa, muitas vezes se revela mais na literatura do que nas Ciências Sociais. E na travessia, no inacabado, citando Guimarães Rosa, o autor aponta que “é na travessia, na passagem, no inacabado e inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso” (MARTINS, 2000, p.25).

¹¹ Durante a apresentação desta pesquisa, por ocasião da comemoração dos 30 anos da Revista Travessia, tive a oportunidade de conhecer Diana Thomaz, que vem pesquisando a presença dos refugiados nas ocupações, realizando trabalhos de campo.

¹² Vale lembrar que muitas cidades ao redor do mundo promoveram reformas urbanas e fizeram uma dura revisão acerca dos conjuntos habitacionais periféricos. Alguns dos pontos mais importantes destas reformas apresentavam exatamente o que as ocupações ainda demandam aqui no Brasil: presença de habitação popular em áreas centrais, diversidade de uso, promoção de diversidade de renda em grupos de habitações, evitando a periferização e a segregação.

Referências

- BÓGUS, L., FABIANO, M. L.. O Brasil como destino das migrações internacionais: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n.18, p.126-145, jul-dez/2015,
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Relatório Anual 2015. **Cadernos OBMigra**, Brasília, v. 1, nº2, p.1-174, 2015.
- _____. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro - Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- GOTHAM, K. F. Racialization and the State: The Housing Act of 1934 and the Creation of the Federal Housing Administration. **Sociological Perspectives**, Vol. 43, No. 2, pp. 291-317, 2000.
- GRIST – **Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto**. Disponível em: <www.territoriocultural.art.br/lugar/grist-grupo-de-refugiados-e-imigrantes-sem-teto/> acesso em 31/01/2018
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 466 p.
- _____. **Novo Imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- _____. **Ciudades rebeldes, del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Madrid, Ediciones Akai, 2013
- KOTHARI, M. **The Global Crisis of displacement and evictions: a housing and land rights perspective**. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 2015. Disponível em: <http://www.rosalux-nyc.org/wp-content/files_mf/kothari11.pdf> acesso em 14/01/2017
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. **Éléments de rythmanalyse - Introduction à la connaissance des rythmes**. Paris: Editions Syllepse, 1992.
- MADDEN, D., MARCUSE, P. **Defense of housing: the politics of crisis**. London, New York: Verso, 2016.
- MARTINS, F. E. S. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário em São Paulo**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 2011.
- MARTINS, B.X. Do modelo crítico de expansão do setor imobiliário brasileiro ao programa Minha Casa Minha Vida. **Revista GEOgraphia**, v. 18, n. 36,2016.
- MARTINS, J S. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986..

- _____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora: Hucitec, 2000.
- MARTINS, R. Ocupação Mauá: uma aula de resistência. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2017. Seção Sociedade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/974/ocupacao-maua-uma-aula-de-resistencia>> acesso em 31/01/2018.
- MARX, K. **O capital**. Tomo 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- OCUPAÇÃO SÃO JOÃO. **MSTRU**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Ocupação-São-João-MSTRU-490900594319238/>> acesso em 31/01/2018
- OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- PEREIRA, J. C. Apresentação. **Travessia**- revista do migrante. [Dossiê Refugiados]. São Paulo, . Ano XXIX, n. 79, jul-dez. 2016.
- STAVRIDES, S. **Hacia la ciudad de umbrales..** Madrid: Ediciones Akal, 2016
- WALKS, A. Mapping the urban debtscape: the geography of household debt in Canadian cities. **Urban Geography**, Vol. 34, nº. 2, pp. 153-187, abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.778647>> acesso em 18/04/2017
- ZIBECCHI, R. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2012.?

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a dificuldade de imigrantes e refugiados em conseguir moradia nas metrópoles de chegada. Para tanto, localizamos inicialmente o Brasil como destino nos processos migratórios recentes, ressaltando conteúdos presentes na migração Sul-Sul. Em seguida, identificamos o contexto mundial e brasileiro de transformação da moradia em uma mercadoria cada vez mais rara e cara. Conteúdos comuns, presentes nas duas situações, se revelam a partir da presença de refugiados e imigrantes junto aos movimentos de ocupação em prédios urbanos de São Paulo. Pesquisando as pautas de reivindicações surgidas neste cruzamento de olhares, passamos a identificar demandas e perspectivas que apontam para outro projeto de cidade e de sociedade.

Palavras-chave: Movimentos de ocupação. Moradia. Refugiados. Metrôpoles.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the difficulty of immigrants and refugees in obtaining housing in the arrival metropolises. Therefore, we initially locate Brazil as a destination in recent migratory processes, highlighting present content in South-South migration. Then, we identify the world and Brazilian context of transforming housing into an increasingly rare and expensive merchandise. Common contents, present in both situations, are revealed by the presence of refugees and immigrants along with the occupation movements in urban buildings in São Paulo. By looking at the patterns of claims that emerged in this intersection of glances, we began to identify demands and perspectives that point to another city and society project.

Keywords: Movements of occupation. Home. Refugees. Metropolis.

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE APOIO E A IMIGRAÇÃO DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS POSSIBILIDADES DO RECOMEÇO

*Alisson Henrique Melo da Cunha**

*Maria do Rosário Rolfsen Salles***

*Sênia Regina Bastos****

1 Introdução

O tema da imigração no Brasil tem sido objeto de vários trabalhos importantes em diferentes áreas de conhecimento, como a Sociologia, a História, a Ciência Política, o Direito etc., centrados em grande parte, no período da Grande Imigração que compreende as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX e em sua vertente agrícola. Os períodos que compreendem a Primeira Guerra Mundial e o subsequente, do entreguerras, caracterizaram-se por uma restrição à imigração com o fim da política de imigração subsidiada, ao mesmo tempo em que se incentivava as migrações internas, o que provocou a queda dos fluxos que só voltariam a subir no Pós Segunda Guerra Mundial.

Do ponto de vista internacional, ao longo desse período, criaram-se instituições importantes como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, instituições que tinham nas suas agendas a questão dos refugiados advindos dos conflitos internacionais e que em virtude disso ou do “regime político vigente nos seus países de origem e na impossibilidade de gozarem de proteção nacional, se veem obrigados a se dirigir a outros Estados em busca de proteção internacional” (ANDRADE, 2005, p. 60). No que tange aos refugiados da Primeira Guerra Mundial, segundo o autor, contavam-se dois milhões de russos que haviam sido desnacionalizados e se

* *Alisson Henrique Melo da Cunha: Discente do Curso de Comércio Internacional da Universidade Anhembi Morumbi/SP e Bolsista CNPq.*

** *Maria do Rosário Rolfsen Salles: Docente e pesquisadora (aposentada) da UNESP e UAM (Anhembi Morumbi), Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi/SP.*

*** *Sênia Regina Bastos: Docente e Pesquisadora da UAM, Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi/SP.*

encontravam na Europa e na Ásia. Os organismos internacionais, assim, criaram-se em grande parte devido aos fluxos internacionais passando a controlar e interferir na própria conceituação do que é refugiado, deslocado ou apátrida¹.

Segundo Ambrosi (2009, p.16), “o sistema internacional não tem vida própria, depende das relações entre os países e do desenvolvimento da política internacional em um determinado momento”. Os organismos internacionais, assim, são consequência das políticas dos Estados que os criaram e não o contrário. No momento da sua criação, a ONU enfrentou situação mais complicada do que a da Liga das Nações anteriormente, pois entre 1939 e 1945, contavam-se 53.536.000 pessoas deslocadas de seus países de origem (ANDRADE, 2005, p. 61), a maioria das quais pôde regressar, mas deixando ainda um milhão de pessoas que não podiam ou não queriam regressar, que ficaram conhecidas na literatura como *last million*, fato que acabou forçando a criação da *International Refugee Organization* (IRO) entre 1946-47, extinta em 1951. As possibilidades que se apresentavam eram ou o reassentamento, julgado mais eficaz pelos aliados ou a repatriação, defendida pelos países do Leste europeu.

O fato novo em matéria das migrações internacionais nesse momento, foi a criação das “Organizações internacionais criadas, mantidas e dirigidas pelos governos, para a solução dos problemas relacionados às migrações [...]” (SILVA, 1958, p. 144). Ou seja, segundo o autor,

o fenômeno recente encontra-se nesses órgãos técnico-administrativos, fundados e geridos pelos Governos, e que não se destinam a estudar e a propor, mas a atuar e a executar, desincumbindo-se de tarefas que há poucas décadas atrás, mal teriam ingresso em simples acordo bilateral (SILVA, 1958, p. 144).

2 O Brasil e os Organismos Internacionais no Pós-Segunda Guerra

Para o Brasil, em termos migratórios, o Pós-Segunda Guerra marca a retomada da imigração pelo Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, após longo período de restrição, desde 1934 quando se determinou que os fluxos deveriam se limitar a 2% do total das entradas de cada nacionalidade, entre 1884 e 1934. Do ponto de vista internacional, foi nesse contexto e em função do elevado número de refugiados fora de seus países de origem, e no seio da recém-criada Organização das Nações Unidas, que se criaram organismos internacionais que passaram a se encarregar do repatriamento e colocação dos imigrantes presentes nos campos de refugiados dos chamados países aliados, da Alemanha e da Áustria.

O presente artigo visa resgatar a atuação da IRO, num contexto internacional em que se cria um conjunto de organismos multilaterais de gestão global no seio da também recém-criada Organização das Nações Unidas, como a Organização Mundial de Saúde, (OMS), a *Food Agricultural Organization* (FAO), o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), criado em 1947 e que deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, o Banco Mundial, e, para as migrações, repatriamento ou reassentamento em outros países, a IRO, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), etc. Propõe-se a apresentar também as trajetórias pessoais que evidenciam as experiências individuais da imigração nesse período e os motivos pelos quais o Brasil se torna um país viável para os refugiados recomeçarem suas vidas com os apoios recebidos. Outras organizações também já exerciam a função de ajuda e assistência, como o *Hebrew International Assistance* (HIAS), criado nos anos 80 do século XIX, em Nova York, e estabelecido com escritório na *Hellen Island* em 1904 e daí em diante em outros países; a *Japan Migration and Colonization* (JAMIC), empresa de colonização criada pelo governo do Japão para estimular a migração de japoneses para países da América Latina e Havaí, e que financiava a compra de terras e a criação de colônias agrícolas. Entretanto essas organizações não tinham o caráter multilateral de compromisso internacional como as criadas no Pós-Segunda Guerra no seio da ONU.

Em 1950, criou-se a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a proteção e assistência a refugiados de todo o mundo. A partir de 1951, as migrações europeias passam a ser controladas e apoiadas pelo CIME, que é responsável pela quase totalidade das entradas efetivadas junto à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, após a Guerra, além dos já citados. As entradas tiveram incremento significativo também, a partir dos acordos bilaterais que o Brasil passa a assinar com países como Portugal, Itália, Holanda, Espanha etc., a partir de 1954.

O objetivo era reduzir a pressão populacional e a reconstrução dos países envolvidos no conflito mundial. Entretanto, como destaca Paiva (2008).

[...] a constituição de organismos multilaterais de recolocação de trabalhadores, como a Organização Internacional para Refugiados (O.I.R.), de financiamento como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, obviamente, a própria Organização das Nações Unidas, apontavam para que as formas de gestão de questões nacionais – como política de mão-de-obra e econômica – perderiam parte de sua autonomia. Ao mesmo tempo, demonstravam a influência (econômica e geopolítica) inequívoca dos EUA frente ao que se constituía como bloco ocidental (PAIVA, 2008, p. 1).

Deve-se lembrar por exemplo, da política de reconstrução dos países europeus levada a efeito pelo Plano Marshall e que caracterizou “a hegemonia americana nas décadas subsequentes, representando um tenso equilíbrio que caracterizou os anos finais e décadas posteriores à Guerra”. (SAKURAI, SAALES, PAIVA, 2009, p.9).

No Brasil, abria-se uma nova fase de redemocratização após o Estado Novo (1937-45), e de desenvolvimento industrial decorrente em grande parte, dos acontecimentos no centro do sistema capitalista e que propiciaram, a partir da Primeira Guerra Mundial, a crise internacional de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, um relativo afastamento do centro do sistema capitalista, que permitiu a mudança nas relações econômicas internacionais, a ponto de possibilitar o desenvolvimento do mercado interno e da industrialização baseada na indústria automobilística. Essas circunstâncias representaram a possibilidade de trabalho na indústria, no comércio e serviços durante o tempo suficiente para que as levas de imigrantes entrados no pós-guerra encontrassem postos de trabalho, que eram demandados pela indústria em expansão e por uma agricultura que se diversificava e modernizava.

Desde o entre guerras, como se viu, ainda com a Liga das Nações começa a preocupação com os refugiados. Depois da Segunda Guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas, sob a hegemonia dos países vencedores, principalmente dos Estados Unidos, instala-se a Guerra Fria e objetiva-se proteger os países democráticos e atuar na proteção dos direitos humanos, em decorrência do aumento do número de deslocados e refugiados, levando então, à criação da ACNUR. A OIR e depois o CIME foram órgãos de repatriamento e colocação de refugiados e de imigrantes em países como o Canadá, a Austrália, a Inglaterra, países latino-americanos, como a Argentina e o Brasil, cada um com critérios diferentes na seleção e aceitação de imigrantes.

No caso brasileiro, buscava-se mão de obra especializada e qualificada, dando-se preferência às famílias e continuava-se a valorizar o agricultor. Apesar da valorização dos imigrantes “latinos” (portugueses, italianos e espanhóis), aceitou-se a entrada dos refugiados provenientes da Europa Central e do Leste, em virtude de sua qualificação. Desta forma, ainda que não fossem considerados “imigrantes preferenciais”, os deslocados ou refugiados de guerra passaram a ser admitidos no Brasil, após intenso debate que se inicia antes mesmo do final da guerra, em grande parte, em função da qualificação maior adquirida nos campos de refugiados da Europa e que correspondiam às necessidades de mão de obra industrial. Observem-se as diferentes nacionalidades que compõem o grupo entre 1947-49 ingressante na Hospedaria de Campo Limpo, em São Paulo.

Tabela 1 - Deslocados de guerra (DPs) matriculados na Hospedaria de Campo Limpo durante o triênio 1947, 1948 e 1949, segundo a nacionalidade (totais e respectivas porcentagens)

Nacionalidade	1947		1948		1949		Total	
	Números	%	Números	%	Números	%	Números	%
Poloneses	923	35,78	1.024	26,82	1.282	26,21	3.229	28,6
Outras	187	7,25	636	16,66	944	19,3	1.767	15,65
Ucranianos	439	17,02	517	13,54	430	8,79	1.386	12,27
Baltas	363	14,07	234	6,13	420	8,58	1.017	9,01
Húngaros	11	0,42	267	6,99	595	12,16	873	7,73
Apátridas	444	17,21	236	6,18	187	3,82	867	7,68
Russos	141	5,46	391	10,24	323	6,6	855	7,57
Iugoslavos	58	2,24	402	10,53	338	6,91	798	7,07
Tchecos	13	0,5	84	2,2	176	3,59	273	2,41
Sem Informação	---	---	26	0,68	196	4	222	1,96
Total	2.579	100	3.817	100	4.891	100	11.287	100

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização (1950).

O Brasil foi dos primeiros países a manifestarem interesse em recrutar imigrantes dos campos de refugiados. Por ocasião da visita da comissão brasileira aos campos da Alemanha e da Áustria, contavam-se, segundo Lobo (1950), cerca de 1.300.000 pessoas “deslocadas” que, somados aos de outras regiões da Europa, perfaziam 1.700.000, que posteriormente ficaram conhecidos como “o milhão restante”. Os poloneses representam a etnia mais numerosa, quase 29% do total, seguida pelos ucranianos (12,3%), baltas (9%), húngaros (7,8%) e russos (7,6%). Em seguida, aparecem os iugoslavos (7%), os tchecos (2,4%) e várias nacionalidades que, reunidas, perfazem mais de 15%, seguidas pelos classificados como apátridas, porque haviam perdido a nacionalidade. As “outras nacionalidades” são formadas por: alemães (8,5%), austríacos (3,5%), armênios (0,7%), búlgaros (0,4%), gregos (0,18%), “brasileiros” (0,17%), albaneses (0,02%), espanhóis (0,06%), franceses (0,06%), holandeses (0,02%), italianos (0,12%), norte-americanos (0,02%), romenos (1,6%), suíços (0,01%) e turcos (0,02%). Naquela ocasião, a admissão aos campos de refugiados da Alemanha e da Áustria estava fechada, mas na realidade não deixavam de receber ainda refugiados, sobretudo da Iugoslávia depois da implantação do regime de Tito e da Romênia principalmente.

De acordo com Lobo (1950), a diversidade das nacionalidades se explica em função principalmente, de motivos políticos. O maior grupo entre os deslocados nos campos, era de poloneses, quase 30%, seguidos pelos israelitas, que somavam 20%, conforme aparecem nos dados oficiais, baltas, 17%, e os demais ucranianos, russos, iugoslavos e apátridas. Os poloneses encontravam-se em regime de trabalho forçado há 5 ou 6 anos, e somavam em torno de 270.000. Os judeus, que em grande parte, eram poloneses fugidos da Europa Oriental durante e depois da guerra, somavam 140.000. Um número expressivo dirigiu-se aos EUA, Canadá e Austrália. Entre os que chegaram ao Brasil, a maior parte é constituída de poloneses de religião católica, provenientes de regiões agrícolas da Polônia. Os baltas fugiram de seus países desde 1944, primeiro devido à invasão alemã, depois a russa e acabaram em trabalhos forçados na Alemanha. Eram provenientes da Letônia, Lituânia e Estônia, nesta ordem. Segundo as publicações do Departamento de Imigração e Colonização, destacavam-se por um nível profissional e educacional elevado (LOBO, 1950; VASCONCELOS, 1950). Viviam fora dos campos outro grupo que depois foi incorporado à proteção da OIR, os *Volksdeutsche* que são de origem remota alemã mas viviam há várias gerações em outros países como a Tchecoslováquia e a Iugoslávia e que, depois da guerra e em função de vários acordos foram enviados para a Alemanha e para a Áustria, onde somavam 200.000 pessoas, com excelentes referências de trabalho profissional. Semelhante avaliação positiva era atribuída pela comissão brasileira aos ucranianos. Desta forma, a combinação entre a necessidade de manter a família unida e a demanda do Brasil por imigrantes de perfil técnico e qualificado, permitiu a entrada dos imigrantes da Europa Central e do Leste entre 1947 e 1950. A seguir, expõem-se algumas histórias individuais que evidenciam as possibilidades de recomeço no Brasil.

3 Os organismos internacionais e os apoios conferidos: depoimentos e trajetórias pessoais e familiares

“Considerando a imigração como uma experiência individual e um fenômeno coletivo” (CAMPOS, 2015, p. 265) e com o objetivo de conhecer em parte, as razões que levaram à opção pelo Brasil, pelos imigrantes anteriormente mencionados, relatam-se abaixo, algumas experiências retiradas do arquivo constituído pelos relatos concedidos à Sonia Maria de Freitas (1994)², no Projeto do Setor de História Oral, realizado a partir de 1993, junto ao Memorial do Imigrante, São Paulo³. Um segundo arquivo foi consultado, constituído de entrevistas do Projeto Memória do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB – 1994-2012)⁴ que reúne entrevistas realizadas com judeus entre 1994 e 2012, muitas vezes entrados com o apoio do HIAS, compõem histórias muito específicas, bem como registros dos judeus provenientes do Egito, a partir de 1954. Há nos relatos das experiências individuais e familiares, situações comuns.

De um lado, como foi mencionado, a opção mais ou menos “forçada”, deveu-se pelo fato de algumas famílias inteiras, e muitas vezes, acompanhadas de parentes e outros amigos preferirem o Brasil, que demandava exatamente, famílias, ao contrário de países que colocavam como critério para a seleção, a recepção apenas de homens sozinhos. Havia também aqueles que, já constituídos em famílias, decidiam-se pelo Brasil em grande parte porque já possuíam referências de parentes, conhecidos ou amigos que aqui já se encontravam ou pelo desejo, segundo uma depoente, de não “serem mais encontrados pelo inimigo” (Depoente húngara 1, Judith), os Estados Unidos ou a Argentina, aparecendo como “visíveis” demais. Esse sentimento de perigo iminente acompanhou os imigrantes durante muito tempo, daí a importância das relações pré-existentes, das redes, dos auxílios, dos apoios das organizações internacionais e das associações aqui existentes. Como diz a depoente, “A Europa não era um lugar seguro”.

O pai da entrevistada, era proprietário de uma fábrica de embutidos em Budapeste, antes da guerra, e no campo de prisioneiros militares ao qual foi transportado, na Alemanha, fez muitos amigos, que dada a precariedade da situação, fizeram um pacto de solidariedade incondicional, de ajuda mútua, caso sobrevivessem. Depois da guerra, um deles, um holandês também proprietário de um negócio de embutidos, e com contatos no Brasil, propôs a seu pai que assumisse uma empresa em São Paulo, onde contavam com a solidariedade da comunidade húngara judaica. Além disso, na viagem para o Brasil, fizeram novos amigos que se mantiveram pelo resto da vida, conforme vários depoimentos. A depoente estudou na Escola Britânica e posteriormente no Dante Alighieri, e, embora a família conservasse a língua e as tradições húngaras e respeitasse as principais datas judaicas, ela só se deu conta de sua origem ao completar 18 anos e tirar sua documentação, uma vez que até então era apátrida (FREITAS, 1994).

A missão brasileira, segundo Lobo (1950), foi uma das primeiras a chegar nos campos da Alemanha e da Áustria para o reconhecimento dos campos e dos interessados em vir para o Brasil, antes mesmo que as missões canadense, britânica, belga, francesa, venezuelana e chilena, que chegaram em seguida. Os critérios de seleção eram diferentes, o Brasil requeria famílias constituídas por chefes de até 50 anos e foi o que determinou a vinda de muitas delas ou a decisão por outros países. A Holanda, por exemplo, procurava 8.500 operários solteiros de ambos os sexos, em virtude das dificuldades de alojamento; a Inglaterra e a França já haviam recebido poloneses, refugiados espanhóis etc.; a Austrália demandava receber 1.000 refugiados por mês, de preferência operários para a construção civil e agricultores, a vinda dos parentes, só sendo admitida tempos depois; o Canadá, que dava preferência a imigrantes solteiros, privilegiava aqueles que já possuíssem parentes residentes ou operários especializados em determinadas tarefas como serviços domésticos, indústria pesada, lavoura etc.; os Estados Unidos dispunham-se a receber 400.000 em três anos, mas também estipulava restrições.

De uma forma geral, num primeiro momento, a manutenção da união familiar determinou a vinda para o Brasil, mas nas fichas de registro junto à Hospedaria do Imigrante, observam-se muitos pedidos de vistos de saída para os Estados Unidos, Austrália e Canadá.

Quando os russos avançaram sobre os judeus de Budapeste, fomos para os campos de trabalhos forçados e depois fugimos para a Áustria a pé. De lá voltamos para Budapeste, para o gueto. Meu irmão foi levado para a Rússia e jamais foi visto. Casei-me depois da guerra, mas o avanço comunista era uma ameaça e resolvemos voltar à Áustria, Viena. Lá o mundo estava aberto para nós, a gente podia ir para onde quisesse. O grupo do HIAS [*Hebrew Immigrant Aid Society*] ajudou financeiramente. Tínhamos várias opções, como a Austrália, por exemplo, mas tínhamos que deixar o cunhado e os filhos porque a Austrália limitava o número de pessoas e a família teria de se separar. Passei a noite pensando e no dia seguinte decidi que viríamos todos ao Brasil e não me arrependi, pelo contrário, desde o momento em que aqui cheguei, adorei o clima, as pessoas. Aqui meu cunhado tinha parentes e com a ajuda do HIAS e empréstimos de amigos, conseguimos abrir o primeiro açougue no Bexiga, onde nos encontramos até hoje. (Entrevistada húngara, Helène. Depoimento colhido por FREITAS, 1994).

Para o Brasil, a recepção de “deslocados de guerra”, foi o primeiro ensaio de imigração dirigida no pós-guerra, que começaram a chegar em maio de 1947, encaminhando-se para a agricultura ou para a indústria (VASCONCELOS, 1950). A classificação de muitos deles como agricultores para facilitar as entradas, segundo o autor, obrigou muitas famílias a se dirigirem ao interior, resultando em dificuldades de adaptação ao trabalho agrícola. A maior adaptação se deu nos casos de famílias numerosas e que possuíam anteriormente experiência com o trabalho agrícola.

No caso da colocação em atividades industriais e serviços, na cidade de São Paulo, desde 1945, com a retomada da imigração, até 1954, quando é criado o Instituto Nacional Imigração e Colonização, entraram no Brasil, 11.216 agricultores, 67.319 operários, dos quais, 6.280 qualificados e 4.535 técnicos de nível médio, além de 134.806 domésticos e 89.402 não especificados (PEQUENO, 1957, p. 10), considerando-se também, as entradas resultantes dos acordos firmados pelo Brasil com Portugal, Itália, Japão, Espanha e Holanda, a partir de 1950⁵. Como se sabe, o Brasil procurava suprir a carência de mão de obra qualificada introduzindo a política de imigração dirigida e ao mesmo tempo, cuidava da formação profissional por meio de escolas técnicas, criadas ainda no primeiro Governo Vargas (1930-1945), como o SENAI e o SENAC, etc.

No caso dos “deslocados”, o fato de constituírem um grupo de pessoas aptas ao trabalho e cujos membros eram jovens, em sua maioria, e, frisava o ministro Hélio Lobo, “de índole conservadora e anti-comunista” lhes conferia uma característica favorável pois 21% eram constituídos por crianças e menores de 18 anos, 66% por pessoas entre 18 e 44 anos e somente 13% acima de 44 anos, tornando o grupo bastante jovem, casados e do sexo masculino.

O fato de viverem experiências cotidianas comuns nos campos de refugiados, a decisão sobre a emigração, a direção a tomar etc. e que se mantiveram na viagem de navio para o Brasil, e por muito tempo em São Paulo, coloca a questão das redes que se criaram em São Paulo. Os mecanismos de adaptação em São Paulo mostram as aproximações das mesmas nacionalidades e religiões (católicos, judeus etc.), assim como na escolha dos locais de moradia, em geral próximos aos locais de trabalho ou de imigrantes de mesma nacionalidade ou conhecidos durante a viagem.

Entretanto, as diferenças se mantinham quanto à religião. Entre os poloneses católicos e judeus, por exemplo, apesar de muitas semelhanças nas trajetórias, se mantinham as especificidades religiosas. Um entrevistado polonês de origem católica, Sr. Zdzislaw, mecânico de profissão, e que teve como primeira profissão um emprego na indústria automobilística, chegou em 1949, com a família e se dirigiram à Vila Zelina, por razões de parentesco e vizinhança com outros conterrâneos já ali fixados. Era proveniente de uma família de agricultores, cujo pai era proprietário de um moinho na região de Chelm, lugarejo à leste da Polônia, a 40 km da fronteira russa, rica em grãos, trigo e centeio, batata e beterraba. A família perdeu a propriedade com a invasão russa e alemã em 1942. Nessa ocasião já existia a *United Nations Refugee and Repatriation Association* (UNRRA) e a família pôde se refugiar no campo de refugiados da Alemanha ainda em 1943.

Ali o entrevistado estudou mecânica e tornou-se técnico, no final da guerra toda a família trabalhava numa fábrica de blocos de concreto. Permaneceram nesse campo até 1949, período em que frequentou a escola, o ginásio e a escola técnica. O pai, com o auxílio da UNRRA e da Cruz Vermelha, arrumou trabalho, mas como não queriam voltar à Polônia, de onde haviam sido expropriados, optaram pela emigração. Várias possibilidades se apresentavam além do Brasil, tais como Canadá, Austrália, EUA e Argentina. Dizia que os solteiros podiam ir para o Canadá, a família poderia ter ido para os Estados Unidos, mas ele tinha 20 anos e teria que fazer o serviço militar e havia a guerra da Coreia. Pretendiam então ir para a Argentina onde tinham parentes. Subitamente a Argentina fechou a imigração. Optaram por São Paulo, onde também tinham parentes, chegaram na Ilha das Flores, ali permanecendo duas semanas, até surgir a oportunidade de trabalho em São Paulo. O relato da viagem é de que havia muitas outras nacionalidades do Leste europeu, pessoas de quem ficaram amigos depois. Assim, a primeira moradia em São Paulo foi na Vila Zelina, onde já se encontravam os poloneses aqui residentes, além de outras nacionalidades do Leste europeu. Imediatamente se filiaram à Sociedade Polonesa Joseph Pilsudski, Marechal libertador da Polônia em 1918. O pai conseguiu emprego no Moinho Gambá, na Borges de Figueiredo. Para o entrevistado, que era especializado em mecânica,

o primeiro emprego foi na Mecânica Nacional, fábrica de tornos mecânicos do Grupo Matarazzo, passando depois para a Usina de Aços Villares em São Caetano. No segundo emprego o salário subiu 50% em relação ao primeiro. Da Villares passou para a Vemag, indústria automobilística e de lá para a Mercedes, sempre se aperfeiçoando na profissão. Casou-se e foi morar no Bairro do Paraíso com os sogros.

A relação com a colônia se dá pela Sociedade Polonesa que fica ao lado da Estação Armênia do Metrô, onde os poloneses se reúnem todos os sábados e domingos e da Igreja, a Capela Polonesa, Nossa Senhora Auxiliadora, com missa em polonês e localizada no Bairro do Bom Retiro. Pratica o escotismo juntamente com amigos poloneses. A língua é falada em casa, ao lado do português, até os netos sabem polonês. Leem jornais escritos em polonês, o *Ziarna I Zlosy* (Espiga), dirigido por padres e o *Stepien*, dirigido por salesianos naturalizados brasileiros.

A trajetória de um judeu polonês é um pouco diferente: O Sr Abraão, judeu polonês, cujo pai pertencia a um grupo de resistência na Polônia e conseguiu se refugiar na Itália, teve a mãe aprisionada num campo de concentração para mulheres, tendo sido resgatada apenas depois da guerra. Uma vez tendo se decidido pelo Brasil porque a mãe foi incentivada por um irmão, além de terem tido auxílio internacional e da HIAS, vieram para São Paulo onde foram acolhidos pela comunidade judaica; primeiro foram morar no Bairro de Santana e depois no Bom Retiro. A comunidade promovia eventos para ajudá-los e integrá-los. O pai, que era comerciante antes da guerra, começou como mascate de roupas, logo conseguiu comprar uma casa própria no Bom Retiro. O entrevistado estudou no Colégio Renascença e depois na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Começou a trabalhar no Renascença como auxiliar de limpeza, ainda criança, depois passou a inspetor de alunos, Secretário, Vice-Diretor e Diretor da Escola. Os alunos eram judeus poloneses, alemães, russos, lituanos, além de espanhóis e portugueses.

Desta forma, parece que a colônia identificada com o idioma e a cultura polonesa, de maioria católica, em São Paulo, existia mais ou menos paralelamente e sem contatos diretos, com a colônia dos judeus poloneses. Isto parece ser válido também, para as outras nacionalidades na medida em que, como os poloneses, os demais também apresentam nítidas divisões decorrentes das diferentes vinculações religiosas.

É o que confirmam também as entrevistas consultadas no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB, 1994)⁶, das quais se destacaram quatro, realizadas entre 1995 e 2004, que evidenciam a importância da instituição HIAS para os judeus, além dos apoios das famílias já residentes em São Paulo e da comunidade, bem como de associações, de maneira geral. São trajetórias que se assemelham as dos imigrantes judeus, mas com a particularidade de serem residentes em países muçulmanos e a difícil convivência que se impôs a eles, depois da Segunda Guerra Mundial, mas especialmente, após a criação do Estado de Israel em 1948. A escolha por São Paulo sempre se deve em primeiro lugar, à presença anterior de amigos ou parentes, e em segundo, às possibilidades de trabalho anunciadas pelos conterrâneos a partir do parque industrial em implantação e

a necessidade de técnicos e profissionais qualificados. De uma forma geral as entrevistas colhidas no AHJB (1994) expressam a perseguição aos judeus no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente no Egito, de onde foram obrigados a sair depois de 1954.

Outro relato de uma refugiada húngara, cuja família chegou ao Brasil, (Ilha das Flores e São Paulo), em 1949, mostra a experiência de uma família de agricultores, sendo o pai também desenhista e pintor da construção civil. Receberam ajuda do governo brasileiro e de amigos húngaros, que arrumaram emprego para o pai numa fábrica de faiança em São Caetano, onde se juntaram a muitos outros que lá residiam e trabalhavam. Frequentavam a Igreja Reformada Cristã da Lapa, onde se preservava a tradição e a língua húngaras e onde se mantinham informados sobre os acontecimentos na Hungria e da comunidade residente no Brasil. Também a opção pelo Brasil, se deveu à preferência por famílias e porque já havia um número grande de conterrâneos em São Paulo.

Em São Paulo, a tendência da industrialização que vai incorporando regiões suburbanas como Osasco, “subúrbio-estação” da Estrada de Ferro Sorocabana, e a linha Santos-Jundiaí em direção a Santos, determina em grande parte, a concentração nessas regiões, e uma intensificação do parque industrial de São Caetano e Santo André com a implantação de fábricas em trechos de ferrovia. Na direção oposta, entre a Lapa e as imediações de Jundiaí, a Ferrovia Santos-Jundiaí praticamente não atraiu novas indústrias, a não ser Jaraguá e Campo Limpo. Essa função industrial deu lugar a um desenvolvimento de suburbanização residencial, segundo Langenbuch (1971), o que talvez explique a concentração dos imigrantes desse período, em torno desses bairros, tanto no que se refere às empresas como no que se refere aos locais de residência.

O caso da Vila Prudente, por exemplo, é bastante significativo: localizada entre a Região Sul e Leste da cidade, foi fundada por imigrantes italianos, os Falchi que ali implantaram uma fábrica de doces e bombons no final do século XIX. Começaram comprando uma grande área para loteamento e construção residencial de seus empregados que moravam no Brás. Outras indústrias acabaram sendo atraídas para o bairro, como as de papelão, louça, cerâmica e tecelagem. A demora da luz elétrica levou o proprietário a transferir a fábrica para o centro de São Paulo. No antigo prédio se estabeleceu uma fábrica de tecelagem que mais tarde se transformou numa fábrica de chapéus, a “Manufatura de Chapéus Oriente”. A partir da década de 30, o Bairro começou a valorizar-se e novas empresas chegavam ao bairro, que assim atraía cada vez mais operários. Na Vila Zelina, a construção da Igreja São José e de escolas lituanas, passou a atrair a população lituana. Além deles, os russos se estabeleceram na região onde se mantém um Centro cultural importante. Na Vila Alpina, igualmente, concentram-se lituanos e russos. A leva que veio em 1906, chamada de “velhos crentes”, se estabeleceu na Vila Alpina, onde ainda funciona uma Igreja e um centro cultural. Depois da segunda guerra, os recém-chegados também se concentraram em parte nesses locais, embora as novas gerações tenham se dispersado (FREITAS, 1994).

No caso de São Caetano, houve grande concentração de ucranianos, que se compunham claramente em dois grupos: “um grupo de ex-oficiais do Exército ucraniano e um grupo de trabalhadores que abandonaram suas terras em decorrência das precárias condições de vida” (JOVANOVIC, 1992). Tratava-se de manter a atenção voltada para os acontecimentos políticos dos países de origem, e as diferenças se acentuavam em função das origens sociais e religiosas. Além disso, dada a situação vivenciada na Europa do Leste após a guerra, misturavam-se camponeses e agricultores que tiveram suas terras invadidas, com proprietários rurais de grande porte e industriais, intelectuais, professores e profissionais liberais.

Sendo assim, em São Paulo, as comunidades formaram subgrupos, em torno de algumas instituições, associações, igrejas, assim como procuraram se aglutinar nos bairros em que já existiam conterrâneos ou em bairros residenciais novos.

A localização dos russos em São Paulo obedeceu à chegada das diferentes levas e determinou as vinculações posteriores. Segundo Bytsenko (2006, p. 11-12) de 1870 a 1953, chegaram ao Brasil, 118.600 imigrantes russos, provenientes do Império Russo e depois da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em três grandes levas: a primeira entre 1905 e 1914; a segunda, após a Revolução de 1917 e a terceira, dos “deslocados de guerra, entre 1944 e 1953. No caso da segunda leva, de acordo com a autora, citando a Liga das Nações, depois de cinco anos de Revolução Russa, o número de refugiados era de 1.160.000, podendo atingir mesmo, mais de 2.500.000, em grande parte constituída por militares e civis russos, $\frac{1}{4}$ dos quais era de militares do Exército Branco, que acabaram se dispersando pela Europa e América Latina, inclusive o Brasil. A grande maioria se instalou em São Paulo, nos estados do Sul e dedicou-se a atividades industriais, empresariais, técnicas e profissões liberais, havendo muitos intelectuais também. Entre 1944 e 1953, chegaram ao Brasil, aproximadamente, 2.224 imigrantes russos que ficaram conhecidos como “chineses”, por terem reemigrado da China, após a revolução comunista chinesa. Essa leva se localizou em São Paulo, na Região de Moema e em parte na Vila Alpina, onde já se encontravam os chamados “velhos crentes”, que chegaram a partir de 1906, bem como na Vila Zelina, Vila Formosa, Vila Bela e Vila Prudente, que concentravam refugiados de outras nacionalidades, como os lituanos (FREITAS, 1994).

Na Vila Alpina, há a Igreja Ortodoxa da Santíssima Trindade onde o Padre Petrenko exerceu uma grande liderança, e é bastante representativo de uma parte importante dos russos. Filho de um soldado russo na Ucrânia, foi feito prisioneiro e levado para a Alemanha, juntamente com a mãe, para trabalhos forçados. O pai, em São Paulo foi trabalhar como torneiro mecânico na Volvo, na Avenida do Estado; logo conseguiram comprar um terreno no Parque São Lucas, num loteamento. Até 1953, moraram num cortiço em Vila Bela, até construírem um barracão no fundo do terreno comprado pelo pai. A escolha inicial de Vila Bela se deu por causa dos avós que chegaram antes e contataram conhecidos dessa região. O Padre resolveu seguir carreira religiosa, apesar da família não ser religiosa. Estudou nos Estados Unidos, casou-se com uma alemã, cujos

pais também são refugiados. O Padre Petrenko, hoje, é uma das referências importantes na liderança religiosa ortodoxa entre os russos (FREITAS, 1994).

São inúmeras as associações étnicas mencionadas nos depoimentos. Uma breve análise já demonstra as diferenças mencionadas e as agregações. Entre os húngaros, há uma clara definição por um assistencialismo e filantropia recentes, como a Entidade Filantrópica “Recanto da Vovó”, assim como cultural, como a Casa Húngara, a Universidade Livre etc., o próprio Colégio Santo Américo, que apesar de não ser exclusivamente húngaro, é uma referência cultural importante dentro da comunidade, e onde se organiza atualmente um importante Museu da Imigração Húngara, além de sediar uma das mais importantes Bibliotecas sobre história húngara, religiosa e política. As entrevistas revelam que os judeus húngaros se congregam aos judeus de outras etnias, na Sinagoga da Rua Augusta, na Sinagoga alemã, na Congregação Israelita da City, assim como se dividem entre os protestantes reformados, os evangélicos e os católicos, da Igreja de Santo Estêvão, que parecem estar em maioria (Entrevista do Diretor do Colégio Santo Américo, concedida em 2001, à Maria do Rosário R. Salles)⁷.

4 Considerações finais

Os organismos internacionais criados entre as guerras ou depois da Segunda Guerra Mundial, assim como aqueles já existentes, destinados a dar assistência a judeus de todo mundo, como o HIAS ou a JAMIC, no caso dos japoneses, foram apoios importantes na efetivação das decisões sobre a emigração para o Brasil. No entanto, as experiências relatadas, sugerem que grande parte das decisões e da escolha dos locais de moradia, se devem aos apoios internos às comunidades, de histórias bastante diferentes, mas com o vínculo comum, de refugiados. Além disso, as vinculações que se criaram no Brasil, reforçam os laços internos a cada uma das comunidades e permitem os apoios mútuos, a criação de associações e entidades religiosas, de assistência ou auxílios no início da vida em São Paulo.

Objetivou-se neste trabalho, mostrar a importância das estratégias, dos organismos internacionais de apoio, da convivência étnica e entre imigrantes e sociedade local, no período do Pós-Segunda Guerra Mundial numa cidade em processo de industrialização como São Paulo, ressaltando a importância das chamadas redes migratórias e das estratégias criadas dentro das comunidades e no convívio entre elas, como bem mostrou Truzzi (2001), no trabalho sobre as etnias em convívio no bairro do Bom Retiro em São Paulo.

As entrevistas analisadas parecem sugerir que as aproximações e identificações se davam pela condição de refugiados, mas sobretudo como membros de comunidades identificadas com suas histórias, suas nacionalidades, opções políticas e religiosas. No caso dos judeus, a história comum foi a perseguição que sofreram em países em que conviviam anteriormente com os muçulmanos até a guerra, mas que especialmente depois da criação do Estado de Israel, viveram a experiência oposta da intolerância e da perseguição e nesse caso, o apoio do HIAS e das comunidades presentes anteriormente no Brasil foram de fundamental importância.

Notas

¹ O conceito de “deslocado” é um pouco diferente do de “refugiado”, uma vez que se costuma identificar o refugiado àquele indivíduo que saiu mais ou menos espontaneamente do seu país de origem por motivos políticos, segundo a Convenção dos Refugiados de 1951. No caso dos “deslocados”, a expressão *displaced persons* refere-se à uma maioria, retirada à força, milhares de homens, mulheres e crianças e trazidos à Alemanha durante a Guerra, sob regime de trabalho forçado (LOBO, 1950). Já o fenômeno da apatridia decorre da política interna dos países que retiram a cidadania de determinadas pessoas. A Convenção do Estatuto dos Apátridas de 1954, em seu Artigo 1.º, define apátrida como toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo sua Legislação, como nacional. (ACNUR, 1954)

² Entrevistas realizadas por Sonia Maria de Freitas (1994) pertencentes ao Projeto de História Oral. Entrevistados: Rozdia e Helene Gal; Eva e Istvan Wessel; Julio Vajda; Judith Vero; George Petrenko; Zdzislaw Wolozyn.

³ O Memorial do Imigrante, hoje denominado Museu da Imigração do Estado de São Paulo, “herda do Memorial do Imigrante toda a história de preservação da memória das pessoas que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria de Imigrantes, e o relacionamento construído, ao longo dos anos, com as diversas comunidades representativas da cidade e do Estado. É no entrelaçamento dessas memórias que se encontra a oportunidade única de compreender e refletir o processo migratório. Em seu novo projeto museológico, o Museu da Imigração pretende valorizar ainda mais o encontro das múltiplas histórias e origens e propor ao público o contato com as lembranças daquelas pessoas que vieram de terras distantes, suas condições de viagem, adaptação aos novos trabalhos e contribuição para a formação do que hoje chamamos de identidade paulista”. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Acervo Digital. <<http://www.inci.org.br/acervodigital>>.

⁴ Entrevistas integrantes do Projeto Memória Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB): Entrevistados: Gaston Busso e Michelline Busso; Yeshuda Busquilla; Moshe Beckor.

⁵ “O Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter cultural, é uma instituição que serve à sociedade e a todos os interessados em pesquisar sobre a história da imigração judaica no Brasil. Desde sua fundação, em 1976, o AHJB tem como compromisso a preservação da memória da presença judaica no país.” <http://www.ahjb.org.br/ahjb_pagina.php?mpg>

⁶ “Esses dados, obtidos graças à boa vontade de técnicos do Instituto, revelam que não estão sendo atendidas as exigências da produção nacional relativamente à mão-de-obra qualificada. Necessitamos de muito mais para atender ao surto industrial do Brasil, apesar do substancial auxílio do SENAI” (PEQUENO, 1957, p.10).

⁷ Entrevista concedida pelo Diretor do Colégio Santo Américo à Maria do Rosário R. Salles em 2003. A Legislação internacional para os refugiados encontra seu marco em 28 de julho de 1951 em que as Nações Unidas criaram o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, que passa a funcionar em 1954, em função do alto número de deslocados de guerra e apátridas resultantes do final do conflito mundial. Série Tratados da ONU no 2545, Vol 189, p. 137. ACNUR <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portu>>

Referências

ACNUR. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas - 1954**. N. York: ONU, 1954.

AMBROSI, E. Geopolítica e economia no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, C.; SALLES, M.R.R.; PAIVA, O. (Orgs.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D' Livros Editora, vol. 2, 2009, p. 16-29.

- ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.
- BOLETIM do Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo: DIC, n. 5, dez.1950.
- BRASIL, **Decreto-Lei n. 7.967**, de 18 de setembro de 1945.
- BYTSENKO, A. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX**. Visões do paraíso e do inferno. 2006. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras Orientais). USP, São Paulo, 2006.
- CAMPOS, M. C. S. S. Comunidade portuguesa de São Paulo: instituições e associações regionais. In: GATTAZ, A; FERNANDEZ, V. P. R. (Org.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar**. Salvador: Pontocom, 2015, p. 265-297.
- FREITAS, S. M. de. **Projeto História Oral**. Depoimentos do Setor de História Oral. São Paulo: Memorial do Imigrante de São Paulo, 1994.
- JOVANOVIC, V.A.; JOVANOVIC A. Ucrânianos, sete décadas de presença marcante. **Raízes**, São Caetano do Sul, vol. 6, p. 17-29, 1992.
- LANGENBUCH, I. R. **A estruturação da Grande São Paulo: um estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral/Fundação IBGE, 1971.
- LOBO, H. O drama dos deslocados. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**, São Paulo, n. 5, p. 89-97, dez 1950.
- PAIVA, O. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- PEQUENO, M. D. **Imigração e mão-de-obra qualificada**. Coleção Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1957.
- AHJB. **Projeto Memória**. Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro, 1994 - 2012. São Paulo.
- SAKURAI, C.; SALLES, M.R.R.; PAIVA, O. (Org.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D' Livros Editora, vol. 2, 2009.
- SILVA, C. A. D. S. E. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 1, v.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 1958, p. 144-155.
- TRUZZI, O. Etnias em convívio: o Bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 27, 2001. p. 143-166.
- VASCONCELOS, H.D. O problema da imigração no pós-guerra. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**. São Paulo, n.5, dez. 1950, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre a atuação da Organização Internacional para Refugiados-1947-51 e demais organismos, no contexto internacional do pós-2ª-guerra, confrontando-os com relatos e trajetórias de imigrantes que evidenciam as experiências individuais da imigração, colhidos junto ao Memorial do Imigrante, SP, e Projeto Memória do Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro (AHJB). Resultados apontam que a maior parte dos apoios se deveu às comunidades aqui residentes.

Palavras-chave: Organismos Internacionais. Pós-guerra. Relatos. São Paulo.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the activities of the International Organization for refugees-1947-51 and other organisms, in the international context of the post-World War II, confronting them with stories and trajectories of immigrants which highlight individual experiences of immigration, collected by the Memorial do Imigrante, SP, and Jewish Historical Archive memory Project-Brazilian (AHJB). Results show that the majority of support was due to the communities living here.

Keywords: International Organizations. Postwar II. Reports. São Paulo.

ONDE ESTÃO AS FRONTEIRAS? COMO BRASILEIROS INDOCUMENTADOS EXPERIENCIAM O REGIME DE FRONTEIRAS BRITÂNICAS

*Gustavo Dias**

"[f]or some people – all kinds of migrants and people who live along borders – crossing borders is an inescapable feature of life; it is a mode of being in the world" (KHOSRAVI, 2010, p.04).

1 Considerações iniciais acerca da definição de fronteiras

Depois de rapidamente refletir sobre os desafios vividos ao longo de sua mobilidade migratória para a Inglaterra, Robson¹, um brasileiro de 32 anos e que vivia sem qualquer tipo de visto válido em Londres há mais de 5 anos, pontua: *"Acho que o maior problema na Inglaterra... e que você só entende depois que vive no país... não é entrar, mas ficar! Com um pouco de atenção e preparo, você consegue passar pelo aeroporto. O problema é depois que você entra... A vida aqui dentro é incerta. Nunca sabe o que vai encontrar ao sair na rua"*. Esse jovem brasileiro pensava, particularmente, nas dificuldades impostas pelos agentes migratórios do Home Office². *"A gente nunca sabe onde eles estarão. Podem aparecer a qualquer instante. Não é como no aeroporto, onde os agentes [da imigração] ficam num lugar"*. Segundo Robson, agentes do Home Office têm o hábito de percorrer as ruas de Londres, bem como realizar *blitzes* em locais de trabalho e casas em busca de migrantes indocumentados. Para ele, [...] *"esse é o principal desafio que vivemos diariamente nessa cidade, você não consegue saber onde eles estão. Dá pra ter uma ideia, mas ter precisão não. Isso não dá! Cada dia é um dia. E você pode ser pego a qualquer instante..."*

Através dessa fala, por meio da qual buscava comparar os desafios de se viver no Reino Unido com os dos Estados Unidos³, Robson sugeria que o regime de fronteiras britânicas não podia ser compreendido enquanto uma dimensão geográfica, situada em determinada localidade. Sua fala apontava para algo mais incerto ou obscuro. Pautado em sua experiência migratória, esse jovem apresentava sinais de um sistema fronteiriço permeado no tecido urbano de Londres. Em outras palavras, um produto de relações sociais produzidas pela

* Prof. Do Dpto de Sociologia da UNIMONTES

própria mobilidade do migrante através do espaço social londrino. Apesar de bastante revelador, tal relato não era precisamente uma novidade para mim.

Essa informação, coletada através de entrevistas, e também experimentada através da minha convivência, quase que diária, com brasileiros indocumentados, em Londres, ao longo de quase sete anos, vai ao encontro do que acadêmicos especializados em migração e fronteira sugerem. Segundo eles, o mundo globalizado contemporâneo, contraditoriamente, se caracteriza não apenas por maior circularidade de mercadorias, informações e determinados tipos de pessoas, mas, sobretudo, por uma multiplicação de fronteiras (PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008; BALIBAR, 2004, 2010; GARELLI, 2012; KHOSRAVI, 2010; MEZZADRA; NEILSON, 2008, 2013; ADEY, 2009; TAZZIOLI, 2014; DE GENOVA, 2004, 2013). Tal proliferação de barreiras, segundo Ginette Verstraete (2010) e Fernando Riosmena e Douglas Massey (2012), vem sendo produzida por governos nacionais, através de intenso investimento em tecnologia bélica. O discurso central que sustenta tal política é o da segurança. Segurança essa que tende a oscilar entre medidas de proteção territorial contra eventuais ataques terroristas e a manutenção de uma estabilidade econômica nacional contra “ondas migratórias” originárias em terras arrasadas (MEZZADRA, 2011; VERSTRAETE, 2010; MAGUIRE et. al., 2014).

A literatura revela que a proliferação de fronteiras, no mundo contemporâneo, não deixa mais claro os limites do que pode ser entendido como fronteiras exteriores ou fronteiras interiores (BALIBAR, 2002, 2004, 2010; VILA, 2000). Regimes de fronteiras, portanto, seriam maleáveis. Através de dispositivos tecnológicos (serão explorados ao longo do artigo), são capazes, por exemplo, de percorrer o território interno juntamente com migrantes. A fronteira não estaria reclusa a portos ou aeroportos. Com o intuito de assegurar estabilidade, o sistema de controle fronteiriço se insere território adentro em busca de corpos irregulares.

Nesse sentido, de acordo com Étienne Balibar (2002, 2004, 2010), a fronteira perde sua dimensão física. Ela é móvel e, portanto, difícil de ser detectada ou, até mesmo, definida. Fronteira ganha uma tonalidade obscura. Para ele, o pesquisador que tenta definir o que são fronteiras corre o risco “de caminhar em círculos”, pois o ato de expor o que é uma fronteira é a condição prévia para qualquer definição (2004, p.76, *tradução minha*). Fronteiras passam a ter múltiplos sentidos.

Com o intuito de contribuir para esse debate, que também ganha cada vez mais relevância na academia brasileira, dado a forte presença do Brasil e sua população nas rotas migratórias internacionais, pretendo, nesse artigo, sutilmente deslocar o eixo de reflexão sobre a proliferação e localização de fronteiras contemporâneas. Pautado na afirmação de Balibar, apresentada acima, sairei do campo que busca especular o que seriam fronteiras na atualidade. Apesar destes estudos, majoritariamente, produzidos na Europa e nos Estados Unidos oferecerem reflexões importantes, a polissemia presente no conceito de fronteira os tornam insuficientes e, em alguns casos, abstratos, pois não

nos mostra, de fato, a face dessa força em movimento. Já no caso brasileiro, é possível observar, através da produção científica, como uma parcela considerável dos estudos migratórios tem dedicado uma forte atenção à interpretação de leis e decretos voltados para a população migratória no Brasil. De fato, são estudos importantes (sobretudo no momento atual, em que o protagonismo desmedido do Poder Judiciário, em detrimento à Constituição Federal de 1988, tem feito com que vivamos um sinistro processo de judicialização da vida). Todavia, argumento que esse recorte não é suficiente. Falta-nos vislumbrar a operacionalidade e o diálogo dessas fronteiras com migrantes (DIAS, 2016).

Levando em conta que fronteiras são forças móveis e que estão em constante diálogo com o migrante, defendo que é no ato de mover-se, desse ator social, que podemos compreender onde elas, mesmo que momentaneamente, aparecem. Minha intenção, nesse artigo, portanto, é buscar apoio diretamente na experiência vivida por brasileiros indocumentados em Londres para expor o funcionamento do regime de fronteiras britânicas.

2 O ato de mover enquanto forma prática de perceber a fronteira

Exploro a perspectiva conceitual de que fronteiras são marcadas por uso. Migrantes, nesse caso, são indissociáveis desses espaços sociais. São atores sociais que interagem com regimes de fronteiras e, paradoxalmente, contribuem para o desenvolvimento dos mesmos. Dessa forma, desvinculo-me da perspectiva acadêmica essencialmente voltada ao enfoque macro dado as fronteiras. Esse, para mim, é excessivamente concebido dentro de uma tradição de pensar fronteiras através da lógica de Estado-Nação. Objetivo pensar a fronteira através da mobilidade produzida por brasileiros ao longo de suas jornadas migratórias entre o Alto Paranaíba, em Minas Gerais, e Londres. Acompanhar esses brasileiros nos permite compreender qual a percepção deles acerca das fronteiras contemporâneas e como eles as identificam. Biografia e Mobilidade, ao invés de políticas migratórias, são texturas sociais que meu artigo explora e esses são os elementos que o distingue dos trabalhos citados acima

Utilizo o conceito de jornada desenvolvido por Caroline Knowles, em seu livro “Nas Trilhas de um Chinelo: uma jornada pelas vias secundárias da globalização” (2017). Como a autora salienta, tal conceito

descreve a matriz de ir e vir das pessoas de maneira cartográfica. As jornadas, em outras palavras, desenham os mapas das pessoas, assim como os lugares pelos quais elas passam, fornecendo, portanto, uma maneira de pensar sobre elas a qual incorpora o espaço e o movimento. Trabalhando de baixo para cima, esse movimento são idas e vindas individuais: jornadas diárias, seja ao redor de um bairro, em um local de trabalho ou em uma casa. Às vezes, no caso de

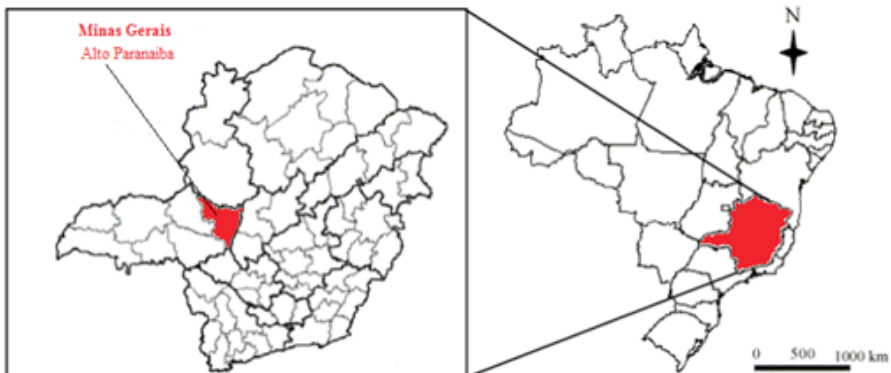
migrantes (internos ou internacionais), jornadas locais são intercaladas com jornadas mais longas, para outros lugares, quer sejam no mesmo país ou em outros países (KNOWLES: 2017, p.27).

Tal perspectiva fornece aos estudos migratórios uma maneira de compreender fronteiras através da *noesis* daqueles que vivem em permanente contato com elas.

Para tal exercício, irei recorrer, exclusivamente, às narrativas produzidas por um grupo de jovens brasileiros indocumentados com quem tive a oportunidade de conviver ao longo de quase sete anos. Em particular, destaco o uso de entrevistas semi-estruturadas e inúmeras conversas informais geradas através de convívio cotidianos. São informações, coletadas de diferentes formas e que são capazes de traçar a jornada migratória desses brasileiros, bem como o regime de fronteiras britânicas se apresentam a eles.

Como dito acima, o grupo explorado neste estudo compreende brasileiros originários do Alto Paranaíba, em Minas Gerais (ver Mapa 1). São jovens adultos, entre 21 e 35 anos de idade, que não emigram essencialmente por motivos econômicos⁴. Em vez disso, ao lado da oportunidade de um trabalho remunerado em libras, meus interlocutores elencam a vontade de viver por um período na Europa e experimentar a vida global que Londres pode lhes proporcionar. Em geral, eles esperam permanecer no Reino Unido de um a sete anos, período o qual eles querem economizar dinheiro para investir em empreendimentos nas suas cidades de origem e, ainda, acessar bens de consumo inacessíveis, segundo eles, no Brasil. Acompanharemos a jornada migratória desses jovens e o contato com as fronteiras logo nos preparativos da viagem. Veremos como eles atravessam por aeroportos e desembarcam em Londres. Por fim, como a vida indocumentada na capital britânica força esses jovens a experienciar, no dia a dia, o regime de fronteiras britânicas.

Mapa 1 – Localização de Alto Paranaíba em Minas Gerais.



Em conjunto com essas narrativas, pretendo produzir uma síntese das reflexões que foram produzidas em minha tese de doutorado, bem como em quatro artigos científicos, onde explorei a negociação existente entre a mobilidade migratória produzida por esses brasileiros e regimes de fronteiras contemporâneos (SCHROOTEN; SALAZAR; DIAS, 2015; DIAS, 2015, 2016, 2017a). Esse material ulterior, quando posto em linha cronológica de publicação, almeja acompanhar a jornada migratória do grupo investigado. Enquanto os dois primeiros exploram a experiência vivida nos aeroportos da EU e do Reino Unido e a prática de mobilidade desses brasileiros, os dois seguintes revelam como esses brasileiros lidam com as fronteiras móveis que permeiam o tecido social londrino. Aqui, portanto, demonstrarei como esse regime de fronteira se desenvolve de forma conjunta ao longo da jornada produzida por meus interlocutores.

3 A fronteira dispersa ao longo da mobilidade aérea

É setembro de 2012 e estou entrevistando Cláudio, um brasileiro de 26 anos. A entrevista, assim como ocorreu com muitos dos participantes, desenrola em sua casa, no norte de Londres. Pelas entrelinhas, julgo que, nesses espaços, eles se sentiam mais seguros para falar abertamente sobre sua situação indocumentada e os desafios de lidar diariamente com o regime de fronteiras britânicas. Nessa época, Cláudio já havia completado mais de 5 anos em Londres. Desse período, Cláudio portou um visto de turista por apenas 6 meses. Todo o restante ele se encontrava “ilegal” perante as autoridades britânicas⁵. Ao perguntar sobre o tipo de visto utilizado para viajar do Brasil para o Reino Unido, Cláudio demonstra um conhecimento detalhado sobre os diversos tipos de visto existentes para entrar nesse país europeu. Ele sabe também das suas limitações para adquiri-los. Ao longo de sua fala, esse jovem brasileiro explica que, “[...] para entrar [na Inglaterra] tem um monte de vistos para cada situação. Tem visto de trabalho, visto de estudante, visto de turista e assim vai... E eu sei que para pedir um visto de trabalho para o Reino Unido, você precisa ter um monte de requisitos e a carta de um empregador. E lá você tem que trabalhar, a cidade é cara... O visto de estudante exige uma matrícula em alguma escola de inglês e isso é muito caro... bom, eu não tinha esse dinheiro. Então, o que eu devo fazer para entrar no país?! ... Você deve ser rico ou europeu. E esse não é o meu caso”.

Apresentar um visto para o controle migratório, em qualquer aeroporto europeu situado nos trajetos que conectam os aeroportos de São Paulo ou Rio de Janeiro à Londres, “*abre a chance para você ser interrogado, ter sua mala vistoriada e...se bobear, ser deportado*”, completa Cláudio. Logo, o ato de mover-se por fronteiras não permite titubear. Para tal, é preciso preparo e ações precisas.

Paula, brasileira de 28 anos e que, também, se encontrava indocumentada em Londres durante a entrevista, explica que, no momento em que o agente migratório aparece, *“você deve apresentar o visto certo que o controle de fronteira quer ver...e falar o que eles querem ouvir”*. A escolha do visto ganha uma dramaticidade entre esses jovens. Histórias de vistos negados revelam, para eles, que a obtenção de um visto de trabalho ou de estudante é um desafio difícil. Como Cláudio frisa, eles devem provar um domínio mínimo do idioma inglês, cartas da escola, mais recursos financeiros consideráveis para o período de estadia. Do contrário, a migração britânica recusa a sua entrada. Por isso, a opção restante é viajar como um turista.

Turistas brasileiros não precisavam de vistos pré-aprovados para entrar na maioria dos países da União Européia; e, aqui, incluímos o Reino Unido. Ao chegar em um aeroporto, por exemplo, em Londres, brasileiros passam por um breve interrogatório pela migração e, se as respostas satisfizerem o oficial, um visto é emitido na hora. Esse visto tem validade de até 6 meses. Logo, esta categoria de visto não apenas é a mais prática e barata para entrar no país, como também esconde as intenções desses viajantes de viver e trabalhar no país durante um período que, segundo minhas observações, pode oscilar entre um e sete anos.

Todavia, viajar para o exterior como um turista não é uma simples questão de comprar os bilhetes aéreos e entrar no avião, como Bloc, Sigona e Zetter (2011), por exemplo, pontuam em seu estudo sobre a migração brasileira para o Reino Unido. Viajar como turista, conforme Claudio e Paula demonstram, demanda interação com fronteiras. Isso nos sugere que a relação entre migrante e o regime de fronteiras britânicas começa a ser travada logo no balcão de *check-in* em um dos dois aeroportos brasileiros internacionais, onde a jornada migratória começa⁶. *“Você entrega o bilhete no balcão e eles já veem que você vai pra Europa. Daí pedem o passaporte pra scannear. Pergunta se você sabe que o passaporte não tem visto...daí você já diz que é porque esta indo a passeio... que não vai ficar muito tempo”*, observa Regina, brasileira não documentada originária de Rio Paranaíba e que vivia há mais de 10 anos em Londres, durante a entrevista em 2013.

Apesar de todo o avanço tecnológico investido em passaportes, com o intuito de monitorar o deslocamento de viajantes a partir do primeiro aeroporto que eles adentram, meus interlocutores revelam ignorar esses mecanismos de controle fronteiriço. Inúmeras vezes, ao longo da pesquisa, perguntei para diversos deles se sabiam o que significava aquele pequeno símbolo (dos dados biométricos) em seus respectivos passaportes. A resposta, em todas as vezes, foi a mesma: *“Não”*. Em alguns casos, ela era complementada por: *“nem sabia que isso existia”*. Qualquer tentativa minha de explicar o mecanismo de controle por detrás desse símbolo resultava em desinteresse da outra parte.

Ao longo do trabalho de campo tive a chance, ainda, de compreender que o conhecimento desenvolvido por tais brasileiros para negociar com o sistema de fronteiras situados nos aeroportos era adquirido não apenas

através de amigos e familiares que já haviam feito a travessia. Agentes de viagem localizados nas pequenas cidades do Alto Paranaíba têm um papel chave. Segundo Denise, brasileira de 32 anos entrevistada em Londres, *“as agências de viagens sabem como colocar alguém em determinado país. Elas têm bons contatos e conhecimentos sobre a papelada. Você paga e elas fazem”*. Diante dessa constatação, o trabalho de campo conduzido no Alto Paranaíba, buscou entrevistar agentes de viagens especializados na travessia desses brasileiros. Três agentes de viagem – Rômulo, Clarice e Laerte – contribuíram para essa pesquisa.

Clarice explica que as agências de viagens no Alto Paranaíba estão ligadas à migração desde o seu início. *“Sempre foi diferente aqui. A maioria dos nossos clientes não eram pessoas interessadas apenas em viagens de curta duração. Eles queriam passar anos nos Estados Unidos ou na Europa...vivendo e experimentando o que não poderiam ter aqui”*. Clarice enfatiza que essas agências tendem a ser administradas por migrantes retornados, incluindo ela própria, que viveu nos Estados Unidos. *“Essa é uma prática comum aqui [Alto Paranaíba]...na verdade, em Minas Gerais como um todo. As agências de viagens pertencem a pessoas que estavam fora do Brasil e depois retornaram. [...] Depois de retornar, iniciamos esse negócio. Laerte foi uma das primeiras. Ele sabia viajar para o exterior e como passar pelo controle do passaporte”*. Ao longo de sua entrevista, Clarice pontua que os primeiros migrantes do Alto Paranaíba, agora retornados, viram uma *“ótima oportunidade”* neste negócio. *“Nós partimos na década de 1990 e não era tão fácil sair do Brasil. Era caro e este lugar [Alto Paranaíba] estava mais isolado do que hoje em dia”*⁷. No entanto, a imagem mudou drasticamente nos anos 2000, quando esse grupo começou a retornar⁸.

A pesquisa realizada em Londres revelou, também, que boa parte dos sujeitos entrevistados optaram por viajar com esses agenciadores, não só porque era mais cômodo lidar com uma agência de viagens de sua própria cidade, mas também por causa das habilidades que os próprios agentes apresentam. Claudio, por exemplo, lembra que Laerte é visto, em sua cidade, como o agente de viagens que mais conseguiu atravessar contêrreos pelos controles de fronteira aeroportuária da Europa e dos Estados Unidos. Na sua opinião, a habilidade de Laerte não foi apenas devido ao fato de *“[...] ele ser o primeiro a abrir uma agência de viagens na minha cidade, mas porque sabia o que queríamos fazer muito bem e é uma pessoa fácil de lidar”*. De acordo com Cláudio, essa proximidade faz *“a vida da pessoa que vai enfrentar o desconhecido mais fácil”*. Além disso, ele diz que Laerte, assim como os outros três agentes entrevistados, *“é cara de nossa classe social e tem o bom senso para entender o que a pessoa que quer sair do Brasil está procurando”*. Assim, essas agências de viagens apresentam habilidades essenciais para criar pacotes turísticos capazes de facilitar a passagem desses brasileiros, enquanto turistas, pelos controles de migração nos aeroportos europeus⁹.

Eles compreendem as relações de poder que estão inseridas nos aeroportos e o significado disso para um migrante que tem que negociar sua mobilidade com controles de fronteira. De acordo com agentes de viagens, freqüentar aeroportos envolve certos comportamentos e linguagem corporal que mostra claramente se uma determinada pessoa está acostumada a esse espaço social¹⁰. Romulo enfatiza que *“é uma grande responsabilidade enviar essas pessoas para o exterior. Temos de explicar como funciona um aeroporto. [...] Eles não sabem como caminhar até lá e para onde ir. A maioria dos meus clientes não entende as placas exibidas nos terminais ou quando apresentar o passaporte”*.

São espaços não familiarizados. Assim, os agentes reconhecem que cada parte do aeroporto precisa ser descrita para seus clientes. Os terminais de bagagem e balcões de atendimento, áreas de partida e portões de segurança têm um papel substancial e uma influência específica no aeroporto. Seus clientes devem saber se mover e se portar nessas áreas. Qualquer erro ou atraso pode significar a recusa de permissão para embarque ou, até mesmo, a deportação ao desembarcar.

Portanto, Clarice diz que as agências de viagens preparam pacotes turísticos, da melhor forma possível, para que seus clientes passem com sucesso pelos controles de passaportes localizados em qualquer aeroporto internacional. O objetivo é criar um personagem turístico brasileiro, que está viajando de férias. *“Diga-me, quem, por conta própria, deixaria o Brasil sem falar uma única palavra de inglês, reservar um hotel ou ter pouca noção sobre o lugar onde acabavam de chegar? Esse é exatamente o tipo de viajante que os agentes da fronteira gostam de colocar de volta no avião”*, ela diz. Logo, é de responsabilidade do agente, também, reservar hotéis ou albergues para o tempo gasto como turista no exterior. Se o cliente quiser, eles também podem fornecer ingressos para atrações locais. Além disso, Clarice menciona que os agentes explicam minuciosamente a negociação com agentes de migração. *“As perguntas no controle das fronteiras [...] são normalmente as mesmas para os turistas brasileiros: quanto tempo você vai gastar, que lugar vai visitar e quanto dinheiro trouxe...”*

As bagagens também são cuidadosamente preparadas. *“Se você estiver viajando como turista, você deve levar roupas suficientes para o número de dias, conforme descrito em seu pacote turístico. Nada mais”*, afirma Clarice. Além disso, os cartões internacionais de crédito, dinheiro e seguro de saúde são, de acordo com ela, detalhes fundamentais que um migrante deve carregar no caso de os agentes da fronteira solicitarem mais detalhes na entrevista. *“Nós explicamos a importância de comprar um seguro de saúde básico, pois esses países [na UE ou Estados Unidos] exigem isso”*. Os agentes também apresentam a relevância de abrir uma conta bancária e obter um cartão de crédito internacional. Nas palavras de Laerte, *“essa é a maneira mais prática de receber dinheiro de parentes no Brasil, até que a pessoa encontre um emprego lá [na Inglaterra]. Também prova para o oficial [de fronteira] que o viajante tem acesso a uma conta bancária no Brasil. Bem... alguém está patrocinando esse passeio”*. Laerte diz que esta tática visa convencer o controle migratório de que o viajante tem dinheiro suficiente e não gerará ônus algum ao país que o recebe.

Segundo ele, as entrevistas nos controles do passaporte “são procedimentos que visam distinguir turistas e estudantes de migrantes. Assim, eu tento preencher qualquer lacuna que possa evidenciar quem são eles. Eu acho que na maioria das vezes ele funciona. Caso contrário, eu teria fechado minhas portas há muito tempo”. Os aeroportos e seus controles de passaportes são os principais obstáculos que essas pessoas de fronteira qualificadas são contratadas para superar¹¹.

4 A fronteira dispersa no cotidiano

Depois de passar pela entrevista no guichê de imigração, em algum aeroporto nos arredores de Londres, e obter a autorização para acessar o solo londrino, migrantes brasileiros começam um novo episódio e talvez o mais difícil de sua jornada migratória em Londres: negociar sua presença e mobilidade urbana com o controle de fronteiras produzido pelo Home Office¹². Munidos, em geral, de um Visitor Visa¹³, brasileiros têm um tempo de estadia limitado a não mais de seis meses no Reino Unido. Após esse curto período, o Home Office os classifica como “migrantes ilegais” sujeitos a deportação. Longe de barreiras geográficas localizadas nas fronteiras territoriais, que servem para bloquear ou obstruir a passagem de viajantes suspeitos, a proliferação de fronteiras do Reino Unido invade e permeia as localidades cotidianas do espaço britânico, o que requer constante identificação por parte dos cidadãos (KUBAL, 2013, 2014; BLOCH et al, 2011; PAI, 2008; LUK, 2009). Em outras palavras, o regime de fronteiras britânicas estaria disperso “um pouco por toda parte, onde quer que o movimento de informações, pessoas e coisas esteja acontecendo e possa ser controlado - por exemplo, em cidades cosmopolitas” (BALIBAR, 2004, p.11, tradução minha).

A fim de evidenciar essa suposta invisibilidade das fronteiras britânicas internas, busco apresentar a experiência desses brasileiros. Segundo eles, é bastante difícil prever quando e como essas fronteiras operam. Todavia, como Gisele, migrante de 26 anos entrevistada em Londres, expõe, “é possível sentir esses controles quando estiver em Londres. Proibições, burocracia, deportação etc., etc., impedem nossas vidas nesta cidade.” Com base nisso, identifiquei neste estudo duas formas pelas quais o regime de fronteiras britânicas, enquanto fronteiras internas, são percebidas pelo grupo investigado: a burocracia britânica e os “Homens de Preto”.

4.1 A burocracia britânica

Além de confinar temporalmente a presença desses brasileiros, o governo britânico também impõe severas restrições espaciais sobre eles. O acesso a vagas de emprego e serviços sociais oferecidos pelo Estado Britânico como,

por exemplo, postos de saúde ou médicos de família, são negados se esse migrante indocumentado não portar um passaporte da União Europeia (UE) ou algum tipo de visto que o autorize a trabalhar ou viver no país. Crianças não podem ser matriculadas nas escolas se os responsáveis não apresentarem toda documentação, inclusive o passaporte e certidão de nascimento. Também é negado aos “migrantes ilegais” locação de moradia. Atuando como fronteiras móveis, as severas restrições impostas pelas leis migratórias britânicas moldam de forma precária a vida desses migrantes já indocumentados e sujeitos à deportação.

Anderson observa que *“sem os papéis que a imigração pede, a gente fica enjaulado. O que você pode fazer?! Como você encontra um emprego para viver em Londres?”* Tal precariedade imposta por severo regulamento, segundo ele, *“transforma Londres em um pesadelo. Isso nos obriga a encontrar soluções alternativas”*.¹⁴ Nas palavras de Gisele, *“a burocracia na Inglaterra barra a gente em qualquer movimento. É difícil alugar uma casa, abrir conta em banco, ter acesso ao médico ou aos impostos a mais que o trabalho tira da gente, mas não podemos reclamar.”*¹⁵

Mauro, 27 anos de idade, que durante a entrevista, em 2012, revelou ter vivido cinco anos como indocumentado em Londres, compartilha da mesma opinião. Ele lembra como a aplicação imposta pela lei britânica reduziu a capacidade de um migrante *“sem papéis”* morar em Londres. *“Para desfrutar de Londres e todas as atrações que esta cidade tem para oferecer, você precisa trabalhar. A vida lá é bastante cara... a comida nem tanto, mas a acomodação e os transportes públicos são caros. Então... depois de algumas semanas todos têm que encontrar um emprego, caso contrário o sonho de viver em Londres acaba. Mas é essa a questão. Encontrar um emprego não é fácil, e dia a dia está piorando. Você precisa de documentos, caso contrário você não é contratado. Há muita burocracia para trabalhar em Londres... Eu acho que não somos bem-vindos naquele país”*.

Para Mauro, Londres é uma cidade com muitas oportunidades de trabalho, mas *“sem papéis reais”* a vida se torna insuportável. *“Há muitos trabalhos bons lá, cara. Mas você deve ser legal. Sem papéis é difícil. Você vai trabalhar para nada ...”*

Laerte lembra que o cenário foi muito diferente na década de 1990, período em que viveu na cidade. Ele diz que a vida em Londres não era tão assustadora. A vigilância era muito menos rigorosa. *“1995 não era como em 2012, 2010 ou 2008. O país [Reino Unido] estava mais tranquilo. Precisavam de trabalhador. Não é como hoje. Naquela época, não havia necessidade disso [documentos falsos]”. Ele menciona que os bancos, por exemplo, não exigiam documentos ou comprovante de endereço para abrir uma conta bancária. “Você ia lá e pronto. Saia com a conta no banco. Não tinha muita rigorosidade. Acho que lá [em Londres] a palavra tem um valor diferente.”* No entanto, as regras mudaram drasticamente desde 1997, quando o governo britânico, através do Home Office,

passou a aplicar severas multas em empresas ou lojas que empregam migrantes indocumentados. O valor da multa, atualmente, pode chegar a £20.000 por cada trabalhador indocumentado encontrado, de acordo com a lei britânica (HOME OFFICE, 2018). Apesar dessa severa punição imposta pelo governo britânico àqueles que arriscam contratar trabalhadores sem autorização, o que presenciamos, são determinados setores da economia britânica abastecidas por essa barata e precária mão-de-obra. Destaco, em particular, o setor de limpeza e hotelaria. Além de pagar salários inferiores ao mínimo exigido pelo governo, muitos empregadores também se isentam de pagar horas extras por turnos noturnos e finais de semana, além de auxílio doença e férias integrais (BLOCH; SIGONA; ZETTER, 2009; MARTINS; DIAS, 2013; DIAS, 2017).

Ao longo da pesquisa, percebi que as conversas ou entrevistas tendiam a se transformar em queixas, não apenas sobre as restrições impostas à procura de emprego ou sobre as precárias condições de trabalho, mas também relacionadas ao tratamento médico ou ao acesso à medicação em caso de doença. Durante o inverno de Londres de 2012, realizei entrevistas com esses jovens brasileiros. Era comum encontrar alguns desses migrantes na cama. Adriano, por exemplo, sofria de asma e, no inverno, sua saúde tendia a deteriorar-se. Sem receita médica para obter um inalador, ele tornou-se dependente de qualquer potencial recém-chegado que pudesse trazer esse medicamento do Brasil. Ele me explicou que sua mãe *“sempre está em contato com agentes de viagens. No caso de alguém vir a Londres, o agente de viagens diz a ela e depois ela me manda a medicação”*. Adriano diz que as restrições à medicação e ao acesso aos postos de saúde o obrigam a manter a medicação armazenada em seu quarto. *“Caso contrário, eu não tenho medicação. Dai tô ferrado...”*

Devido ao fato de que o sistema de saúde britânico (NHS) exige documentos pessoais e comprovante de endereço de seus pacientes para que sejam registrados e atendidos, esses jovens brasileiros, que possuem passaportes com vistos de visitante e sem qualquer prova documental em Londres, são automaticamente excluídos. Mais uma vez, as regras legais impostas pela lei britânica conseguiram impor fronteiras burocráticas a esses migrantes, que não têm outra opção senão depender da ajuda de outros brasileiros que venham do Brasil. No entanto, as limitações impostas pelo *status* migratório não se limita apenas à falta de papéis. A presença de funcionários de imigração nas ruas de Londres é apontada pelos participantes como um risco real. Como a seção a seguir revela, as fronteiras internas também significam o risco de deportação para esses brasileiros.

4.2 Homens de Preto

O termo “Homens de Preto” é utilizado por meus entrevistados, bem como por outros brasileiros indocumentados com quem conversei durante o trabalho de campo, para se referirem aos agentes migratórios do Home Office¹⁶ que

monitoram as ruas londrinas através de *blitzes* em pontos de ônibus, estações de metrô e locais de empregos que recebem denúncia anônima. Caminhar pelas ruas londrinas diariamente, portanto, demanda cuidado e atenção por parte desses migrantes. Qualquer descuido pode resultar em deportação. Segundo Laerte, o controle migratório produzido por *blitz* faz com que “*você não saiba quando e onde pode ser pego. Isso pode acontecer a qualquer instante. Sabe? Posso virar a esquina e ser pego*”.

Tal experiência foi relatada por Rogério, brasileiro que viveu em Londres entre 2004 e 2007. Após três anos na capital britânica, ele foi pego e deportado pela migração britânica. “*Eu tava voltando do trabalho... era por volta das 3 da tarde no sábado, quando fui pego na porta da estação de Willesden Junction [estação de metrô situada no noroeste de Londres]...isso, na saída. Eram policiais locais que me pararam e fizeram umas perguntas e viram que eu estava ilegal no país.*” Conforme prossegue a narrativa sobre a sua detenção, Rogério demonstra como o regime de fronteiras britânico é interligado. Segundo ele, a informação de sua chegada, em 2004, no aeroporto de Luton foi rapidamente acessada pelos os oficiais. “*Eles me perguntaram da onde que eu era. Eu falei que era espanhol*¹⁷. *Foi quando eles perguntaram meu nome, eu dei meu nome completo e eles checaram por rádio e viram que eu estava ilegal no país... sabiam até quando eu tinha entrado aqui! Sabiam dos problemas que eu tive aqui.*”

Após isso, Rogério diz que foi encaminhado “*para a polícia... fui algemado. Me colocaram numa cela. Depois de umas três horas chegou o agente da imigração, me fez umas perguntas.*” Após um rápido questionário, “[...] *eles me fizeram uma pergunta: se eu queria um advogado ou assinar um papel, um termo que em 72 horas eu seria mandado embora.*” Segundo ele, “*se não fosse embora dentro de 72 horas, eles me soltavam na rua, de novo, e eu ia ter que voltar lá toda a semana e assinar um papel até o dia que eles achassem um voo para mim...*”

A decisão de retornar rapidamente para o Brasil veio da experiência de deportação vivida por um amigo seis meses antes. Rogério explica que seu amigo havia optado por um advogado. O resultado foi pior do que o esperado. “*Além do advogado não ter resolvido a permanência dele aqui, levaram ele pra uma prisão. Era uma fazenda... onde tinha um monte de gente presa e ele ficou aqui por 60 dias. Até que foi mandado embora. No final, foi mandado embora do mesmo jeito, mas ele ficou 60 dias e eu 72 horas. Esse aí foi o que mais pesou para eu não pedir advogado....*”.

O migrante a ser deportado é rigorosamente acompanhado até o avião. Rogério lembra que voltou ao Brasil apenas com a roupa do corpo. A migração não o deu o direito de recolher seus pertences. “*Você volta sem nada. Sem dinheiro, só com a roupa do corpo. Ficou tudo, tudo, tudo. Se você estiver sozinho, você perde tudo. Eu tinha parentes, eles cuidaram do que ficou...*” Ele explica, ainda, que foi algemado da delegacia até a sala de espera do aeroporto. “*Ali eles tiram a algema e você fica solto com todo mundo e na hora, um pouco*

antes do embarque eles te levam, ai você não está algemado, e você é o primeiro a entrar no avião.” Por todo mundo, Rogério se refere aos outros deportados que também aguardam pelos voos que os levarão para seus respectivos países de origem. “[...] na sala que eu estava tinha umas 50 pessoas. Gente de tudo que é canto do mundo... No meu voo tinha uns três brasileiros, uma venezuelana e um colombiano. Tudo no mesmo voo, eles fizeram uma escala no Brasil e foram para o país deles.”

Da mesma forma que os oficiais da agência da fronteira do Reino Unido podem abordar cidadãos e solicitar uma prova de identidade, quando houver motivos para assumir que a pessoa em questão é estrangeira, eles também estão autorizados a entrar, sem o consentimento do ocupante, em domicílios. Caso haja uma suspeita razoável denunciando que algum morador não é autorizado “legalmente” a residir no país. Agnieszka Kubal (2013) observa que esse poder aos oficiais de imigração –similar aos poderes da polícia na investigação do crime e a apreensão de suspeitos – foi dado pelo “British Immigration and Asylum Act 1999”. Tal prática impõe uma imediata contra-resposta, por parte de meus interlocutores. Gisele comenta que “*se o Home Office pegar um da casa, você tem que mudar rapidinho para outra casa*”. Depois de interrogar o migrante, os oficiais descobrem o endereço residencial e vão lá para verificar se há mais migrantes sem *status* legal de migração. Gisele lembra uma das vezes que os oficiais de imigração de repente arrombaram sua porta no início da manhã: “*Sabe, eles [Home Office] vêm e batem na porta, porque estão procurando por alguém. Se não abrir, eles entram! Então, temos que sair rapidamente [da casa] se não quisermos deixar o país. Eu tenho lutado muito com esse tipo de pressão. É muito traumático ...quando eu estava grávida do meu único filho; Eles [agentes do Ministério do Interior] vieram para minha casa. Tivemos que deixar a casa vestindo pijamas no início da manhã... foi bastante traumático*” .

Em casos como esse, a casa “*é queimada*” como Adriano descreve. Em outras palavras, uma vez que alguém é pego, a melhor opção é mudar rapidamente para um lugar “*limpo*”. De acordo com Gisele, é apenas uma questão de tempo antes que os agentes de imigração cheguem à porta.

5 O que a mobilidade produzida por migrantes revelam?

Até aqui, esse artigo buscou apresentar como brasileiros indocumentados identificam fronteiras. Tal posição assumida nesse artigo ambiciona questionar o pressuposto defendido pela academia de que fronteiras são relações de força obscuras e invisíveis. Logo, são difíceis de serem detectadas. O enfoque na leitura que os próprios brasileiros, enquanto migrantes, produzem acerca da presença do regime de fronteiras britânicas em seu cotidiano nos oferece a oportunidade de entender, com maior precisão, seu *modus operandi*. Eles revelam a relação obscura entre as ditas fronteiras externas e internas, onde elas se encontram e

como elas detectam e removem migrantes indocumentados do tecido urbano londrino. Levando isso em consideração, este artigo buscou trazer contribuições empíricas e reflexivas para os estudos migratórios de fronteira.

Ao acompanharmos a jornada migratória de jovens brasileiros do Alto Paranaíba para Londres, podemos compreender que o regime de fronteiras britânicas inicia seu controle logo em um dos dois aeroportos brasileiros internacionais, que operacionam voos para a capital britânica. É nos revelado que aeroportos não podem ser entendidos apenas enquanto “espaços de intensa circulação internacional”, “não-lugares”, “espaços de fluxos” e, portanto, espaços fugazes (AUGE, 1995; URRY, 2003; CASTELLS, 2002). Tal perspectiva produz uma interpretação demasiada abstrata. O que favorece com que a mobilidade migratória seja, equivocadamente, entendida através de metáforas hidráulicas como, por exemplo, “onda” ou “fluxos”. Aeroportos são espaços fronteiriços; demandam negociação. Sobretudo após o 11 de setembro de 2001, quando presenciamos a imposição de sistemas de dados biométricos pela ICAO nos aeroportos internacionais. Através de tecnologia bélica, e-passaportes auxiliam governos a regular, filtrar e mapear a mobilidade de seus usuários. Esses brasileiros que acompanhamos, de forma breve, sua jornada migratória, também, nos demonstram que o enrijecimento político não se trata de uma medida comum e cabível para todo e qualquer tipo de viajante que se empenhe em cruzar alguma fronteira territorial. Mais do que isso, o tratamento dispensado em tais espaços fronteiriços se difere de acordo com o perfil do viajante.

Turistas são vistos como pessoas móveis desejáveis, pois são viajantes temporários que visitam locais e, enquanto consumidores temporários, promovem a circulação de dinheiro e bens materiais e, por assim ser, geram benefícios econômicos para o local visitado (URRY, 1995, 2000; SALAZAR; SMART, 2011). Migrantes, por outro lado, estariam engendrados na categoria de grupo de risco e, portanto, são considerados indesejáveis. Em geral a mobilidade migratória é retratada como um movimento transgressivo, pois o tempo de estadia, as condições econômicas dos migrantes e suas motivações para entrar no território são questões que criam incertezas e inseguranças territoriais (DIAS, 2017b).

Aeroportos trabalham de forma previsível e imprevisível. Ao aterrizar no Reino Unido, uma série de placas posicionadas estrategicamente guia viajantes através de diferentes dispositivos de vigilância em todo o aeroporto. Enquanto *SmartGates* munidos com *scanner* e câmeras conferem os passaportes biométricos através de leitura da íris e, assim, aceleram a fila europeia, aqueles guiados para a fila “Todos os outros passaportes” são submetidos a entrevistas imprevisíveis conduzidas por um oficial de fronteira. As entrevistas apresentam um aspecto confessional; interrogam, repetem perguntas de forma mais severas, evitam olhar ou encaram o entrevistado em busca de algum lapso, que revele o real propósito da viagem (DIAS, 2015; 2016). Enquanto isso, *scanners* de bagagem em 3D, detectores de metal e uma equipe de cães farejadores

examinam cuidadosamente as bagagens. A intenção é detectar todo e qualquer viajante que possa colocar a sociedade receptora em risco, seja ele terrorista ou um “migrante econômico”. A jornada migratória desses brasileiros, no entanto, demonstra que o processo de lidar com fronteiras não cessa para após atravessar os controles das fronteiras aeroportuárias.

Embora estudiosos observem que as fronteiras internas são desfocadas e imprevisíveis, brasileiros em Londres nos demonstram que, ainda assim, é possível senti-las e identificá-las. Por um lado, o regime de fronteiras britânicas, bem como suas ações imprevisíveis, são identificados por eles através da “burocracia britânica”, que afeta o acesso aos serviços públicos, postos de trabalho ou aluguel de alojamento. Por outro lado, tal regime é, ainda, sentido através das ações repreensivas praticadas pelos “Homens de Preto”. Esses são agentes migratórios, que patrulham as ruas da cidade e têm poder para invadir residências. Como Rogério e Denise sugerem, a colisão pode ocorrer a qualquer instante. Portanto, mais do que enfrentar através de algum disfarce (como no caso do disfarce de turista para superar as fronteiras aeroportuárias), brasileiros buscam evitar o confronto. Buscam o que Hsiao-Hung Pai (2008) define como “invisibilidade”. Escolhem horários e tipos de condução para navegar pela cidade; buscam trechos menos monitorados para o caminhar.

Outro elemento que a trajetória migratória desses jovens sugere é o limite existentes entre as ditas fronteiras externas e fronteiras internas. Rogério demonstra que a sua apreensão seguida de deportação foi possível através de informações – guardadas em seu e-passaporte – produzidas por aeroportos e, anos mais tarde, obtidas pelos policiais britânicos. Fronteiras contemporâneas são móveis. Tal deportação vivida por esse jovem demonstra a capacidade que o regime de fronteiras britânicas tem de extravasar fronteiras geográficas e invadir o tecido urbano de Londres. Como bem demonstram meus interlocutores, nesse espaço, esse regime – agora entendido como interno – molda a vida cotidiana de cidadãos indocumentados. Isso nos possibilita questionar se há, de fato, uma diferenciação entre fronteiras externas e internas, ou se o regime de fronteiras tem a capacidade de expandir e operacionalizar sua atuação de controle para além dessa classificação binária.

Por fim, gostaria de ressaltar outro fato para o qual esses brasileiros nos chamam a atenção: a capacidade de negociação de que esses atores sociais são dotados. Apesar de estarmos vivendo uma multiplicação de fronteiras no mundo contemporâneo, como atesta Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2008, 2013), migrantes, ainda sim, são sujeitos empoderados. São atores sociais capazes de negociar sua mobilidade migratória, bem como sua existência em meio à presença dessas fronteiras, as quais permeiam os seus cotidianos.

Assim, como esse artigo demonstra, regimes de fronteiras buscam evocar o fetiche da transgressão através de políticas migratórias – materializadas por meio de *blitzes* e deportação – capazes de promover uma espetacularização do outro enquanto um infrator que caminha pelas amorfas zonas de fronteira.

Contudo, é preciso compreender esse outro para além do que o Estado ou o cenário acadêmico revela. Nesse tenso diálogo entre fronteiras e migrantes, esses detêm a sutil arte de manipular fronteiras e mover-se através delas, embora sejam constantemente melhoradas com o intuito de detectar e remover migrantes.

De tal modo, a arte de manipular, para a qual os agentes de viagem nos chamam a atenção, vem da própria experiência migratória. O ato de avançar pelas fronteiras, recuar, ter que reavaliar alternativas, aguardar ou seguir é uma habilidade construída na prática, no dia a dia. Ademais, esses saberes tem a capacidade de circular entre migrantes e serem constantemente atualizados por aqueles que os colocam também em prática (DIAS, 2016). Migrantes são, portanto, atores sociais dotados de habilidades (enquanto conhecimento adquirido sobre o mundo e como operar com ele) capazes de domesticar a fronteira.

Desta forma, tal constatação vai ao encontro de estudos que não reconhecem “fronteiras” enquanto territórios impenetráveis (PAPADOPOULOS; STEPHENSON; TSIANOS, 2008; BIAO, 2005; PERERA, 2009; e KHOSRAVI, 2010). Assim, através da jornada migratória produzida por esses brasileiros, podemos concluir que fronteiras, enquanto espaços de negociação, apresentam porosidades, as quais permitem que a mobilidade seja produzida. Por porosidades, refiro-me a fronteiras vagamente patrulhadas, como, por exemplo, conexões domésticas de voos entre a área Schengen e o espaço aéreo do Reino Unido ou empregadores que aceitam documentação falsa no ato de contratação. Estas são lacunas que dão aos migrantes a chance de negociar face a face a sua existência. Uma negociação que foge do rígido controle do regime de fronteiras britânicas.

Notas

¹ Robson, assim como meus outros interlocutores, que aparecerão ao longo desse artigo, é originário do Alto Paranaíba.

² Ministério do Interior do Governo do Reino Unido. Órgão responsável por questões referentes à migração e segurança nacional.

³ Apesar de nunca ter estado nos Estados Unidos, ele conhecia bem a realidade migratória nesse país através de familiares e amigos que lá se encontram.

⁴ Por medida de proteção, todos os nomes dos participantes nesse estudo são fictícios.

⁵ O termo ilegal, nesse artigo, aparecerá sempre entre aspas. Tal terminologia é utilizada pelo Home Office para se referir aos migrantes que não possuem vistos para permanecer no Reino Unido. Eu me refiro a esse grupo como migrantes indocumentados e, em todas as vezes, sem aspas. Assim como a linha editorial da revista *Travessia*, eu compartilho do princípio de que nenhum ser humano é ilegal.

⁶ Desde 2006, o governo brasileiro, através da polícia federal, passou a emitir passaportes biométricos com o intuito de cumprir as normas exigidas pelo documento 9303 da Internacional Civil Aviation Organization (ICAO). Isso significa que a identificação pessoal do titular - impressões digitais, assinatura e fotografia - é armazenada digitalmente em uma pequena etiqueta RFID, no passaporte. Tal procedimento permite a identificação imediata dos dados ali armazenados em qualquer aeroporto internacional que, também, atenda as normas da ICAO. Essa postura adotada pelo governo brasileiro tem consequência direta com as medidas impostas pelo governo dos EUA após os atentados do 11 de setembro (DIAS, 2015; 2016).

⁷ Algumas das principais cidades do estado de Minas Gerais, como Uberlândia e Governador Valadares, por exemplo, com indústrias de migração estabelecidas e redes internacionais de migração, foram onde essa prática de apropriação de rotas turísticas começou a ser amplamente explorada, a partir da década de 1990. Maxine Margolis (1994), por exemplo, observou que viajar como turista era uma prática comum para os brasileiros que queriam migrar para Nova York, quando as viagens internacionais eram limitadas a classes sociais altas. No entanto, de acordo com estudos mais recentes, com a maior disponibilidade de passagens aéreas e viagens internacionais entre brasileiros, o papel desempenhado pelas agências de viagens se expandiu consideravelmente (FAZITO; RIOS-NETO, 2008; DIAS, 2015). Esses trabalhos demonstram que muitos outros serviços, além dos pacotes turísticos, foram incluídos. Entre eles, destaco a produção de documentos falsos, recebimento de remessas de dinheiro e até mesmo o estabelecimento de conexões com coiotes (SOARES, 2002; TOGNI, 2012; DIAS, 2016).

⁸ Aqui, eu me refiro às transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do início dos anos 2000, quando setores da classe popular passaram a ter acesso a bens e serviços que, até então, eram restritos a classe média e alta. Dentre elas, destaco a popularização de passagens aéreas internacionais e pacotes turísticos. Para maiores informações, consultar Yaccoub (2011), Borges (2013) e Dias (2016).

⁹ Com o intuito de compreender a aptidão dos agentes de viagem em identificar o controle de fronteiras aeroportuário, busquei distinguir, ao longo da pesquisa de campo, dois tipos de habilidades: *habilidade técnica* e *habilidade prática*. A *habilidade técnica* resulta do conhecimento adquirido através do próprio trabalho enquanto agente de viagem. É o

saber-fazer constituído pelo conhecimento das leis migratórias, tipos de vistos, emissão de passaportes e bilhetes de avião, que sua profissão exige. Já a *habilidade prática*, por outro lado, seria produzida através das próprias experiências migratórias. E, aqui, incluo a vivência enquanto migrante não-documentado, que esses agentes, agora retornados, tiveram durante suas respectivas jornadas migratórias para o Norte Global (DIAS, 2016).

¹⁰ Diante do forte controle migratório presente no aeroporto *Heathrow*, único aeroporto que recebe vôo direto do Brasil, agentes de viagem optam por projetar viagens que passem por algum país dentro do Espaço Schengen antes de aterrissar na Inglaterra. Tal tática possibilita com que o viajante acesse a Inglaterra através de um vôo europeu doméstico, onde conta com a menor presença de passageiros não oriundos da União Europeia (UE). Filas menores facilitam a travessia pelo controle migratório. Algo adverso do que ocorre no aeroporto *Heathrow*, que recebe vôos de diversas partes do mundo. Dessa forma, identificados pelo grupo como *Aeropostos Pequenos* – dado ao menor fluxo de circulação de pessoas, em relação ao *Heathrow* – os aeroportos de *Luton*, *Gatwick*, *Stansted* são utilizados na travessia aérea. Para maiores informações sobre a produção dessas travessias, consultar: Dias (2015, 2016). Cabe mencionar que, assim como o caso apontado sobre o símbolo biométrico no passaporte, agentes de viagens e seus clientes não demonstravam conhecimento sobre o Espaço Schengen e nem interesse em saber.

¹¹ Durante a pesquisa de campo, tive a oportunidade de conhecer brasileiros que tiveram sua travessia interrompida em aeroportos localizados na Espanha e na própria Inglaterra. Segundo esses interlocutores, as respostas apresentadas durante suas entrevistas não atenderam a exigência dos agentes migratórios. O resultado foi a deportação automática. Isso nos demonstra que, apesar de todo o conhecimento e preparo depositado por agentes de viagens, o ato de negociar a travessia cabe exclusivamente ao migrante. Nesse momento, ele detém o poder de ação.

¹² Home Office é o Ministério do Interior do Governo do Reino Unido e é responsável por questões referente à migração e segurança nacional.

¹³ Visto temporário emitido para turistas.

¹⁴ Dentre elas destacamos a compra de documentos falsos. Conforme uma literatura específica revela, há uma ampla indústria migratória voltada para a produção e venda de documentos falsos para brasileiros no Reino Unido (BLOCH; SIGONA; ZETTER, 2009; MARTINS JR., 2012; MARTINS JR.; DIAS, 2013; DIAS, 2016; MARTINS JR., 2017).

¹⁵ Ver Dias (2017a).

¹⁶ O termo vem de um filme de ficção científica de Hollywood, onde agentes, da agência ultra-secreta - *MIB - Homens de Preto*, uma divisão do governo estadunidense, seriam responsáveis por monitorarem as atividades alienígenas na Terra. Shahram Khosravi (2010) em seu estudo autobiográfico, baseado na sua experiência migratória produzida entre o Iran e a Suécia, revela que entre iranianos indocumentados esse termo também aparece para classificar os agentes migratórios nas ruas de Estocolmo.

¹⁷ Conforme mencionado na nota de rodapé 11, após terem seus respectivos vistos de turista vencidos, meus interlocutores tendem a utilizar documentação falsa. Cidades portuguesas, espanholas e italianas são, em geral, as mais procuradas. Minha interpretação para esse fenômeno é de que tais cidadanias estão diretamente atreladas a presença dessas nacionalidades europeias na formação social do Brasil, aliado a isso, o fato dessas três nações fazerem parte da UE.

Referências

- ADEY, P. Facing airport security: affect, biopolitics, and the preemptive securitisation of the mobile body. London: Environment and Planning D: **Society and Space**. vol. 27, nº1, p. 274- 295, 2009.
- AUGE, M. **Non-places**: introduction to an anthropology of supermodernity. London: Verso Press, 1995.
- BALIBAR, É. **Politics and the other scene**. London: Verso Press, 2002.
- _____. **We, the people of Europe?** Reflections on transnational citizenship. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- _____. Rights, differences, exclusions. **Palestra na Universidade de Pittsburgh**. Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2010. Disponível em <<http://www.humcenter.pitt.edu/events/balibarvideo.php>> Acesso em: 29 ago. 2012.
- BLOCH, A; SIGONA, N.; ZETTER, R. **'No right to dream' the social and economic lives of young undocumented migrants in Britain**. London: Paul Hamlyn Foundation, 2009.
- BORGES, L.C.B. **A nova classe média Brasileira e o turismo**: uma abordagem econômica. 108f. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado [Turismo]. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2013.
- BIAO, X. **Transcending boundaries. Zhejiangcun: The story of a migrant village in Beijing**. Leiden-Boston: Brill, 2005.
- CASTELLS, M. The rise of the network society, the information age. **Economy, society and culture, Oxford**, vol.I, 2002.
- DE GENOVA, N. The legal production of Mexican/migrant 'illegality'. **Latino Studies**, Basingstoke, vol.2, nº2,p. 160-185. , 2004.
- _____. Spectacles of migrant 'illegality': the scene of exclusion, the obscene of inclusion. **Ethnic and Racial Studies**, Surrey, vol.36, nº7, p. 1180-1198, 2013.
- DIAS, G. Tactics of border crossing movement: exploring the mobility of Brazilians through the Schengen and UK airspace. **Revista Ambivalências**, Sergipe, vol. 3, nº 5, p.183-215, 2015.
- _____. **Brazilian migration into London**: mobility and contemporary borders. 269f. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia – Goldsmiths College, University of London, 2016.
- _____. Dealing with the UK inner borders: an ethnography of Brazilians and their temporary dwellings in London. **MEDIAÇÕES - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, vol. 22, nº1, p. 156-182, 2017.
- _____. Táticas de Mobilidade fronteiriça. In: CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. (orgs.) **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, p.665-670, 2017.

- FAZITO, D.; RIOS-NETO, E. Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos: as redes sociais e o papel de intermediação nos deslocamentos exercido pelas agências de turismo. *Revista Brasileira de estudos populacionais*, Rio de Janeiro, 25(2), 305-323, 2008.
- GARELLI, G. *Migrants' struggles, practices of citizenship, and techniques of bordering*. Palestra em Goldsmiths College, Universidade de Londres. United Kingdom: Universidade de Londres, 2012.
- HOME OFFICE, 2018. **Penalties for employing illegal workers**. Visas and Migration. Disponível em: < <https://www.gov.uk/penalties-for-employing-illegal-workers>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION, 2012. **Document 9303, 2012**. Disponível em: < <http://www.icao.int/Security/mrtd/Downloads/Forms/AllItems.aspx?RootFolder=/Security/mrtd/Downloads/Doc%209303/Doc%209303%20English>>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- KHOSRAVI, S. **The 'illegal' traveller: an auto-ethnography of borders**. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- KNOWLES, C. **Nas trilhas de um chinelo: Uma jornada pelas vias secundárias da globalização**. São Paulo: Annablume, 2017.
- KUBAL, A. Within and beyond citizenship – Migrants trapped in legal ambiguity? **THEMIS international migration conference**. UK: Oxford University, 2013.
- _____. Struggles against subjection: implications of criminalization of migration for migrants' everyday lives in Europe. **Crime, Law and Social Change**, vol. 62, nº 2, p. 91-111, 2014.
- LUK, W. Chinese ethnic settlements in Britain: spatial meanings of an orderly distribution, 1981-2001. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, vol. 35, nº 4, p. 575-599, 2009.
- MAGUIRE, M; FROIS, C; ZURAWSKI, N. (orgs.). **The Anthropology of Security: Perspectives from the Frontline of Policing, Counter-terrorism and Border Control**. London: Pluto Press, 2014.
- MARGOLIS, M. **Little Brazil: An ethnography of Brazilian immigrants in New York City**. Princeton: University Press, 1994.
- MARTINS JR, A. **De cleaner a waiter: trajetórias de trabalhadores brasileiros em Londres**. 180f. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado [Sociologia]. São Carlos: Federal Universidade de São Carlos, 2012.
- _____. ;DIAS, G. Imigração brasileira contemporânea: discursos e práticas de imigrantes brasileiros em Londres. **Análise Social**, Lisboa, v. 209, n.33, p. 810-832, 2013.
- MARTINS JR., A. **The production and negotiation of difference in a world on the move: Brazilian migration to London**. 280f. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia –Goldsmiths College, University of London, 2017.
- MEZZADRA, S. Border as method: bordering practices and struggles of mobility in a globalizing world, 2011. **Palestra na Universidade de Duke**. Disponível em: <http://ondemand.duke.edu/video/24266/sandro-mezzadra-border-as-meth>. Acesso em 30 de abril de 2015.

- _____. ; NEILSON, B. *Border as method, or, the multiplication of labor*, 2008. **Palestra na Universidade de Duke** Disponível em: < <http://eipcp.net/transversal/0608/mezzadraneilson/en>>. Acesso em: 18 de abr. 2012.
- MEZZADRA, S. **Border as method, or, the multiplication of labor**. Durham: Duke University Press, 2013.
- PAPADOPOULOS, D., STEPHENSON, N. e TSIANOS, V. **Escape routes: control and subversion in the 21st century**. London: Pluto Press, 2008.
- PAI, H. **Chinese whispers: the true story behind Britain's hidden army of labour**. London: Penguin Press, 2008.
- PERERA, S. **Australia and the insular imagination: beaches, borders, boats, and bodies**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- RIOSMENA, F.; MASSEY, D. Pathways to El Norte: Origins, destinations, and characteristics of Mexican migrants to the United States. **International Migration Review**, vol.46, n° 1, p. 3-36, 2012.
- SALAZAR, N.; SMART, A. Anthropological takes on (im)mobility: Introduction. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, 18, p.1-8, 2011.
- SCHROOTEN, M; SALAZAR, N.; DIAS, G. Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK. London: **Journal of Ethnic and Migration Studies**. vol. 42, n.7, p.1199-1215, 2015.
- SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 360f. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Demografia – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.
- TAZZIOLI, M. **The desultory politics of mobility and the humanitarian-military border in the Mediterranean**. *Mare Nostrum beyond the sea*, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7525031/Mare_Nostrum_beyond_the_sea>. Acesso em: 9 de mai. 2015.
- TOGNI, P. C. “Melhorar de vida ou Aproveitar a vida? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal)”. Apresentação *no 2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa*, ISCTE-IUL. Portugal: Universidade de Lisboa, 2012.
- URRY, J. **Consuming places**. London: Routledge, 1995.
- _____. **Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century**. London: Routledge, 2000.
- VERSTRAETE, G. **Tracking Europe: mobility, diaspora, and the politics of location**. Durham: Duke University Press, 2010.
- VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, Surrey, vol.30, n° 6, p.1024–1054, 2007.
- VILA, P. **Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors, and narratives identities on the U.S.– Mexico frontier**. Austin: University of Texas Press, 2000.
- YACCOUB, H. A chamada ‘nova classe média’: cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes antropológicos**, vol.17, n°36, p.197-231, 2011.

RESUMO

Esse artigo explora como brasileiros são capazes de identificar o *modus operandi* do regime de fronteiras britânicas. Objetivo contribuir para o campo dos estudos migratórios e de fronteiras, através de uma perspectiva que supere leituras e interpretações essencialmente focadas em políticas e leis migratórias. Diante do fato de que vivemos um processo de proliferação de fronteiras, questiono: qual o limite de compreensão que temos de tal fenômeno social sem a interpretação daqueles que vivenciam diariamente tais sistemas de controle? Migrantes, nesse estudo, são vislumbrados como empoderados atores sociais. Sua mobilidade nos auxilia a compreender como regimes de fronteira operam e onde estão localizados. Através de tal proposta de leitura, exploro a migração, produzida por brasileiros, enquanto uma mobilidade munida de habilidades práticas, essenciais para poder detectar as porosidades existentes nos regimes de fronteiras britânicas.

Palavras-chave: Brasileiros. Fronteiras. Inglaterra

ABSTRACT

This article explores how Brazilians identify the *modus operandi* of the UK border regimes. It contributes to migration and border studies by moving beyond a perspective focused exclusively on migration policies. I question to what degree the fact that borders have proliferated and discriminately filtered migrants can be understood without empirical data focused on the daily actions of these mobile people. Indeed migrants deal with and struggle against border regimes, but they are not powerless social actors. I argue that migrants are important social actors and a key to understanding how border regimes work and where they are located. In this process, I explore migration as a process of skilled manoeuvres developed through practical knowledge and life experiences by Brazilians in order to journey through the UK border regimes.

Keywords: Brazilians. Borders. England

MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS PARA A ACOLHIDA E A INTEGRAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA PASTORAL DO MIGRANTE

*Sidnei Marco Dornelas, CS**

1 Introdução

Em 2000, num número especial, a Travessia publicou o que provavelmente foi um dos últimos textos do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (SAYAD, 2000, p. 26). Ali se conta uma pequena parábola, que ilustra o que poderiam ser as irreversíveis transformações que o amplo fenômeno das migrações estava produzindo na sociedade contemporânea. Sayad a denomina de “paradoxo do monte de areia”¹. Depois de tanto tempo de sua publicação, essa parábola é sugestiva para pensar o atual cenário de fragmentação e dispersão que o efeito cumulativo do multifacetado fenômeno das migrações vem produzindo. De nosso ponto de vista, as primeiras décadas desse século só têm confirmado essa análise, em um cenário novo das migrações, em que o Brasil também se insere.

Sem dúvida, esse fenômeno se apresenta muito mais amplo e complexo hoje que nos tempos em que Sayad produziu os seus estudos. Os exemplos se multiplicam, com variantes e intensidades que desafiam qualquer tentativa de enquadramento jurídico ou humanitário. Não existe país no mundo que possa se mostrar isento quanto a seus impactos. Então, para tentar abordar de maneira sucinta o quadro atual das migrações contemporâneas, escolhemos usar três palavras, que ecoam o que a parábola de Sayad preanunciava: diáspora; precariedade; fluxos mistos. Na primeira parte dessa exposição, a reflexão se desenvolve em torno de alguns exemplos marcantes que ilustram o sentido dessas palavras. No Brasil, o que veio ocorrendo na Missão Paz, entre outros pontos de confluência de migrantes, parece corroborar essa perspectiva. A partir desse quadro inicial, esboçamos algumas interrogações sobre o que normalmente entendemos por “acolhida” e “integração” social. Por fim, na abordagem dos desafios, tentamos trazer alguma contribuição sobre o propósito da Pastoral do Migrante, o da solicitude pastoral pelos migrantes.

* *Missionário scalabriniano*

2 Migrações contemporâneas: algumas observações sobre o cenário atual

Inicialmente, podemos recuperar, a título de exemplo ilustrativo, o que tem sido a trajetória da imigração haitiana nos últimos anos. O Haiti tem uma longa história de fluxos migratórios, cujas origens remetem à primeira metade do século XX. A precariedade da vida econômica, a estrutura social desigual, somada a uma reiterada instabilidade política ao longo de sua história, tem produzido inúmeros fluxos de migrantes e refugiados. Esses fluxos têm se dirigido para um leque amplo de países do Caribe, e para Cuba, Estados Unidos, Guiana Francesa, França, sem desprezar o contínuo trânsito com a República Dominicana. São fluxos que possuem perfis diferentes, seja pelas motivações sociais e econômicas, seja pela sua composição social: alguns envolvendo membros das classes médias fugindo da instabilidade social e da perseguição política, e outros, a grande maioria, à procura de alternativas econômicas de sobrevivência. A verdade é que décadas de intensos fluxos produziram uma extensa rede de mútua ajuda entre famílias e comunidades haitianas, e que têm, sobretudo nos Estados Unidos, o seu principal ponto de apoio (AUDEBERT, 2012).

Quando em janeiro de 2010, o terremoto flagelou irreparavelmente a cidade de Porto Príncipe, o Brasil tinha já uma presença significativa no Haiti, tanto pela MINUSTAH (tropas de paz da ONU), como por outras organizações de ajuda humanitária, incluindo aquelas ligadas à Igreja Católica. Sendo cidadãos do país mais pobre da América Latina, em estado latente de violência social e política, os haitianos já contavam com uma rede familiar e comunitária nos países de migração, constituindo uma verdadeira diáspora haitiana vivendo no exterior. O terremoto de 2010 intensificou esse ímpeto migratório, abrindo uma nova frente, inusitada até então, de entrada de haitianos no Brasil. De fato, uma nova rota apareceu, levando levadas crescentes de haitianos a atravessar as fronteiras da Amazônia brasileira. Inicialmente por Tabatinga no Amazonas, e depois por Brasília no Acre, dezenas de milhares de haitianos entraram no país, dirigindo-se e instalando-se em vários pontos do território: Manaus, Cuiabá, São Paulo, e inúmeras outras cidades, sobretudo na região sul do País.

Foi fartamente noticiado e documentado o que aconteceu nesse período. Atualmente o quadro mudou: a crise econômica, social, moral e política por que passa o Brasil, levou a que milhares desses migrantes haitianos se pusessem de novo na estrada. Reportagens em diversos órgãos das mídias sociais, nos dois últimos anos, mostram como, ao mesmo tempo em que houve fixação de imigrantes haitianos no território brasileiro, várias levadas de migrantes haitianos escolheram se dirigir para o Chile, ou retomaram as rotas que passam por Peru, Equador, Colômbia, Panamá e outros países da América Central, até chegar à fronteira entre México e Estados Unidos, mais precisamente em Tijuana. Particularmente no caso dessa última fronteira, em que haitianos se misturam

a cubanos, centro-americanos fugindo do crime organizado instalado na região, africanos e outras nacionalidades, se percebe a formação de mais um quadro de crise humanitária. Mais uma vez, eles encontram-se em situação de extrema precariedade, defrontando-se com toda hostilidade em relação à sua condição social².

De nosso ponto de vista, entendemos que o exemplo da migração haitiana demonstra de maneira clara o que consideramos algumas das características marcantes das migrações atuais: diáspora, precariedade e fluxos mistos. Assim como acontece com a diáspora haitiana, que se alarga em várias áreas de destino, por meio de rotas cada vez mais precárias e perigosas, em que os migrantes se servem com frequência das facilidades da comunicação digital, para avaliar e decidir em curto espaço de tempo as novas oportunidades de migração – da mesma forma, outras diásporas, de outros povos e de outras nacionalidades se manifestam em diferentes partes do mundo. É o caso das enormes ondas de migração que testemunhamos desde os países da África subsaariana em direção à Europa, passando pelo deserto do Saara e pela Líbia. Assim como as rotas que passam pela América Central primam pela ação de grupos de traficantes e gangues criminosas que violentam a integridade física dos migrantes, de igual modo, os itinerários de inúmeros grupos de africanos para a Europa não são menos marcados pela ação de grupos criminosos. Num fenômeno que é ao mesmo tempo causa, consequência e condicionante desses fluxos, a travessia dos migrantes se faz sob violências de todo tipo, constituindo uma contínua tragédia humanitária, para além do que é noticiado na grande mídia³.

As diásporas modernas têm origem em amplos fenômenos de migração do século passado, que se amplificam com a globalização da economia, fomentadas pelas facilidades de deslocamento e de comunicação. Trata-se de dispersão que também é intensificada por uma somatória de causalidades que vão além das causas econômicas. O aumento dos conflitos armados no mundo, a violência do crime organizado, os diferentes níveis de perseguição política, étnica e religiosa, sem contar os efeitos do desequilíbrio ambiental, vêm originando outras formas de deslocamentos de refugiados. Casos menos conhecidos como os da etnia “Rohingya”, no sudeste da Ásia, são exemplares de um amplo leque de casos semelhantes espalhados por todos os continentes. Ao lado de toda repercussão na grande mídia do fenômeno das migrações atuais, exemplos como esse testemunham o drama vivido pelas pessoas sujeitas à mobilidade forçada⁴.

Nesse fenômeno percebe-se uma verdadeira mescla de motivações e causalidades, atuando simultânea e concomitantemente. Uma expressão usada para ajudar a entender essa complexidade é “fluxos mistos”. Não é incomum, para os grupos que atuam na acolhida e na defesa dos direitos dos migrantes e refugiados encontrarem histórias de perseguição política associadas à fuga da fome, na qual a seca prolongada se mistura à ameaça constante de grupos armados, em que refugiados são também migrantes procurando novas oportunidades econômicas. É no campo de atuação e de estudos sobre a problemática dos refugiados que essa expressão foi cunhada. Mais concretamente, falar de “fluxos mistos” significaria que temos migrantes com

diferentes motivações utilizando as mesmas rotas, usando às vezes estratégias similares, para entrar e transitar nos países de destino (MARTIN, 2014, p. 8-9).

Contudo, em outro campo dos estudos, sobre o tráfico humano, percebe-se como a busca pela diversão e aventura pode desembocar no aliciamento para a prostituição. Haveria uma ambiguidade que interage na prática do turismo e na migração para trabalho. Nesse caso, também se poderia falar de “migrações mistas”, na medida em que se constata a crescente dificuldade em distinguir claramente entre diferentes definições sobre mobilidade humana, tal como acontece entre migração forçada e movimento voluntário. Além do mais, essa dificuldade se estende ao se tentar classificar, ao longo da trajetória de cada migrante, como, quando e onde operam essas diferentes causalidades. Assim, falar de “fluxos mistos” poderia significar também uma “intersecção de categorias”, na qual os migrantes atendidos pelas organizações de acolhida poderiam se enquadrar em duas ou mais formas de classificação simultaneamente (AGUSTIN, 2007, p. 9-17).

Percebemos, então, outra abordagem para se entender esse fenômeno das “migrações mistas”, quando se constata como os migrantes na atual circulação transnacional se adéquam dificilmente a categorias fixas. De fato, existem hoje alternativamente “turistas que trabalham” e “trabalhadores que viajam”, confundindo a convencional contradição entre migração de trabalho e turismo. No atual contexto da migração transnacional, mais do que adotar uma identidade fixa, as pessoas alternam “identidades provisórias”, num processo híbrido e mutante de “identificações”. No trânsito do migrante, ele pode assumir diferentes identidades na medida em que se submete a diferentes condições de sobrevivência, ou que vai alternando e alterando os objetivos circunstanciais de seu próprio deslocamento, conforme as estratégias mais convenientes à situação. Essa transitoriedade tem correlação com a fluidez do mundo atual, de um mercado do trabalho cada vez mais precário e flexível, em que por trás de um mercado formal bem estabelecido, existe um vasto mundo de informalidade social e econômica. Cada pessoa ou grupo, nessas muitas e variadas ondas de mobilidade, sob as muitas facetas de suas motivações e estratégias, se esgueira em busca de apanhar a oportunidade que lhe é dada nessa “modernidade líquida” (BAUMAN, 1999). Nessas brechas, são os mais pobres que deslizam, buscando a sobrevivência nas lacunas do sistema econômico, nas sombras da invisibilidade e da exclusão.

3 Interrogações sobre a *acolhida* e *integração* social

Díásporas, precariedade e migrações mistas apontam para uma realidade em que a mobilidade, a desterritorialização e a “hibridez”, ou a mistura de diferentes motivações e causalidades, interagem na condição social vivida pelos migrantes. Essas características desafiam nossa capacidade de compreensão e análise, e conseqüentemente, o que se entende por “acolhida” e “integração” social. De fato, são muitas as interrogações que surgem da escuta dos casos

e das experiências coletadas nas entidades comprometidas com a acolhida institucionalizada dos migrantes. Neles se constata como os migrantes ao se deslocarem, seguem conectados a uma ampla rede de contatos que se desdobra em vários cantos do mundo. Redes tanto mais amplas e dispersas quanto precárias, submetidas ao aleatório de rotas em que se impõem a ação de uma pulverizada rede de intermediários, não raro desembocando em situações de tráfico e violação de direitos fundamentais. Diante de sempre possíveis e inusitadas situações de “crise humanitária”, em maior ou menor grau, é que podemos nos interrogar sobre os desafios da “acolhida” e “integração” social na sociedade contemporânea em que vivemos.

Tendo presente as observações feitas quanto às migrações internacionais no contexto atual, poderíamos delinear o seguinte quadro: migrantes num deslocamento intenso, apoiados em redes dispersas, transitando em rotas precárias, com raízes perdidas, para rumos incertos⁵.

Nas redes formadas pelas novas diásporas, os migrantes se mantêm conectados em tempo real por meio dos novos recursos da mídia digital. Apesar da constante mobilidade, os compromissos de ajuda e dependência mútua permanecem sendo o seu grande referencial, numa fidelidade construída por laços familiares e comunitários, reforçados pela religião e outras formas de crença. São essas redes que os mobilizam, unidos por dívidas e cobranças, materiais e morais, que condicionam culturalmente seu comportamento e suas decisões. São essas redes que orientam suas rotas, cada vez mais precárias, instáveis e imprevisíveis. Nessas rotas, a perspectiva de fixação é sempre muito frágil, insegura, submetida ao aleatório de cada contexto de inserção e das novas oportunidades que lhes são oferecidas. Na diáspora, suas origens, ou suas raízes, não são mais o único referencial. Não se ligam tão somente ao local de onde saíram, e nem suas tradições e práticas culturais remetem a um passado bem definido. Os novos migrantes já não sabem bem para onde voltar, pois já não se enquadram num esquema simplório de origem-destino, na circularidade da sociedade transnacional. Por isso, o seu destino, igualmente, se vive na incerteza, submetido ao arbitrário das novas oportunidades ou necessidades, que podem aparecer ou mudar no seu horizonte mais imediato.

Os atuais migrantes são herdeiros de uma história acumulada de vários ciclos migratórios. Essa memória acumulada cria o ensejo para que suas muitas motivações se misturem e se alternem, conforme a necessidade de justificação de seu deslocamento e/ou presença num determinado contexto. Em situações cada vez mais inusitadas, as motivações, as estratégias e os itinerários se misturam num improviso constante. Pode-se dizer que eles exercitam algo como uma “*bricolage*”, servindo-se de diferentes aprendizagens adquiridas, frente ao aleatório de cada situação em que se encontram. Ou então que, diante desse quadro de improviso, a prática da migração possa se constituir cada vez mais a partir de um verdadeiro “*habitus* do deslocamento”⁶. Ora, quando falamos de “*integração*”, temos justamente como principal referencial das sociedades atuais, a estabilidade do Estado Nacional. Ou seja, o seu significado se apoia num

consenso estabelecido, num pensamento comum, que enquadra o cotidiano de cada cidadão nacional dentro dos referenciais da nação e nacionalidade: língua, pertencimento a um território, a determinados costumes, a uma constituição, uma bandeira, uma história, etc. Portanto, movendo-se dentro dos referenciais da diáspora, da precariedade em que se dão os deslocamentos na sociedade transnacional, servindo-se de motivações híbridas, ambíguas, tanto a acolhida como a integração dos migrantes pedem para ser repensadas. Se existe tal contraposição ao pensamento comum do Estado Nacional, que novos parâmetros poderiam guiar a acolhida e integração do migrante, em sintonia com sua condição social de vida?

Sayad (1991), há mais de trinta anos, refletindo sobre a migração argelina no contexto da sociedade francesa, já colocava sérias interrogações quanto à “acolhida” dos migrantes na sociedade nacional, e ainda mais sobre a possibilidade de haver verdadeira “integração”. Entrando na era pós-colonial da ordem dos Estados-Nação, a migração enquanto “presença de não-nacionais no seio da ordem nacional”, descortina o arbitrário e contingente da noção compartilhada de “nação” e “nacionalidade”, e, logo, questiona o que normalmente se entende por “integração”. Se “integração” significa, quase no limite, a dissolução da condição de emigrante-imigrante numa nova nacionalidade, ela se mostra uma meta impraticável, porque significa obliterar a causa primeira mesma da migração: a relação de dominação, herança da colonização. Assim, desde sempre, e ainda hoje, diante dos cidadãos nacionais, apenas o exercício do trabalho oferece legitimidade suficiente para a presença de não-nacionais em território nacional⁷. Sayad, reconhecia, assim, como tal integração nunca seria completa num contexto de relações de dominação cada vez mais complexas, em que se misturam diferentes fatores de deslocamento e referenciais de pertencimento étnico e nacional.

Assim, na verdade, é a própria ideia de “integração” que é colocada em causa. Num texto posterior, ainda no contexto pós-colonial francês, Sayad (1999, p.305-317) recupera a camada de sentidos por trás do uso dessa palavra. Termos como “adaptação”, “assimilação” ou “inserção”, oriundos do período da colonização, tocavam na questão dos contatos culturais entre colonizado e colonizador. No caso, o termo “assimilação” é o que de maneira mais declarada apontava para o objetivo de “dissolver noutra identidade” os povos colonizados pelas metrópoles europeias. Esse etnocentrismo explícito tinha como correlativo uma concepção de identidade passiva, inferior, aplicada aos outros povos não ocidentais. Assim, a palavra “integração”, ao tratar desse mesmo processo na fase pós-colonial, de migrantes vindos das ex-colônias inseridos no interior dos países europeus, apesar de supor uma interação mais igualitária, na sua aceção mais extrema também aponta para uma passagem de uma “alteridade radical” para uma “identidade total”. Dessa forma, não há como tratar de “integração” sem deixar de se reportar ao processo social de construção da identidade, que envolve um uso polissêmico da noção de cultura. Falar de “integração”

significa então se referir a processos sociais necessariamente conflitantes, que se desenrolam no contínuo dos contatos da vida diária. Trata-se de um processo que não tem fim, cujo resultado só é perceptível ao fio do tempo, e que não é resultado de alguma atitude voluntarista e muito menos de medidas políticas intencionais, como um planejamento.

Poderíamos dizer que é um processo de “sedimentação” social, de uma “sedentarização” que não é imediatamente perceptível, para a qual só o tempo poderá mostrar a sua real configuração e a sua verdadeira medida. A “integração” implica numa fixação, que normalmente corresponde ao que o imaginário popular associa à “integridade nacional”, ou quando falamos de uma pessoa “integrada” à sociedade, ou mesmo quando nos referimos à sua “integridade”, para dizer que tal pessoa incorpora os valores mais caros dessa sociedade. Não existe política pública, nem planejamento de Estado, que garantam tal “integração” como consequência de uma decisão política. Tudo pressupõe uma estabilidade que em nada lembra a condição dos migrantes que hoje vivem na invisibilidade e precariedade, sujeitos ao aleatório da fluidez dos deslocamentos humanos atuais. Ao contrário, a imposição de uma “integração” nesses moldes pode funcionar como uma acusação frente à incapacidade ou à falta de compromisso desses migrantes ao se inserirem na sociedade que os acolhe.

Nesse ponto, podemos perguntar se as concepções de “acolhida” e “integração” dos organismos públicos ou das entidades não-governamentais seria a mais apropriada frente à condição vivida pelos migrantes na sociedade atual. Esse foi o principal questionamento feito por Laura Agustin (2007) ao tratar da atuação de diversas organizações do chamado Terceiro Setor quanto ao enfrentamento do tráfico de seres humanos. Para além do foco específico do seu trabalho, tais questionamentos podem também ser feitos quanto às noções de “acolhida” e “integração” que subjazem o trabalho social com migrantes, realizados por inúmeras entidades da sociedade civil, bem como por organismos públicos. Suas práticas podem reproduzir também estereótipos e atitudes de marginalização dos migrantes, conforme as concepções de “acolhida” e “integração” que incorporam. Assim também, seus projetos e iniciativas podem reproduzir mecanismos de controle e gerenciamento, que têm como pano de fundo certo consenso quanto à governabilidade do Estado Nacional. Igualmente, a perspectiva própria do Estado Nacional pode levar a um discurso de vitimização do migrante, tratando-o como sujeito passivo, incapaz de buscar soluções para suas próprias demandas. Se Agustin (idem) toca de maneira específica a questão do tráfico humano, sua constatação pode ajudar também a entender a postura implícita de outras práticas de entidades que se propõem a acolher e integrar os migrantes.

É no interior das mudanças profundas desencadeadas pelo atual capitalismo transnacional, configurado como um “espaço de fluxos” (CASTELLS, 1999), que podemos entender a condição vivida pelos migrantes atualmente. No contexto

dos deslocamentos transnacionais, de amplas diásporas conectadas pelas novas mídias, em rotas mais precárias e rumos incertos, podemos afirmar que existe uma “desterritorialização” da construção da identidade. Afirma Agustín que, para as novas gerações de migrantes, o deslocamento deixou de ser um evento traumático de desenraizamento da terra natal, carregado de perdas e da sensação de culpa. A circularidade pode se tornar uma condição permanente, e os migrantes aprendem a viver como algo comum essa “provisoriamente permanente”, em que o “projeto migratório é elaborado em meio a um amplo e complexo espectro de circunstâncias”. A flexibilidade tornou-se um dado normal da realidade, e os migrantes cada vez mais se sentem vivendo numa simultaneidade, se sentindo em casa em múltiplos lugares, por meio de suas “redes”. No caso, flexibilidade, fluidez, e mesmo cosmopolitismo, vão de par com condições cada vez mais precárias e opressivas de trabalho (AGUSTÍN, op cit., p. 42-45).

Frente a essa nova realidade da condição de vida dos migrantes, o Terceiro Setor é interpelado sobre as suas concepções de ajuda humanitária, de inserção social, de “acolhida” e de “integração”. No final de seu livro, Agustín apresenta uma série de exemplos de práticas de acolhida e assistência às populações migrantes, majoritariamente mulheres, que vivem nas sombras da indústria de entretenimento, no variado mercado do sexo na Espanha (AGUSTÍN, *ibid.*, p. 154). Frente a diversidade de casos apresentados, seja da condição vivida pelos migrantes, seja das modalidades de abordagem das entidades, ressoa o questionamento: como defender seus direitos fundamentais, considerando a hibrididade de suas motivações, de seus objetivos, ou a instabilidade de seus projetos migratórios? Em que medida é possível pensar a “integração”, tendo presente a condição social do migrante na sociedade transnacional? Que “integração” na sociedade nacional, considerando que estão antes integrados à diáspora na qual eles se movem? De fato, ao que parece, o primeiro e privilegiado meio de inserção e integração dos migrantes é a diáspora a que eles se filiam, mesmo que ela se constitua numa comunidade dispersa em vários locais. Assim, que serviço de acolhida, e para que finalidade, somos chamados a prestar?

No contexto do Brasil, também a palavra “integração” não é indiferente, mesmo considerando as condições próprias de formação de nossa sociedade nacional. Nos pontos de concentração da população de migrante, se existe rechaço por alguns, existe também uma ampla rede de mobilização para acolhida dos migrantes. O relativamente tímido impacto dessa migração transnacional entre nós ainda é visto como algo inusitado. É algo estranho pensar numa “integração” à nacionalidade, quando pensamos que grande parte dos “nacionais” também vive à margem das garantias da legislação trabalhista e de outros direitos fundamentais. No entanto, muitas entidades se prestam para o serviço de acolhida e acompanhamento desses migrantes que por aqui aportam. Assim, também nós temos as nossas interrogações quanto aos desafios para a integração e acolhida dos migrantes. Desafios para quem? Ou, que desafios?

Para os migrantes? Ou para as entidades? Que “acolhida” e que “integração”? No nosso caso, considerando o percurso que fizemos, a pergunta tem um foco específico: que desafios se apresentam para a Pastoral do Migrante, e em que medida ela pode contribuir para a “acolhida”, e quem sabe, para a “integração” do migrante?

4 Desafios para a Pastoral do Migrante

Diante de uma realidade tão complexa, nosso foco não poderia ser outro senão o das entidades de filiação católica, que atuam na acolhida dos migrantes. Os desafios a serem considerados, também quanto ao serviço prestado pelas pastorais em relação à sociedade nacional em que se inserem, são aqueles que emergem da relação de seus agentes e de suas estruturas de “acolhida” para com os migrantes que batem à sua porta. Ou seja, o pressuposto de toda acolhida é o contato humano, motivado por uma perspectiva de fé⁸, que leva a ter a atitude básica de escuta, a qual permite ao migrante ou refugiado a possibilidade de falar, e progressivamente expor a sua condição de vida. Escutar, e propiciar uma relação de confiança, são, portanto, o primeiro desafio a transpor, a fim de que a acolhida se realize, e um verdadeiro processo de “integração”, do ponto de vista do migrante, possa acontecer.

Os desafios, que emergem dessa interação entre agentes de pastoral e migrantes poderão então ser colocados sobre a mesa: suas motivações, a situação de liminaridade e invisibilidade social vivida pelos migrantes, os possíveis enquadramentos jurídicos em vista de sua integração na sociedade local, a instabilidade de sua condição de deslocamento, suas relações com a rede em que se apoia, sua frágil experiência de fixação e inserção social, a dificuldade de sair da situação de “assistido socialmente” para um real protagonismo social e político. Esses desafios são percebidos a partir desse aprendizado de escuta, em que

o significativo é que cada vez mais se percebe que só se pode ter uma real percepção dessa alteridade, a partir da situação de deslocamento em que os migrantes mesmo se encontram. Por isso, a atitude de escutar os migrantes, a abertura de espaços e momentos propícios para que se expressem nos seus próprios termos, parece tão importante. Mais do que isso, poder perceber a lógica que os move só é possível a partir da brecha, da disjunção entre os diferentes mundos entre os quais se situam. (...) Poder estar nesse lugar deslocado e liminar parece ser a condição necessária para que um diálogo consistente possa acontecer (DORNELAS, 2009, p. 28-29).

É a partir desse “entre dois” da condição social do migrante, em que se desdobram suas relações, que procuramos delinear os desafios da Pastoral do Migrante, quanto às suas mediações e práticas de “acolhida”, em vista de uma possível “integração”, a partir das aspirações dos próprios migrantes. Nesse sentido, faremos nossa abordagem a partir de duas perspectivas: “*ad extra*”, do serviço da pastoral à sociedade (mediação social); “*ad intra*”, na busca da constituição de uma comunidade de fé a partir e entre os migrantes (mediação eclesial).

a) Serviço à sociedade (mediação social)

Em 2017, o Dicastério da Igreja Católica para o Desenvolvimento Humano Integral, organismo da Santa Sé, por meio da Seção “Migrantes e Refugiados”, publicou um guia (*Responder a los refugiados y migrantes: veinte puntos de acción*) visando fazer recomendações à sociedade a propósito das necessidades dos refugiados e migrantes, em vinte pontos de ação⁹. Esse documento expõe as linhas gerais de atuação das entidades da Igreja no que tange a solicitude pastoral dos migrantes e refugiados e sua incidência política, em quatro grandes blocos: acolher, proteger, promover e integrar. Nesse esquema, percebemos como num *continuum*, que a primeira linha de ação diz respeito à acolhida, e prossegue num processo de aprofundamento de implementação de direitos, visando chegar a práticas que levem à “integração” dos migrantes e refugiados na sociedade local. Diríamos que os desafios estão implícitos e pressupostos nessa declaração de intenções, a qual é ao mesmo tempo um conjunto de sugestões concretas direcionadas à sociedade nacional e internacional.

Nesse sentido, considerando a finalidade do referido *guia* em preencher uma função de incidência política, podemos destacar alguns dos principais desafios na linha da acolhida e da integração. A “acolhida”, primeira linha de ações que expressam a solicitude para com a realidade dos migrantes, destaca três pontos que revelam uma preocupação quanto à situação mais delicada dos “refugiados”. Por isso, depois de lembrar no início da introdução que “a decisão de migrar é livre e voluntária”, o primeiro princípio apontado é o do “*non-refoulement*”, ou o dever dos Estados não devolverem os migrantes e refugiados aos locais em que correriam sérias ameaças à sua vida. Em seguida, recomenda as vias jurídicas para garantir uma migração segura, por meio de várias modalidades de visto. Aqui ainda, o enfoque está posto preferencialmente nos refugiados, ao destacar os “vistos humanitários” e a necessidade de se organizar os “corredores humanitários” onde se fazem necessários. O último ponto destacado lembra a necessidade de ter um equilíbrio entre a garantia de respeito à segurança da pessoa do migrante, e a busca de garantir a “segurança nacional”, ou a garantia da “soberania nacional”. Portanto, já quando se trata da “acolhida” do migrante, a grande preocupação que subjaz é o difícil diálogo

com tudo aquilo que representa o “pensamento nacional”, seja quanto ao seu corpo de leis, às decisões políticas dos governos, a seus aparatos de segurança, e mesmo à possível hostilidade dos cidadãos nacionais.

As outras recomendações, correspondentes às linhas do “proteger” e “promover”, preparam o caminho para a “integração” do migrante na sociedade local, e por consequência, na sociedade nacional. Nesse ponto, existe uma preocupação constante no enfoque da pessoa do migrante e da garantia dos seus direitos fundamentais. No caso, sobretudo as recomendações quanto à “promoção” do migrante, elas buscam permitir o seu “empoderamento” na sua inserção na sociedade de acolhida, por meio do acesso à informação, aprendizagem, serviços básicos, reunificação familiar, liberdade religiosa, entre outros. Apresentando a necessidade de acesso a todos esses direitos, no entanto o *guia* esquece talvez aquele que é o principal meio para permitir a afirmação desse protagonismo dos migrantes e refugiados: o direito à “associação”. Com efeito, quando surgem as associações dos migrantes, não importa qual a sua modalidade, percebemos não só a busca de se radicar no território em que se encontram, mas também a de estabelecer outras redes e outros laços de pertencimento mútuo entre os próprios migrantes, mais aptos para interagir com a sociedade local e nacional. Em se tratando de “integração” a partir dos próprios migrantes, o desafio para a pastoral e outras entidades é respeitar e acompanhar esse propósito dos próprios migrantes: o de garantir o direito de reivindicar seus próprios direitos.

Podemos perceber como essa lacuna diz muito sobre os pressupostos do documento quanto ao que ele entende por “integração”. De fato, manifestamente ele se dirige muito mais às instâncias da sociedade civil local e nacional, e a seus poderes públicos, do que propriamente aos migrantes e refugiados. Não está explícita a busca em reconhecer neles os sujeitos de seu próprio projeto de migração e inserção social. Assim, o principal argumento utilizado para pleitear a importância da “integração” é o enriquecimento que os migrantes podem trazer às comunidades locais, e, por conseguinte, à sociedade nacional. Diante dos organismos nacionais e internacionais, o *guia* defende o princípio do “*jus soli*” para facilitar a “integração” dos migrantes, a criação de espaços e ocasiões para os intercâmbios culturais, para a promoção de uma cultura da solidariedade, e por fim, a criação de mecanismos seguros para o retorno e reintegração dos migrantes para sua terra de origem. Ou seja, ao fim do documento, se apresenta uma possível alternativa à violação do princípio de *non-refoulement* (não devolução), como retorno acompanhado dos migrantes ao seu país de origem. Como se vê, o interlocutor do diálogo é o Estado, a sociedade nacional e seus cidadãos. Trata-se, portanto, de um instrumento útil para um diálogo visando medidas políticas em favor dos migrantes, baseadas numa determinada concepção de “integração”, que supõe como principal artífice a sociedade nacional. Mas, a partir da condição social do migrante, o que significaria propriamente “integração”? Existe a possibilidade do seu protagonismo nesse processo?

Com certeza, em defesa desse documento e reconhecendo o valor dessa iniciativa, poderíamos dizer que essas perguntas fugiriam ao seu escopo. Porém, se afirmamos que o pressuposto da verdadeira acolhida é a atitude de escuta, para ensejar uma integração em que o migrante seja de fato o seu protagonista, o enfoque deveria ser outro. Frente aos percalços da inclusão na sociedade local e da ameaça reiterada de diversas formas de xenofobia, a perspectiva da “acolhida” não deve perder de vista o seu campo de atuação: a da interação dialética entre, de um lado os migrantes, na sua específica condição social, e, de outro, as instituições locais e nacionais, com suas contingências sociais. A “integração” enquanto processo social depende muito dos exercícios de escuta e discernimento entre os diferentes atores, a fim de garantir a abertura de canais de diálogo, de práticas de interlocução. A Pastoral do Migrante é chamada a atuar na mediação social, entre os migrantes com seus grupos e redes, formais e informais, de um lado, e a comunidade local e nacional, também com suas redes e instituições, formais e informais, de outro.

Trata-se, portanto, do exercício da mediação social entre os migrantes e as sociedades em que estão presentes e se inserem. Se o *guia* tem por finalidade incidir politicamente nas instâncias de decisão da sociedade nacional e internacional, não podemos esquecer que a mediação social a que a Pastoral do Migrante aspira só terá sentido a partir da escuta e interlocução com os migrantes. A Pastoral do Migrante, como outras organizações sociais, inicia o exercício da mediação social como acolhida, por meio da ajuda aos migrantes satisfazerem suas condições básicas de sobrevivência. Trata-se da assistência humana básica: alimentação, abrigo, vestimenta, documentação, ensino da língua, intermediação junto aos organismos públicos. Para além do mero assistencialismo, a mediação social também se traduz na disponibilidade de instrumentos e canais institucionais para que possam se inserir seja no mercado de trabalho, seja no uso de equipamentos públicos, como a escola, as instituições de saúde, de serviços jurídicos, entre outros.

No entanto, o objetivo sempre é promover o protagonismo do migrante, e por isso encontra sua melhor expressão no acompanhamento de seu esforço de organização coletiva por meio de suas associações. Nelas efetivamente exerce a sua cidadania, aprofunda o reconhecimento de seus direitos, forma suas lideranças, elabora sua dinâmica de ação coletiva, interage com as instituições sociais, enfim, se “empodera” na participação em suas entidades de representação social, cultural, política e religiosa. Por isso, a mediação social se coloca sempre ao lado das organizações autônomas dos próprios migrantes, para com elas terem uma incidência nas políticas públicas que garantam o reconhecimento e efetivação de seus direitos. Assim, o desafio maior da Pastoral do Migrante é se colocar nesse “entre dois”, na escuta e empatia da condição social do migrante, em suas diversas expressões, de um lado, e as estruturas

organizativas da sociedade nacional, que cristalizam o pensamento nacional, que faz o consciente e o inconsciente coletivo dos cidadãos e do Estado-Nação, de outro. A partir da condição social do migrante, vivendo deslocado, numa provisoriedade permanente, mas também numa atitude de acompanhamento e suporte de suas organizações coletivas, é que a incidência social e política da Igreja podem encontrar sua própria legitimidade, no confronto com outras propostas de “acolhida” e “integração”. Contudo, não se pode deixar na sombra que tal postura encontra seu fundamento, sobretudo, em sua compreensão compartilhada do Evangelho e na tradição do Ensino Social da Igreja.

Enfim, tudo se joga no campo das mediações sociais. Hoje tanto mais necessárias diante do quadro em que se redesenha um novo perfil da condição social do migrante, na sociedade transnacional: conectado a redes numa diáspora que se expande e se dispersa em diferentes locais, movido por uma mescla de diferentes causalidades e motivações, sobrevivendo sob persistente precariedade, numa provisoriedade permanente. Que enquadramento jurídico é possível para a “acolhida”, considerando os casos mais inusitados que se apresentam aos agentes de pastoral? Como proporcionar estabilidade, para pessoas que constroem sua vida em uma instabilidade constante, com “identidades móveis, provisórias, híbridas, intercambiáveis”? Assim, submetido ao aleatório das diversas situações em que se encontra, com pouca memória de uma “fixação” e estabilidade num local, como a Pastoral pode sair do permanente “pronto-socorro”, da ajuda humanitária mais imediata? Como criar as condições para se radicar, se sedentarizar, “sedimentar”, para aos poucos criar laços, raízes, outras redes possíveis, mais estáveis, no território? Enfim, que integração é possível, a partir do próprio migrante?

A imagem da parábola da “rocha e da areia” volta à nossa mente, quando percebemos quantas “dunas” sociais se formam na passagem dos migrantes de hoje em dia. É diante desses migrantes, filhos e filhas dessa história de intensa mobilidade humana, que a Igreja é chamada a se posicionar. As pastorais e instituições da Igreja, em nome de suas convicções de fé, mesmo considerando a legitimidade da sociedade nacional e internacional, de seus organismos de controle e defesa de direitos, não pode abdicar de acolher o migrante e buscar uma “integração” em que se tornem seus protagonistas, sujeitos autônomos de seu processo. Se isso vale para seu serviço de mediação social, frente à sociedade em que se inserem os migrantes, é ainda mais válido para o seu esforço de acolher e integrá-los em sua comunidade de fé. Também em nível interno à Igreja Católica, a questão da “acolhida” e “integração” se coloca no horizonte de sua missão. Nesse sentido, todo o questionamento em torno dos processos de “acolhida” e “integração” dos migrantes pode estabelecer um diálogo instigante com a problemática da “inculturação” dos migrantes e seus grupos no interior da Igreja. Também nesse nível os desafios são imensos.

b) Constituição da comunidade de fé (mediação eclesial)

Desde os tempos anteriores ao Concílio Vaticano II, a Igreja veio produzindo uma série de instrumentos canônicos e pastorais com o objetivo de tratar da especificidade da condição do migrante no seu interior. Todos eles se embasam numa concepção de pastoral, que encontra na definição de “paróquia” sua melhor expressão, enquanto principal instituição e instrumento da ação pastoral da Igreja: “Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como a seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo Diocesano.” (VATICANO, 1983, p. 40 [CDC 515, §1). O principal horizonte dessa definição é a instituição de uma comunidade estável no território, que vale também para outras figuras canônicas que normatizam a solicitude pastoral para com os migrantes: a paróquia pessoal, a “*comunidade com cura animarum*” e a capelania¹⁰. Essas figuras foram criadas para dar conta da necessidade pastoral do atendimento de amplos grupos de migrantes presentes nos países de tradição católica, como herança dos movimentos de migração ao longo do século, e intensificados pela descolonização após os anos 1950. Embasa essa orientação uma noção pastoral de migrante, “em que estão compreendidos todos aqueles que, por qualquer motivo, vivem fora da pátria ou da própria comunidade étnica e necessitam verdadeiramente de uma assistência particular” (CNBB, 1983, p. 15).

Ao longo do século XX, o acompanhamento pastoral dos migrantes seguiu essas modalidades canônicas, que pressupõem também a constituição de uma comunidade de fé estável, inserida e reconhecida como tal no âmbito da Igreja Local. Acreditava-se que com o tempo haveria uma progressiva assimilação dessas comunidades, passando aos poucos da especificidade de suas línguas e práticas, para aquelas próprias do país em que se encontravam. Seria, como se referia Sayad (1999), quase a dissolução das características culturais de uma identidade religiosa para ser absorvida por outra. Ora, essa expectativa de “integração”, em muito similar à que se espera no âmbito do pensamento nacional, não se comprovou na prática. De um lado, essas modalidades de comunidades católicas de migrantes possuem uma forte tendência a se restringir a pequenos grupos ou enclaves culturais, em determinadas paróquias. Apesar de concessões quanto à participação em alguns momentos da programação da Igreja em que se situam, existe um forte apego às características do país que se deixou. Correlativo a essa dificuldade, temos aquela da transmissão da fé às novas gerações. De fato, apesar do imenso esforço dos imigrantes de primeira geração transmitir sua fé e tradições aos da segunda geração, o que se comprova é que a fé é percebida como uma forma anacrônica de se viver a própria cultura. De fato, os jovens muitas vezes possuem grande dificuldade em reelaborar suas práticas de fé, no bojo de sua própria condição de migrante, entre a sociedade de origem de seus

pais e aquela em que cresceram e se socializaram. O deslocamento, o “entre dois”, é algo vivido de maneira intensa também ao longo das gerações, e toca suas experiências de fé.

Percebemos então como as questões da “acolhida” e da “integração” atingem também profundamente o processo de constituição da comunidade de fé, e também aqui um esforço de mediação se faz necessário: entre as práticas e dilemas vividos pelos migrantes e seus grupos, em suas diferentes gerações, de um lado, e a Igreja com suas normas, instituições, práticas e tradições, tais como vividas na Igreja Local (paróquia, diocese, nação/conferência episcopal), por outro. Pode-se dizer que o esforço de mediação se faz num arco amplo, no local e em instâncias maiores, entre os diferentes grupos atuando no espaço eclesial, e mesmo entre os diferentes grupos migrantes. A Pastoral do Migrante, assim, se posiciona no “entre dois”, e um exercício de “escuta” mútua deve ser feita, de discernimento, entre os diversos atores, sempre se posicionando na perspectiva dos próprios migrantes. Porém, em tudo vemos como as estruturas de Igreja possuem uma forte vinculação com o território, seja em nível nacional ou local. As pastorais da mobilidade humana (migrantes, refugiados, nômades, apostolado do mar, caminhoneiros, turismo, estudantes internacionais) testemunham esse permanente descompasso entre a condição das pessoas vivendo em mobilidade e as estruturas eclesiais¹¹. Como acontece em sua atuação junto aos organismos de Estado e da sociedade civil, também aqui se busca garantir o protagonismo e autonomia dos grupos migrantes, em seu processo de “integração” no interior da Igreja.

Nesse ponto, abordamos uma questão própria à teologia pastoral e à missiologia: a das relações entre a Pastoral, com suas estruturas organizativas, e a Missão, que diz respeito à índole genuína da tarefa evangelizadora, que constitui a própria essência da Igreja¹². Se de um lado a Pastoral do Migrante é estruturada e normatizada na Igreja a partir de figuras canônicas alinhadas com a “estabilidade” do cuidado pastoral no território, por outro, percebemos que a tarefa missionária da Igreja se defronta com a multifacetada realidade das migrações no mundo contemporâneo. É quando se coloca a questão da “inculturação da fé”, como novo modo de dar sentido à atividade missionária da Igreja. Normalmente, a “inculturação” diz respeito ao surgimento de uma forma original de vivência da fé a partir do interior da comunidade, constituída num contexto social e cultural determinado¹³. Em torno da “inculturação”, desde os anos 1970, a reflexão missionária da Igreja Católica vem tratando da problemática da evangelização diante de interfaces das práticas culturais e religiosas, no âmbito da comunidade cristã. Acreditamos que a “inculturação” pode também dizer muito sobre a tarefa da “integração” em âmbito eclesial, entre as estruturas da Igreja Local e os grupos migrantes.

Assim, mais do que nunca, torna-se necessário ver em que medida a questão da “integração” dialoga com os temas referentes à “inculturação da fé”. Retomando a reflexão de Sayad a propósito da “integração”, como atividade

que implica toda a existência do migrante, a totalidade de sua condição de vida, de forma anônima e paulatina, subterrânea, quase invisível, feita de pequenos detalhes no cotidiano, como uma segunda socialização, pode-se dizer que o mesmo acontece no processo de “inculturação da fé” (SAYAD, 1999, p. 315). Tal processo não acontece por decreto, nem pode ser objeto de algum planejamento, mas se realiza no contato diário, nas interações que envolvem práticas culturais e religiosas, entre diferentes maneiras de ver o mundo, diferentes formas de crença. Na verdade, na reflexão missiológica sobre a “inculturação”, fala-se tanto de “inculturação da fé” dos povos evangelizados, como da “inculturação da fé” dos próprios missionários. Existe uma bipolaridade nesse processo, e desde o início do emprego dessa terminologia tinha-se em mente uma “mútua fecundação” entre a cultura do missionário e as culturas evangelizadas, para suscitar algo novo, uma forma original de viver a fé própria da comunidade nesse contexto (PEELMAN, 2007, p. 12-13).

Assim, se existe certa similaridade entre “integração” e “inculturação”, pode-se dizer que no interior das comunidades cristãs o grande desafio seria a de uma mútua “integração”, para propiciar uma nova e genuína vivência da fé. A tarefa da Igreja, por meio de seus agentes de pastoral (ou de seus missionários), seria o de oportunizar esse processo. Na perspectiva da fé, isso significaria uma confiança na ação do Espírito Santo, da graça de Deus, que permitiria criar processos novos de interação entre pessoas, grupos e suas tradições culturais e religiosas. Para usar as palavras do Papa Francisco, mais do que conquistar espaços, os missionários devem estar animados por essa perspectiva de “iniciar processos” (VATICANO, 2013 [EG § 223]). Esse imenso desafio vivido nos vários campos da atuação missionária da Igreja, entre os diversos povos em que ela se insere, na criação de autênticas e genuínas experiências de fé, consiste justamente, ao mesmo tempo, em mantê-los unidos à catolicidade da Igreja. Esse desafio da missão “Ad Gentes” ganha uma expressão nova, e tanto mais complexa, na missão das pastorais da mobilidade humana, e logo da Pastoral do Migrante, frente à nova realidade das migrações no mundo contemporâneo.

Os novos migrantes representam, na verdade, o grande campo missionário da Igreja na época da globalização. Resumimos os desafios que as migrações contemporâneas colocam para a pastoral da Igreja em três expressões: a diáspora, a precariedade e os fluxos mistos. Nesse campo missionário, a “acolhida” e a “integração”, enquanto processos de “inculturação da fé”, implicam também novas perguntas: que comunidade de fé é possível criar? Como é possível uma “inculturação” como “mútua integração”? Seria possível uma “inculturação” no móvel, provisório e imprevisível? Quais as mediações para uma verdadeira comunhão na Igreja: em que os migrantes se vejam como membros da Igreja, e a Igreja se reconheça nessa comunidade de migrantes? Quais os caminhos? Em meio aos desafios da mobilidade humana atual, a atitude do missionário permanece a mesma: a da escuta, da proximidade, que enseja criar oportunidades

para os migrantes “saírem” de sua “provisoriade permanente”. Em outras palavras, ao se posicionar nessa “brecha”, na disjuntura que marca sua condição de deslocado, numa atitude de escuta e de disponibilidade em acompanhar, oportunidades para criar novos laços podem surgir. Nesse sentido, a palavra que melhor expressa a atitude do agente de pastoral/missionário nesse contexto, ainda segundo Papa Francisco, é o do “acompanhamento”, como atividade constante que a Igreja deve empreender frente aos desafios complexos vividos na contemporaneidade (VATICANO, 2013 [EG § 23-24])¹⁴.

Assim, tendo presente o percurso de nossas reflexões, pode-se esboçar uma tentativa de resposta aos desafios colocados para uma pastoral missionária no meio dos migrantes. Como “Igreja Peregrina” que caminha na história, e que “[...] não temos aqui a nossa pátria definitiva, mas buscamos a pátria futura” (BÍBLIA, 1991, p. 1487), ela deve estar à escuta, próxima, acompanhando os passos dos migrantes submetidos às contingências da mobilidade humana atual. Reconhecendo a importância de suas “redes”, que os mantêm unidos entre si numa extensa diáspora, pode ajudá-los a descobrir outras “redes”, outras formas de solidariedade, e criar outros laços comunitários. Desse modo, novos laços de confiança podem ser tecidos, que possibilitem conhecer melhor a amálgama de suas motivações, das diversas filiações sociais que moldam sua identidade. A relação de “escuta”, “proximidade” e “acompanhamento” pode criar a relação de confiança necessária para curar as “feridas” infligidas em sua história de vida, ao longo de seus trajetos migratórios. Toca-se aqui na subjetividade do migrante, de seus laços afetivos, de seus compromissos morais, das convicções de fé e das atitudes que orientam toda a vida. Essa subjetividade foi sendo constituída ao longo do seu projeto migratório, pelos seus laços familiares e comunitários de origem, que se mesclam com aqueles entretidos em sua trajetória. Enfim, as estruturas de pastoral da Igreja, sensíveis a esse campo missionário, enquanto pastoral missionária é chamada também a dialogar com esse conhecimento prático, a “bricolage”, o “habitus” do deslocamento desenvolvido pelos migrantes para enfrentar a precariedade permanente em que se encontram enredados.

Enfim, nesse âmbito de ação encontramos os elementos fundamentais da missão da Igreja na complexidade do mundo atual: a “inculturação” e a “reconciliação”, de um lado, e a “profecia”, de outro¹⁵. Por um lado, é uma ação de diálogo, como “escuta” e “aproximação”, para compreender e acompanhar, nesse esforço de acolhida e mútua “integração”. É a mediação eclesial necessária para criar uma relação mútua de pertencimento na Igreja. Por outro lado, também é uma ação “profética”, como proclamação e testemunho do Evangelho, e como instância crítica, para proporcionar o amadurecimento de uma relação autêntica, de respeito mútuo e real empoderamento, também no interior da Igreja. A verdadeira “integração” é também aquela que possibilita aos migrantes as condições para poder falar de igual para igual, também no âmbito da Igreja.

5 Comentários Finais

Ao final desse texto, podemos dizer que as questões da “acolhida” e da “integração” permanecem em aberto. Tal como na premonição de Sayad (1991) ao descrever o “paradoxo da rocha e da areia”, vivemos numa época de “dunas sociais” em permanente movimento. Se como agentes de pastoral somos chamados a criar laços de confiança junto aos migrantes, para acolhê-los e oferecer alguma estabilidade, “um lugar para descansar”, talvez possamos também almejar alguma forma de “integração”. Porém, é sempre necessário admitir as contingências que marcam a condição social vivida pelos migrantes. Eles se movem na invisibilidade, nos territórios segregados, às margens da sociedade nacional, mas também nas áreas subterrâneas dos fluxos da globalização. Portanto, é do pleno reconhecimento de sua “alteridade”, no acompanhamento das suas contingências de vida, da formação de sua subjetividade pessoal e coletiva, é que podemos vislumbrar a construção de novas formas de identidade, mesmo no interior de uma “comunidade de fé”. A Igreja em suas estruturas pastorais pode realmente ser um lugar de acolhida, um “santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar” (VATICANO, 2013 [EG § 28]), como deseja o Papa Francisco. Mas, depende muito do modo que entendemos como “acolhê-los”, e oferecer os meios para criarem as suas formas próprias de “integração”.

Notas

¹ Esse texto é um pouco longo para ser reproduzido no quadro desse artigo. Resumidamente, ele ilustra como a ação contínua do vento sobre a rocha faz com que pequenos grãos se desliguem e sejam levados aleatoriamente para formar dunas, as mais variadas em diferentes locais. Trata-se de uma imagem sobre como a ação contínua da migração sobre os povos tradicionais dos países do chamado Terceiro Mundo, em seu deslocamento para os países centrais do capitalismo, foi criando novas realidades sociais, mais voláteis, inconstantes, imprevisíveis. Realidades que interpelam a estabilidade imaginada pelo pensamento nacional.

² As reportagens a que nos referimos são: “Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile” de (SANTANA; PRADO, 2016); “New Migration: Haitians carve a dangerous 7,000-mile path to the U.S.” de (CHARLES, 2016); “A odisseia dos haitianos que deixam o Brasil em crise com destino aos EUA” (PÉREZ, 2016); “Migrantes haitianos y africanos conviven en condiciones infrahumanas” (SIEMPRE, 2016); La nueva oleada de migrantes africanos que cruzan por México (PROYECTO Enelcamino, 2016).

³ Sobre as rotas de africanos pelo deserto: Um sonho de migração encravado no Níger (GÄNSLER; RIFFEL, 2015); Viagem a partir de Agadez (HILLE; FLYNN, 2016); A las puertas del infierno (RODRÍGUEZ, 2017).

⁴ Para o caso dos “Rohingya”, cf. “Where are the Rohingya boat survivors now?” (VIT, 2016). Sobre a crise da migração no mundo hoje: “A Mass Migration Crisis, and It May Yet Get Worse” (NORDLAND, 2015).

⁵ “Redes”, “rotas”, “raízes”, “rumos”, são termos utilizados pelo Pe. Alfredo José Gonçalves, numa conhecida análise de conjuntura feita ao Conselho Permanente da CNBB em março de 2008, para sintetizar os vários aspectos da mobilidade dos migrantes, e que ainda hoje servem de guia para uma análise da conjuntura migratória.

⁶ A palavra “*bricolage*” foi cunhada por Claude Lévi-Strauss para designar as habilidades de improviso adquiridos pelos chamados povos naturais, a partir de suas tradições e aprendizagens comuns, para lidar com as situações novas com que se defrontam. Cf. LEVY-STRAUSS, 1990, p. 30-36; ORTIZ, 1980, p.81-83 O termo “*habitus*”, aqui empregado livremente, remete àquele concebido por Bourdieu, que corresponderia aos “sistemas de disposições duráveis e transportáveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor uma visão consciente de seus fins e o domínio expresso das operações necessárias para serem atingidas”, ou algo como a incorporação das “regras do jogo” (tradução livre do original em francês), cf. (BOURDIEU, 1980, p. 80).

⁷ Cf. L’ordre de l’immigration entre l’ordre des nations (SAYAD, 1991, p.291). Já na década de 1980, Sayad afirmava : « *La situation d’aujourd’hui, infiniment plus complexe, n’offre plus la simplicité de l’opposition binaire que postule le juridisme ; elle brouille totalement les frontières que séparent les groupes et, par là-même, les principes sur lesquels reposent ces séparations ainsi que les groupes qu’elles séparent* », p. 292. [“A situação de hoje, infinitamente mais complexa, não oferece mais a simplicidade de oposição binária que postula o juridicismo; ela mistura totalmente as fronteiras que separam os grupos e, por

isso mesmo, os princípios sobre os quais repousam essas separações, assim como os grupos que as separam”. Tradução livre]

⁸ Aqui falamos de “perspectiva de fé” no seu sentido mais geral, que não implica necessariamente uma atitude religiosa, mas é aquela que leva a ter uma atitude gratuita, de disponibilidade, apoiada na crença no valor incondicional da pessoa humana. Para uma abordagem dessa atitude de fé, como base antropológica da “fé religiosa” (SEGUNDO, 1985, p. 10-32).

⁹ Trata-se do documento *Responder a los refugiados y migrantes: veinte puntos de acción* (VATICANO, 2017). Esse texto foi fruto de uma consulta ampla junto às Conferências Episcopais e ONGs católicas, e publicado com a finalidade de dar uma contribuição ao processo multilateral de consultas e negociações de construção dos Pactos Mundiais (*Global Compacts*) para o fim de 2018. São vinte pontos que expõem o ensinamento da Igreja e que orientam as práticas das pastorais da mobilidade humana, na acolhida e integração de migrantes e refugiados.

¹⁰ Para uma visão sucinta da normatização da solicitude pastoral, cf. Dornelas (2008, p. 165-168).

¹¹ Numa Assembleia do Setor Mobilidade Humana da CNBB, realizada recentemente, em Belo Horizonte (16 a 18/08/2017), ficou muito claro nas partilhas a dificuldade de sensibilizar a Igreja Local, pelo fato de se moverem em âmbitos diferentes: a Igreja local que pensa e age tendo como referência as pastorais organizadas e estruturadas estavelmente, em termos de território, e as pastorais da mobilidade que trabalham justamente com aqueles que “passam”, “não se fixam”, estão “transitando” de maneira provisória. Como o Estado-Nação trata a esses como “estrangeiros” e “deslocados”, da mesma forma eles são também vistos pela Igreja Local.

¹² A essência estruturante da identidade da Igreja está muito bem expressa nos documentos do Vaticano II, e sintetizada magistralmente nos primeiros capítulos do decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja: “A Igreja, enviada por Deus a todas as gentes para ser «sacramento universal de salvação», por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens. (...) A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na «missão» do Filho e do Espírito Santo” (VATICANO, 1965 [AG §§ 1; 2]).

¹³ Existe uma vasta literatura tratando da questão da “inculturação”, bem como inúmeras maneiras de defini-la. Trata-se na verdade de uma questão em aberto, com várias vertentes, que toca diversos temas delicados referentes à atividade da missão. No entanto, a melhor definição ainda parece ser a do Pe. Pedro Arrupe, que cunhou essa terminologia em 1977: “A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs em uma área cultural concreta, de modo que não somente esta experiência se exprima com os elementos próprios da cultura em questão (o que ainda não seria senão uma adaptação), mas que esta mesma experiência se transforme em um princípio de inspiração, a um tempo norma e força de unificação, que transforma e recria esta cultura, encontrando-se assim na origem de uma nova criação” (Arrupe, 1977 apud AZEVEDO, 1986, p. 271).

¹⁴ Na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco expôs os passos de uma “pastoral missionária” no contexto da sociedade atual. Ali, ele exprimiu muito bem a exigência do “acompanhamento”: “A Igreja deverá iniciar os seus membros – sacerdotes, religiosos e leigos – nesta «arte do acompanhamento», para que todos aprendam a descalçar sempre as sandálias diante da terra sagrada do outro. Devemos dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão, mas que ao mesmo tempo cure, liberte e anime a amadurecer na vida cristã” (VATICANO, 2013 [EG § 169]).

¹⁵ Tomamos por referência a reflexão empreendida no texto “Desemaranhando uma realidade complexa. Seis elementos da missão” (BEVANS; SCHROEDER, 2016, pp. 105-116), que seriam: testemunho e proclamação; liturgia, oração e contemplação; justiça, paz e integridade da criação; diálogo inter-religioso e secular; inculturação; reconciliação.

Referências

AGUSTIN, L.M. **Sex at the margins**: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2007.

AUDEBERT, C. **La Diaspora haïtienne**: Territoires migratoires et réseaux transnationaux., Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2012 .

AZEVEDO, M. C. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1986.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Ivo Storniolo; Euclides M. Balancin. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1991. cap. 13, vers. 14.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Editions de Minuit, 1980 .

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. São Paulo: Zahar, 1999.

BEVANS, S.B.; SCHROEDER, R.P. **Diálogo e profecia**: reflexões sobre a missão cristã hoje. São Paulo: Paulinas, 2016.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHARLES, J. New migration: Haitians carve a dangerous 7,000-mile path to the U.S. **Miami Herald**, 24 set. 2016.

Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article103920086.html> Acesso em: 25 set. 2016

CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Pastoral das migrações**. São Paulo: Paulinas, 1983.

DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez.2009.

_____.; NASSER, A. C. A. **Pastoral do Migrante**: relações e mediações. São Paulo: CEM/ Loyola, 2008

- GÄNSLER, K.; RIFFEL, B. Sobre as rotas de africanos pelo deserto: “Um sonho de migração encravado no Níger”. **Deucht Weller**, Alemanha, 03 set. 2015. Disponível em: <http://www.dw.com/pt/um-sonho-de-migra%C3%A7%C3%A3o-encravado-no-n%C3%ADger/a-18691272> Acesso em 04 set. 2015
- HILLE, P.; FLYNN, D. Viagem a partir de Agadez. **Deucht Weller**, Alemanha, 04 jan. 2016. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/viagem-a-partir-de-agadez/g-18862783> Acesso em: 05 jan. 2016
- LEVY-STRAUSS, C. **La Pensée Sauvage**. Paris: Presses Pocket, 1990
- MARTIN, S.; WEERASINGHE, S. TAYLOR, A.; **Humanitarian crises and migration: Causes, consequences and responses**.. London/New York: Routledge, 2014.
- SIEMPRE. Migrantes haitianos y africanos conviven en condiciones infra-humanas. **Siempre** – presencia de Mexico. Disponível em: <http://www.siempre.mx/2016/10/migrantes-haitianos-y-africanos-conviven-en-condiciones-infrahumanas/> Acesso em 11 out. 2016
- NORDLAND, R. A Mass Migration Crisis, and It May Yet Get Worse. **New York Times**, New York, 31 out. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/01/world/europe/a-mass-migration-crisis-and-it-may-yet-get-worse.html> Acesso em: 01 nov. 2015.
- ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- PEELMAN, A. **Les nouveaux défis de l’inculturation**. Ottawa: Novalis/Université San Paul, 2017.
- PÉREZ, D. M. A odisséia dos haitianos que deixam o Brasil em crise com destino aos EUA. **El País**. Brasil, 27 out.2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/26/internacional/1477437223_933130.html Acesso em 27 out. 2016
- PROYECTO Enelcamino. La nueva oleada de migrantes africanos que cruzan por México. **Proyecto Enelcamino**. México, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://enelcamino.piedepagina.mx/ruta/la-nueva-oleada-de-migrantes-africanos-que-cruzan-por-mexico/> Acesso em 16 mar. 2016.
- RASCHIETTI, E. **Ad Gentes: texto e comentários**.. São Paulo: Paulinas, 2011.
- RODRÍGUEZ, A. A las puertas del infierno. **El País**. Espanha, 28 jun. 2017. Disponível em: http://elpais.com/elpais/2017/06/28/album/1498679253_303302.html#1498679253_303302_1498679694 Acesso em: 28 jun. 2017
- SANTANA, E.; PRADO, A. Para fugir da crise, haitianos trocam o Brasil pelo Chile. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 maio 2016. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1768958-para-fugir-da-crise-haitianos-trocam-o-brasil-pelo-chile.shtml?cmpid=newsfolha>. Acesso em: 08 maio 2016.
- SAYAD, A. **L’immigration ou les paradoxes de l’altérité**. Bruxelles, De Boeck Université, 1991.

_____. **La double absence**: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Paris: Seuil, 1999.

_____. O retorno, elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia** – revista do migrante, São Paulo, ano XIII, número especial, pp. 7-32, jan/2000.

SEGUNDO, J. L. O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré. In: _____. **Fé e Ideologia** – as dimensões do homem. vol. 1 São Paulo: Paulinas, 1985.

VATICANO. **Decreto Ad Gentes de 7 de dezembro de 1965**. Cidade do Vaticano, 1965.
Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html Acesso em 18 jun. 2017

_____. **Código de Direito Canônico**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983.
Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bxu0vxnfm6FMQJWW51QUZuUIU/view> Acesso em 15 mar 2017.

_____. **Exortação apostólica Evangelii Gaudium**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013.
Disponível em: https://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf
Acesso em: 21 maio 2017

_____. **Responder a los refugiados y migrantes**: veinte puntos de acción. Ciudad del Vaticano: Sección Migrantes & Refugiados/Desarrollo Humano Integral, 2017.

VIT, J. Where are the Rohingya boat survivors now? Irinnews - **The inside story on emergencies**, S/L, 15 abril 2016.

Disponível em: <http://www.irinnews.org/news/2016/04/15/where-are-rohingya-boat-survivors-now> Acesso em 16 abril 2016.

RESUMO

O texto se propõe a refletir sobre os desafios da acolhida e da integração social a partir da ótica da Pastoral do Migrante, no contexto atual das migrações internacionais. Para tanto, em sua primeira parte levanta algumas observações sobre a realidade atual das migrações, destacando três características: diáspora, precariedade e migrações mistas. A partir desse quadro, em sua segunda parte, faz alguns questionamentos sobre a concepção de acolhida e integração social, e sua aplicação em relação aos migrantes atualmente. Por fim, na terceira parte, examina os desafios que a acolhida e a integração social colocam para a Pastoral do Migrante da Igreja Católica, sob duas vertentes: *ad extra*, como serviço à sociedade e aos migrantes; e *ad intra*, como constituição de comunidade de fé dos e com os migrantes no interior da Igreja.

Palavras-chave: Integração social. Acolhida. Pastoral do Migrante. Redes. Migrações mistas.

ABSTRACT

The text proposes to reflect on the challenges of the reception and the social integration from the perspective of the Pastoral of the Migrant, in the current context of the international migrations. To do so, in its first part it raises some observations on the current reality of the migrations, highlighting three characteristics: diaspora, precariousness and mixed migrations. From this framework, in its second part, it makes some questions about the conception of reception and social integration, and its application in relation to the migrants today. Finally, in the third part, it examines the challenges that the reception and social integration pose for the Pastoral Care of Migrants of the Catholic Church, in two aspects: *ad extra*, as a service to society and to migrants; and *ad intra*, as constitution of community of faith of and with the migrants inside the Church.

Keywords: Social integration. Welcome. Pastoral of the Migrant. Migrant's network. Mixed migrations.

TRAVESSIAS DE VIDA E DE PESQUISA: NOTAS SOBRE ESTUDOS DA IMIGRAÇÃO HISPANO-AMERICANA NO BRASIL

*Sidney Antônio da Silva**

1 Introdução

O meu interesse pela problemática da imigração hispano-americana em São Paulo se deu, em primeiro lugar, por um compromisso de cunho religioso, pois, como membro da Pastoral do Migrante, a bandeira da defesa dos direitos dos migrantes se colocava como um caminho a ser trilhado no dia a dia das atividades pastorais. Em segundo, quando assumi a direção do Centro de Estudos Migratórios-CEM¹, em 1991. Nesse momento outro desafio se colocava ao iniciante pesquisador: entender o fenômeno das migrações a partir de outras perspectivas, isto é, nas suas dimensões socioculturais, econômica, jurídica e política.

O contato com a comunidade boliviana residente em São Paulo foi, portanto, uma decorrência daquelas inserções, com implicações, tanto para o pesquisador quanto para o agente religioso. Para este, o problema que se colocava era lidar com essa dupla inserção, mantendo o distanciamento daquilo que lhe parecia familiar, condição, aliás, exigida para qualquer pesquisa acadêmica. Já para a pesquisador, o grande desafio era desvendar as tramas das relações sociais tecidas pelos imigrantes bolivianos, particularmente por aqueles que trabalhavam no setor da costura, os quais enfrentavam com frequência situações de exploração de sua mão de obra, além do preconceito de ordem social e étnica.

É, a partir deste contexto, onde pesquisa e militância religiosa se entrecruzavam, que este texto propõe-se a fazer, em um primeiro momento, uma releitura da trajetória de pesquisa do próprio autor entre os bolivianos em São Paulo. Em segundo, buscar-se-á fazer um balanço da produção acadêmica voltada para os hispano-americanos no Brasil nos últimos vinte e cinco anos, particularmente sobre a presença boliviana na cidade, e tecer algumas considerações sobre a “preferência” de pesquisadores (as) por temáticas relacionadas a esse grupo e não com outros imigrantes que enfrentam desafios similares. Para tanto, foram consultadas duas bases de dados: o banco

* Prof. Dr. de Antropologia (UFAM)

de dissertações e teses da CAPES e a base de dados do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM). Finalmente, tomando como exemplo o caso dos venezuelanos na Região Norte, pretende-se apontar alguns desafios teórico-metodológicos aos estudos migratórios voltados à temática dos hispano-americanos no Brasil.

2 A imigração boliviana em São Paulo na década de 1990: uma temática ainda desconhecida para a academia

Em 1992, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) para pesquisar a imigração boliviana em São Paulo, deparei-me com um fato inusitado, não havia nenhuma pesquisa acadêmica sobre a temática escolhida.

A proximidade com bolivianos que trabalhavam nas oficinas de costura, através do trabalho pastoral, permitiu-me entrar em contato com uma realidade que me era desconhecida e, ao mesmo tempo, velada, pois, embora eu constataste as insalubres condições de trabalho nas oficinas de costura e o pesado turno de trabalho a que eram submetidos, nem sempre eles viam aquela situação como uma forma de exploração de sua mão de obra. Tal fato apresentava-se como um desafio à pesquisa antropológica, pois, era necessário transformar o “exótico” em “familiar”, como é de praxe na pesquisa antropológica (DA MATTA, 1978). Se, por um lado, a condição de militante da pastoral facilitava a aproximação e o ingresso no quase “secreto” universo das oficinas de costura, por outro, se estabelecia uma delicada relação de confiança entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, já que esses o viam como alguém que estava lá para defendê-los, orientá-los e confortá-los espiritualmente, e não para desvelar as tramas de exploração da mão de obra boliviana, exercida, muitas vezes, pelos próprios compatriotas.

É nesse contexto de ocultamento e desvelamento que o olhar antropológico fez toda diferença, pois, analisar as relações de produção nas oficinas de costura, apenas do ponto de vista econômico, nos conduziria para um parâmetro de análises dicotômicas, colocando, de um lado, os exploradores e, do outro, os explorados. Este recorte teórico-metodológico acabaria por restringir as possibilidades de análise de uma realidade multifacetada e complexa, considerando que estas posições sociais não eram fixas. Isto quer dizer que, o “explorado” de hoje poderá ser o “explorador” de amanhã, uma vez que o grande sonho de muitos costureiros era ter, o mais rápido possível, a sua própria oficina de costura e reproduzir, assim, o mesmo esquema de exploração do qual fora objeto um dia. Tratava-se, portanto de uma verdadeira “costura de sonhos” e de estratégias, pois, para chegar lá, era preciso utilizar-se da arregimentação de trabalhadores, parentes ou compatriotas, seja na Bolívia ou em São Paulo, primeiramente na conhecida Praça Padre Bento e depois na Praça *Kantuta*, ambas localizadas no bairro do Pari (SILVA, 2003).

Assim, era preciso olhar aquele universo de pesquisa para além do espaço de trabalho que, muitas vezes, se confundia com o de moradia, para desvelar as tramas de subordinação permeadas por elementos culturais, que contribuíam para fazer das oficinas de costura uma extensão das relações familiares e de trocas de favores. Nesse contexto onde trabalho e favores se confundiam, a “dádiva” (transporte, moradia e alimentação), se transformava em dívida, num compromisso moral a ser retribuído em forma de trabalho. Porém, quando este trato verbal se transformava em distrato, o trabalhador (a) era considerado um traidor.

É nesse contexto de “violência simbólica”, que o conceito antropológico de cultura se mostrava profícuo para entender as múltiplas relações construídas no âmbito das oficinas de costura, bem como para além delas. Isto é, nas suas relações com o contexto mais amplo da cidade, pois como já apontara Leach (1995), “a cultura veste as relações sociais”. Foi nessa perspectiva que Silva (1997) apontou a importância das relações de parentesco e de amizade, as quais conjugadas com mecanismos de contratação, acabavam direcionamento a mão de obra boliviana que chegava em São Paulo às oficinas de costura dos próprios compatriotas. Vale lembrar, contudo, que essa atividade, à época da pesquisa, não era uma exclusividade de bolivianos em São Paulo, mas este setor já incorporava outros sul-americanos, como paraguaios, peruanos e chilenos.

A dinâmica de contratação da mão de obra hispânica para o setor da costura podia ser observada na praça *Kantuta*, onde reuniam-se nos fins de semana bolivianos, paraguaios, peruanos entre outros, para degustar algo típico da Bolívia ou para reencontrar um parente ou um amigo. Além desse espaço de sociabilidade, era nos campos de futebol espalhados pela cidade, onde eles jogavam uma pelada ou participavam de algum campeonato de futebol de campo ou de salão, que novas relações e possibilidades de trabalho eram vislumbradas, implicando, às vezes, o rompimento de “contratos”. Nesse contexto, não era possível ver o trabalhador (a) apenas como vítima de um processo de reprodução econômico fechado, mas como alguém que também constrói suas “táticas” para reverter uma situação desvantajosa a seu favor (CERTEAU, 1994). Entre estas táticas, destacava-se a circulação entre as oficinas de costura, ou seja, a lei da oferta e da procura é que prevalecia nos picos de demanda de mão de obra, sobretudo, para atender as demandas de fim de ano.

Em um contexto marcado pela indocumentação e pela terceirização da mão de obra, no qual trabalhadores (a) ganhavam uma ínfima parcela do preço que era estabelecido pelas grandes redes de comercialização de confecções aos donos de oficinas de costura, era difícil manter-se na formalidade, já que recaia sobre eles todos os custos da produção, ou seja, a contratação da mão de obra, incluindo casa e alimentação. O baixo preço oferecido aos trabalhadores (as) por peça costurada, obrigava-os a trabalharem mais horas do que o permitido pelas leis trabalhistas, visando ganhar um pouco mais do que lhes era oferecido.

O resultado deste processo de produção terceirizado era, por um lado, a crescente informalidade no setor, mesmo com a sistemática fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de campanhas informativas, feitas pelo próprio MPT, visando a regularização das oficinas e, por outro, a diminuição da indocumentação, em razão das possibilidades de regularização migratória no Brasil. Isso foi possível através da concessão de anistias e pelo acordo de residência firmado no âmbito do Mercosul, fato que significou um passo importante na conquista de direitos para os imigrantes em geral, apesar das limitações impostas pelo então vigente Estatuto do Estrangeiro².

Vale notar, contudo, que a dominação de empregadores sobre seus empregados não se restringia ao âmbito das oficinas de costura, mas podia extrapolá-las e incidir também nos espaços de lazer, como é o caso do futebol praticado nos fins de semana. É o que mostra o instigante trabalho de Ubiratan Alves Silva (2012) sobre a prática do futebol na Praça *Kantuta*. O autor constatou que tal controle se dá pelo fato de que as equipes de futebol são patrocinadas pelos donos de oficinas de costura, denominados por eles de “delegados”. São eles que organizam os campeonatos e proveem o material de esporte, como o uniforme da equipe e outras necessidades. Nesse sentido, estabelece-se uma “obrigação moral de restituir à dádiva “oferecida”, aumentando a produção.

Se, a para os trabalhadores (as) do setor da costura a realidade mudou em relação à conquista de direitos, em parte em razão de seus processos organizacionais, para os donos de oficinas também não foi diferente, já que eles passaram a controlar toda a cadeia produtiva, desde a confecção até a venda final do produto. Um desses espaços de comercialização é a chamada “feira da madrugada”, no bairro do Brás, região central da cidade. Isto significa que houve uma quebra, ainda que parcial, do monopólio do processo produtivo, exercido, até então, por coreanos e outros empresários do setor do vestiário em São Paulo, os quais terceirizam a produção, utilizando-se da mão de obra boliviana e de outros imigrantes hispânicos, como parte da cadeia de produção (SILVA, 2014).

Após a publicação do primeiro trabalho acadêmico sobre a imigração boliviana em São Paulo, intitulada *Costurando Sonhos* (SILVA, 1997), o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria sobre esta comunidade dizendo que o autor da referida obra estava denunciando a existência de trabalho escravo nas oficinas de costura bolivianas. Tal matéria causou um grande impacto junto a esses imigrantes, particularmente, entre os oficinistas, pois, tal fato coincidiu com o aumento das fiscalizações nos locais de trabalho por agentes do Ministério do Trabalho, gerando um clima de insegurança entre eles.

Em uma mesa redonda, organizada pela Pastoral do Migrante em 1997 para esclarecer o mal entendido gerado pela referida reportagem, a advogada da Pastoral do Migrante, à época, Ruth Camacho e as pesquisadoras Neide Patarra e Margarida Maria Moura, foram enfáticas em defender a importância da

referida obra para os estudos migratórios e para o próprio trabalho da Pastoral do Migrante. Na visão delas, a missão de defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes, exercida por essa instituição, não poderia ser limitada por interesses de grupos particulares. Entretanto, um empregador presente no referido evento interpelou os membros da mesa dizendo que o pesquisador na sua condição de religioso não poderia ter feito a referida pesquisa, quebrando, desta forma a relação de confiança existente entre a comunidade boliviana e a Pastoral. Outro padrão foi ainda mais incisivo ao dizer que o padre/antropólogo os havia traído. Isto significava que como militante ele não poderia ter desvelado as relações de exploração existente em algumas oficinas de costura. Em outras palavras, essa questão não era um problema com o qual a Pastoral deveria se preocupar.

No rescaldo dos fatos, pesquisador e sujeitos da pesquisa acabaram se entendendo numa nova pesquisa, agora voltada para as festas devocionais, como forma de afirmação de identidades (SILVA, 2003). A festa foi, portanto, uma porta que se abriu ao pesquisador, pois, a partir dela, era possível ver e mostrar o que os bolivianos têm de mais belo e marcante em São Paulo, sua diversidade cultural. Como um “fato social total” (SAYAD, 1998), as festas possibilitavam a análise de diferentes questões apresentadas pela comunidade boliviana, como a sua diversidade étnica, cultural e religiosa; as diferenças sociais; as formas estéticas e gestuais expressas nos ritmos e danças andinos.

Nesse novo campo de pesquisa, o grande desafio era acompanhar a quantidade de festas realizadas pelos bolivianos durante o ano, mas, particularmente, no mês de agosto, quando se celebra no dia 06 de agosto a padroeira da Bolívia, a Virgem de Copacabana. Outra festa celebrada no dia 15 de agosto é dedicada à padroeira de Cochabamba, a Virgem de Urkupiña. Essas duas festas, seja naquele momento, ou atualmente, continuam mobilizando a comunidade boliviana em São Paulo, criando um intenso ciclo de festas e de atividades que começam nove meses antes da festa principal com a realização dos novenários. Esses se transformam em espaços de sociabilidade e ensaios das fraternidades folclóricas, que animam as festas.

Realizadas anteriormente no âmbito do privado, as festividades devotas passaram a ser celebradas no espaço da Pastoral do Migrante em 1995. A primeira delas aconteceu quando missionários bolivianos trouxeram uma imagem da Virgem de Copacabana para a comunidade boliviana. Como não havia um espaço definido para ela na igreja Nossa Senhora da Paz, um espaço vazio na lateral dessa igreja foi transformado em capela. Foi nesse espaço que a imagem da Virgem foi entronizada. Vale ressaltar que, a ocupação de espaços nesta igreja pelos imigrantes bolivianos não foi vista com bons olhos por alguns paroquianos mais antigos. Um destes conflitos foi gerado pela realização da primeira festa boliviana na referida igreja, pois o salão paroquial tinha cadeiras de madeira fixas, as quais precisavam ser removidas para a realização do evento

naquele espaço. Apesar das resistências de alguns paroquianos locais, a festa da Virgem de Copacabana foi realizada no salão paroquial, cujas cadeiras, motivo da discórdia, não foram mais recolocadas. Atualmente esse salão é utilizado pela comunidade boliviana para a realização mensal dos novenários. Já a festa foi transferida para a espaço externo daquela igreja, debaixo de uma grande carpa, em razão do crescimento anual de participantes.

A partir daquele momento, a Pastoral passou a ser a “promotora oficial” das duas grandes festas devocionais em São Paulo, porém, com algumas implicações para os bolivianos, entre elas, o controle dos critérios para a indicação de festeiros (*pasantes*), antes estabelecidos por eles, sem a ingerência da Pastoral; a restrição de horário para o término dos festejos; o controle da venda de bebidas alcóolicas durante os eventos e a exigência da participação assídua dos festeiros nas atividades da Pastoral (SILVA, 2003).

Com o crescimento do público participante nestas celebrações, o espaço da Pastoral tornou-se pequeno e, juntamente com ele, apareceram também alguns problemas, como reclamações de vizinhos que se incomodavam com o barulho das bandas de música e o lixo deixado nas ruas, no final dos festejos. A solução encontrada pela comunidade boliviana foi a transferência das festas para o Memorial da América Latina, em 2006 (SILVA, 2012a).

Com a transferência das festas devocionais para o Memorial da América Latina, a comunidade boliviana ganhou visibilidade e reconhecimento, já que tais festas passaram a fazer parte do calendário turístico da cidade. Contudo, a mudança de espaço implicou também na evidência em primeiro plano da dimensão cultural das festas, com o seu tradicional desfile de grupos “folclóricos”. Já, o seu lado religioso ficou obscurecido, pelo menos para quem é externo ao grupo e não conhece a sua diversidade cultural. Um exemplo disso é a dança/ritual dos *Tinku*, apresentado durante os festejos. Integrantes desse grupo folclórico entram em cena com uma *Llama* na cabeça, como parte das alegorias e, num dado momento, realizam uma luta ritual, sinalizando o derramamento de sangue, ato esse imprescindível para a fertilização da terra (*Pachamama*)³ no contexto andino. Tudo isto acontece em frente ao palco onde ficam os jurados do evento, onde também é montado um altar para as Santas bolivianas. Essas são trazidas pelos festeiros (*pasantes*) do ano, durante os dois dias de festa.

Pode-se dizer, portanto, que com a publicação da obra “Costurando Sonhos”, (SILVA, 1997), inaugura-se um amplo e rico campo de pesquisa sobre a imigração boliviana em São Paulo. Novos trabalhos e diferentes abordagens a sucederam, entre eles, destacam-se os trabalhos de Freitas (2014); Silva (2014); Nobrega (2014); Silva (2012); Novais (2008), Silva (2003), só para citar algumas teses, fazendo dos bolivianos um dos grupos mais pesquisados nos últimos vinte e cinco anos.

O interesse por essa temática se deve, talvez, pela visibilidade que o grupo ganhou na imprensa local, em razão das recorrentes matérias sobre trabalho “escravo” nas oficinas de costura. Contudo, outros fatores podem ter sido mais incisivos nesta “escolha” por parte de pesquisadores (as), como a importância econômica que o grupo vem conquistando nas últimas décadas, não somente no setor da confecção. Outros fatores a serem considerados são o ingresso da Bolívia no Mercosul e a diversidade cultural que a comunidade apresenta em diferentes espaços de São Paulo, particularmente, em bairros centrais, como o Bom Retiro, Brás, Pari e em outros mais distantes, como Guaianazes, bem como em cidades da Região Metropolitana. Nesses locais, a questão da inserção da segunda geração passou a ser um desafio à políticas públicas no âmbito educacional, pois o diálogo intercultural deve ser a regra e não a exceção no combate ao preconceito e à xenofobia (SILVA, 2012a).

3 Estudos da imigração hispano-americana no Brasil: algumas indagações

Traduzidos em números, os estudos sobre a imigração hispano-americana no Brasil trazem algumas surpresas e interrogações. Se o interesse pela imigração boliviana tem sido expressivo entre cientistas sociais, a partir da década de 1990, particularmente entre sociólogos, demógrafos, geógrafos, antropólogos, juristas e cientistas políticos, o mesmo não pode ser dito sobre outros grupos, como é o caso dos paraguaios, peruanos, chilenos, argentinos, uruguaios, colombianos e venezuelanos. A produção acadêmica voltada para esses grupos é considerada ainda modesta ou inexistente, pelo menos nas bases de dados pesquisadas, como é o caso do banco de teses e dissertações da CAPES. Embora os números apresentados no quadro abaixo pareçam dizer o contrário, na verdade, eles englobam diferentes temas e não apenas o da imigração, a partir dos quais os grupos de imigrantes foram abordados.

Quadro 1: número de dissertações e teses por nacionalidade

Nacionalidade	Mestrado	Doutorado	Total
Argentinos	175	101	286
Bolivianos	116	39	155
Colombianos	91	36	127
Peruanos	76	41	117
Paraguaios	76	28	114
Chilenos	65	31	96
Uruguaios	56	38	94
Venezuelanos	18	09	27

Fonte: Base de dados da CAPES

A considerável produção acadêmica relacionada à algumas nacionalidades mostradas no quadro acima, tem a ver com o fato de que a base de dados da CAPES inclui também trabalhos de pós-graduação no sentido *latu sensu*, ou seja, de caráter profissionalizante. Outro fator a ser considerado é que as temáticas são as mais variadas possíveis e não somente voltadas à imigração. Contudo, uma pesquisa mais atenta na referida base de dados revela que trabalhos relacionados à essa temática, ou que tenha alguma correlação com ela, são reduzidos, pelo menos para alguns grupos.

No caso dos argentinos, por exemplo, constata-se apenas doze trabalhos, sendo que o primeiro a tratar esta questão foi o de Bevilaqua (1992), que abordou a problemática dos exilados políticos da Argentina, Chile e Uruguai no Brasil.

No caso dos chilenos e uruguaios, a produção também pode ser considerada modesta, com dez trabalhos para cada grupo. Da mesma forma, pode se dizer em relação aos paraguaios, com treze trabalhos; peruanos, com dez; colombianos, com seis registros e venezuelanos com apenas um. Já no caso dos bolivianos foi constatado o inverso, com noventa e sete pesquisas.

Se, para argentinos e chilenos, o tema do exílio é recorrente em vários trabalhos, para os colombianos sobressai o tema do refúgio. Já, para uruguaios e paraguaios, predominam o tema da fronteira como espaço multicultural e bilíngue, bem como a questão das identidades nacionais e culturais e os conflitos enfrentados pela segunda geração. No caso dos peruanos, as temáticas se voltam para as influências culturais e linguísticas em região de fronteira, além do tema da primeira e segunda geração.

A área que mais concentra pesquisas é sem dúvida alguma a de ciências humanas, com destaque para a sociologia, demografia, geografia, história, antropologia, ciência política, direito e psicologia. Contudo, há pesquisas também na área das ciências médicas, da economia, da ciência da religião, do serviço social, da comunicação, da linguística, letras, educação, arte, entre outras. Ressalta-se que a área sobre estudos fronteiriços aparece com frequência, porém são cursos profissionalizantes.

Vale notar que a base de dados apresenta também algumas armadilhas, pois na busca sobre bolivianos, por exemplo, aparece um trabalho sobre haitianos em Porto Velho. Isto porque, a autora faz uma menção à imigração boliviana que antecedeu os haitianos naquela cidade e, por essa razão, aparece relacionado à imigração boliviana.

A partir de outra base de dados, a do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM), ainda que incompleta, é possível se ter uma ideia das produções voltadas para a temática da imigração hispano-americana no Brasil, incluindo, além das teses e dissertações, artigos em periódicos, como a Revista Travessia e coletâneas. Dos oitenta e oito registros encontrados, a partir da busca com

a palavra-chave “bolivianos”, aparecem quarenta e oito trabalhos focando especificamente esse grupo, tendo na maioria deles como o *locus* das pesquisas a cidade de São Paulo. Os demais são trabalhos que discutem o tema da Migração na Bolívia e na Argentina, onde há uma vasta produção sobre este grupo.

As temáticas predominantes são as questões do trabalho, focando as contradições das relações entre capital e trabalho no setor da confecção, questões etnoculturais, o preconceito enfrentado por eles na cidade, a questão geracional, cuja inserção dos descendentes aparece como um problema de integração nas escolas. Questões alusivas aos aspectos jurídicos da imigração e o respeito aos direitos humanos também são recorrentes. Finalmente, aparecem pesquisas voltadas ao universo da saúde nas oficinas de costura, em razão de suas condições insalubres.

Há alguns artigos, porém, cujo foco é a comparação com outros grupos de imigrantes, como por exemplo, bolivianos e peruanos; bolivianos e paraguaios; bolivianos e chilenos; bolivianos e coreanos; bolivianos, peruanos e paraguaios, ou ainda trabalhos direcionados à questão geracional, englobando vários grupos. Vale notar, contudo, que constatamos apenas um trabalho voltado para a discussão das relações de gênero. Uma busca em outras bases de dados, certamente apontará outras pesquisas.

No caso dos paraguaios encontramos quinze referências de pesquisas, seja no Brasil ou no exterior. Nesse caso, além da discussão sobre a questão do trabalho nas oficinas de costura, os pesquisadores se voltam às temáticas da fronteira, da segunda geração, das relações de gênero e, principalmente, sobre a “invisibilidade” dos paraguaios em São Paulo, associados, não raras vezes, às visões preconceituosas de brasileiros que os veem relacionados com o contrabando e a falsificação de mercadorias (MALDONADO, 2015).

Para a palavra-chave “peruanos” aparecem vinte referências, algumas também de cunho comparativo, tendo como parâmetro outros grupos de imigrantes. Nesse caso, as temáticas se voltam para questões geracionais; a mobilidade deles na Tríplice Fronteira Norte; a inserção sociocultural em cidades como Manaus, Boa vista e São Paulo, e a questão da gastronomia, como um marcador das identidades culturais do grupo na cidade (SOLIVEIRA, 2004; SILVA, 2010; 2012b, SANTOS, 2013).

No caso dos “chilenos” aparecem dez trabalhos, cujas temáticas abarcam a discussão dos exilados no Brasil durante a ditadura militar no Chile; a problemática da Indocumentação; questões geracionais e a mobilidade ocupacional no país de destino (BERARDI, 2015).

Já para a palavra-chave “argentinos” aparecem sete registros, cujo enfoque dos trabalhos se volta para questões alusivas ao “refúgio” político; à indocumentação e aos direitos humanos; à segunda geração e a delicada questão das imagens e estereótipos criados por brasileiros em relação a eles.

Se a produção acadêmica envolvendo argentinos é pequena, a alusiva aos uruguaios é ainda menor, pois, apenas três trabalhos foram encontrados na base de dados do CEM. As questões predominantes são as que abordam os temas da segunda geração e a reconstrução identitária.

Finalmente, vale notar que estudos voltados para entender a presença colombiana e venezuelana no Brasil já começam a aparecer, como é o caso de um artigo sobre a passagem de colombianos na Casa do Migrante da Missão Paz (MEJÍA, 2015). Já, no caso dos venezuelanos, particularmente, na Região Norte do Brasil, aparecem três textos publicados, como é o caso de Simões, et al (2017), Gonzales (2017), Silva (2018a) e Silva (2018b), analisando a questão de políticas públicas voltadas para indígenas venezuelanos da etnia Warao.

Este levantamento, ainda que limitado, sobre pesquisas voltadas à imigração hispano-americana no Brasil a partir das bases de dados da CAPES e do CEM, nos mostra que o interesse acadêmico por esta temática só veio a acontecer no início da década de 1990, quando Bevilaqua (1992) abordou a temática de exilados políticos no Cone Sul, como foi o caso de argentinos, chilenos e uruguaios no Brasil.

O interesse tardio de acadêmicos por esta imigração no contexto brasileiro pode estar relacionado também ao fato de que o país não era mais considerado como sendo de imigração, mas de emigração, uma vez que estudos demográficos constataram a saída de brasileiros (as) para os Estados Unidos, Europa e Japão, na segunda metade da década de 1980. Embora, a presença de hispano-americanos no Brasil não fosse um fato recente, ela começou a crescer e ser notada a partir da década de 1980, com a vinda de bolivianos (as) para trabalhar no ramo das confecções (SILVA 1997). A suposta invisibilidade deles podia ser questionada, bastando passar pela praça do Pari num dia de domingo, ou ainda em algum campo de futebol, onde eles jogavam as suas peladas nos fins de semana.

A “preferência” de pesquisadores (as) por algumas temáticas variam também de um grupo para outro, passando por recortes de classe, atividades laborais, etnia e gênero. Contudo, tal “preferência” pode passar também pela simpatia do pesquisador (a) por uma temática e não por outra, pela proximidade com o grupo a ser estudado e pela sua exposição frequente na mídia. Isto pode explicar, por exemplo, o porquê de tantos trabalhos abordando a problemática das relações laborais, particularmente, entre bolivianos, e não entre outros grupos, como é o caso dos paraguaios, peruanos, argentinos, chilenos e uruguaios.

Um fato, porém, que chama a atenção é a pequena, ou até mesmo, a ausência de registro de pesquisas acadêmicas sobre costureiros (as) paraguaios, na base de dados da CAPES, já que eles também enfrentam problemas de exploração de sua mão de obra nas oficinas de costura. Tal fato, pode estar relacionado a formas de resolução de conflitos permeadas por relações de parentesco e de conterraneidade, as quais são estabelecidas no interior das oficinas de costura,

entre empregadores e empregados (MALDONADO, 2015). Isto significa que a cultura não explica tudo, mas é o contexto a partir do qual tais relações devem ser lidas e interpretadas (GEERTZ, 1978).

Outro fator que poderia indicar o pequeno interesse pelos paraguaios é a sua suposta invisibilidade na cidade, já que tudo o que remete a raízes indígenas, nesse caso guarani, tende a ser negado ou estereotipado. Entretanto, pelo fato de apresentarem semelhanças físicas com a população brasileira, tal presença pode passar despercebida, sobretudo, em região de fronteira, ou em grandes centros urbanos, como é o caso de São Paulo.

Se a temática da informalidade e exploração da mão de obra imigrante predomina entre as pesquisas sobre bolivianos, isto não significa que ela não esteja presente também entre outros grupos considerados mais qualificados profissionalmente, como é o caso de chilenos, argentinos ou uruguaios. O fato é que trabalhadores (as) desses grupos enfrentam outros problemas alusivos à sua inserção laboral no Brasil, como é o caso da revalidação de seus diplomas. Tal fato implica em desvios de função, obrigando-os a aceitarem trabalhos muito aquém de suas qualificações. Apesar das dificuldades enfrentadas por estes profissionais, as chances de mobilidade ocupacionais são maiores em relação a outros grupos de imigrantes aqui mencionados, em razão do bom nível profissional que apresentam (BERARDI, 2015).

Já as temáticas do exílio político, da identidade nacional e a dos direitos humanos predominam entre grupos de imigrantes que emigraram no período dos regimes de exceção no Cone-Sul, como foi o caso de argentinos, chilenos e uruguaios. Cabe perguntar por que esses exilados despertaram maior interesse em alguns pesquisadores do que aqueles de outros países, como a Bolívia, o Paraguai e o Peru. Talvez o grau de violência que marcou os diferentes regimes autoritários e a classificação hierárquica que estes países ocupam em relação ao Brasil, possam fornecer alguma luz na orientação de tais escolhas teórico-metodológicas.

Com a crescente feminização da migração internacional, alguns olhares se voltam para questões de gênero, já que o tradicional referencial teórico explicativo de que as mulheres seguiam seus maridos e que eles tinham a última palavra na decisão de migrar, já não dá mais conta de explicar processos migratórios, sejam eles históricos ou atuais.

4 A imigração hispano-americana na Região Norte: o caso dos venezuelanos

A Região Norte do Brasil tem sido um espaço marcado por intensa mobilidade de pessoas, seja na modalidade da migração transfronteiriça, particularmente na Tríplice Fronteira entre o Peru, a Colômbia e o Brasil (Tabatinga, AM); entre

o Brasil e a Bolívia, (Brasileia, AC); entre o Peru e o Brasil, (Assis Brasil, AC); entre o Brasil e a Venezuela (Pacaraima (RR): entre o Brasil, em Bonfim-RR e a República da Guiana ; entre o Brasil, em Oiapoque-AP e a Guiana Francesa, ou ainda nas diferentes modalidades da migração internacional na Panamazônia, a qual atingia um montante em torno de 179, 508 estrangeiros (ARAGÓN, 2012, p. 232). No entanto, com a chegada de haitianos, a partir de 2010 e, recentemente, de cubanos e venezuelanos, este número poderá ser muito maior.

Como parte do esforço de entender a dinâmica migratória na Região Norte, vale destacar o trabalho de grupos de pesquisas, entre eles o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará; o Grupo de Estudos Interdisciplinar em Fronteiras (GEIFRON), da Universidade Federal de Roraima; o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), da Universidade Federal do Amazonas; o Observatório das Migrações de Rondônia, da Universidade Federal de Rondônia e o Observatório do Platô das Guianas, da Universidade Federal do Amapá.

Entre os vários grupos de imigrantes que tem recebido a atenção de pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa na Amazônia, destacamos o caso mais recente dos venezuelanos, cujo fluxo tem se intensificado na Fronteira Norte a partir de 2013.

Dados levantados por Jarochinski Silva (2017) apontam que em 2016 o número de ingressos e de saídas por Santa Elena do Uairén⁴ e Pacaraima ultrapassou cem mil pessoas, totalizando 103.831, dos quais 56.757 foram ingressos e 47.074 foram saídas, resultando num saldo de 9.683 entradas, aliás, um número pouco expressivo, se compararmos com os números divulgados pela imprensa local, em torno de 40 mil. A superestimação de dados pode ter um objetivo explícito, criar o fato político da “invasão” de “los Hermanos” no Brasil, sinalizando que é preciso controlar tais entradas. Seja como for, o fato é que em 2017, as entradas aumentaram e o saldo também, em torno de 21.983, um aumento de 100% em relação ao ano anterior, considerando o período de apenas nove meses.

No caso específico do Amazonas, segundo a Polícia Federal, em 2013 foram registradas 1.628 entradas. Já em 2014 temos um aumento expressivo com 9.320 registros, talvez em razão dos jogos da copa do mundo realizados em Manaus. Contudo, em 2015 tivemos 13.618 entradas, fato que pode estar relacionado ao agravamento da crise sociopolítica e econômica no país vizinho, a qual tem gerado a falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Nesse sentido, o Brasil passou a ser uma das opções, em razão da proximidade geográfica, já que a emigração para países como os Estados Unidos, além do custo, tem sido mais difícil, pelo fato desse país ter aumentado o controle de cidadãos venezuelanos, como uma forma de oposição ao governo de Nicolás Maduro.

Na Fronteira com o Brasil, em Pacaraima (RR), eles solicitam o *status* de refugiado, alegando violação de direitos humanos na Venezuela, condição que os preserva do risco de serem deportados. Dados da Polícia Federal do Amazonas apontam que em 2017 foram 2.466 solicitações de refúgio em Manaus. Já segundo o Conselho Nacional para Refugiados - CONARE, no mesmo ano, 17.865 venezuelanos formalizaram o pedido de refúgio no Brasil, número que sofreu uma expressiva alteração em relação a 2016, com 10.308 pedidos. Importa lembrar que solicitar refúgio era a única forma de permanecer legal no Brasil, pelo menos, até a publicação da Resolução Normativa 126/17, a qual permite a residência no país por dois anos àqueles que tenham entrado no território brasileiro por via terrestre e seja originário de um dos países fronteiriços. O problema desta resolução são as taxas cobradas, em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), consideradas altas para quem chega ao Brasil com recursos limitados. Porém, para os que não podem pagá-las, é possível pedir a sua isenção através de uma declaração de hipossuficiência econômica.

Vale notar, entretanto, que para quem pede refúgio o maior problema tem sido o tempo de espera para ser atendido pela Polícia Federal local, cerca de 90 dias, fato que enseja apreensão entre eles, pois o protocolo de agendamento não lhes confere direitos, como tirar a carteira de trabalho e de ter acesso a serviços públicos. Outro desafio é esperar a decisão final do CONARE sobre a análise do pedido de refúgio, a qual pode demorar até dois anos.

Diferentemente daqueles que cruzam a fronteira com o intuito de buscar trabalho ou continuar seus estudos no Brasil, há também aqueles que a cruzam apenas para comprar alimentos básicos como açúcar, óleo de cozinha, artigos de limpeza entre outros. O inverso também pode ser observado, ou seja, brasileiros cruzando a fronteira venezuelana para comprar gasolina, pois o preço compensa. Enquanto do lado brasileiro o litro de gasolina vale em média R\$ 4,00 reais, já no país vizinho, sai por 380 bolívars, o equivalente a 0,50 centavos de real. Outro movimento de brasileiros no país vizinho é o turismo na Ilha de Margarita, pois com o câmbio favorável aos brasileiros, esta atividade compensaria na Venezuela.

O perfil daquela imigração venezuelana não se diferencia muito do perfil das “migrações laborais”, pois em geral, eles são jovens, do sexo masculino e com uma escolaridade média. Dados do acolhimento da Pastoral do Migrante em Manaus, mostram um considerável aumento de venezuelanos na cidade, pois dos 292 atendimentos realizados em 2017, 152 eram daquela nacionalidade, ou seja, 50,2%. Tais dados revelam que eles são na sua maioria do sexo masculino, 60,6% e se enquadram numa faixa etária que vai dos 20 aos 40 anos de idade, isto é, 60,7%. Com relação à escolaridade, a maioria tem o ensino médio completo e uma parcela menor apresenta curso superior completo. Já em relação às profissões, há um leque de atividades bastante diversificado, abarcando

profissionais das áreas da saúde, professores, engenheiros, trabalhadores da construção civil, alimentos, estética capilar, e prestadores de serviços em geral, estudantes, entre outras.

Outro levantamento do perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana realizado em Boa Vista com 650 entrevistados (SIMÕES *et al*, 2017), apresenta semelhanças com os dados da Pastoral do Migrante de Manaus. Aquele levantamento apontou que se trata de uma imigração majoritariamente jovem, sendo que 72% dos entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 39 anos de idade, predominantemente masculina (63%) e solteira (54%). São oriundos de diferentes regiões da Venezuela, embora eles se concentrem em três estados, entre eles, Bolívar (26%), Monagas (16%) e Distrito Federal (15%). Vale notar que estes são os mesmos estados de onde provêm os indígenas Warao, fato que indica a importância das redes migratórias que são construídas entre eles. Com relação à escolaridade, 78% têm o nível médio completo e 32% o nível superior completo ou com a pós-graduação.

Já, em relação a situação jurídica no Brasil, 82% são solicitantes de refúgio, já que esta era a única possibilidade de permanência legal no país até a instituição da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração – CNIG, N. 126, de 02 de março de 2017.

A inserção no mercado de trabalho se dá, em grande parte, via trabalho informal, sendo que apenas 28% estão formalmente empregados. O setor que mais os emprega é o do comércio, seguido pelo de serviços de alimentação e da construção civil. A remuneração é bastante baixa, sendo que 51% dos trabalhadores (as) recebem menos de um salário mínimo e 44% entre um e dois salários. Ainda assim, grande parte deles utiliza seus rendimentos para enviar remessas à suas famílias na Venezuela, em torno de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 reais, valores considerados baixos, mas que representam algo, considerando a desvalorização cambial do país vizinho. No que diz respeito à imigração haitiana, outro levantamento de dados, realizado pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), constatou que os valores enviados ao país de origem são semelhantes àqueles enviados pelos venezuelanos, bem como, a finalidade de sua utilização (BAENINGER, 2017, p. 137).

No caso dos venezuelanos indígenas da etnia Warao, um levantamento encomendado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi realizado sobre a situação deles, na fronteira (Pacaraima) e em Boa Vista (RR). O estudo coordenado por Simões *et al* (2017) aponta os desafios que a presença desses indígenas representa às políticas de acolhimento, já que é a primeira vez que um grupo significativo de imigrantes indígenas se faz presente na Região Norte. Nesse sentido, o grande desafio é construir políticas que levem em consideração suas especificidades culturais e a situação de constante mobilidade do grupo entre os dois países e dentro do próprio Brasil (SILVA, 2018).

4.1 Desafios do outro lado da Fronteira

Indígena ou não, do outro lado da fronteira, os problemas enfrentados por eles são semelhantes, a saber, a busca por trabalho, moradia, documentação, saúde, a continuação ou o início dos estudos, além de enfrentar preconceitos que poderão dificultar a inserção de ambos grupos no Brasil.

No caso dos indígenas da etnia Warao⁵, o fato de estarem acampados ao lado da rodoviária de Manaus, no início de 2017, criou um fato político que desafiou as autoridades locais, seja em âmbito estadual ou municipal. Nesse caso, a intervenção do Ministério Público Federal (MPF) exigindo uma solução para o problema foi decisiva para ensejar um processo de discussão para viabilizar o acolhimento deles na cidade, o qual, apesar dos limites, é tido pela ACNUR, como um exemplo a ser seguido por outras cidades brasileiras.

Em Manaus, eles foram acolhidos em caráter provisório, num abrigo que foi instituído e administrado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), em junho de 2017 no bairro do Coroado. Depois de seis meses de atividades, o abrigo encerrou suas atividades em janeiro de 2018. O local chegou a abrigar cerca de trezentos indígenas no seu início, mas foi diminuindo o número de atendidos, na medida em que eles partiram para outras cidades, como Santarém e Belém (PA). A ida para essas cidades se deve ao fato de que alguns Warao visualizaram a possibilidade de desenvolver suas atividades econômicas com maior liberdade, entre elas, a prática de pedir dinheiro nas ruas, atividade essa exercida por mulheres acompanhadas de crianças. Além dessa atividade, constata-se a fabricação e venda de artesanato e o comércio informal nas ruas, exercido pelos homens (SILVA, 2018, p. 248).

Além do Abrigo do Coroado, cinco casas foram alugadas pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), em diferentes bairros da cidade, para abrigar os indígenas que já estavam na cidade e os que poderiam chegar no futuro. Entre os critérios que orientaram a escolha dos locais para a locação foram: a distribuição deles por grupos familiares e a proximidade de equipamentos públicos, como as unidades básicas de saúde. Segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), dos quase seiscentos indígenas que passaram pela cidade, apenas cento e trinta e nove ainda permaneciam até o dia 25 de janeiro de 2018. Vale notar, contudo, que estes números mudam todos os dias, pois, assim como é possível constatar o desligamento de indígenas do serviço de acolhimento para migrar para outras cidades ou regressar à Venezuela, novos indígenas também podem ser inseridos nele, dado que indica a circularidade desta população migrante na Região Norte do Brasil.

Se o acolhimento e a inserção destes imigrantes são um desafio às políticas públicas, para os estudiosos do tema tal fenômeno se coloca também como um desafio teórico, considerando as especificidades dos diferentes grupos de

imigrantes, indígenas ou não. Entre as possibilidades de abordagem para esta migração estão os conceitos de “fluxos mistos”, (JAROCHINSKI SILVA et al, 2017), o qual ressalta a necessidade de se tratar os fluxos migratórios a partir de suas especificidades e, não de forma generalizante, como o fazem os estados nacionais. Se, do ponto de vista jurídico e de proteção de direitos dos migrantes é preciso atentar para suas especificidades, como é o caso de solicitantes de refúgio, de asilo, migrantes econômicos e de trânsito, já do ponto de vista explicativo dos fatores que desencadearam tais fluxos, tal conceito não os explicita, apesar de sugerir que eles possam ser distintos.

Outra possibilidade de análise é o conceito de “migração de crise” (BAENINGER; PEREZ, 2017, p. 123), a qual “é socialmente construída na origem (...), mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração”. Desse ponto de vista, na origem do fluxo migratório venezuelano um dos fatores conjunturais que tem influenciado a saída de milhares de venezuelanos é a crise econômica e política que afeta, sobretudo, a população mais pobre, em razão das altas taxas de inflação que corrói o poder de compra dessa camada da população. Porém, vale notar que a dificuldade de se ter acesso a remédios e os altos índices de violência afetam também camadas médias da população venezuelana, embasando, desta forma, a ideia de “crise social”.

Já no país de “destino” ou de “passagem”, nesse caso, o Brasil, o que se observou foi a dificuldade encontrada pelo governo brasileiro no enquadramento jurídico desses imigrantes, obrigando-os a se utilizarem, ainda que inicialmente, da solicitação de refúgio como a única forma de proteção jurídica no país (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Outro fator que corrobora a ideia de crise, são as dificuldades encontradas pelas autoridades locais para oferecer-lhes acolhida com um mínimo de dignidade, incluindo os indígenas, seja na fronteira (Pacaraima), em Boa Vista (RR), ou em Manaus (AM). Nesse caso, uma vez mais a presença de organizações não governamentais, religiosas ou não, tem sido decisiva nestas situações de “crise humanitária” que, aliás, se repetem no Brasil.

Uma questão que se coloca, tomando como referência esta abordagem, é o perigo da ideia de “crise” ser usada pelos estados nacionais envolvidos na migração como subterfúgio para suas ações ou omissões, em relação aos problemas enfrentados pelos imigrantes, já que esses passam a ser responsabilizados pelo “caos” que o fluxo migratório pode ensejar. Nesse sentido, a noção de “migração de crise” pode, por um lado, ser usada pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os migrantes e, por outro, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência de políticas públicas de acolhimento, já que o “problema” sempre vem do outro lado da fronteira. Isso justifica, inclusive, o fechamento dessa aos imigrantes, ou ainda, o acesso a espaços públicos, como é o caso da praça Simão Bolívar em Boa Vista, a qual foi cercada com tapumes, com a alegação de que passaria por manutenção.

Outro conceito presente nos estudos migratórios, o qual apresenta semelhanças com o anterior, é o de migração “forçada” (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Nesse caso, atribui-se ao contexto sociopolítico e econômico um peso determinante na decisão de emigrar, pois em alguns casos, a vida do imigrante pode estar em perigo. Assim sendo, tanto no caso de “migração de crise”, quanto neste último, fatores estruturais predominam como elementos deflagradores dos fluxos migratórios, fazendo da emigração a única saída possível. O problema é para onde ir, já que, em geral, não é possível escolher o país desejado e sonhado, isto porque, alguns países como Inglaterra, Hungria, Áustria, Estados Unidos da América, Austrália etc. fecham suas fronteiras para determinados grupos de imigrantes. Nesse contexto de restrições, para os venezuelanos, a única saída tem sido migrar para onde ainda é possível, ou seja, para países vizinhos, como é o caso do Brasil, da Colômbia e do Peru, ou ainda para outros mais ao sul do continente, como é o caso da Argentina. Nesse caso, o Brasil seria para parte deles apenas lugar de passagem.

O problema é que tanto os conceitos de “migração de crise”, quanto o de “migração forçada”, quando aplicados de forma generalizante, correm o risco de vitimizar os sujeitos migrantes, transformando-os em meros “objetos” de políticas de acolhimento emergenciais, como é o caso dos campos de refugiados. Nesse caso, importantes diferenças entre eles não são consideradas, como as de classe, gênero, cultura, raça e faixas etárias, englobando-os numa única categoria jurídica, que nem sempre coincidem com as motivações para emigrar. A questão que se coloca nestas situações é como balizar o peso de fatores estruturais nas escolhas individuais, para não se correr o risco de, por um lado, naturalizar os processos migratórios ao atribuir ao migrante total liberdade de escolha, e por outro, de transformá-lo em joguete das estruturas socioeconômicas e políticas.

Para tentar escapar dessas armadilhas teóricas, talvez o conceito de redes sociais e migratórias pode possibilita outras leituras, já que elas desempenham um papel decisivo, tanto na hora de partir, quanto nos locais de recepção. Nessa perspectiva, o protagonismo dos sujeitos migrantes é evidenciado, tornando-se decisivo para entender a dinâmica migratória num contexto cada vez mais interligado e complexo (TRUZZI, 2008).

5 Considerações finais

As reflexões aqui realizadas sobre a imigração venezuelana na Região Norte do Brasil, podem ser tomadas também como desafios à pesquisas com outros grupos de imigrantes. Primeiro, pela diversidade social e étnica inerentes aos grupos emigrados, apontando o limite do uso de categorias generalizantes nas análises; segundo, pelo aumento significativo do número de solicitantes de refúgio, como parte de uma estratégia para permanecer legalmente no país de

“destino” ou de “passagem”, já que outras possibilidades são economicamente custosas, como é o caso do visto temporário previsto pela resolução 126/17 do CNIG; terceiro, pelas dificuldades de acesso a banco de dados, particularmente, de órgãos governamentais e, por fim, pelas limitações que os instrumentais teóricos disponíveis podem apresentar diante da complexidade dos fluxos migratórios, como é o caso dos venezuelanos, cuja presença no Brasil poderá ter vários desdobramentos.

No entanto, como a imprevisibilidade e o dinamismo parecem ser uma das características dos fluxos migratórios, só o tempo dirá quem tem a razão, isto é, se parte deste fluxo se transformará em processos de inserção socioculturais, outra parte em migração de retorno, e uma terceira, quem sabe, em reemigração para outros países. Se, por um lado, é o capital que coloca em movimento a “força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977), por outro, o trabalho não pode ser tomado como a única variável explicativa dos fluxos migratórios na atualidade. Afinal, quem migra leva consigo afetos e sonhos, e “sonhos não envelhecem”, mas renascem alhures em forma de novos projetos individuais ou familiares.

Notas

¹ Localizado no complexo da Igreja de Nossa Senhora da Paz, no Bairro da Liberdade (Centro), o Centro de Estudos Migratórios – CEM, integra o conjunto de atividades realizadas nessa igreja, entre elas, a Paróquia local, a Paróquia Pessoal dos Latino-americanos, a Missão Italiana, o CPM – Centro de Pastoral e Mediação para os Migrantes e a Casa do Migrante, anteriormente conhecida como Associação para a Integração dos Migrantes-AVIM. Voltada inicialmente para a migração interna, essa instituição passou a receber imigrantes de diferentes nacionalidades.

² Lei no 6.815/1980 que criou o Conselho Nacional de Migração – CNIG e, até a sua vigência, definiu a situação do estrangeiro no Brasil. Nota do Editor

³ No contexto Andino a Pachamama (Mãe Terra), é tida como uma deidade que garante a reprodução da vida dos camponeses e para que ela provê os frutos desejados, é necessário agracia-la antes da sementeira com oferendas, entre elas, um feto de lã branca, doces e bebidas. Na época da colheita é necessário retribuir-lhe os dons recebidos em forma de festa (SILVA, 2003).

⁴ Santa Elena do Uairén, cidade venezuelana localizada a cerca de 15 km de Pacaraima-RR, na fronteira norte do Brasil. Nota do Editor

⁵ O Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA) realizou em 2017 um diagnóstico sobre o acolhimento desses indígenas em Manaus, o qual foi encomendado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Tais dados aguardam ainda a sua publicação pela referida instituição.

Referências

- BAENINGER, R. “Migrações Internacionais: elementos para o debate no século XXI” In CUTTI, D. et al (orgs). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, EDUC, 2015, p. 17-47.
- BAENINGER, R.; PERES, R.. “Migração de Crise” **REBEP**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BEVILAQUA, M.. E. G. O. **Estrangeiros: peregrinos da América: os latino-americanos do Cone-Sul**(argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo. Originalmente apresentada como Dissertação em Antropologia Social. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992. 494p.
- BERARDI, R. C. Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso, dos imigrantes chilenos no Paraná. **Travessia** – Revista do Migrante, Ano XXVIII, nº76, jan/jun, p. 81-98, 2015.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1- 12.
- FREITAS, P. T. de. **Projeto costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014. 435p.

- GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GONZALEZ, A. J. A. **Emigración calificada desde Venezuela: una interpretación sistêmica**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2017. 158p.
- JAROCHINSKI SILVA, J. C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Trabalho apresentado na **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG, 2017.
- JAROCHINSKI SILVA, J.C. et al. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **REBEP**, Belo Horizonte, vol 34, n.1, p. 15-30, jan/abril de 2017.
- LEACH, E. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MALDONADO, O. A invisibilidade dos Paraguaios em São Paulo. In CUTTI, D. et all (orgs). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, EDUC, 2015.
- MEJÍA, R, E. Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque. **Travessia – Revista do Migrante**, Ano XXVIII, nº 76, jan/jun, p. 59- 80, 2015.
- NOBREGA, R. A. A. **Os limites da flexibilização e informalidade na produção e trabalho contemporâneos: imigração laboral boliviana e a indústria de vestuário de São Paulo**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. 155p.
- NOVAIS, D. P. V. **Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho: um estudo sobre o tráfico de bolivianos para exploração do trabalho em condição análoga à de escravo na cidade de São Paulo**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Direito. São Paulo: USP, 2008. [s/p]
- OLIVEIRA, M. M. **Abordagens preliminares sobre a migração internacional e o caso dos peruanos em Manaus**. Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Manaus: UFAM, 2004. [s/p]
- SANTOS, A. R. **Migração de peruanos em Boa Vista-RR**. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2013. 117P.
- SANTOS, C. A. dos; BRASIL, M.. C.; MOURA, H. A. “Persona Non Gratae? – A imigração indocumentada no Estado do Amazonas” In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília, CNPD, 2001
- SAYAD. A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, EDUSP, 1998.
- SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014. 176p.

- SILVA, S. C. da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro.** Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2012. 362p.
- SILVA, S. A. **Costurando Sonhos.** Trajetórias de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Ed. Paulinas, 1997.
- _____. Hispano-americanos em São Paulo: alcances e limites de um processo de integração. **Travessia**, São Paulo, ano 12, nº 33, jan/abril, p. 24-32, 1999.
- _____. **Virgem/Mãe/Terra.** Festas e Tradições bolivianas na metrópole. São Paulo, Hucitec, 2003.
- _____. **Bolivianos:** a presença da cultura Andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005a.
- _____. Faces da Latinidade: Hispano-americanos em São Paulo. **Textos NEPO**, 55. NEPO/ UNICAMP, Campinas, 2008.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade, **Estudos Avançados**, N. 57, maio/agosto, p. 157-170, 2006.
- _____. Hermanos amazônicos: processo identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In: SILVA, S. A. (org). **Migrantes em contextos urbanos.** Manaus: Edua 2010. p. 205-221.
- _____. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (Org). **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: NEPO, 2012a.
- _____. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Trajetórias e processos identitários. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia** – fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012b. p. 258-274.
- _____. Indígenas venezuelanos em Manaus: uma abordagem preliminar sobre políticas de acolhimento. In BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul.** Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2018a, p. 244-250.
- SILVA, C. R. da. Migração de Venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul.** Campinas, NEPO/ UNICAMP, 2018b, p.355-366.
- SILVA, A., U.. **Praça Kantuta:** um pedacinho da Bolívia em São Paulo. São Paulo, Todas as Musas, 2012.
- SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo** – Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), , 2017.
- TRUZZI, O . Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.20, n.1, p.199-218, 2008.

RESUMO

Este artigo propõe-se a tecer algumas considerações sobre a produção acadêmica voltada para a temática dos hispano-americanos no Brasil, particularmente nos últimos vinte e cinco anos. Tomando como referência a experiência de pesquisa do próprio autor deste texto entre os bolivianos em São Paulo, o artigo lança algumas hipóteses sobre o grande interesse de pesquisadores (as) voltados para questões atinentes a esse grupo, e não a outros que enfrentam problemas similares. Para tanto, duas bases de dados foram consultadas: o banco de dissertações e teses da CAPES e a base de dados do CEM. Finalmente, tomando como exemplo o caso dos venezuelanos na Região Norte, pretende-se apontar alguns desafios teórico-metodológicos aos estudos migratórios voltados à temática dos hispano-americanos.

Palavras-chaves: Hispano-americanos. Bolivianos. Venezuelanos. Fronteira.

ABSTRACT

This article proposes to do some considerations about the academic production focused on the topic of Hispano-americans in Brazil in the last twenty-five years. Taking as a reference the author's own research experience among the Bolivians in São Paulo, the text throws some hypotheses regarding the great interest of researchers about questions related to the Bolivian's group and not for others, which face similar difficulties in São Paulo. In order to do this, two databases were consulted: the dissertation and thesis bank of Capes and the Center for Migration Studies (CEM) database. Finally, taking as an example the case of the Venezuelans in the North Region, it is intended to point out some theoretical-methodological challenges to the migratory studies focused on the Hispano-americans theme in Brazil.

Keywords: Hispanic Americans. Bolivianos. Venezuelans. Border

MIGRACIÓN DE RETORNO DE ESTADOS UNIDOS A MÉXICO Y PROPUESTAS DE DESARROLLO LOCAL DE LAS COMUNIDADES TRANSNACIONALES, LA ACADEMIA Y LA SOCIEDAD CIVIL

*Rodolfo Garcia Zamora**

1 Introducción

Durante décadas, México se ha caracterizado por tener una larga tradición migratoria; ha sido un país expulsor de una gran cantidad de migrantes hacia Estados Unidos. Sin embargo, recientemente la migración de retorno ha captado mayor interés de investigadores, gobierno y sociedad civil. Todo ello por las implicaciones sociales y económicas que existen sobre las comunidades de origen. Debido a las particularidades de la migración mexicana a dicho país, el retorno se considera multicausal, asociado principalmente a decisiones voluntarias, de carácter personal, familiar, comunitario e incluso económico, o también situaciones involuntarias, como es el caso por deportación. La migración de retorno adquiere mayor relevancia al considerar diversas problemáticas que ocurren a nivel laboral, educativo o de salud, relacionadas con la reinserción a sus comunidades de origen (HERRERA; BENITEZ, 2017).

De los datos aportados por el Anuario se desprende que entre 2009 y 2014, siete de cada diez migrantes que retornaron del extranjero tenían entre 18 y 45 años; mientras que la diferencia del promedio de edad entre las mujeres y los hombres que ya habían experimentado la migración internacional, era apenas de poco más de un año. Seis de cada diez varones eran jefes de familia, mientras que cuatro de cada diez mujeres eran esposas o compañeras del jefe de hogar. De forma general, la mayoría de los migrantes de retorno se encuentran en algún tipo de relación conyugal.

Respecto al principal motivo del retorno, tanto para hombres como para mujeres, es reunirse con la familia, en cuatro y cinco de cada diez casos, respectivamente. Poco más de 15% de los hombres han regresado a México debido a que fueron deportados. La reunificación familiar como principal causa del retorno señalada por Herrera e Benitez (2017) coincide, incluso, con los porcentajes con los resultados de la investigación realizada

* *Doctorado en Estudios del Desarrollo (Universidad Autónoma de Zacatecas, México).*

sobre por la Universidad Autónoma de Zacatecas sobre los impactos de la migración de retorno.

En cuanto al origen de los migrantes retornados, Herrera e Benitez (2017) indican que el 15.7% provenía del Distrito Federal, 9.0% de Michoacán y 8.5% de Guanajuato. Estas entidades coinciden con los principales lugares de residencia después de la migración. En cuanto a los lugares de residencia en Estados Unidos, el Anuario señala que una cuarta parte de la población que emigró a Estados Unidos y retorno a México entre 2009 y 2014 residía en California, Texas y Florida (HERRERA; BENITEZ, 2017).

En el Anuario se resalta la disminución del flujo anual de retorno de migrantes mexicanos desde 2006 de 456 mil personas anuales a 144 mil en 2015. En el caso de las mujeres cayó de 88 mil en 2006 a menos de la mitad en 2015. En el caso de los hombres se observó una disminución más pronunciada, de 368 mil en 2006 a menos de un tercio en 2015.

En el tema de la relación de los migrantes retornados y población económicamente activa (PEA), en el periodo 2012-2014, 72.3% de los migrantes de retorno mexicanos eran parte de la población económicamente activa y 65.3% estaban ocupados. En el caso de las mujeres 33.5% eran parte de la PEA y sólo 27.7% estaban ocupadas, mientras que en el caso de los hombres 83.3% formaban parte de la PEA y 75.9% estaban ocupados.

Respecto a los perfiles laborales, el Anuario consigna que la mayoría de los migrantes mexicanos de retorno son trabajadores subordinados y remunerados, tanto mujeres como hombres. Sólo 7.1% de las mujeres y 5.9% de los varones son empleadores. Las mujeres que regresaron laboran principalmente en el sector servicios, y en el caso de los hombres retornados, en su mayoría se ocupan en el sector agrícola. En cuanto al tiempo laborado la mayoría de los migrantes retornados trabajan entre 35 y 48 horas semanales, 43.5% en el caso de las mujeres y 42% en el caso de los hombres. Sobre los ingresos, la mayoría percibe entre uno y tres salarios mínimos, mientras que el 2% gana más de cinco salarios mínimos.

Finalmente, en cuanto al sector laboral de ubicación de los migrantes retornados, cerca del 30% se integraron al sector informal, sin grandes diferencias entre hombres y mujeres. Aproximadamente 84% de los migrantes de retorno no cuentan con servicios de salud y en el caso de las mujeres el porcentaje es cercano al 75% (HERRERA; BENITEZ, 2017, p.93).

Para Canales (2012, p.129), con la información sobre la migración de México a Estados Unidos, el impacto de la crisis económica estaba lejos de configurar un escenario de despoblamiento mexicano de los Estados Unidos. Para él, no se daba un retorno masivo de millones de migrantes a sus comunidades y entidades de origen en México, tampoco un freno total de la migración de mexicanos, que pudiera llevar a la interrupción total del flujo migratorio.

Según Canales (2012), con la crisis económica se mantiene una importante movilidad y desplazamiento de personas entre ambos países, pero, con la peculiaridad de que en esta coyuntura, hay una equiparación entre los volúmenes

de la migración y de retorno. Lo relevante para él, es que esta compensación, no se da tanto por el incremento del retorno de los migrantes de Estados Unidos, como por la desaceleración del flujo de salida y emigración a ese país.

Para entender cabalmente el fenómeno del retorno, de acuerdo con Canales (2012) es necesario considerarlo como un proceso de emigración. A diferencia de lo que sucede con el migrante circular donde ida y regreso están estrechamente vinculados, constituyendo dos caras de un mismo proceso de movilidad, en el caso del retorno se trata de personas que ya se han asentado en forma estable y definitiva en un lugar, y desde el cual, habrán de iniciar un nuevo proceso de emigración. En este sentido, para analizar y desentrañar las causas del retorno, habría que partir considerando prácticamente los mismos factores que explican y permiten comprender todo proceso migratorio, es decir, las bases estructurales, las condiciones sociales y políticas, la formación de redes familiares, el capital social de los migrantes...y un largo etcétera (Canales, 2012, p.131).

Con la reflexión previa, Canales (2012) sostiene que estamos frente a una paradoja interesante. Por un lado, es evidente que la crisis económica actual tiene impactos directos en las condiciones laborales y económicas de los migrantes, lo cual podría interpretarse como un posible desencadenante de una migración de retorno. Por otro lado, sin embargo, en el caso de la migración mexicana, esto no ha ocurrido, el retorno se mantiene en su tendencia histórica y de años recientes, sin verse necesariamente influenciado por los cambios en las condiciones económicas y estructurales en las cuales se desenvuelven los migrantes. Su hipótesis explicativa es que la crisis económica en curso no habría afectado tan gravemente las condiciones de vida, de trabajo y de reproducción de los migrantes mexicanos o que la afectación económica de los migrantes en los lugares de destino, no implicaría una desventaja real respecto a las afectaciones en las opciones económicas, laborales y de vida en los lugares de retorno. La crisis si afecta a los migrantes, pero, también ha afectado las condiciones de vida en México, ante lo cual, el retorno no implicaría necesariamente una opción de salida frente al empeoramiento de las condiciones de vida en Estados Unidos. En 2008 se perdieron 250 mil empleos de trabajadores mexicanos en Estados Unidos que representaban el 3.4% del total, frente al 5.1% de los trabajadores nativos blancos y el 8.1% de los trabajadores negros nativos en 2010. Los impactos económicos de la crisis en México en 2009 fueron una caída del Producto Interno Bruto (PIB) del 6% y una pérdida de 1 millón de empleos. Con estos datos del mismo Alejandro Canales (2012) su hipótesis adquiere un sustento robusto.

Para Montoya y González (2015, p.72) la migración de retorno hoy día implica un reto social, político y económico, ante el cual todos los actores- políticos, gobiernos, migrantes y sociedad- juegan un rol clave, ya que se trata de un fenómeno que implica una oleada de cambios sociales de grandes dimensiones, en particular por la forma en que se ha venido dando durante la última década. Para ellos, el fenómeno como tal va más allá de conocer las cifras, pues implica la reintegración-integración social del retornado con sus descendientes y el

impacto que ésta tiene en las estructuras actuales, así como crear políticas específicas para este segmento de la población e incluso cambios en la forma de consumo y estilo de vida del retornado y su entorno, pues la manera de ver y de vivir las cosas posee, de manera natural, una perspectiva diferente a la que solía tener al momento de irse. Inclusive puede palpase desde la manera en que se solía recibir a los migrantes y como se hace ahora.

Como hemos señalado en otros trabajos (GARCIA; OLVERA, 2017), el retorno de los migrantes mexicanos de Estados Unidos a causa de las crisis económico de 2007-2008, las políticas antimigrantes y las deportaciones masivas cuestionan la estructura económica, política e institucional del país, de los estados y municipios y plantea el reto de generar nuevas políticas públicas que apoyen la reintegración de los migrantes retornados y sus familias por parte de todos los actores sociales del fenómeno migratorio. Bajo esta perspectiva analizaremos las diferentes propuestas que desde las organizaciones de migrantes, las organizaciones de la Sociedad Civil y la Academia se plantean sobre esas políticas públicas y el desarrollo comunitario con enfoque transnacional.

La compilación de los insumos de los diferentes eventos y experiencias ha sido posible gracias a la participación activa en todos ellos e incluso el fomento de algunos de los encuentros. Este trabajo es la muestra del resultado de la colaboración entre diferentes grupos, asociaciones, ONG's, universidades, asociaciones civiles, entre otros; todos ellos preocupados por el fenómeno migratorio y sus implicaciones en la vida social y económica del país, ya que la migración ha funcionado por décadas como una válvula de escape para México.

2 Actores en juego

El Colectivo Migraciones para las Américas nace en el año 2012, al enfrentar la necesidad de incluir el tema migratorio en el Plan Nacional de Desarrollo. Frente a este desafío varias asociaciones y grupos deciden reunirse para elaborar un documento que intente condensar las principales preocupaciones y propuestas en temas migratorios. En este sentido se reunieron la Asamblea Popular de Familias Migrantes (APOFAM), la Asociación de Mexicanos en Carolina del Norte, la Casa de Migrantes Casa Nicolás, la Casa del Migrante de Saltillo, el Centro de Derechos del Migrante Inc., el Centro de Derechos Humanos Fray Matías de Córdoba AC, el Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan, AC, el Colectivo de Apoyo para Personas Migrantes AC (COAMI), Dignidad y Justicia en el Camino AC (FM4 Paso Libre), la Estancia del Migrante González y Martínez AC, Estudios Fronterizos, el Foro Migraciones de Sin Fronteras IAP, FUNDAR Centro de Análisis e Investigación, Fundación para la Justicia y el Estado Democrático de Derecho, AC, Global Workers Justice Alliance (Alianza Justicia de Trabajadores Globales, Grupo de Trabajo sobre Política Migratoria – GTPM, Identidad Migrante y Derechos Humanos, el Instituto para las Mujeres en la Migración INMUMI AC, INCIDE Social, Inclusión Equidad Consultora Latinoamericana y el Instituto de Estudios y Divulgación sobre Migración AC (INEDIM).

El documento oficial incluyó al final sólo unas pocas líneas, pero los miembros del colectivo aprendieron del esfuerzo y vieron la necesidad de seguir trabajando en conjunto en la conformación de una agenda transnacional y el análisis de factores que permitan ofrecer opciones para aprovechar las ventajas de la migración y mitigar las desventajas. El PND fue el parteaguas de la organización de expertos en temas migratorios en el país y los miembros han sabido mantener esa organización; el COMPA es un esfuerzo sin precedentes que cada vez más empieza a abrir brecha y a ser reconocido como una autoridad nacional en temas migratorios.

En este tenor, a iniciativa del Programa de Asuntos Migratorios del ITESO y de varias organizaciones integrantes del Colectivo Migraciones para las Américas (COMPA) se realizó del 18 al 20 noviembre de 2015 en la Ciudad de Guadalajara, Jalisco, el Encuentro de Comunidades Transnacionales: Fortaleciendo nuestras experiencias". La justificación para realizar tal evento fue que desde hace ya varias décadas existen múltiples iniciativas generadas tanto desde organizaciones de la sociedad civil, como de las propias organizaciones de migrantes y también desde algunas universidades, que desde la base y de manera binacional, realizan trabajo directo en comunidades con el fin de disminuir los efectos negativos de la migración, y potenciar sus efectos positivos a través de la prestación de servicios, asesorías y procesos de sensibilización y formación, fortaleciendo nuevas dinámicas socioeconómicas, políticas y culturales. Es así que se cuenta ya con una gran experiencia para la atención integral a las distintas situaciones que se están generando con los diferentes flujos migratorios entre México y Estados Unidos (MARTINEZ; GARCIA; PEÑA, 2016).

En las Memorias del Encuentro referido se consigna como la existencia de un grupo de organizaciones que trabajan en el tema, investigaciones diversas así como experiencias de trabajo directo que existen en varios lugares del país, reiteran la importancia de trabajar desde una perspectiva de desarrollo comunitario transnacional. Esto significa, por ejemplo, impulsar proyectos de desarrollo transnacional enfocados en seguridad humana, buen vivir, empleos y desarrollo socioeconómico, proyectos productivos mediante la cooperación entre comunidades de origen, migrantes, sociedad civil y gobierno. Trabajar porque haya gente tranquila y orgullosa de su lengua y su cultura, tener a la comunidad de origen como corazón, trabajar porque haya rutas seguras de migraciones voluntarias (GRUPO DE TRABALHO DE LOS ENCUENTROS MESOAMERICANOS, 2012)

En las Memorias se indica cómo junto al trabajo comunitario directo realizado en el país con comunidades migrantes, existen diversas iniciativas de articulación para incidir en la definición de políticas públicas y en la toma de decisiones para su aplicación sobre la migración y el desarrollo de las comunidades en origen y destino. Sin embargo, se plantea la necesidad de socializar esas experiencias, fortalecer las articulaciones para lograr mayor fuerza social respaldada por el reconocimiento mutuo de las capacidades y el conocimiento que las organizaciones de la sociedad civil han desarrollado a partir del trabajo comunitario.

Los objetivos prioritarios del Encuentro fueron por un lado el reconocimiento entre todos los proyectos y organizaciones para visualizar ejes comunes de trabajo, posibles colaboraciones, y avanzar hacia la construcción del trabajo en red, y por otro lado impulsar propuestas de políticas públicas y tener un diálogo con tomadores de decisiones federales y estatales de la región.

El objetivo general del evento fue generar un espacio de articulación entre organizaciones y comunidades transnacionales para conocer buenas prácticas, identificar necesidades y ejes comunes, y construir una agenda de trabajo con acciones a corto y mediano plazo.

Los objetivos específicos fueron: la creación de un espacio para intercambiar información, experiencias tanto del trabajo realizado como de los contextos geográficos, sociales y políticos en los que se realizan los diferentes proyectos para identificar las buenas prácticas. Identificación de actores y metas comunes para generar una red de trabajo-apoyo entre las comunidades transnacionales; generación de una agenda y posibles propuestas para la incidencia política en cada región participante; generación de estrategias para la difusión y divulgación de los acuerdos generales del Encuentro; identificación de personas interesadas y responsables del seguimiento de los acuerdos.

De los trabajos del Encuentro, en el cual participaron 75 representantes de 43 organizaciones sociales de 15 estados de México y 6 de Estados Unidos y 18 autoridades de los tres niveles de gobierno y el Consulado de Estados Unidos en el Tema III, se definieron los siguientes ejes de trabajo:

- a) Fortalecimiento organizativo;
- b) Incidencia en políticas públicas locales y multilaterales, dirigida a la población en las migraciones;
- c) Violación de derechos humanos de los migrantes y refugiados;
- d) Desarrollo y organización comunitaria;
- e) Inclusión social.

Respecto al tema IV Diálogo con Autoridades, las propuestas planteadas por la sociedad civil fueron:

1. Generar y compartir información sobre el registro de población migrante retornada, deportada, detenida y desaparecida, tanto en México como en Estados Unidos;
2. Acceso a la justicia y a todos los derechos para los migrantes mexicanos en Estados Unidos, especialmente en los procesos de detención y deportación (SRE, IME);
3. Acciones para difundir información y prevenir fraudes y estafas hacia las personas migrantes (Consulado de Estados Unidos);
4. Difundir información binación relevante para la población migrante, por ejemplo, DACA, “advanced paroles”, etc.;

5. Revisión y promoción de los diversos documentos oficiales de identidad como documentos de viaje, matrícula consular, ife, etc.;
6. Generar acciones para facilitar la acreditación de identidad y de nacionalidad mexicana (SER, IME);
7. Programa integral articulado para la población migrante retornada y sus comunidades, aprovechando los diversos estudios y propuestas hechas desde la sociedad civil y la academia;
8. Impulsar la mejora de la educación en las comunidades, se puede iniciar llevado el internet a comunidades alejadas aprovechando programas y fondos que ya existen;
9. Promover cadenas de comercialización desde lo local mediante empresas sociales que aprovechen los mercados locales y las posibilidades de exportación con el apoyo técnico, organizativo y financiero adecuado para ello;
10. Formar un fondo común para financiar la movilidad de las organizaciones para intercambiar aprendizajes, experiencias y buenas prácticas en los proyectos organizativos, de producción integral y desarrollo comunitario, para avanzar en el fortalecimiento institucional de las organizaciones y comunidades transnacionales;
11. Reconocer y fortalecer el trabajo y las capacidades de acción de las organizaciones de la sociedad civil, aprovechando las propuestas y recursos del Programa Especial de Migración (PEM);
12. Concretar el Programa Especial de Migración a nivel estatal y municipal;
13. Promover la colaboración de los diversos sectores de la sociedad civil, los tres niveles de gobierno y el sector privado en las diferentes estrategias de organización y desarrollo de las comunidades transnacionales;
14. Fortalecer los mecanismos de comunicación entre las comunidades transnacionales los tres niveles de gobierno y los poderes legislativo y judicial;
15. Mejorar las reglas de operación y funcionamiento del Programa 3x1 con una mayor participación y control social por parte de las organizaciones de migrantes y las comunidades de origen.

Finalmente, en la Memoria del Encuentro se hace una evaluación positiva del mismo al identificarlo como una experiencia muy enriquecedora y llena de aprendizajes. En cuanto al primer y segundo objetivo de fomentar un espacio de intercambio de experiencias e identificación de metas comunes, fue notable su cumplimiento. Se observó que para todas las personas participantes, la migración es una experiencia muy cercana en sus vidas, ya sea porque se ha vivido en carne propia, son familiares de migrantes o es una realidad en la que han trabajado por años en sus comunidades. Esta es una clara motivación para formar parte de sus organizaciones, ya que perciben y viven la difícil y compleja situación de las personas migrantes en las comunidades de origen, tránsito, destino y retorno migratorio, las violaciones a derechos humanos, la falta de oportunidades, etcétera.

Esta participación comunitaria transnacional, el formar parte de diferentes organizaciones, se convierte en un espacio donde se aprende y se crece junto con ellas, se trata de una verdadera comunidad de aprendizaje transnacional, en la cual las personas crecen al mismo tiempo que sus organizaciones y enriquecen sus experiencias con la articulación y redes comunitarias del país y del exterior. El Encuentro fue un espacio de fraternidad, aprendizaje y esperanza, pues se encontraron personas con las mismas convicciones que también aspiran a un cambio social pese a la grave crisis multidimensional del país.

En relación al objetivo de generar una red de trabajo-apoyo se indica que la mayoría de las organizaciones participantes ya tienen un trabajo en red a nivel regional, nacional e internacional, lo que se requiere es reconocerlas, evitar duplicidades y generar sinergias. Bajo esta perspectiva se definieron nuevas relaciones, agendas regionales y temáticas, así como diversos mecanismos para promover los acuerdos alcanzados, seguir intercambiando experiencias, aprendizajes y promover articuladamente estrategias de incidencia de nuevas políticas públicas de desarrollo comunitario transnacional, migración y derechos humanos.

A partir del Encuentro de Comunidades Transnacionales antes reseñado, participantes de Guanajuato, Jalisco, Michoacán y Zacatecas involucrados durante años en los proyectos productivos migrantes y el desarrollo comunitario deciden conformar un equipo de análisis y colaboración regional sobre esa temática con la siguiente pregunta colectiva: ¿Si en México el gobierno federal y estatal, las organizaciones migrantes, sus comunidades de origen, ONGS y la academia tienen más de veinte años promoviendo los proyectos productivos migrantes, por qué han tenido tan poco impacto en el desarrollo comunitario?

Para hacer una evaluación de esa experiencia, conocer las mejores prácticas, los aprendizajes, los fracasos y las causas de ellos se decidió realizar dos eventos regionales comenzando con la Primera Reunión Regional de Proyectos Productivos de los Migrantes y Desarrollo Comunitario en la comunidad de Pozos, Municipio de San Luís de la Paz, Guanajuato, el 13 de mayo de 2016, con el apoyo logístico e institucional del Instituto Estatal de Atención al Migrante Guanajuatense y sus Familias y la Fundación Comunitaria del Bajío, de Irapuato, Guanajuato.

En la Reunión de Pozos participaron el Instituto Estatal de Atención al Migrante Guanajuatense y sus Familias, el Municipio de San Luis de la Paz de Guanajuato, La Universidad de Guanajuato, La Fundación Comunitaria del Bajío, varios Clubes de Migrantes de Guanajuato, el Colegio de Michoacán, la Secretaría de Migración de Michoacán, el Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Occidente (ITESO) y la Universidad Autónoma de Zacatecas compartiendo sus experiencias en proyectos productivos de migrantes y comunidades de origen en términos de avances, problemas y desafíos.

En el caso del estado de Guanajuato se presentaron los avances del Programa de Inversión Migrante en sus vertientes 3x1, 2x1 y Actividades Productivas Patrimoniales (APP), resaltando la importancia de mejorar la organización y comunicación entre las organizaciones migrantes, las comunidades de origen y las autoridades estatales para la mejor realización de los proyectos productivos de los migrantes (GARCIA, 2016)

La Dra. Lourdes Cárcamo Solís de la Universidad de Guanajuato destaca la necesidad de apoyar técnicamente los proyectos productivos migrantes con un enfoque integral de mercadotecnia, fortaleciendo la cultura emprendedora de las organizaciones migrantes y las comunidades de origen, ofreciendo el Centro de Vinculación con el Entorno de su Universidad para apoyar con los servicios necesarios para ello.

Por parte de Michoacán, el Secretario de Migración, José Luis Gutiérrez, resaltó la importancia de este tipo de espacios de intercambio de experiencias, conocimientos, desafíos y habilidades colectivas para promover los proyectos productivos migrantes y el desarrollo local, aprovechando la apertura de los Consulados mexicanos para mayor información de los programas públicos y apoyo a los proyectos referidos. En particular, este estado comparte la experiencia exitosa de diversos proyectos productivos de invernaderos de migrantes aprovechando sus aprendizajes laborales en Estados Unidos, las comunidades transnacionales y los “clubes espejo” y los diversos apoyos económicos y técnicos del gobierno estatal y federal. Igualmente, en esta entidad la aplicación del Fondo de Apoyo Migrante en años previos fue una de las mejores experiencias nacionales por el rigor, apoyo técnico y transparencia en su aplicación.

Por parte del ITESO se informa que en Jalisco hay 12 Federaciones de Migrantes que en cuanto a los proyectos productivos del campo han iniciado un proyecto de comercialización de alimentos en alianza con una cadena de mercados y el apoyo técnico de la Universidad de Guadalajara y el Instituto Nacional de Emprendedores.

Además, esa institución educativa comparte su experiencia de un sistema alternativo de crédito rural en varias regiones de Jalisco con el apoyo de la Secretaría de Desarrollo Rural y el FIRA especialmente para cooperativas de mujeres. Esta experiencia logró un avance importante en términos de oferta crediticia y beneficiarias y los problemas más fuertes fueron en un uso no productivo del crédito, mora u no devolución de los mismos. Se plantea la

interrogante de cómo poder articular un sistema de crédito rural popular que apoye los proyectos productivos de las familias migrantes con propuestas 3x1 o sin ellas.

Por parte de la Universidad Autónoma de Zacatecas se plantea que si bien en los últimos años en ese estado se han financiado más de 4 mil proyectos sociales 3x1 no se han cambiado las causas estructurales de la migración internacional y si bien es necesario compartir las experiencias de los proyectos productivos migrantes, el tema central es de diseño y aplicación las políticas públicas de desarrollo, migración y derechos humanos.

Esto requiere despejar el espejismo de que las remesas son un camino directo al desarrollo económico regional y local de las zonas de origen de los migrantes. Ellas son salarios transnacionales y como todos los salarios se usan para financiar los diversos gastos familiares con un pequeño porcentaje de ahorro. Un estudio realizado en Ecuador, Jamaica, El Salvador, Guatemala y México sobre la migración internacional, las remesas y desarrollo local se planteaba la pregunta ¿Por qué las remesas tienen tan poco impacto económico en las regiones de origen de los migrantes? La respuesta encontrada en la investigación fue la enorme debilidad institucional de las comunidades de origen, del sector empresarial y los diferentes niveles de gobierno (GARCIA; OROZCO, 2009)

Disipada la ilusión de las remesas como la panacea para generar el desarrollo económico en las regiones de origen de los migrantes surge de forma impostergable la necesidad de formular políticas públicas de desarrollo económico integral, migración y derechos humanos y en este sentido en México a pesar de que existe el Programa Especial de Migración (PEM) publicado en el Diario Oficial de la Federación el 30 de abril de 2013 al no ser vinculante no cuenta con el apoyo institucional, técnico y financiero necesario del gobierno federal para su aplicación generalizada en el país como verdadera política de Estado.

Específicamente, sobre los proyectos productivos de los migrantes y sus comunidades de origen se sugiere considerar los siguientes factores en su diseño y aplicación: apropiación comunitaria, corresponsabilidad, sostenibilidad financiera y ambiental, replicabilidad, alianzas y considerar los riesgos y estrategias de enfrentarlos en el caso de cada proyecto concreto.

A partir de las diversas experiencias, propuestas y desafíos conjuntos expresados en el evento antes señalado se hicieron las siguientes propuestas generales: participación directa y efectiva de los migrantes en la definición de las reglas de operación del Programa 3x1 a nivel nacional, promover el aterrizaje del Programa Estatal de Migración en los cuatro estados y fortalecer la organización institucional de las organizaciones migrantes y las comunidades de origen con alianzas con todos los sectores sociales y económicos del país y del exterior.

El 12 de agosto se realizó la Segunda Reunión Regional de Proyectos Productivos de los Migrantes y el Desarrollo Local en la Ciudad de Zacatecas con la participación de las mismas organizaciones de la Reunión de Pozos, Guanajuato. De las experiencias compartidas más importantes destacó el trabajo de la

Fundación Comunitaria del Bajío la cual en un contexto estatal de profunda crisis rural, industrialización autoritaria sin políticas sociales ni ambientales, ausencia de servicios públicos, drogas y violencias crecientes promueve un modelo de trabajo comunitaria basado en la participación directa de los integrantes de la comunidad que tiene como ejes el desarrollo económico comunitario, la educación, la salud, el medio ambiente, el patrimonio intangible promoviendo cuatro talleres: recuperemos las vivencias de nuestra comunidad; analicemos nuestra realidad; definamos nuestros sueños y planeación participativa.

El trabajo de la Fundación se ha realizado con fuertes limitaciones financieras y gracias a las acciones estatales, nacionales e internacionales con diversos actores gubernamentales, organizaciones sociales, la academia y el sector privado nacional y extranjero. Ha habido pequeños avances en el apoyo de los tres niveles de gobierno, pero, insuficiente para poder enfrentar adecuadamente los problemas antes descritos en las comunidades rurales y periferia urbana de ese estado (GARCIA, 2016).

El ITESO, por su parte, compartió su experiencia de intervención social con mujeres familiares de migrantes en Jalisco, sector vulnerable del proceso migratorio que enfrenta los impactos de la separación familiar, la sobrecarga de múltiples responsabilidades de la unidad familiar y económica y la ausencia de programas de apoyo específicos hacia ellas. A partir de la experiencia tenida en proyectos en Veracruz, Puebla y Chicago, la Red Jesuita diseñó este modelo de intervención con cuatro ejes principales: grupos de autoayuda (salud física y mental), bancos comunitarios, proyectos productivos, formación de promotoras locales comunitarias.

Esta intervención promueve una estrategia integral de educación popular, liderazgo comunitario y trabajo grupal que busca el desarrollo comunitario con la participación de todos sus integrantes, en particular las mujeres, para que enfrenten y superen proactivamente las secuelas negativas de la migración internacional, propiciando una nueva cultura de la participación comunitaria, del ahorro, de los proyectos productivos asumiendo que el desarrollo comunitario sólo puede lograrse con la participación de todos sus integrantes, incluidos los migrantes de retorno.

En el caso del Colegio de Michoacán se presenta el funcionamiento del Observatorio Migratorio Estatal que trabaja el tema de migración de retorno de Estados Unidos en las comunidades rurales de esa entidad en el contexto de mayor xenofobia migrante en Estados Unidos, persistencia de la crisis económica en ese país y las deportaciones a México que enfrenta la mayor crisis multidimensional y violencias de todo tipo de su historia.

En el contexto estatal las investigaciones del Observatorio perciben estancias más prolongadas de los michoacanos en el país vecino, el aumento de los matrimonios mixtos, aumento del retorno de niños nacidos y criados en Estados Unidos, las redes sociales como espacio de vida de las generaciones jóvenes, la re-significación de los lugares de llegada y retorno de los migrantes, emergencia de nuevos actores sociales con demandas específicas (niños, mujeres, ancianos y

hombre en edad de trabajar). Ante esta problemática el Observatorio ha venido promoviendo un nuevo modelo de atención a los migrantes de retorno y sus familias, el Programa de Fortalecimiento Emocional para Mujeres con Familia Migrante, Modelo de Incubación Interuniversitario de Empresas Familiares, Taller de Juegos para Entender y Aprender sobre Migración (Lotería, Serpientes y Escaleras), Comuniquémonos con la Familia Cercana y Lejana, Hip Hop Poesía y Ritmo, Manual para Atención del Adulto Mayor, Radionovelas de Las Migraciones.

Para el caso de Zacatecas se presenta la experiencia del trabajo comunitario del Centro de Apoyo al Desarrollo Empresarial y Comunitario (CADEC) de la Unidad Académica en Estudios del Desarrollo de la Universidad Autónoma de Zacatecas. El CADEC surge en septiembre de 2004 como resultado de una propuesta de las organizaciones migrantes zacatecanas al final de un taller internacional de migración internacional, remesas y desarrollo comunitario, las cuáles demandan la existencia de un equipo de apoyo técnico para la organización, capacitación y elaboración de proyectos productivos y desarrollo comunitario. Así, con la participación de varios investigadores del Doctorado en Estudios del Desarrollo de la UAZ y la Unidad Académica de Economía, con más de tres lustros en el trabajo con las organizaciones migrantes y sus comunidades de origen, junto con un grupo de becarias inicia su trabajo el CADEC aprovechando las investigaciones previas sobre zonas de origen de los migrantes, zonas de destino en Estados Unidos, montos de remesas, proyectos sociales y productivos de los migrantes, etc.

En años recientes, con la migración de retorno como nuevo desafío para las comunidades de origen, los tres niveles de gobierno, el Congreso y la sociedad civil, se comienza a trabajar con migrantes de retorno y sus familias en cuatro comunidades del Municipio de Panuco, lo que finalmente se transforma en un proyecto de desarrollo comunitario transnacional con enfoque de sustentabilidad, género y participación creciente de los jóvenes llamado Panuco 4 (comunidades de Panuco, Casa de Cerros, Pozo de Gamboa y San Antonio del Ciprés). Para ello se ha promovido diversos talleres de organización y capacitación comunitaria, de proyectos productivos agropecuarios y la creación del "tianguis universitario" semanal en la UAZ para la venta de estos productos.

Los retos principales del Proyecto Panuco 4 y otros más en diversas regiones del estado de Zacatecas con comunidades migrantes radican en consolidar la organización y capacitación comunitaria para que las familias migrantes sean capaces de la reconstrucción y manejo territorial sustentable, aumentar y fortalecer las cadenas agroindustriales de producción, la generación de empleos y bienestar para toda la población con un enfoque de sustentabilidad organizacional económico y ambiental. Esto requiere de aprovechar las experiencias y habilidades técnicas de los equipos de Jalisco, Michoacán y Guanajuato, así como de todas las organizaciones que integran el COMPA en México y otros países.

Por otro lado y como parte del mismo esfuerzo de diseñar propuestas de desarrollo local por parte de las comunidades de origen, organizaciones de migrantes, organizaciones sociales, organizaciones no gubernamentales, instituciones educativas, funcionarios estatales y municipales, así como actores políticos relevantes en la función pública de desarrollo y migración, con la participación de más 100 personas de diez entidades de México se realizó en Zacatecas el 29 de abril de 2016 el Foro Binacional de Migración “ Los migrantes como sujetos de la transformación de México y Zacatecas”.

En la Declaratoria final de dicho Foro (Declaratoria Final del Foro Binacional de Migración, Zacatecas, 29 de abril, 2016) se plantea como durante treinta y cuatro años el gobierno mexicano ha sido incapaz de promover verdaderas políticas públicas de desarrollo económico y social que generen empleo e ingreso suficiente, bienestar y equidad para toda la población del país. En ese periodo el gobierno mexicano ha manejado tres mentiras como supuesta panacea para el desarrollo económico nacional: el modelo de privatización neoliberal en 1982, el Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos y Canadá en 1994 y la profundización del modelo neoliberal con la privatización y transnacionalización de todos los recursos naturales y las telecomunicaciones mediante las reformas estructuras de Enrique Peña Nieto en 2012 y 2013. El resultado ha sido un rotundo fracaso en términos de empleo, profundización de la pobreza y violencias generalizadas en todo el país, cuyas consecuencias fueron atenuadas durante tres décadas por el enorme crecimiento de la migración internacional de México a Estados Unidos que actuó como “válvula de escape” ante los problemas estructurales de desempleo, pobreza, desigualdad, la incapacidad del gobierno mexicano y la destrucción del tejido económico, social y cultural del país.

En los últimos nueve años en que la crisis económica de Estados Unidos ha generado estancamiento, desempleo creciente y el retorno y la deportación de más de 2 millones de mexicanos urge del diseño y aplicación de verdaderas Políticas Públicas de Desarrollo Integral, Migración y Seguridad Humana que incidan en las causas estructurales de la expulsión de millones de mexicanos al exterior. En este sentido, la Sociedad Civil Transnacional Organizada ha hecho importantes propuestas sobre esa tema contenidas por vez primera en el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018 y en el Programa Especial de Migración 2014-2018. Sin embargo, para que dichas propuestas tengan realmente impacto en las causas estructurales de la migración se requieren dos condiciones: la coherencia entre política económica y política migratoria y que la Sociedad Civil Transnacional tenga la fuerza política necesaria para obligar a que realmente el empleo, el ingreso de las familias, el bienestar, la equidad, la democracia y la soberanía nacional sean verdaderas prioridades por encima de los intereses corporativos nacionales y extranjeros como sucede hasta ahora.

En el contexto de la crisis económica mundial actual caracterizada por el estancamiento económico, la especulación y el desempleo creciente, organismos como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) plantean

la necesidad de que los gobiernos promuevan políticas proactivas de inversión pública y generación de empleos para revertir el marasmo económico que padece el mundo hoy. En el caso de México, el fundamentalismo neoliberal del gobierno que ha llevado al “estancamiento estabilizador”, a la deuda más elevada de su historia de 9 billones de pesos (50% del Producto Interno Bruto en 2016), a la quiebra económica, financiera, social y política del país con una terrible degradación institucional de todo el gobierno mexicano marcado por la corrupción e impunidad. Se profundizarán las violencias económicas y físicas que azotan a nuestra nación con 63 millones de pobres, 60% de la población económicamente activa en la economía informal, 7.8 millones de “Ninis”, 150 mil asesinatos y 30 mil desaparecidos en diez años y que hoy tienen a todo el país militarizado y al borde de la ingobernabilidad.

En el caso de las migraciones en México, pese a consolidarse crecientemente sus cuatro dimensiones como país de origen, tránsito, destino y retorno de migrantes. Pese al enorme aporte económico de los migrantes para el sostenimiento del país con 25 mil millones de dólares de remesas en 2015 (30% más que las exportaciones petroleras) y a pesar de las aportaciones y múltiples propuestas hechas por la Sociedad Civil Transnacional de políticas públicas de desarrollo económico integral, de migración y derechos humanos, que en gran medida fueron recogidas en el Programa Nacional de Migración - PEM/2013, este al no ser vinculante para las dependencias federales y los gobiernos estatales en los hechos ha sido excluido de la agenda pública oficial y de la distribución presupuestal. En este sentido, es necesario retomar esas iniciativas, revisar y reforzar institucionalmente al PEM a nivel federal y estatal y promover amplias alianzas sociales y políticas con todos los actores transnacionales para construir una nueva arquitectura institucional que permita el establecimiento de una Política de Estado sobre Desarrollo Humano Integral, Migración y Sustentabilidad.

El desafío anterior sólo puede ser resuelto positivamente con la participación de las redes de organizaciones migrantes, organizaciones de la sociedad civil transnacional, organizaciones campesinas e indígenas, organizaciones feministas, las iglesias, las instituciones educativas y los ciudadanos que en los últimos años han venido trabajando estrechamente en la defensa de los derechos humanos, en la creación de una nueva Ley de Migración y su Reglamento, en la inclusión de los temas de migración y derechos humanos en el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018 y en la construcción del PEM, como la plataforma institucional que posibilite el establecimiento de las políticas públicas de desarrollo humano integral, migración y sustentabilidad, vinculantes, transversales, integrales y de largo plazo.

Esta amplia alianza transnacional de organizaciones sociales de todo tipo constituye la estructura del Colectivo Migraciones para las Américas (COMPA) como bisagra ciudadana transnacional que, en todo México, Estados Unidos y Centroamérica lucha por la defensa de los derechos humanos, por la organización de los migrantes y sus familias y por el establecimiento de políticas de seguridad humana y erradicar las políticas de seguridad nacional.

Bajo el contexto anterior se realizó el Foro Binacional de Migración el pasado 29 de abril de 2015 en cinco mesas de trabajo, que respecto a la agenda nacional acordaron lo siguiente:

1. Fortalecimiento de la Sociedad Civil Transnacional para poder incidir en la reorientación económica, social y política del país con cuatro prioridades: democracia participativa, empleo, bienestar y soberanía nacional;
2. Establecimiento de una Política de Estado sobre Desarrollo Integral, Migración y Derechos Humanos que incida en las causas estructurales de la migración y posibilite que ésta a mediano plazo sea una opción y no una necesidad como sucede hasta ahora. Esta Política debe ser vinculante, transversal, integral y de largo plazo reconociendo las cuatro dimensiones migratorias de nuestro país como espacio nacional de origen, tránsito, destino y retorno de migrantes;
3. Promover políticas públicas con enfoque de derechos plenos para todos los ciudadanos, con perspectiva de género y sustentabilidad. En particular, para los migrantes y sus familias que siguen siendo excluidos de las agendas y presupuestos nacionales y estatales;
4. Garantizar derechos plenos a los migrantes y sus familias. Derecho al trabajo, a un ingreso justo, a la alimentación, a la educación, a la salud y derechos políticos para poder votar y ser votados. Comprometer al Estado mexicano a una credencialización masiva de los mexicanos en Estados Unidos que permita el voto electrónico, rápido, eficiente y barato en todos los procesos electorales de México en 2017 y 2018;
5. Que el Ejecutivo Federal y el Legislativo junto con todos los partidos políticos acuerden que el Programa Especial de Migración (PEM) sea VINCULANTE a nivel federal y estatal y se integre en todas las políticas públicas, planes, programas y presupuestos federales, estatales y municipales del país con el respaldo jurídico, técnico y financiero en el año 2017 y los siguientes en forma proporcional del aporte económico de los migrantes mexicanos en el funcionamiento del país;
6. Fortalecimiento de las iniciativas de salud hacia los migrantes mexicanos y sus familias en México y Estados Unidos;

7. Articular todo el sistema nacional de educación, ciencia, tecnología y cultura bajo una visión transnacional de 157 millones de mexicanos que viven en México y los Estados Unidos;
8. Diseño de una verdadera Política Exterior soberana que defienda permanentemente los derechos e intereses de todos los mexicanos y apoye el fortalecimiento de las organizaciones migrantes y su empoderamiento en ambos países;
9. Articular verdaderas políticas públicas integrales de los tres niveles de gobierno de apoyo a la reinserción de los migrantes y sus familias como las que propone el Programa de Apoyo a la Reinserción Integral de los Migrantes y sus Familias (PARIMYF) como resultado de la investigación sobre migración de retorno de Estados Unidos a Michoacán, Puebla, Oaxaca, Guerrero y Zacatecas hecha por la U.A.Z. y diversas organizaciones del COMPA;
10. Respeto irrestricto a los migrantes mexicanos y a todos los migrantes que transiten por México, los que se establezcan y los que retornen al país.

A nivel del estado de Zacatecas, luego de 470 años se siguen exportando personas, minerales y otros recursos naturales como expresión del “desarrollo del subdesarrollo” y considerando que durante cuarenta años no ha existido la voluntad política, ni la capacidad, de ningún gobierno estatal de ir más allá del asistencialismo a los migrantes y el control corporativo de sus organizaciones URGE el diseño de verdaderas políticas públicas de desarrollo económico integral, migración y derechos humanos, que reconozcan que también en Zacatecas crecen crecientemente las cuatro dimensiones migratorias del país como región de origen masivo y centenario de migrantes, de tránsito, destino y retorno creciente.

Las propuestas más relevantes a nivel estatal fueron la construcción y fortalecimiento de la alianza transnacional de las organizaciones migrantes con todos los actores sociales interesados en superar el atraso, la marginación, el desempleo, la corrupción, las violencias y la impunidad en Zacatecas. La lucha por una política pública de derechos, comenzando con el derecho de participar activamente en el diseño del Plan Estatal de Desarrollo 2017-2021, los planes, programas, proyectos y presupuestos para los próximos cinco años. Se acuerda promover los días 10 y 11 de septiembre el Foro Binacional “El Desarrollo Integral, la Migración y los Derechos Humanos en el Plan Estatal de Desarrollo 2017-2021”, para discutir las propuestas concretas de las organizaciones migrantes a incluir

en los planes, programas y presupuestos del gobierno estatal en los Programas Operativos Anuales 2017-2021. En ese Foro se contará con la presencia de funcionarios de la Secretarías de Hacienda, Desarrollo Social, Agricultura, Economía, Educación, Salud y Relaciones Exteriores.

De mayo a agosto se realizan Foros de las organizaciones migrantes en California, Illinois, Texas y otros lugares de la Unión Americana donde las Federaciones de Clubes Zacatecanos definirán sus propuestas concretas a incluir en la Secretaría del Migrante y el aterrizaje del Programa Especial de Migración en las condiciones específicas de Zacatecas y sus comunidades transnacionales en los Estados Unidos.

Por su parte, la UAZ, el COMPA y las diferentes organizaciones sociales del estado, comunidades de base e iglesias harán sus foros respectivos para diseñar sus propuestas concretas a incluir en la construcción de políticas públicas de Desarrollo Integral, Migración y Derechos Humanos que se establezcan por vez primera en Zacatecas con la participación de toda la sociedad civil transnacional y sus aliados en México y el exterior, el próximo gobierno de Zacatecas, el Congreso, los Municipios y todas las instituciones educativas en el estado.

1. Promover que el Programa Especial de Migración (PEM) se convierta en la plataforma institucional de las políticas públicas de desarrollo integral, migración y derechos humanos en Zacatecas mediante un compromiso del Ejecutivo Estatal, el Poder Legislativo y Judicial al inicio del próximo gobierno en septiembre 2016;
2. Que la Secretaría del Migrante Zacatecano sea la institución responsable de concretar el PEM en coordinación con todas las dependencias estatales, el Congreso, las delegaciones federales y los municipios con todo el apoyo institucional, técnico de recursos humanos profesionalizados y financiero;
3. Que las organizaciones migrantes, las organizaciones de la sociedad civil y las instituciones educativas participen activamente en los organismos de control social, rendimiento de cuentas y transparencia de la Secretaría del Migrante Zacatecano y de todas las dependencias públicas estatales, federales, municipales y organismos descentralizados;
4. Que la política económica y el presupuesto del siguiente gobierno tenga como prioridades centrales el empleo y el bienestar para todos los zacatecanos;
5. Que se garantice el derecho a la salud y educación de calidad a todos los migrantes y sus familias en Zacatecas y los Estados Unidos aprovechando la alianza con la Universidad de Berkeley y otras instituciones de México y de aquel país;

6. Realizar una reforma integral a todo el sistema educativo estatal, articulando las actividades de ciencia, tecnología, innovación y cultura bajo dos ejes centrales: formación integral para la ciudadanía participativa y transformadora y el desarrollo comunitario y regional en el estado y México;
7. Erradicación de las violencias económicas y físicas contra los migrantes y la población en general garantizando el respeto a los derechos humanos a toda la población que viva o pase por Zacatecas;
8. Establecer una Política de Seguridad Humana basada en el empleo, el ingreso suficiente para una vida digna, alimentación, salud y educación como antídotos estructurales para erradicar las violencias. La Política de Seguridad Pública debe ser complementaria de la anterior con personal profesionalizado, condiciones laborales adecuadas y respeto irrestricto de los derechos humanos en todo el estado.

Al final de este Foro Binacional del pasado 29 de abril de 2016, se destaca la existencia de propuestas concretas para una agenda nacional y estatal de políticas públicas sobre desarrollo integral, migración y derechos humanos a corto y mediano plazo. Se señala que ahora la respuesta está en manos del Gobierno Mexicano, del Gobierno y el Congreso de Zacatecas, los ayuntamientos y los partidos políticos. Esta es la oportunidad de superar la vieja forma de gobernar excluyendo a los ciudadanos (en particular a los migrantes) del diseño y aplicación de políticas gubernamentales, es el momento histórico de transitar hacia la gobernanza con la integración creciente de todos los ciudadanos de Zacatecas, México y los Estados Unidos en el ejercicio del poder público, de su evaluación, control social y sanciones. Se enfatiza que sólo con esa nueva forma de gobernar ciudadanizando todos los espacios de la administración pública, los poderes legislativo y judicial, se podrá erradicar la corrupción, la impunidad, las violencias y la economía de la muerte que padecen México y Zacatecas.

Si el gobierno mexicano y la clase política en su conjunto persisten en su forma esclerótica de actuar de espaldas a los ciudadanos y los migrantes las propuestas de Agenda Nacional y Estatal de este Foro Binación como construcción colectiva de años mediante el colectivo comunitario transnacional de aprendizaje que es el COMPA se convierten en las plataformas de alianzas con diversas organizaciones ciudadanas en México y Estados Unidos para construir proyectos alternativos de democracia, desarrollo integral y seguridad humana a nivel de Zacatecas y de México (GARCIA, 2016)

Referências

- HERRERA, C. S.; BENITEZ, M. J. **Anuario de migración y remesas – México/2016**. México: SEGOB/CONAPO/BBVA Bancomer, 2017. Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/109457/Anuario_Migracion_y_Remesas_2016.pdf
- CANALES, A. La migración mexicana frente a la crisis económica actual. **Revista Interdisciplinaria de Movilidad Humana**, Brasilia, Año XX, nº. 39, 2012.
- RODOLFO, G. Z.; OLVERA, S. G. Migración de retorno de Estados Unidos a seis estados de México. Hacia la reintegración familiar y comunitaria. In: GARCIA, R. Z. **El retorno de los migrantes de Estados Unidos a Chiapas, Michoacán, Oaxaca, Guerrero, Puebla y Zacatecas: 2000-2012**. Zacatecas: Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2017.
- GARCIA, R. Z.. **Relatoría de la Primera Reunión Regional de Proyectos Productivos Migrantes y Desarrollo Comunitario**. Pozos, San Luis de la Paz/Guanajuato: Instituto Estatal de Atención al Migrante Guanajuatense y sus Familias, , 14 de mayo 2016.
- GARCIA, R. Z. . **Relatoría de la Segunda Reunión Regional de Proyectos Productivos Migrantes y Desarrollo Comunitario**. Zacatecas: Centro de Apoyo al Desarrollo Empresarial y Comunitario (CADEC)/ Unidad Académica en Estudios del Desarrollo, UAZ, 12 de agosto 2016.
- GARCIA, R. Z.; OROZCO, M. **Migración internacional, remesas y desarrollo local en América Latina y el Caribe**. Miguel Ángel Porrúa/UAZ, 2009.
- MARTINEZ, J.; GARCIA, L.; PEÑA. **Memorias del Encuentro de Comunidades Transnacionales “Fortaleciendo Nuestras Experiencias”**. ITESO: Tlaquepaque, Jalisco, 2016.
- MONTAYA, M.; GONZÁLES, G. Evolución de la migración de retorno en México: migrantes procedentes de Estados Unidos en 1995 y de 1999 a 2014. **Papeles de Población**, Vol. 21, Núm. 85, julio-septiembre, 2015.
- GRUPO DE TRABALHO DE LOS ENCUENTROS MESOAMERICANOS. **Agenda de Desarrollo Socio-económico Transnacional**. San Cristóbal de las Casas/Chiapas, Voces Mesoamericanas, 2012. Disponible en: <http://vocesmesoamericanas.org/wp-content/uploads/2012/10/GT-d-EM-Des-Trans-2012-bisw.pdf> Acceso en septiembre de 2017.

RESUMEN

El retorno de los migrantes mexicanos de Estados Unidos, a causa de las crisis económico de 2007-2008, las políticas antimigrantes y las deportaciones masivas, cuestiona la estructura económica, política e institucional del país, de los estados y municipios y plantea el reto de generar nuevas políticas públicas que apoyen la reintegración de los migrantes retornados y sus familias por parte de todos los actores sociales del fenómeno migratorio. Bajo esta perspectiva, cobra relevancia la participación de las organizaciones de migrantes, las organizaciones de la Sociedad Civil y la Academia planteando alternativas sobre políticas públicas y desarrollo comunitario con enfoque transnacional. Cuando las autoridades gubernamentales se muestran carentes de propuestas, se encuentra un terreno fértil para que los involucrados en el fenómeno se apropien de su propia agenda y sean capaces de generar propuestas serias y concretas. Este trabajo es pues, el recuento del este camino, el de la sociedad civil que está organizándose y planteando acciones para encarar a la migración de retorno.

Palabras Clave: Migración de retorno. Políticas antimigrantes. Organizaciones de migrantes. Políticas públicas.

ABSTRACT

The return of Mexican migrants from the United States, due to the economic crises of 2007-2008, anti-immigrant policies and mass deportations, questions the economic, political and institutional structure of the country, the states and municipalities and poses the challenge of generate new public policies that support the reintegration of returned migrants and their families by all the social actors of the migratory phenomenon. Under this perspective, the participation of migrant organizations, Civil Society organizations and the Academy is important, proposing alternatives on public policies and community development with a transnational focus. When the government authorities are lacking in proposals, there is fertile ground for those involved in the phenomenon to appropriate their own agenda and be able to generate serious and concrete proposals. This work is therefore the recount of this road, that of the civil society that is organizing itself and proposing actions to face the return migration.

Keywords: Return migration. Anti-immigrant policies. Migrant organizations. Public policies.

OS PROCESSOS DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NA REGIÃO DE LONDRINA-PR E SUA INTERFACE COM AS RELIGIÕES

*Daniele Soares Sana**, *Fábio Lanza***,
*Julia Ramalho Rodrigues****,
*Líria Maria Bettiol Lanza*****,
*Mario Venerando Alves******

1 Introdução

Os fatores econômicos, sociais e políticos, regidos pela economia atual, desencadeiam modificações na sociedade e, conseqüentemente, na mobilidade humana. O desenvolvimento dos territórios, associado aos interesses econômicos, reconfigura os fluxos migratórios, visto que as desigualdades sociais e territoriais se formam e se perpetuam desencadeando condições precárias de vida e trabalho para as populações.

Nesse sentido, considerando os fluxos migratórios atuais e a intensificação da imigração haitiana no Brasil a partir de 2010, o presente artigo propôs-se a problematizar os processos de reterritorialização a partir da religião expressa nas

* Assistente social residente do Programa de Residência Multiprofissional Saúde da Família (UEL). Ex-bolsista extensionista do Projeto de Extensão Migrar com Direitos (Universidade Sem Fronteiras - Universidade Estadual de Londrina). E-mail: danielessana@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais e docente do Departamento de Ciências Sociais (UEL). Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR - UEL). E-mail: lanza1975@gmail.com

*** Estudante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, a nível de mestrado (UEL). Ex-bolsista profissional recém-formada do Projeto de Extensão Migrar com Direitos (USF - UEL). E-mail: ramalhorodrigues.julia@gmail.com

**** Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social (UEL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq "Serviço Social e Saúde: formação e exercício profissional". E-mail: liriabettiol.j@gmail.com

***** Assistente Social da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. Ex-bolsista profissional recém-formado do Projeto de Extensão Migrar com direitos (USF - UEL). E-mail: mariouel91@gmail.com

relações cotidianas e pessoais dos imigrantes haitianos na região de Londrina-PR. O artigo em questão é fruto de uma pesquisa qualitativa, que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21). Diante da presença expressiva dos haitianos na região de Londrina-PR e entendendo a importância dos processos de reterritorialização dos imigrantes, optou-se, como fundamentação teórica sobre território e os processos de territorialização, pelo geógrafo Milton Santos, que considera os aspectos econômicos para pensar o território e seus usos.

Como primeira iniciativa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática migratória, bem como visitas aos serviços públicos dos municípios que abrangem a região de Londrina-PR. Posteriormente, partindo dos contatos com os profissionais dos respectivos serviços, planejou-se a pesquisa de campo que foi composta pela observação em três Igrejas do campo pentecostal, exclusiva dos imigrantes haitianos, localizadas no município de Cambé-PR, assim como por uma investigação junto às equipes da Rede *Caritas* e da Pastoral do Migrante, organizações religiosas católicas estabelecidas em Londrina-PR. Para maior aprofundamento quanto ao processo de reterritorialização e sua relação com o tema do trânsito religioso e a interface com as religiões no cotidiano local, foi realizada uma entrevista em profundidade com um dos pastores das igrejas já citadas.

Sendo assim, o presente artigo foi estruturado em três partes: discussão sobre os processos de reterritorialização dos imigrantes; discussão sobre os fluxos migratórios, tendo como ênfase o haitiano na região de Londrina-PR, e apresentação do processo que envolve as instituições e organizações religiosas na reterritorialização dos imigrantes haitianos.

2 Processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos

Refletindo sobre os fluxos migratórios, tendo em vista o território e a inserção dos imigrantes nele, faz-se necessário compreendê-lo a partir de seus usos. Pois, de acordo com Santos (1994, p.16), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Além disso, compreende-se que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1994, p.15). Assim, as políticas de proteção social brasileiras, desde 1988, passaram a considerar a perspectiva territorial na sua execução como uma proposta de aproximar os serviços da realidade de seus usuários, tendo esses serviços como coparticipantes das ações desenvolvidas. Para isso, a territorialização se apresenta como ferramenta fundamental (MONKEN; GONDIN, 2008). Do ponto de vista da migração, fica perceptível que as políticas sociais territorializadas poderiam ser um elo forte na inserção dos imigrantes nos seus locais de moradia e trabalho.

Cabe destacar que a proteção social brasileira ao imigrante só recentemente foi alvo de uma legislação que contempla os direitos humanos, conforme a Lei da Migração, que consagra os direitos sociais aos imigrantes, sobretudo aqueles

vinculados à seguridade social. Apesar de contar com vetos impactantes, no que diz respeito a tal perspectiva, deve-se considerá-la um avanço. Todavia, o acesso às políticas de seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) revela muitas barreiras aos cidadãos brasileiros, sobretudo pelo subfinanciamento e opção econômica em detrimento do desenvolvimento social, que precarizou por décadas as políticas de seguridade social. Ante isso, os imigrantes convivem com as barreiras já existentes, mas enfrentam outras, a partir de suas particularidades no novo território, como tem sido indicado (FAQUIN; BETTIOL LANZA, 2018).

Nesse sentido, entendendo a mobilidade humana como algo recorrente, vê-se que o imigrante está em constante movimento, isto é, a migração é “um movimento que está sempre acontecendo, pois o migrante não sabe até quando, para onde ou como ficará; ele nunca acaba de sair e de deixar suas origens completamente” (DUTRA, 2013, p.33). Nesse processo migratório, os imigrantes, advindos de determinado território e se inserindo em outro, passam pelo processo de desterritorialização, uma vez que eles se encontram em uma cultura diferente da sua, com características e costumes distintos, tendo que se incorporar nesse novo meio e passar pelo processo de se “reterritorializar” no território, pois

O sujeito no lugar estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava: uma familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo (SANTOS, 2006, p.222).

Santos entende esse processo de desterritorialização como um processo de estranhamento ou desculturização, em que o imigrante se depara com um território novo, necessitando ressignificá-lo, uma vez que “trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana” (SANTOS, 2006, p.223), porém, precisando se integrar de alguma forma, criam novas experiências a partir da nova realidade. Nesse contexto, “o homem [e a mulher] busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário” (SANTOS, 2006, p.223).

No entanto, há que considerar que existem outras formas de compreender o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. De acordo com Haesbaert (2007), o processo de reterritorialização tem se tornado muito mais múltiplo, diante de sua intensificação e complexificação. Isto é, tornou-se um processo multiterritorial, uma vez que “o que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007, p.20)”.

Segundo esse mesmo autor, as diásporas representam formas contemporâneas do processo de desreterritorialização, visto que surgem ante a intensificação dos fluxos migratórios, devido a fenômenos econômicos, políticos e sociais, além de gerar “laços muito intensos de relacionamento entre os migrantes, tanto com a área de origem como entre as áreas de migração em diferentes pontos do globo; o que mantém esta coesão é principalmente uma forte identidade étnica ou nacional” (HAESBAERT, 2003, p.19). Todavia, embora durante o processo migratório haja

[...] uma forte conotação “desterritorializante”, logo o migrante acaba envolvido de tal forma na teia de relações garantida pelo grupo que mesmo em locais muito distantes acaba se sentindo “em casa”. A reinvenção do “lar” no interior de uma diáspora globalmente estruturada é uma característica muito nítida da complexidade com que novas territorialidades vão se desenhando num mundo global-fragmentado (HAESBAERT, 2003, p, 19).

A globalização com o progresso do período técnico-informacional possibilita que o migrante consiga manter relações com seu país de nascimento e com todas as partes do mundo vivenciando uma experiência multipolar (HAESBAERT, 2003), isto é, vivencia múltiplas experiências a partir da mobilidade humana.

Considerando-se a realidade dos fluxos migratórios atuais, as problematizações de Rogério Haesbaert são pertinentes, tendo em vista que os migrantes apresentam múltiplos vínculos com dois ou mais países. Ainda, diferentemente de outrora, quando os limites comunicacionais e do setor de transporte, no início do século, impediam maior reciprocidade entre os territórios, no tempo presente, a popularização da Internet e o desenvolvimento dos transportes permitem maior e intensa mobilidade, assim como estar em um território e em outro – viver, mesmo à distância, os laços sociais e familiares, acompanhar as questões políticas e econômicas, dentre outros – é uma constante em diversos estudos migratórios (PORTES, 2004; BAENINGER, 2017). As multiterritorialidades são uma nova configuração da migração no século XXI. Todavia, permanece a necessidade de integração no novo território, e, sendo assim, são várias as estratégias desenvolvidas pelos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo, inclusive o Estado. Entre elas, destaca-se o debate sobre as religiões, que, na realidade investigada, ocupa lugar importante.

A conjuntura brasileira do século XXI e os fluxos migratórios haitianos estão associados ao “debate internacional sobre questões religiosas [que] assumiu, recentemente, um novo e inesperado fôlego” (MARINUCCI, 2011, p.98). O novo fôlego pode estar associado à emergência e à ação de grupos religiosos em escala global, como os atentados terroristas ou a expansão/missões de grupos

religiosos em diferentes continentes¹. No caso estudado, há um processo de trânsito religioso, em que os sujeitos possuíam vínculos e adesões religiosas em seu país, mas que não foram mantidas na região de Londrina-PR.

O trânsito de pessoas e crenças tornou-se regra. A afiliação religiosa é interpretada não mais como herança, e sim como uma escolha subjetiva e temporária. A ideia de conversão, entendida na ótica da exclusividade e irreversibilidade, não tem mais espaço no mundo líquido moderno. [...] o ser humano contemporâneo, enquanto sujeito de sua história, não renuncia à dimensão religiosa, mas a molda a partir da interação constante com uma pluralidade de ofertas simbólicas que, de alguma maneira, devem responder a seus desafios existenciais (MARINUCCI, 2011, p.100).

A dimensão religiosa do brasileiro ou do imigrante haitiano, sujeito da pesquisa, pode ser destacada como expressão dessa realidade que associa a respectiva emergência das diferentes formas de religião e religiosidades atuais aos processos migratórios, trânsito religioso e reterritorialização. A partir das investigações de Roberto Marinucci (2011), é possível afirmar e ratificar a perspectiva identificada e apresentada no decorrer do texto. Segundo o autor,

[...] se os laços sociais podem interferir na escolha da afiliação religiosa, pode-se deduzir que a situação migratória favorece a mudança: com efeito, os migrantes são chamados a reconstruir novos círculos de amizade na terra de chegada e nada determina que esses novos círculos estejam necessariamente vinculados a sua denominação religiosa tradicional (MARINUCCI, 2011, p.107).

Sendo assim, com base na realidade presente na região de Londrina, observa-se que os imigrantes haitianos, ao passarem por esses processos, apoiaram-se em algumas estratégias, sobretudo no que se refere à adesão religiosa a uma igreja ou vínculo com organizações religiosas que prestam serviços aos sujeitos.

3 Fluxo migratório haitiano na região de Londrina-PR

A mobilidade humana é intrínseca ao processo de formação social e política do Estado brasileiro. Contudo, os fluxos migratórios do século XXI no Brasil estão ligados à expansão do capitalismo, sendo causados por determinantes econômicos. Entende-se que, devido a desigualdades estruturais entre os

territórios, a migração é determinada pelo modo de produção capitalista, portanto, suas causas estão vinculadas ao desenvolvimento desse modo de produção, que necessita de trabalhadores imigrantes.

Nesse processo, vale destacar a chegada massiva de imigrantes haitianos ao território brasileiro após 2012 e de que forma a sociedade brasileira os recebeu. Com o intuito de compreender esse fluxo migratório, faz-se necessário apontar determinados aspectos da formação histórica do país caribenho. Nesse sentido, a emigração é uma característica já naturalizada no país caribenho, por conta de sua trajetória de perseguições políticas, desastres naturais e muita pobreza. Conforme dados apresentados por Seguy (2009, p. 30), “cerca de dois milhões de haitianos/haitianas vivem fora do país, num total populacional ao redor de 9 milhões que vivem no Haiti”, e mais da metade desses emigrantes, no ano dessa publicação, estavam nas grandes metrópoles norte-americanas. Ainda segundo o autor, esses sujeitos injetam anualmente mais de um bilhão de dólares na economia haitiana através das remessas de dinheiro para suas famílias.

Essa diáspora haitiana historicamente se constituiu vinculada à busca de trabalho em outros países, em vista da situação de extrema pobreza na qual a população haitiana se encontra em seu país. Por conta desses aspectos históricos, a mão de obra haitiana se apresenta como a mais barata no mundo, e o Haiti, o país mais pobre do continente americano (SEGUY, 2014).

Ante a história do país caribenho, trabalhadores com mão de obra qualificada se deslocam para o Canadá e aqueles profissionalmente menos qualificados, para a República Dominicana. Porém, a partir de algumas aproximações com o governo, permeadas de contradições que envolvem a política externa do país e determinada conjuntura socioeconômica, o Brasil passou a ser considerado um país possível para a chegada dos haitianos, enquanto um país de trânsito. Essa aproximação entre Haiti e Brasil se iniciou a partir de 2004, momento em que o Conselho de Segurança da ONU criou, por meio da Resolução nº 1.542, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), que visava à estabilização do país por meio do envio de tropas militares². Após o terremoto de janeiro de 2010, a diáspora haitiana se intensificou na medida em que o país não tem uma estrutura econômica, social e política preparada para sobreviver à alta frequência dos desastres naturais.

Dessa forma, juntamente com a realização dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, o que ocasionou um desenvolvimento da construção civil, a Polícia Federal do Brasil registrou, entre 2012 e 2016, 73.077 haitianos (MILESI, 2016). Como os haitianos não se enquadravam na categoria de refugiados³, o governo brasileiro criou, enquanto estratégia para acolhimento, a Resolução nº 97 de 2012, que assegura, por razões humanitárias, visto permanente para os haitianos durante cinco anos⁴.

Esses 73.077 haitianos registrados concentram-se, principalmente, em São Paulo (28,85%), Santa Catarina (21,07%), Paraná (16,36%) e Rio Grande do Sul (12,88%) (MILESI, 2016). Dados quantitativos sinalizam que essa imigração haitiana não ficou restrita aos grandes centros, interiorizando-se nos municípios de médio e pequeno porte. O caso da região de Londrina, no norte do Paraná,

que passou a vivenciar redes migratórias, pode ser explicado pela necessidade de mão de obra para a cadeia produtiva de frango processada e *in natura*, que gerou uma demanda de trabalho considerável e teve os imigrantes como trabalhadores potenciais, tendo em vista a dificuldade de recrutar trabalhadores nacionais. Eles também são empregados nos postos para o desenvolvimento da construção civil, setor dinâmico na região estudada. Em artigo anterior (BETTIOL LANZA; SANTOS; RODRIGUES, 2016) identificaram que, apesar de o estado do Paraná ter um plano estadual para recepção dos imigrantes, isso não se concretizou entre 2014 e 2016, sendo mais linhas prescritivas do que, de fato, existentes e concretas.

De acordo com Saris (2018), com base no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de dezembro de 2016, concentravam-se, na região de Londrina, cerca de 780 imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho, sendo 239 haitianos, seguidos por portugueses (42), japoneses (38), paraguaios (31), argentinos (31), colombianos (23) e bengaleses (19).

A investigação de campo, realizada ao longo de 2015 e 2016 junto aos serviços públicos (Unidades Básicas de Saúde e Centro de Referência da Assistência Social), nos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia, Jaguapitã e Arapongas, possibilitou a identificação de três Igrejas do campo pentecostal exclusivamente composta por pastor e fiéis haitianos, nos municípios de Cambé e Arapongas, e destacou a relação dos sujeitos com a Rede *Caritas* e a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Londrina, que se tornaram referência de atendimento aos imigrantes

4 Os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina-PR e sua interface com as religiões

Com base nos dados coletados na pesquisa de campo (2015 a 2017): observações e registros dos cultos religiosos, visitas à Rede *Caritas* e à Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Londrina e entrevistas em profundidade com um pastor haitiano, pode-se ratificar a afirmação de Baggio (2015) de que migração e religião estão intimamente ligadas, visto a intensificação da mobilidade humana no século XXI e o campo das religiões e religiosidades se apresentar para além das questões sagradas, da declaração de fé ou de aspectos de foro íntimo e pessoal. É possível afirmar que as ações pastorais e assistenciais católicas e as igrejas pentecostais emergentes (com líderes e fiéis haitianos) se apresentam como um espaço para consolidar os processos de reterritorialização na região de Londrina-PR. Assim, o conceito de trânsito religioso é necessário:

[...] é possível dizer que o trânsito religioso entre pentecostais [...] sugere que, entre outros aspectos já apontados, ocorre uma avaliação pessoal e, de certa forma, subjetiva, da capacidade daquela denominação religiosa atender seus anseios. Tal processo se

desenvolve a partir de percepções e vivências individuais e do diálogo estabelecido entre instituições religiosas mais ou menos flexíveis e seus membros, os quais, não encontrando em sua denominação religiosa a totalidade do que consideram ser necessário, tentam transformá-la ou a deixam, substituindo-a por outra denominação que consideram mais completa. Participantes que já eram convertidos optaram por essa modalidade de migração, considerando que a denominação que frequentam atualmente é mais compatível com sua concepção de como deveria ser uma igreja completa (CISCON-EVANGELISTA; MENANDRO, 2011, p. 196).

Dessa maneira, identifica-se que parte dos haitianos que chegaram ao Brasil era de origem católica ou protestante. No entanto, no território brasileiro, vivenciaram o trânsito entre as igrejas cristãs, buscando aquela que melhor atendesse a seus anseios de fé, de sociabilidade e de construção de laços no novo território. Esse perfil dos imigrantes é destacado por um dos pastores haitianos na entrevista⁵. *No Haiti é assim [...] antigamente o catolicismo era mais firme no Haiti e hoje está perdendo a capacidade, está perdendo para os evangélicos. Igual aqui tem adventista, tem batista, tem pentecostal, tem várias denominações e no Haiti é igual, e o cristão mesmo está pegando tudo lá... por exemplo aqui nessa região temos aproximadamente 80 haitianos [...], então se fizer uma pesquisa temos 60 aqui que são crentes, então os cristãos alguns são adventistas, católicos nem 10 tem, a partir disso você pode ver que o mundo está nesse espírito (PASTOR 1, 2017).*

As demais fontes que subsidiaram a coleta permitiram sistematizar os dados a seguir sobre as igrejas e as organizações religiosas católicas envolvidas no processo de reterritorialização estudado.

4.1 Igreja Católica

Na região de Londrina, a Igreja Católica⁶ tem desempenhado papel de destaque no processo de reterritorialização, apresentando-se enquanto uma referência para os imigrantes, através da Rede Caritas e também pelo Serviço Pastoral dos Migrantes. *[...] a gente chega hoje e os procedimentos estão na Polícia Federal. Hoje eu estou com meu visto permanente. Mas, quem chega em seis a oito meses está com o visto permanente no país. Nenhum outro país no mundo tem isso. Para ter o visto permanente, é uma luta. Eu sempre falo do trabalho da Caritas. Quando você chega aqui todo desorientado, a Caritas te orienta, a Caritas acolhe todo mundo, a quem tem dinheiro ou não tem. Eles fazem todo o procedimento; mandam você na Polícia Federal e a Polícia Federal se queixa de alguma coisa e você volta para elas lá. Mas, elas fazem tudo certinho até que você tenha paz na emissão de documentos (PASTOR 1, 2017).*

Segundo essa fala do “Pastor 1”, há um processo de reconhecimento da organização católica *Caritas*⁷ e a percepção de que o Estado brasileiro não produz o processo de acolhimento desejado, pois ele atribui à organização religiosa a gestão da informação, assessoramento e acolhida, independentemente da condição econômica. A relevância do respectivo trabalho religioso junto aos imigrantes possibilita a afirmação sobre as mulheres (leigas e religiosas): “mas elas fazem tudo certinho até que você tenha paz na emissão de documentos”. Para além da entrevista, no decorrer de outras atividades de extensão⁸, essa fala de que os imigrantes têm, antes de tudo, instituições católicas como maior referência é recorrente, inclusive pelos órgãos e serviços estatais, que, contraditoriamente, deveriam ser os responsáveis pelo acolhimento desses sujeitos, conforme problematizaremos posteriormente. A seguir, apresentam-se aquelas instituições com maior representatividade, indicando que a separação entre ambas é meramente didática, pois atuam organicamente nessa tarefa.

1.1.1 Pastoral do Migrante

O Serviço Pastoral dos Migrantes foi criado no Brasil, em 1985, como a “primeira estrutura oficial da Igreja Católica no Brasil para o cuidado e o serviço dos migrantes” (GEREMIA, 2016, p. 183). Atualmente, a Pastoral do Migrante trabalha nas seguintes dimensões:

[...] acolhida, escuta, assistência e promoção humana nos ambientes e espaços da Pastoral do Migrante como ação da Igreja; acompanhamento e cuidado espiritual; a incidência política, social e eclesial; a formação, organização e articulação em parcerias e redes; construção coletiva e coordenação colegiada; a festa, a identidade e a integração; avaliação e programação permanente na caminhada da pastoral (GEREMIA, 2016, p. 185 – 186).

A Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Londrina tem realizado um trabalho juntamente aos imigrantes na perspectiva de auxílio em relação à doações, visitas aos territórios com maior incidência de imigrantes e tem contribuído na organização de Cursos de Português por meio de professores voluntários. Atualmente, a região de Londrina conta com duas turmas do Curso de Português no município de Cambé, uma turma em Londrina e três turmas em Rolândia, sendo elas todas sob a organização da Pastoral do Migrante⁹. Além disso, atua na mediação por postos de trabalho entre o empresariado local e os imigrantes, conforme destacou a mídia local (SARIS, 2018).

1.1.2 *Caritas* Arquidiocese de Londrina

A *Caritas* Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1956, tem ofertado acolhimento aos imigrantes e refugiados.

A *Caritas* Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural (*CARITAS BRASILEIRA, s/d*).

Na cidade de Londrina, a *Caritas* Arquidiocesana¹⁰ tem se apresentado como referência para os imigrantes e refugiados da região, tanto no processo de acolhimento, regularização de documentação, concessão de bens materiais de necessidades básicas, quanto na disseminação de informações acerca do acesso aos bens e serviços sociais. Atua também, com forte dimensão política, tensionando o setor público sobre os direitos dos imigrantes e suas dificuldades de acesso, tendo mobilizado Audiência Pública em 2016 e participação ativa no GT Migrantes e Refugiados do município de Londrina-PR e em momentos diversos em que os imigrantes são alvo de debates.

Na base dos dados da *Caritas* Arquidiocesana de Londrina (Quadro 1), pode ser vista a quantidade de atendimentos aos imigrantes ofertados por esse organismo da Igreja Católica. Os atendimentos aos imigrantes haitianos apresentam-se como maioria dos atendimentos realizados.

Quadro 1: Atendimentos aos imigrantes pela *Caritas* Arquidiocesana de Londrina (2012 – Primeiro semestre de 2017)

Países	Anos						Total
	2012	2013	2014	2015	2016	jan/2017 – jul/2017	
Bangladesh	--	121	22	64	105	8	320
Colômbia	--	--	1	12	3	10	26
Haiti	26	44	105	325	203	157	860
Senegal	--	--	2	--	1	7	10
Síria	--	--	2	2	1	6	11
Total	26	165	132	403	313	188	1.227

Fonte: Elaborado pelos autores com base em informações da equipe técnica da *Caritas* Arquidiocesana de Londrina, 2017.

Na realização das visitas técnicas aos serviços da política de Saúde e da Assistência Social nos cinco municípios indicados, ficou perceptível que, em sua maioria, os profissionais encaminham os imigrantes para organismos da Igreja Católica, para regularização da documentação, concessão de bens materiais de necessidades básicas e processo de acolhimento, considerando esses organismos como referência de atendimento aos imigrantes. Além desse encaminhamento por parte dos serviços públicos, imigrantes relatam que a própria Polícia Federal encaminha-os à *Caritas* para auxílio na regularização de sua situação documental no Brasil. No relato a seguir, de um missionário scalabriniano, pode-se perceber a preocupação dessa organização, vinculada à Igreja Católica, em que o Estado dê visibilidade às necessidades dos imigrantes e pense em políticas públicas considerando sua realidade:

A esperança é que um dia tenhamos uma Igreja mais comprometida com os imigrantes e refugiados, uma sociedade sem medos e menos hipócrita e um Estado com leis de migrações mais democráticas e políticas migratórias em base nos direitos humanos, garantindo cidadania pela e universal, sem discriminações e sem preferências para todos os que residem no Brasil: Brasileiros e migrantes (GEREMIA, 2016, p. 187).

Dessa forma, é possível reconhecer o trabalho da organização católica - Rede *Caritas* de Londrina - no processo de acolher os imigrantes na sociedade brasileira e prestar apoio a esses sujeitos que se encontram em processo de reterritorialização nesta região desconhecida.

1.1 Igrejas pentecostais exclusivamente de imigrantes

Existem comunidades religiosas formadas pelos próprios imigrantes na região de Londrina. O município de Arapongas-PR é um deles. No município de Cambé-PR, são três os bairros de referência e concentração de imigrantes haitianos: Ana Rosa, Santo Amaro e Tupi. Contudo, apenas nos bairros Ana Rosa e Santo Amaro foram constituídas denominações religiosas só para os haitianos.

A decisão de vir para o Brasil e a busca de construção de redes de apoio entre os imigrantes haitianos, como uma das formas que utilizaram para se organizar e orientar sua imigração, estão associadas, de acordo com o Pastor 1, à relevância da “igreja”: *Eu sempre gostei do Brasil. Na parte cultural eu sempre acompanhei muitas coisas, o carnaval do Brasil, futebol principalmente, sempre me atraiu sempre me chamou atenção. Aí falaram e eu fiz duas perguntas só: se tinha emprego pra mim e o primeiro objetivo era serviço, se tinha emprego na minha área que é a construção. Eu nem perguntei sobre como vou ganhar; eu só disse: “vou pra aí”. Então é assim, a pessoa vem; consegue um emprego definitivo, pouco que seja, é um emprego, a pessoa pode sustentar a família; um*

fala com o outro igual a comunicação da formiga, um fala pro outro e vem vindo. No [nosso bairro], como é bem religioso: “tem igrejas?” e “sim”, e aí todo mundo está vindo. O Paraná não paga tão bem quanto São Paulo, mas emprego não falta e as pessoas estão vindo... A pessoa pode chegar em São Paulo e ficar um ano ou seis meses sem fazer nada, sem conseguir um emprego. Mas, aqui é difícil a pessoa ficar dois meses sem trabalhar. Pouco que seja, a pessoa acha alguma coisa pra fazer. Um fala com o outro e é isso que atrai os haitianos aqui (PASTOR 1, 2017 – grifos nossos).

A ênfase do discurso sobre a esfera da religião e da identidade explicita os aspectos afirmados anteriormente e que compõem nossas descobertas acerca dos imigrantes haitianos na região norte do Paraná. Eles são mão de obra para setores da economia que necessitam de trabalhadores com baixos salários (cadeia produtiva de frigoríficos e construção civil), mas são religiosos com maioria cristã que vivenciam o trânsito religioso, porque o importante é ir para um bairro que possua igrejas em que estejam associados ou vinculados enquanto grupo.

Como dado da realidade estudada, selecionou-se, de forma intencional, a descrição da do participante da *Igreja Pentecostal Arca de Deus – Comunidade Haitiana* no bairro Santo Amaro do município de Cambé-PR ocorrida no ano de 2017.

No culto havia em torno de cinquenta pessoas, mulheres, homens e crianças. A observação realizada demonstrou o quanto aquele é um espaço dos imigrantes haitianos. Eles se sentem à vontade e podem expressar a própria cultura e falar o próprio idioma. Isso reforça o entendimento de que “a religião é de novo identidade, grupo, comunidade, amparo, auxílio, jeito de viver e lei” (PRANDI, 1996, p.24). O culto foi conduzido por um pastor haitiano, o qual se tornou referência de auxílio e liderança. Embora tenha sido ele a conduzir, os demais imigrantes participaram entoando cantos em francês e em crioulo. Estava presente também um pastor brasileiro, cuja fala foi o único momento em português.

É válido ressaltar que, antes do culto, houve um momento de socialização: um café da manhã, no quintal da casa de um dos imigrantes, para todos que iam participar do culto. Além disso, no mês de agosto de 2017, essa igreja pentecostal comemorou um ano de formação da comunidade. Diversos fiéis haitianos das outras duas igrejas participaram desse momento comemorativo.

Com a observação, pôde-se perceber que esses grupos religiosos proporcionam momentos de interação entre os imigrantes,

reconhecimento de todos por todos, proximidade social, (...) segurança de que cada um estava num lugar determinado do qual era visto e reconhecido sem esforço, esperança de que alguém se importaria com ele, nem que fosse Deus” (PRANDI, 1996, p.27 - 28).

Nesse sentido, a formação dessas três Igrejas pentecostais próprias de imigrantes indica um processo de reterritorialização dos imigrantes na região norte do Paraná, pois podem expressar e manter sua cultura. É importante ressaltar, ainda, que as três igrejas se articulam e mantêm contato entre si no intuito de criar e definir estratégias para a construção de uma rede de apoio.

5 Considerações finais

Os condicionantes econômicos e sociais influenciam os fluxos migratórios e impulsionam imigrantes à procura de trabalho. É nesse contexto que os haitianos se inserem em vista do grande terremoto de 2010. Assim, os processos de reterritorialização são aspectos relevantes para a inserção e a permanência desses imigrantes em território brasileiro. Com uma expressiva quantidade de imigrantes na região de Londrina-PR, esse processo torna-se um fator evidente diante das formas pelas quais a territorialização se configura.

No decorrer do artigo, evidenciou-se o quanto as igrejas pentecostais e as organizações religiosas católicas se apresentam como suporte e referência para os imigrantes nesse processo de inserção nos territórios e de se reterritorializar. Foi possível, ainda, perceber que o Estado brasileiro está parcialmente envolvido no processo de acolhida, reconhecimento e apoio aos imigrantes haitianos. Sob a perspectiva dos prestadores de serviços públicos (Saúde e Assistência Social) dos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia, Jaguapitã e Arapongas, pode-se afirmar que há, para a maioria dos profissionais, um desconhecimento dos sujeitos imigrantes nos territórios, o que invisibiliza suas necessidades e particularidades.

Por fim, é possível reconhecer que a territorialização dos serviços públicos prescrita desde a Constituição de 1988, poderia dispor de suporte ou de fio condutor para a reterritorialização, a partir da identificação dos sujeitos e de seus usos do território. No entanto, ocorre o contrário. Eles são um frágil elo nesse processo e a religião é que tem ocupado esse lugar na realidade estudada. Assim, indica-se a necessidade de o Estado retomar sua tarefa de garantir proteção social para efetivar o direito dos imigrantes que passam por uma inserção qualificada e territorial em nosso país.

Notas

¹ Para maior aprofundamento ver a obra de RODRIGUES, D.; ORO, A.P. (Orgs.). **Transnacionalização religiosa**: religiões em movimento. Porto Alegre: Cirkula, 2015. Disponível em: <https://midiareligioesociedade.com.br/2015/11/29/livro-gratuito-transnacionalizacao-religiosa-religoes-em-movimento/>. Acesso em: 20 maio 2018.

² Alguns estudos, como o de Alessi (2013), apontam os envios das tropas brasileiras ao Haiti como uma contribuição para os haitianos se interessarem na migração ao Brasil. Porém, autores como Seguy (2009; 2014), problematizam a presença dos soldados brasileiros no território haitiano como uma estratégia de coerção e controle revestida de solidariedade, relatando diversos acontecimentos acerca das brutalidades repressivas e de violências sexuais. “Nenhum dos chefes do exército brasileiro no Haiti tem vergonha de afirmar que o Haiti serve de campo de treinamento para os soldados aprenderem a lidar com os negros das favelas do Rio de Janeiro quando voltarem ao Brasil” (SEGUY, 2010, p. 17).

³ O Estatuto dos Refugiados de 1951 determina que refugiado é “todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

⁴ Em setembro de 2016, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) prorrogou a Resolução Normativa nº 97 até final de outubro 2017.

⁵ Os dados biográficos e a identificação da sua Igreja e local serão omitidos.

⁶ A primeira ação da Igreja Católica com os imigrantes ocorreu quando o bispo italiano João Batista Scalabrini fundou em 1887 uma Congregação de Missionários para os Migrantes, a fim de dar uma assistência aos imigrantes que saíram da Europa devido ao desemprego e à fome, resultantes da 2ª Revolução Industrial. Scalabrini sempre chamou a atenção da Igreja Católica sobre a necessidade de acolhimento e acompanhamento aos migrantes. No entanto, o autor Geremia (2016) considera, enquanto um marco na atenção à mobilidade humana na história da Igreja, o ano de 1904, quando o bispo Scalabrini enviou ao Papa Pio X o *Memorandum Pro Emigratis Catholicis*. Trata-se de um documento que apresentava uma proposta de organização institucional para as migrações (GEREMIA, 2016).

⁷ Na percepção do sujeito, não há diferenciação entre as ações da Rede *Caritas* e da Pastoral do Migrante, por isso, ele nomeia todas como ações vinculadas à *Caritas*.

⁸ Este artigo foi construído apoiando-se também nos relatos coletados durante as atividades realizadas pelo Projeto de Extensão Migrar com Direitos (abr. 2017 – mar. 2018). O projeto em questão teve como financiamento o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras e foi realizado pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina

(UEL). Seu objetivo geral era a disseminação de informações acerca dos direitos sociais com ênfase na saúde para os imigrantes na perspectiva intersetorial por meio de oficinas de educação em saúde.

⁹ Vale destacar que, apenas a partir do ano de 2018, o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas da Secretaria de Educação do Paraná tem ofertado 02 Cursos de Português para imigrantes no município de Londrina-PR, além de 1 Curso de Português em Cambé e 1 Curso de Português em Jaguapitã-PR. Todavia, a referência para os imigrantes quanto ao aprendizado do idioma português é a Pastoral do Migrante.

¹⁰ Fundada em 1996, a *Caritas* de Londrina tem como diretriz geral da ação o comprometimento com a “construção do desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática” (*CARITAS LONDRINA*). Tendo como projetos Nota Paraná; Espaço Social Sicoob & *Caritas*; Assessoria, Defesa e Garantia de Direitos; Atendimento a Imigrantes; Projeto Óleo Solidário; Biblioteca Popular Paulo Freire. Em relação aos imigrantes, a *Caritas* tem “prestado um serviço de apoio, acolhimento e solidariedade” (*CARITAS LONDRINA*).

Referências

ALESSI, M. L. A migração de haitianos para o Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, vol. 2, n. 2, abr./jun. 2013, p. 82 – 86.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSI, Carmem (Org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília: CSEM, 2017. p. 13 – 29.

BAGGIO, M. Religiões e direito humano de migrar: uma aproximação desde a Teologia da Libertação. In: **CONGRESSO ANPTECRE**, 5., 2015, Anais do V Congresso ANPTECRE. Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/5anptecre?dd99=anais>>. Acesso em: 08 jun. 2017

BETTIOL LANZA, L. M.; SANTOS, A. B.; RODRIGUES, J. R. Imigração, território e as políticas de seguridade social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 3, p. 54-66, set/dez 2016.

BRASIL. Lei nº 9474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, vol. 135, n. 139, 23 de julho de 1997. Seção I. p. 15822 – 15824.

CARITAS BRASILEIRA. **Missão, diretriz geral de ação, princípios e orientações estratégicas. [s/d]**. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CARITAS LONDRINA. **Quem somos. [s/d]** Disponível em: <<http://caritaslondrina.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CISCON-EVANGELISTA, M. R.; MENANDRO, P. R. M. Trânsito religioso e construções identitárias: mobilidade social de evangélicos neopentecostais. **Psico-USF**, v. 16, n. 2, p. 193–202, 2011.

- DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico**: mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba- SP: OJM, 2013. 352 p.
- FAQUIN, E. S.; BETTIOL LANZA, L. M. Imigrantes e seus “Acessos” às Políticas de Seguridade Social: reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 41, p. 131 – 154, maio/ago 2018.
- GEREMIA, M. A acolhida dos migrantes e refugiados na Igreja Católica no Brasil. In: BAGGIO, F.; PARISE, P.; SANCHEZ, W.L. **Mobilidade humana e identidades religiosas**. São Paulo: Paulus, 2016. p. 173 – 190
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim gaúcho de geografia**. Porto Alegre, 2003, p.11-24.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, nº17, 2007, p.19-46.
- MARINUCCI, R. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto migratório. **Estudos de Religião**, v. 25, n. 41, p. 97-118, jul./dez. 2011
- MILESI, R. **Haitianos no Brasil**: dados estatísticos, informações e uma recomendação. 2016. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>>. Acesso em: 06 ago 2017.
- MINAYO, M.C.S et al. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- MONKEN, M.; GONDIN, G. M. de M. Territorialização em saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Orgs.). **Dicionário de educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSVJ, 2008, p. 392-399.
- PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, n. 69, p. 73 – 93, 2004.
- PRANDI, R. As religiões, a cidade e o mundo. In: PIERUCCI, A.F; PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996, p.23-34.
- RODRIGUES, D.; ORO, A.P. (Orgs.). **Transnacionalização religiosa**: religiões em movimento. Porto Alegre: Cirkula, 2015
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2 reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2006. 260 p.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SARIS, S. **Luta diária** – Imigrantes reconfiguram mercado. 2018. [s/d] Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/luta-diaria-imigrantes-reconfiguram-mercado-1006607.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional comunitária” e a recolonização do Haiti**. 2014. 399 f. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014.

SEGUY, F. **Globalização neoliberal e lutas populares no Haiti: crítica à modernidade, sociedade civil e movimentos sociais no estado de crise social haitiano**. 2009. 219 f. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado em Serviço Social – Recife: UFPE, 2009.

SEGUY, F. Seis séculos de veias abertas. **PUCviva**, São Paulo, v. 37, p. 9-21, jan/abr 2010

RESUMO

Considerando a intensificação do fluxo migratório haitiano para o Brasil em 2010, o presente artigo problematiza os processos de reterritorialização a partir das interfaces com o trânsito religioso e os vínculos com organizações ou instituições religiosas nos processos de integração e consolidação de redes de apoio e solidariedade. A investigação constituiu-se de levantamento bibliográfico acerca da temática, pesquisa de campo com observação e entrevistas com sujeitos haitianos na região de Londrina-PR entre 2015 e 2017. A imigração é um processo social do mundo contemporâneo, e o Brasil está inserido nesse cenário como um país de recepção de imigrantes no século XXI. Tendo como opção teórica as contribuições do geógrafo Milton Santos, compreende-se que o imigrante, ao se deparar com um território desconhecido, submete-se a um processo de reterritorialização, projetando sua inserção nesse novo território. No contexto dos imigrantes há um trânsito religioso motivado pelo processo de mudança e pelo novo cotidiano, que vivem no país receptor a partir de suas características que contribuem para a reterritorialização. Tal aspecto se torna fundamental para os diferentes grupos migratórios e pode ser identificado como uma das principais estratégias de inserção e resistência de sua identidade cultural, tendo em vista a constituição de relações pessoais dentro de organizações e instituições religiosas locais. As fontes orais indicam a organização dos imigrantes em três igrejas do campo pentecostal exclusivamente para este grupo; também indicam que o Estado brasileiro não tem sido pleno provedor de políticas públicas para os imigrantes, em consequência, as instituições confessionais, sobretudo a Rede *Caritas* e a Pastoral do Migrante da Igreja Católica, têm sido as principais responsáveis, junto aos imigrantes haitianos no norte do Paraná, pelo processo de acolhimento, regularização da documentação, concessão de bens materiais de necessidades básicas, bem como pela disseminação de informações acerca do acesso aos bens e serviços sociais.

Palavras-chave: Fluxos migratórios. Processos de reterritorialização. Religião.

ABSTRACT

Considering the intensification of the Haitian migratory flow to Brazil in 2010, the present article problematizes the processes of reterritorialization from the interfaces with the religious transit and the links with religious organizations or institutions in the processes of integration and consolidation of networks of support and solidarity. The research consisted of a bibliographic survey about the subject, field research with observation and interviews with Haitian subjects in the region of Londrina-PR between 2015 and 2017. Immigration is a social process of the contemporary world, and Brazil is inserted in this scenario as a country of reception of immigrants in the 21st century. Having as a theoretical option the contributions of the geographer Milton Santos, it is understood that the immigrant, when encountering an unknown territory, undergoes a process of reterritorialization, projecting its insertion in

this new territory. In the context of immigrants there is a religious movement motivated by the process of change and by the new daily life, which live in the receiving country from its characteristics that contribute to reterritorialization. This aspect becomes fundamental for the different migratory groups and can be identified as one of the main strategies of insertion and resistance of their cultural identity, with a view to the constitution of personal relationships within local religious organizations and institutions. Oral sources indicate the organization of immigrants in three Pentecostal camp churches exclusively for this group; also indicate that the Brazilian State has not been a full provider of public policies for immigrants, as a consequence, the denominational institutions, especially the Caritas Network and the Pastoral of the Migrant of the Catholic Church, have been mainly responsible, along with the Haitian immigrants in the north of Paraná, by the process of reception, regularization of documentation, granting material goods of basic needs, as well as the dissemination of information about access to social goods and services.

Keywords: Migration flows. Reterritorialization processes. Religion.

UM RELATO DE ENCONTROS E VIVÊNCIA MISSIONÁRIA

*Ir. Inês Facioli, mscs**

1 Introdução

Como missionária scalabriniana, cujo carisma congregacional é o serviço evangélico e missionário aos migrantes e refugiados, tive e continuo tendo a oportunidade de colaborar e vivenciar experiências missionárias com migrantes internos, sazonais, temporários, refugiados, imigrantes e emigrantes brasileiros no exterior. Neste relato, de forma sucinta, pretendo identificar as localidades onde atuei, algumas atividades relevantes e fatos que deixaram lembranças inesquecíveis.

2 Barrageiros – Usina Foz do Areia – PR

Reunir os que se encontram dispersos.!

fiz parte de uma comunidade scalabriniana em Faxinal do Céu – PR, durante os anos de 1977 e 1978, período da construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia. Os trabalhadores migrantes eram contratados por empresas e residiam com suas famílias em casas pré-fabricadas distribuídas nas vilas, de acordo com a profissão e cargos que desempenhavam na obra. Eram provenientes do interior do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Um grande salão comunitário era utilizado para as atividades religiosas, culturais e esportivas. Em nossa ação missionária priorizamos a aproximação entre as famílias das vilas com encontros semanais e círculos bíblicos. No período da Quaresma, Mês da Bíblia e Natal aconteciam encontros mais festivos envolvendo todos os grupos das diversas vilas. À medida que se concluída uma etapa da obra, os trabalhadores e suas famílias eram deslocados para outras cidades e construções. Enquanto a construção da usina avançava, o número de moradores diminuía. Muitos dos que partiam mantinham contatos através de cartas e contavam os desafios no período de adaptação e dos sentimentos na hora da partida. Suas vidas enquanto barrageiros eram um constante recomeçar.

* Missionária da Congregação Scalabriniana cujo carisma é o trabalho pastoral com migrantes.

3 Região Canavieira - Dobrada -- Santa Ernestina e Guariba - SP

Que Deus abençoe suas chegadas e partidas!

A comida era feita na cidade logo de madrugada, mas consumida na roça pelos boias-frias. Assim eram denominados os trabalhadores rurais no corte de cana. No ano de 1983, quando chegamos em Dobrada-SP, havia 14 alojamentos da Usina Bonfim, construídos em meio aos canaviais, abrigando centenas de trabalhadores em cada um deles. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Jaboticabal já acompanhava há alguns anos a realidade desses trabalhadores rurais. Eram homens provenientes do Vale do Jequitinhonha, da região de Montes Claros - MG e da região de Ipirá - BA. Em maio de 1984, os boias-frias clamaram forte e publicamente por condições justas e dignas de trabalho e vida, com uma greve histórica na cidade de Guariba. Um marco referencial nas reivindicações dos trabalhadores rurais. Em 1985, foi constituída uma equipe da Pastoral do Migrante na diocese de Jaboticabal em articulação com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), um organismo ligado a Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – (CNBB). A equipe inicial contou com três religiosas scalabrinianas, dois missionários scalabrinianos, dois agentes liberados das regiões de origem dos migrantes e um assessor. Como ponto de partida foi elaborado um Projeto de Intercâmbio Pastoral junto aos Migrantes Sazonais, do qual participei nos períodos de 1985 a 1995 e de 2005 a 2010. Desses anos de aproximação, convivência e de encontros com os migrantes sazonais e de atuação na Pastoral do Migrante, posso destacar a importância do intercâmbio socio pastoral entre igrejas, entidades, pastorais sociais e sindicatos nas regiões de origem e destino dos migrantes; as visitas semanais aos alojamentos e às moradias dos migrantes; as equipes da Pastoral do Migrante que atuavam nas paróquias; os contatos e relatos dos agentes liberados que iam ao encontro dos migrantes em dezenas de cidades da região de Ribeirão Preto; as missões envolvendo dezenas de agentes pastorais que eram realizadas no período da entressafra nas comunidades rurais de Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba e a parceria e assessoria de pesquisadores competentes e comprometidos com esta causa. Uma atenção especial durante o período da safra desses trabalhadores era o cultivo da fé e a formação religiosa. Mensalmente havia a celebração eucarística e uma vez na semana alguns catequistas iam até os alojamentos para fazer encontros de preparação aos sacramentos da Crisma e Eucaristia. Antes do encerramento da safra acontecia a celebração litúrgica com a presença do bispo para ministrar esses sacramentos a centenas de migrantes. Outro aspecto significativo foi a realização de encontros com migrantes nas paróquias e a promoção de eventos culturais, tais como, a Festa do Bumba Meu Boi, as Festas Juninas, Festivais e Shows que aconteciam por ocasião da Semana do Migrante. Na área da comunicação o boletim *Cá e Lá*, com a tiragem de milhares de exemplares, era um instrumento de intercâmbio entre os migrantes e suas comunidades e o *site* da Pastoral do Migrante dava

visibilidade a esta realidade dos migrantes sazonais no interior de São Paulo. Dezenas de estudantes universitários estiveram na sede da Pastoral buscando informações, dados e referências para suas pesquisas sobre as migrações temporárias. Também durante este período, a Pastoral publicou dois livros: *Experiência Pastoral junto aos Migrantes Sazonais* e *Vozes do Eito*, relatando depoimentos dos migrantes no corte de cana, os desdobramentos e as incidências da sua ação socio pastoral. Tais incidências e denúncias feitas pela Pastoral do Migrante despertaram o Ministério Público do Trabalho a realizar diversas investigações e audiências públicas entre os anos 2004 e 2008, por ocasião da morte de 21 trabalhadores cortadores de cana. Viveu-se um período doloroso e difícil pelo medo e a insegurança que ameaçavam os migrantes, suas famílias e os agentes pastorais. Do início ao final da safra, a aparência e a expressão dos cortadores de cana sofriam muitas alterações: rostos cansados, desfigurados, corpos franzinos, braços inchados, dores no corpo, perda de apetite e fraqueza. Com fé e coragem, nos limites de suas forças, eles sustentavam suas famílias. Deste longo período, 1985-2015, de atuação da Pastoral do Migrante na diocese de Jaboticabal e região de Ribeirão Preto há um acervo histórico que inclui fotos, relatórios, cartas de migrantes, dados e informações que estão arquivados no Centro de Estudos Migratórios, CEM, da Missão Paz de São Paulo.

3 Sudoeste Baiano - Região de origem (1996-1999)

Ao encontro de um novo horizonte!

Conhecer e conviver nesta região significou descer ao fundo de um poço e beber de uma água cristalina, oferecida por mãos generosas, jamais experimentada anteriormente. Eram dezenas de cidades marcadas pela seca e pela emigração do sudoeste baiano. Todos os dias as pessoas conversavam sobre o tempo e os familiares que partiram para os mais diferentes lugares. Pelas ruas e estradas haviam os carros de boi, mulheres, idosos e até menores levando latões e baldes em busca de água na lagoa mais próxima. Dessas localidades emigravam os pais de família e os jovens para São Paulo, onde iam trabalhar no corte de cana, na construção civil e serviços gerais. Às mulheres e aos idosos restava travar a luta pela sobrevivência com ou sem água. A inclinação e dependência das pessoas para conseguir favores e serviços através do poder público era um trunfo para muitos políticos. Durante esse período marcamos presença em dezenas de comunidades rurais nos municípios de Botuporã, Tanque Novo e Caturama, na diocese de Caetité, através de visitas, formação de lideranças, atividades pastorais nas paróquias, realização de missões nas regiões de destino dos migrantes em paróquias do interior paulista e na Grande São Paulo: Carapicuíba, Itapevi e Osasco. Uma das condições para a permanência do camponês na terra era o acesso à água através da construção de cisternas. A Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral do Migrante da diocese de Caetité

participaram do Fórum de Articulação do Semiárido - ASA, acompanhando o projeto de construção de cisternas que, de certa forma, veio aliviar o sofrimento em alguns períodos mais críticos da seca. Certa ocasião, após um encontro na comunidade, a família que nos acolheu colocou sobre a mesa algumas melancias que ao parti-las, deu água na boca. Mas, antes de saboreá-las, nos ofereceram da água que eles bebiam todos os dias, uma água bem escura. Outra vez estávamos reunidos numa comunidade rural, no período da tarde, e levamos um grande susto quando um boi entrou de repente dentro da igreja. Algumas pessoas saíram pelas janelas, outras se esconderam atrás do altar até que o boi foi retirado do local. No sertão baiano não faltavam surpresas...

4 Brasileiros no Exterior - Nova York e Boston (2000 a 2002)

Um tempo para reavivar a identidade coletiva!

Partir do sertão nordestino e chegar aos Estados Unidos foi um impacto muito forte em todos os aspectos. Diante da escassez, da carência, da ausência e das privações vividas e experimentadas anteriormente, estar na sociedade americana era um contrassenso. Inicialmente fiquei em Chicago, depois em Nova York onde participei de um grupo de brasileiros que se reunia nas casas para momentos de convivência, oração e reflexão bíblica. Em seguida passei dois meses em Tijuana na fronteira do México num Centro de Acolhida de Imigrantes e vivi dois anos na região de Boston. Nesta Arquidiocese estava organizado o Apostolado Brasileiro que, desde 1987, dava assistência às comunidades católicas brasileiras. Como missionárias scalabrinianas nos integramos a esse grupo. Naquele período havia 14 comunidades localizadas nas cidades de Allston, Cambridge, East Boston, Everett, Framingham, Hudson, Lowell, Marlborough, Plymouth, Rockland, Somerville, Stoughton, Peabody e Gloucester. Os brasileiros dispunham de pouco tempo para contatos e encontros pessoais; viviam em função do trabalho dizendo: nosso dia a dia é trabalhar sem deixar o corpo reclamar. Foi uma atuação pastoral de evangelização e organização das comunidades através da catequese, pastoral da juventude, pastoral da família, encontros de interação com as mulheres, encontros de convivência com adolescentes, celebrações dominicais e promoção de serviços sociais de apoio aos imigrantes. Em Allston havia um centro de atendimento do Apostolado Brasileiro que funcionava durante a semana e nos finais de semana as atividades pastorais aconteciam nas comunidades, no mesmo espaço das comunidades americanas. Um dos momentos esperados pelos brasileiros aos domingos era a celebração da missa seguida pelo café, fosse pela manhã ou à tarde. Momento de alegria troca de informações, desabafos, tempo de cultivar a fé e partilhar o café. A celebração da Festa de Nossa Senhora Aparecida no mês de outubro envolvia todas as comunidades através de encenações, cantos e a procissão. Era a festa dos brasileiros!

5 Quito - Equador - Refugiados colombianos (2003-2004)

Deus tem sido o nosso refúgio de geração em geração!

Uma cena marcante no Comitê Pró Refugiados - CPR em Quito, local de atendimento aos refugiados onde trabalhei, foi a chegada de um senhor colombiano com cinco filhos, todos abaixo de dez anos. O menor tinha dois meses e estava em seu colo. A mãe havia sido sequestrada pela guerrilha e ele teve que fugir rapidamente. Ser perseguido, ameaçado, conviver com a violência, perder familiares, perder os próprios bens, em troca de quê? Traumas, dores, lágrimas e muito sofrimento! Os refugiados colombianos ainda que, impactados emocionalmente e sem perspectivas, encontravam no país vizinho acolhimento, solidariedade e novas oportunidades. Após o ano 2000, em razão do elevado número de solicitantes de refúgio, o (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR- passou a apoiar, fortalecer e ampliar o trabalho que já vinha sendo feito pela Conferência Episcopal Equatoriana junto aos refugiados desde 1992, sob coordenação das irmãs scalabrinianas. Devido ao intenso fluxo de refugiados neste período, foram organizadas oficinas de atendimento em outras áreas do país. De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores, em 2002 houve 6.766 solicitantes; em 2003, 11.463 e em 2004, 7.853. No Comitê Pró Refugiados eram realizadas ações de registro e entrevistas a solicitantes de refúgio em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores. Paralelamente a este serviço de documentação acontecia o atendimento social e psicológico. Mensalmente agentes da Cruz Vermelha se deslocavam até este local para o atendimento de consultas aos refugiados e suas famílias. Por parte de algumas instituições e entidades eram realizadas oficinas de capacitação e micro empreendimento aos refugiados e refugiadas, e atividades lúdicas e educativas com as crianças. Em datas festivas: Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Refugiado, Dia da Pátria e Natal eram preparadas celebrações, gincanas e confraternização no próprio espaço do CPR. A fé e confiança em tempos de paz e de reconstrução de suas vidas se expressavam em sorrisos e *'muchas gracias'*.

6 Região de Jales - SP - Migrantes temporários (2011 -2014)

Um espaço para o sagrado!

O início de nossa presença scalabriniana na diocese de Jales em 2011 foi definida como uma extensão missionária partindo de Guariba-SP para Fernandópolis-SP. Naquele período, haviam migrantes temporários no corte de cana nos municípios de General Salgado, Santo Antonio do Aracanguá, Auriflamma, Guzolândia, Três Fronteiras, Sud Menuci, Pereira Barreto, Ouroeste, Guarani D'Oeste, Ilha Solteira, Suzanópolis, residindo em alojamentos e moradias coletivas nas cidades. A partir de 2011, com a duplicação da Rodovia Euclides da

Cunha - SP 320, e a construção de 577 casas do programa Minha Casa, Minha Vida, vieram residir em Fernandópolis centenas de migrantes temporários para essas novas frentes de trabalho. Foi necessário reforçar a atuação da Pastoral do Migrante. Com apoio do bispo, dos párocos, religiosas e colaboração dos leigos das comunidades presentes nos bairros, foi possível realizar visitas e acompanhamento aos migrantes, organizar encontros de convivência e celebrações nas casas e nos alojamentos. Eram migrantes trabalhadores da rodovia, da construção civil e do corte de cana, com realidades e situações bem diversas. Quanto aprendizado, quantas histórias, quantas descobertas! Conheci um migrante piauiense que passou por 21 estados brasileiros, trabalhando em diferentes serviços. Em 2012, um grupo de trabalhadores do programa Minha Casa Minha Vida fez greve e foi à agência do Ministério Trabalho em Fernandópolis para fazer suas queixas e denúncias contra a empresa construtora da obra. A obra foi interditada por um mês e os trabalhadores retirados das condições de moradias precárias, sendo colocados em hotéis de Fernandópolis até receberem a rescisão contratual. Os novos trabalhadores que chegaram para dar continuidade à obra foram colocados num motel desativado no Jardim Ipanema, próximo à comunidade Nossa Senhora do Carmo. Num domingo pela manhã, ao fazer visitas nesse motel, um deles nos disse: venham ver o nosso altar, onde fazemos nossa oração da manhã e da noite. Num suporte giratório do motel colaram a imagem de Nossa Senhora Aparecida e de Santo Expedito. Ali havia um espaço para o sagrado!

7 São Paulo - Centro Scalabriniano de Promoção do Migrante (2015)

Acolher e promover!

Durante o ano de 2015 a junho de 2016, passei a fazer parte de uma comunidade scalabriniana, no Bairro do Pari – SP, onde está localizado o Centro Scalabriniano de Promoção ao Migrante (CESPROM), iniciado em 2007, com o projeto “Construindo Cidadania”, que tem por finalidade acolher e atender imigrantes recém-chegados em São Paulo. A proposta deste Centro, em funcionamento até os dias de hoje, é o de favorecer uma integração entre imigrantes de diferentes nacionalidades proporcionando-lhes uma formação que respeite e valorize as potencialidades, crenças e a cultura de cada ser humano. Este Centro oferece cursos gratuitos de Informática, Administração, Corte e Costura, Pedicuro, Manicuro, Cabelereiro e Culinária, em finais de semana. A presença atinge uma média de 130 imigrantes latino-americanos e alguns africanos. Foi uma breve experiência a qual me possibilitou apreciar e valorizar o esforço desses imigrantes por uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Muitos deles ao concluir um curso se inscreviam em outro. O encerramento dos cursos, que acontece em dois momentos do ano, é sempre

coroado de calorosas apresentações culturais e comidas típicas preparadas por eles mesmos. Durante este período, também participei de Rodas de Conversa com mulheres imigrantes, um projeto desenvolvido pelo Centro de Apoio aos Migrantes - CAMI.

8 Região de Londrina - Norte do Paraná (2016 -2018)

O Senhor vai acendendo luzes quando vamos precisando delas!

Atualmente somos duas irmãs scalabrinianas na Arquidiocese de Londrina atuando na Pastoral do Migrante em parceria com a Caritas Arquidiocesana, no atendimento e acompanhamento aos imigrantes haitianos e refugiados de diversas nacionalidades. Eles residem nas cidades de Cambé, Rolândia, Jaguapitã e Londrina. Os bengaleses trabalham nos frigoríficos; os senegaleses, como autônomos em pequenas bancas nas ruas do comércio; os haitianos, em frigoríficos, construção civil e serviços gerais. Neste momento a situação dos haitianos é clamorosa por emprego. Muitos deles chegaram a entregar dezenas de currículos e há mais de um ano não encontram trabalho remunerado. Os deslocamentos de uma cidade para outra, bem como de um Estado para outro se tornaram uma trajetória comum. A partir de 2016, os haitianos começaram a trazer esposas e filhos, tendo que assumir custos elevados com vistos, viagem e documentação de chegada. Quanto aos bengaleses, que estão empregados e vivem no Brasil há mais de três anos, muitos deles ainda aguardam a decisão de sua solicitação de refúgio, renovando o protocolo anualmente; vivem o drama da incerteza, vinculado ao sofrimento da família que se encontra distante e suplicando insistentemente por decisões. É através de agentes da Pastoral do Migrante, da Caritas, dos Vicentinos, da Pastoral da Criança e solidariedade por parte das paróquias da Arquidiocese de Londrina e dos serviços públicos municipais que os imigrantes e refugiados são acompanhados com visitas, orientações e ajudas de emergência. Uma das prioridades neste acompanhamento tem sido o curso de português com apoio de voluntários, apesar da irregularidade na frequência. Diversas atividades são realizadas em parceria com entidades, universidade e paróquias, tais como: Seminários temáticos, Encontros de Convivência com Migrantes, Oficina do Pão e Grupo do Bordado com as mulheres, Celebração do Dia Internacional do Imigrante, Rodas de Conversa com professores, Curso de Camareira e Celebrações Festivas. O Grupo de Trabalho - GT Imigrantes e Refugiados, coordenado pela Caritas e do qual participamos é um espaço de diálogo e intercâmbio entre entidades civis, serviços públicos e atuação pastoral em defesa dos direitos e cidadania dos imigrantes e refugiados. Tem sido através de recursos tecnológicos como o “*whatsapp*” e “*messenger*” que imigrantes e refugiados continuam rompendo fronteiras. Tais mecanismos de comunicação interferem constantemente em seu emocional, em suas opções e decisões, ora alimentando esperanças, ora provocando decepções. Seria isto também um mecanismo a favor de seu protagonismo global?

9 Considerações finais

Encontros que se desdobram em vivência registrados num relato. Num verso, construído a partir de expressões dos que partem, dos que ficam, dos que continuam em travessia acreditando em sonhos, realizações e vitórias.

Vejo que preciso partir; buscar além do que encontro aqui. O Sagrado comigo está!

Cavar não só com as mãos, cavar até garantir. O Sagrado me acompanha aqui e acolá.

Preencher uma ausência com outras ausências. Deixar a esperança correr... Partir e chegar pra colher. E o Sagrado permanecerá.

TRAVESSIA, UMA IDEIA BROTADA DO CHÃO

*Alfredo José Gonçalves, cs**

A Travessia – revista do migrante completou 30 anos em 2017. Fiz parte da equipe que construiu o projeto e fundou a Travessia. Contudo, na verdade, devo dizer que estive meio ausente devido às atividades que eu tinha junto à direção do Centro de Estudos (Centro de Estudos Migratórios – CEM). Eu era diretor do CEM, mas também atuava como padre na periferia de São Paulo junto às comunidades de base. Então, não me ocupava inteiramente da Travessia. Graças a Deus, tínhamos uma equipe muito bem organizada, atenta à produção da Travessia e sempre tivemos um bom número de gente que escrevia, que queria publicar; pessoas que se interessavam por esse tema. Isso deu à Travessia uma força bastante grande desde o início e isso fez com que a Travessia fosse sempre adiante.

Devo dizer de início, como diz o poeta, o escritor José Saramago, meu conterrâneo, que as flores e as espigas, assim como as ideias, brotam do chão. A Travessia foi uma ideia que nasceu do chão. E essas ideias que nascem do chão, elas têm raízes; antes de criar asas, elas criam raízes. Vamos dizer assim, antes de voar elas mergulham no solo.

O chão que deu origem à Travessia era o trabalho com migrantes em vários pontos do país. Nós já trabalhávamos com migrantes na periferia de São Paulo, no centro, mais tarde também nos cortiços ao redor da Igreja Nossa Senhora da Paz, no interior de São Paulo com os temporários, na Paraíba, entre o agreste da Paraíba e o brejo de Pernambuco na Mata Norte nos trabalhávamos com os cortadores de cana, etc. Na verdade, foi daí que nasceu a Travessia. Foi a partir desses diversos trabalhos realizados no chão, que a Travessia começou a ser pensada. Em especial deve ser salientado, deve ser pensado um trabalho, uma presença no interior de São Paulo e uma presença na região de origem e na região de destino dos migrantes. Nós fazíamos uma intercalação entre os alojamentos dos cortadores de cana no interior de São Paulo e os interiores de Minas e Bahia de onde eles vinham. Vinham do Vale do Jequitinhonha, vinham da Bahia e se alojavam no interior paulista em municípios como Guariba, Jaboticabal, Ribeirão Preto. Se alojavam ali por cinco, seis, sete meses dependendo da duração da safra. Então, nós mantínhamos ações intercaladas entre a região de origem e a região de destino. Fazíamos missões na origem e mantínhamos uma presença regular nos alojamentos.

* *Vigário Geral da Congregação Escalabriniana*

Essas ações deram um campo muito interessante para conhecer uma série de comportamentos do migrante, mas também para conhecer suas famílias. Aos poucos fomos conhecendo o trabalhador cortador de cana, fomos conhecendo onde ele morava, onde trabalhava, onde sua família atuava e isso levou a um conhecimento mais amplo.

Também é interessante notar que, na verdade, esses trabalhadores eram trabalhadores de ninguém, vamos dizer assim. Do ponto de vista religioso e do ponto de vista sindical eram trabalhadores de ninguém. A Igreja não os acolhia aqui porque vinham de fora; a Igreja de lá dizia que era gente que vinha de São Paulo; o sindicato daqui não podia vê-los porque dizia que vinham roubar o emprego dos trabalhadores daqui; o sindicato de lá não os queria porque dizia que eles não pagavam para o sindicato e assim por diante. Eram trabalhadores de ninguém. Eram ausentes lá e cá. Então, a nossa presença nos dois polos fazia com que eles se sentissem em casa, embora estivessem ausentes nos dois lados. Entender isso melhor era uma preocupação da gente.

Outra preocupação da Travessia era, nós tínhamos essas práticas juntos aos migrantes, mas sentíamos a necessidade de uma iluminação teórica, de alguns elementos que pudessem iluminar essa prática.

Antes da Travessia tínhamos trabalhado com o VAI VEM¹ (Boletim do Migrante). Mas, o VAI VEM era um veículo muito mais popular, muito mais simples, não tinha pretensões científicas, acadêmicas, etc. Então nós sentíamos a necessidade de iluminar esse trabalho com algumas interpelações teóricas que pudessem nos questionar, nos interpelar para um trabalho cada vez mais ativo.

A pergunta era: como iluminar esse trabalho, de um lado, e, de outro, como fazer com que esses pesquisadores da mobilidade humana ou da demografia teorizassem sobre esse trabalho? Nós também tínhamos a ideia de que podíamos interpelar esses acadêmicos para também serem interpelados por esse trabalho. E o resultado foi um casamento bastante bom.

A Travessia representou um casamento muito bom entre o trabalho concreto com migrantes e o trabalho com a academia. Aqui poderíamos falar sobre uma palavra difícil da teologia e que a gente aprende também em outras matérias, o tal do “círculo hermenêutico”: a prática que ilumina a teoria, a teoria que ilumina a prática e uma aprofunda a outra, uma enriquece a outra de uma forma recíproca. Ambas se enriquecem reciprocamente com essa dupla iluminação.

Qual era a nossa meta ao pensar a Travessia nos anos 1986/1987? Contribuindo nessa empreitada estavam a Marilda Menezes, o Dirceu Cutti e depois chamamos o Prof. Dr José de Souza Martins. E aí começamos a pensar alguma coisa como a Travessia. O que queríamos com isso? Primeiro, como já disse, um veículo que fizesse a ponte entre os acadêmicos voltados para essa prática, essa problemática das migrações que era muito intensa no final dos anos 1970, começo dos anos 1980, sobretudo dos migrantes internos, mas também

já com a chegada de migrantes estrangeiros na Casa do Migrante e a saída de brasileiros que já se começava a sentir no começo dos anos 1980.

Então, como fazer aquela ligação, ponte, entre a academia e o trabalho direto com os migrantes? Esta era a nossa preocupação primeira.

Uma segunda preocupação é que essa ponte tivesse mão dupla. Que o trabalho interpelasse a academia e que a academia interpelasse o trabalho; que ambos pudessem se enriquecer com o vai e vem dessa ponte e que os migrantes fossem, simultaneamente, a nossa fonte de enriquecimento. Fonte não só para nós agentes de pastorais, mas também para aqueles que pesquisavam nesse campo; que pudéssemos devolver tudo isso aos migrantes; que pudéssemos devolver tudo isso aos encontros, seminários, cursos de formação que tínhamos com os migrantes naquela época, que eram muitos. O CEM já tinha uma prática de cursos de formação com migrantes que já vinha de meados dos anos 1970. Então, como tudo isso poderia ser jogado em um liquidificador e formar uma salada que pudesse enriquecer a todos. Essa era um pouco a nossa preocupação naqueles tempos.

Para dar corpo à Revista Travessia, lembro que tivemos alguns encontros: Marilda, Dirceu, eu. Depois Marilda, Dirceu, José de Souza Martins e eu. A nossa preocupação era que essa ponte fosse de mão dupla, mas havia o temor de que essa mão dupla não tivesse funcionando tanto. Talvez o VAI VEM tenha ficado mais como mão dupla. Isto talvez possa ficar como pergunta para um questionamento.

Ainda outra preocupação era abrir espaço, através da Travessia, para quem pesquisava, se interessava e escrevia sobre o problema das migrações e muitas vezes não tinha onde publicar, onde divulgar o seu trabalho. Naquela época não havia tantos meios de divulgação como temos hoje, e talvez a Travessia fosse um meio de divulgação desses tantos trabalhos.

Finalmente, que a Travessia tivesse uma periodicidade bastante folgada, quadrimestral, semestral, para que a gente não se afogasse numa periodicidade muito rigorosa. E me lembro que quando falamos disso ao José de Souza Martins, ele respondeu que estávamos com os pés no chão. O nosso projeto estava com os pés no chão no sentido de não apresentar uma coisa muito pretenciosa. E, de fato, era uma coisa bastante simples, cujo primeiro número é justamente sobre os migrantes sazonais. Um número que leva em conta a migração e aquela experiência do interior de São Paulo. E no coração da Travessia está essa experiência que nasce no coração de São Paulo, se estende para Minas Gerais e Bahia e depois a outros estados do Nordeste entre o agreste paraibano e o brejo da zona da mata pernambucana.

Paro por aqui. Vários aspectos do que eu coloquei podem servir como questionamentos sobre a Travessia e sua vinculação à temática da migração e às realidades dos migrantes.

Notas

¹ O VAI VEM é um Boletim de notícias sobre migração. Originalmente ele era publicado pelo CEM - Centro de Estudos Migratórios. Com o lançamento da Revista Travessia pelo CEM, o VAI VEM ficou a cargo do Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM que o acolheu muito bem. Depois de algumas interrupções na sua publicação e algumas mudanças na proposta editorial, atualmente o VAI VEM se encontra no Ano 30, Boletim 121 (Nota do editor).

INTEGRAÇÃO SOCIAL DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO NO BRASIL E NO CANADÁ: COLOMBIANOS EM SÃO PAULO E EM ONTÁRIO

SIMÕES, G. F. TESE (DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS)-
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, 2017. 266F

Por: Elizabeht Ruano

A partir das narrativas de refugiados colombianos radicados em Ontário (Canadá) e São Paulo (Brasil), se analisou uma temática de inquestionável relevância. O refúgio é um fenômeno sociopolítico e econômico em expansão, com desdobramentos múltiplos nas sociedades contemporâneas. Assim, foi abordado desde diferentes ângulos, nos capítulos 2, 3, 4 e 6. À luz da dimensão sócio histórica, se discorre sobre o deslocamento forçado na Colômbia, a construção da categoria refugiado no regime internacional e os sistemas de proteção para os refugiados no Brasil e no Canadá. Essa análise se fundamentou na revisão documental e bibliográfica.

A abordagem comparativa diacrônica e sincrônica, evidente nos capítulos 2, 3 e 4, se constitui em estratégia metodológica para elucidar, de um lado, o deslocamento forçado colombiano como um fenômeno de longa duração e, de outro, as políticas brasileiras e canadenses enquanto herdeiras de um regime internacional que reage ao refúgio mediante medidas de caráter emergencial e provisório. A abordagem sincrônica dos relatos dos refugiados em Ontário e São Paulo se apresentam como evidências dramáticas das desigualdades sociais no continente americano.

A riqueza dos dados empíricos, apresentados nos capítulos 5 e 7, confirma a eficácia da abordagem comparativa. Essa análise do fenômeno voltada para dois contextos nacionais, geopoliticamente localizados ao norte e sul globais, é responsável pelo ineditismo relativo desse estudo. O autor realizou 48 entrevistas com atores chave em Toronto, Fort Erie e London no Canadá, e em São Paulo no Brasil. Desse grupo, 30 declararam-se solicitantes ou refugiados e os 18 restantes correspondem a funcionários e voluntários dos sistemas de proteção aos refugiados naqueles países. No primeiro grupo a maioria foi composta por mulheres. Simões (2017, p.136) manifesta a significativa “dificuldade para concretizar entrevistas com refugiados homens” para contrastar com Denzin e Lincoln (2008) que relataram entraves de acesso enfrentados por pesquisadoras tentando entrevistar homens e vice-versa.

O conceito de integração social é central na argumentação da tese. Simões (2017, p. 20) “trabalha com a premissa de que a integração dos refugiados e solicitantes de refúgio é um processo dinâmico, multifacetado e de mão dupla, em permanente mudança, resultante de influências bastante diversas”. Na sua origem, essa definição esteve marcada pelo caráter instrumental que a produziu no bojo da atuação de instituições como ACNUR. No debate acadêmico, esse conceito “continua a ser controverso e amplamente debatido” mostrando-se ainda “demasiado genérico”.

Nesse contexto, Simões parte da “hipótese de que a integração social depende mais dos recursos e das políticas de acolhimento estruturadas para esse fim do que da capacidade de agência dos indivíduos” (*idem*). Essa hipótese se constrói em diálogo com Ager e Strang (2008) que definiram os seguintes meios da integração social em contextos de migração internacional: emprego, moradia, saúde e educação. Nesse modelo, as conexões sociais e o domínio da língua são catalogados como facilitadores dos processos de integração social.

Essa ideia da integração como processo de mão dupla entre as políticas e os sujeitos, neste caso os refugiados e refugiadas, parece não se confirmar empiricamente. Os depoimentos dos entrevistados sugerem que a integração vivenciada implica apagamentos e ocultamentos culturais e identitários. As estruturas de integração nos países de destino subordinam esses sujeitos a “**aprender** o que é normal e feio aqui [...] É o que venho tentando fazer todo o tempo”. Assim, a dita integração social implica “se **adaptar** a forma de vida deste lugar”, sugerindo que a “história desses indivíduos inicia no momento de pedir proteção” (SIMÕES, 2017, pp. 155- 157, ênfase minha).

Na perspectiva dessas narrativas, o treinamento para o mercado de trabalho no Canadá é marcado pelo entendimento, generalizado e estigmatizante, desses sujeitos como “não aptos” e/ou “portadores de escolaridade precária”. Por isso, a formação oferecida se limita a ocupações do setor terciário da economia, principalmente ajudantes na construção civil e jardinagem. Esse cenário ganha novos contornos diante da constatação de Pacífico (2008), a qual indicou que nesse país os refugiados requerem entre 10 a 15 anos para se assentar em um emprego. No Brasil, conseguem ocupação em “empregos técnicos como eletricitas e padeiros” (SIMÕES, 2017, p. 192). Essa constatação contrasta com o grau de escolaridade dos entrevistados, em sua maioria com ensino superior.

No tocante à moradia, verificaram-se empecilhos em ambos os países. No Brasil, a falta de acesso incide, em alguns casos, na vinculação dos refugiados com o movimento de moradores sem teto. No marco normativo vigente, os direitos políticos dos refugiados penalizam esse tipo de engajamento revelando o caráter interseccional da vulnerabilidade desses sujeitos. O caráter ambíguo e provisório do regime jurídico e político dos refugiados nesses países também incide no acesso limitado a saúde e educação.

A dimensão linguística é um dado empírico que poderia ter sido explorado mais profundamente, por ser um dos facilitadores referidos na abordagem de Ager e Strang (2008), referência central na tese, mas principalmente pelo destaque que esse aspecto ganhou nas narrativas dos entrevistados. Para eles, uma das maiores dificuldades foi “el idioma [português], supremamente difícil. *Fueron tres, cuatro meses, en aislamiento [...] No entendíamos lo que decían, y no nos entendían [...] Mejoró cuando en el albergue empezamos con los cursitos de portugués*” (SIMÕES, 2017, p. 192).

A pesquisa de Simões (2017) é chave para problematizar o descompasso e dissonância do discurso propagandístico da política migratória canadense (DUQUETTE, 2017). As vivências dos refugiados e refugiadas colombianos radicados no Canadá e no Brasil colocam em perspectiva os desafios dessas políticas no norte e sul globais. Isto é, os limites aos direitos dos refugiados enquanto cidadãos foram evidenciados empiricamente em ambos contextos nacionais, em que pesem as respectivas nuances. Também se constatou como traço comum nesses países, a importante atuação de instituições da sociedade civil organizada, fato que sugere certa delegação da implementação dessas políticas em atores não governamentais.

Referências

AGER, A.; STRANG, A. Understanding Integration: A Conceptual Framework. In: **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, pp. 155-191, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/jrs/fen016>>. Acesso em: 30/03/2018.

SIMÕES, G. F. **Integração social de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil e no Canadá**: Colombianos em São Paulo e em Ontário. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017. 266 f., Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23367>>. Acesso em: 30/03/2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Strategies of Qualitative Inquiry**. London: Sage Publications, 2008.

DUQUETTE, A. El Multiculturalismo Canadiense ante el Arte y los Testimonios de Constanza Camelo Suárez. In: **REPAM**, v, 11, n. 1, 2017, pp. 1-20.

EDUCACIÓN, PUEBLOS INDÍGENAS Y MIGRANTES: REFLEXIONES DESDE MÉXICO, BRASIL, BOLIVIA, ARGENTINA Y ESPAÑA

GABRIELA NOVARO, ANA PADAWER,
ANA CAROLINA HECHT (COORD.) BUENOS AIRES,
EDITORIAL BIBLOS, 2015, 396 P.

Por: Sidnei Marco Dornelas

Este livro reúne textos que expõem trabalhos de pesquisa que tratam de duas realidades humanas diferentes, vistas separadamente, mas que também se cruzam e possuem características comuns: os indígenas e os migrantes. Os textos são o resultado do intercâmbio entre pesquisadores em antropologia e educação, de países como o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o México e a Espanha. Além da preocupação com o âmbito da ação escolar e educacional, e sua significação político-institucional, também aborda problemáticas de ordem étnica e cultural. Sua preocupação comum é a articulação de olhares sobre os povos indígenas e os migrantes, na medida em que ambos são “populações em movimento”. São textos com uma opção clara, ao defenderem que a escola pode dialogar com a realidade de deslocamento e diversidade cultural, de indígenas e migrantes, e enfocarem as manifestações de seu protagonismo, seja como povos indígenas, seja como migrantes. Como Elsie Rockwell discorre na introdução ao livro, o tema da diversidade e dos contatos culturais, em relação aos grupos estudados (indígenas e migrantes), atravessa todos os textos, e leva à discussão em torno de um leque amplo de questões e paradoxos, envolvendo a escola e essas populações atendidas. Em todos eles existe a preocupação em se afastar de uma visão essencialista da realidade indígena. Por isso, a maioria dos autores assume o compromisso de fazer ouvir as vozes e observar as práticas educativas de povos indígenas e migrantes em relação à escola.

O livro se desdobra em três partes, nas quais se procura reunir os textos dos artigos conforme o escopo principal de seu estudo: a realidade da educação vivida pelos migrantes e populações indígenas; o protagonismo dos povos indígenas na prática educativa e escolar; a relação entre educação e migração. A primeira parte, intitulada “*Situación educativa de los pueblos indígenas y migrantes*”, inicia com um texto de Ana Carolina Hecht, Mariana Palacios, Noelia Enriz e Maria Laura Diez, que estuda a “Interculturalidad y Educación en

Argentina”, o qual discute o conceito polissêmico de interculturalidade, e sua aplicação no campo da educação de povos indígenas na Argentina. Para tanto, faz um levantamento sobre a população indígena na composição demográfica do país, e o desenvolvimento de uma política educacional direcionada a essa população por parte do Estado. A partir desse histórico da diversidade sócio-étnica no sistema educacional do país, os autores refletem sobre os usos da “interculturalidade” nas políticas educacionais recentes, tendo como eixo o intercâmbio de estudos de antropologia e educação. Nesse texto, como em outros desse livro, se faz uma avaliação dos efeitos da “Educación Intercultural Bilingüe” (EIB). Ainda nessa linha de levantamento da realidade da educação indígena, o segundo texto focaliza a realidade brasileira. O texto *“Una mirada a los procesos de educación escolar de los pueblos indígenas en Brasil”*, de Maria Aparecida Bergamaschi, estuda a expansão de escolas indígenas em seus próprios territórios, que ela denomina “escolas em movimento”, ou “em processo”. Após apresentar um quadro sucinto sobre o crescimento das escolas indígenas na primeira década do século XXI, focaliza a trajetória da educação indígena no Brasil, a partir dos seus estudos junto aos povos Kaingang e Guaranis, destacando as características da institucionalização da escola indígena em seus territórios. O terceiro texto, *“De las teorías educativas a las prácticas políticas: repensar La educación en Bolivia bajo los gobiernos de Gonzalo Sánchez y Evo Morales”*, de Denise Arnold, traz à tona uma discussão sobre o quadro político e institucional da educação indígena na Bolívia, comparando os discursos e as práticas propostas na Reforma Educativa entre os anos 1994 e 2012. Esse estudo comparativo leva a relativizar muito as conquistas anunciadas pelo governo depois de 2004. Por fim, essa parte se conclui com o texto *“Diversidad e Interculturalidad: una propuesta conceptual, metodológica y política para su abordaje en el ámbito educativo”*, de Rosa Guadalupe Zuany, Yolanda Jimenez Naranjo, Gerardo Alatorre Frenk y Gunther Dietz, o qual se propõe a delimitar conceitualmente noções como cultura, identidade, diversidade, multiculturalidade e multiculturalismo. Dessa discussão teórica, os autores pretendem apresentar um quadro sistêmico das relações entre os estudos interculturais e a educação intercultural, distinguindo três eixos articulados entre a dimensão intercultural, aquela inercial (entre atores) e a interlíngua (entre línguas). Esse quadro compreensivo poderia ajudar numa atuação participativa e intercultural nos processos de construção e incidência nas políticas educativas.

A segunda parte do livro, *“Pueblos indígenas y educación: entre la escuela y las organizaciones comunitarias”*, busca focar as diversas faces do protagonismo dos povos indígenas nas práticas educativas. O primeiro texto dessa parte, *“La relación entre la escuela y la comunidad indígena en México: un reto sociocultural”*, de Adriana Robles e Ruth Paradise, estuda a experiência do povo Mazahua no estado do México. Esse estudo relata como uma determinada comunidade indígena, por meio da convivência e participação no cotidiano da escola, reformula o objetivo inicial da implantação da escola no meio rural: não

mais como uma ferramenta de introdução da modernidade na vida dos povos indígenas, como proposta pelo Estado, mas como um meio para solidificação dos laços étnicos, culturais e geracionais, utilizada pelas famílias da comunidade. O texto seguinte, *“Mujeres indígenas: trayectorias educativas de três referentes comunitárias en la Argentina”*, de Mariana Palacios, Ana Padawer, Ana Carolina Hecht, Gabriela Novaro, faz a leitura comparativa da trajetória educativa e de militância de três lideranças indígenas femininas, de três diferentes etnias (toba/qom; mbya; migrante andia). Procurando conhecer melhor a construção do seu protagonismo político, as autoras problematizam suas relações com sua origem familiar e comunitária, com os âmbitos escolares e religiosos em que se formaram, e seu deslocamento para o meio urbano, no enfrentamento com as instituições da sociedade nacional. O terceiro texto, intitulado *“Aprendizajes y vida cotidiana entre los niños y niñas xakriabá”*, de Ana Maria R. Gomes, Rogério Correia da Silva y Verônica Mendes Pereira, estuda as práticas educativas cultivadas no território da comunidade indígena xakriabá, no norte de Minas Gerais, por meio do projeto Programa de Implantação Escolas Indígenas (PIEI). O estudo trabalha como as formas de escolarização indígena se relacionam com as práticas de socialização das crianças no interior da comunidade, principalmente em sua relação com os seus membros mais velhos. As formas de socialização de meninos e meninas, dentro da tradição indígena, são focalizadas em dois exemplos específicos, mostrando o seu envolvimento progressivo e integração no modo de vida da comunidade. O quarto texto dessa parte, *“Cuando los antropólogos son indígenas’: una discusión sobre la producción académica de autoría indígena”*, de Mariana Paladino, trata do tema da inserção dos indígenas na educação superior no Brasil. Resultado dos avanços da educação indígena no país, a crescente presença de indígenas em diversas áreas da academia, levou a autora se questionar como pesquisadores indígenas se veem atuando no campo da antropologia. Através da entrevista de alguns desses indígenas, e examinando seus projetos de pesquisa, traz um retrato das motivações e objetivos que os guiam em sua passagem pela Universidade. Por último, essa parte do livro traz o texto *“La socialización indígena y escolarización de niños menores de sete años”*, de Mario Yapum, em que se estuda o quadro de institucionalização da educação infantil na Bolívia, e como ela se relaciona com as formas tradicionais de socialização nas famílias, a partir do estudo do caso da escolarização de crianças da etnia quéchua, na cidade de Tarabuco.

A terceira parte do livro tem por tema, *“Migración y Educación: transmisión de saberes y procesos de identificación en clave étnica y nacional”*, e focaliza a questão da educação da população migrante. O primeiro texto, *“Escolarización indígena en México: entre procesos migrantes, políticas interculturales y nuevos encubrimientos”*, de Gabriela Czarny Krischkautzky e Elizabeth Martínez Buenabad, trata da escolarização de crianças e adolescentes indígenas que vivem fora de seu território tradicional, ou em meio urbano, ou no deslocamento em busca de trabalho sazonal. Esse trabalho coloca em foco, por um lado, a questão

da redefinição das fronteiras étnicas em ambiente escolar, quando as famílias indígenas se situam num contexto urbano, e por outro, a situação da educação de crianças submetidas ao trabalho diarista em lavouras distantes, fora de seu território. O segundo texto, *“Educación y migración en la Argentina: expectativas familiares, mandatos escolares y voces infantiles”*, de Gabriela Novaro y María Laura Diez, estuda os processos de identificação étnica e nacional de crianças na família, bem como em contextos comunitários e escolares, a partir do estudo de duas localidades da Grande Buenos Aires. Depois de estudar os modos como nacionalismo e interculturalidade são propostos nos diversos ambientes desses bairros, considerando a bipolaridade vivenciada no interior da comunidade imigrante, as autoras se colocam à escuta de depoimentos de crianças que participam desses processos. O texto seguinte, *“Diversidad, desigualdad y abandono escolar: Estudiantes migrantes en el sistema educativo español”*, de Margarita Del Olmo, muda o cenário para a Europa, para analisar a socialização na escola espanhola de estudantes imigrantes. A partir de um estudo de caso, a autora procura fazer uma etnografia do modo como esses estudantes vivenciam os programas de inserção escolar institucionalizados pelo governo espanhol. O último texto, *“Políticas lingüísticas: de los sutiles mecanismos de regulación y gobierno de las migraciones”*, de Adela Ranzé Mudanó, tem como foco de estudo o modo como o Estado Espanhol tem concretizado um programa de ensino voltado exclusivamente para migrantes, distinto do que é feito para os estrangeiros em geral. A partir do estudo dos programas organizados pelo Instituto Cervantes, por meio da preparação de professores, publicação de cartilhas específicas e organização de cursos, a autora demonstra o efeito de reforço dos estigmas já vividos pelos migrantes em território espanhol.

Essa obra tem o grande mérito de colocar em relação temas que, sobretudo na América Latina, normalmente não são estudados conjuntamente, mas que possuem muitos pontos de contato e de mútua imbricação. Uma observação das questões emergentes do trabalho pastoral com imigrantes hispano-americanos no Brasil, na Argentina e em outros países, permite perceber como os temas de seus contatos interculturais e de sua condição de deslocamento social e político, possuem muitos pontos em comum com as problemáticas vividas pelos povos indígenas. E frequentemente, os mesmos sujeitos sociais vivenciam ambas as condições. Ademais, a abordagem da realidade da escola é tanto mais importante que, principalmente na formação das novas gerações, é um lugar que pode se constituir num verdadeiro “fato social total”, em que os múltiplos conflitos vividos nessa dupla condição, em toda sua complexidade, podem ser aguçados, mas podem também esboçar um novo horizonte de esperança. Assim, se a problemática é complexa, a leitura desses textos não deixa de nos dar esperança de que, justamente a partir de uma prática educativa consciente, um novo horizonte de liberdade e autonomia pode ser alcançado, seja pelos povos indígenas, seja pelos migrantes. Ou para ambos, quando eles se constituem ao mesmo tempo como migrantes e indígenas.

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

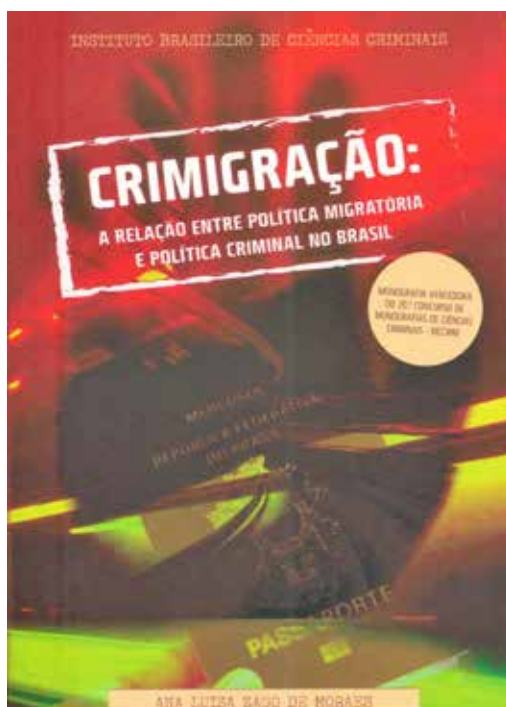
Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org





Migrações Sul-Sul



organização
Rosana Baeringer
Lúcia Machado Bógus
Júlia Bertino Moreira
Luís Renato Vedovato
Duval Fernandes
Marta Roverey de Souza
Cláudia Siqueira Baltar
Roberta Guimarães Peres
Tatiana Chang Waldman
Luís Felipe Aires Magalhães

Rosana Baeringer
Duval Fernandes
Roberta Guimarães Peres
Nárciso Beltrami Demétrio
João Domingues

Temático

Observatório das Migrações
em São Paulo
Migrações Internacionais

FMU
FACULDADE METROPOLITANA UNIDAS

Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU
Curso de Graduação em Serviço Social

MIGRAÇÃO
A INSERÇÃO DA MULHER ANGOLANA
NO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE SÃO PAULO

BERNARDINA MOURA CARDOSO
MÔNICA BIERNATH GOMES BENTO
VAGNER JERONIMO DA SILVA

São Paulo
2017

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitás, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE:

- a) um só autor: PIZZANI, L.
- b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
- c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.
AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**. 2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc.

Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação.

Exemplos:

DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico

Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL

Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. *Folha Turismo*, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. *Folha Turismo*, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias**: mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico

RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar**: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO

Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em.... , como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva. **Proceedings...** Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex:** legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades.** Brasília, DF, 1993. 28p. *IMAGEM EM MOVIMENTO* - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO - *Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros.*
Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes.** 1980. 1 fotografia.
O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERA VI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras.** 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc. *Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.*

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS
BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada.** Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecumênica.

PARTES DA BÍBLIA

Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESTA SÍNTESE, confira

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023-referenciaelaborao.pdf> Acesso em 02 de março de 2018

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf

Acesso em 02 de março de 2018

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ),
Léa Francesconi (USP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Sidnei Marco Dornelas, cs

PARECERISTAS AD HOC

Érika Pires Ramos (USP), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Patrícia Villen (UNICAMP), Rosemeire Salata (UNESP/CAR),
Tatiana Waldman (Museu da Imigração), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Diego Ferrari (USP), Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

José Carlos Pereira

ARTIGOS

A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações)

José de Souza Martins

Nas cores dos desenhos, as travessias (não travessuras) das crianças maranhenses

Maria Aparecida de Moraes Silva

Cruzando olhares: imigrantes e refugiados nos movimentos de ocupação em São Paulo

Flávia Elaine da Silva Martins

As organizações internacionais de apoio e a imigração dos países do Leste Europeu no

Pós-Segunda Guerra Mundial: as possibilidades do recomeço

Alisson Henrique Melo da Cunha; Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia Regina Bastos

Onde estão as fronteiras? Como brasileiros indocumentados experienciam o regime de fronteiras britânicas

Gustavo Dias

Migrações contemporâneas: desafios para a acolhida e a integração social a partir da Pastoral do Migrante

Sidnei Marco Dornelas, CS

Travessias de vida e de pesquisa: notas sobre estudos da imigração hispano-americana no Brasil

Sidney Antônio da Silva

Migración de retorno de Estados Unidos a México y propuestas de desarrollo local de las comunidades transnacionales, la academia y la sociedad civil

Rodolfo Garcia Zamora

Os processos de reterritorialização dos imigrantes haitianos na região de Londrina-PR e sua interface com as religiões

Daniele Soares Sana; Fábio Lanza; Julia Ramalho Rodrigues;

Líria Maria Bettiol Lanza; Mario Venerando Alves

RELATOS

Um relato de encontros e vivência missionária

Ir. Inês Facioli, mscs

Travessia, uma ideia brotada do chão

Alfredo José Gonçalves, cs

RESENHAS

Integração social de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil e no Canadá:

Colombianos em São Paulo e em Ontário

SIMÕES, G. F. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2017. 266f

Por: Elizabeht Ruano

Educación, Pueblos Indígenas y Migrantes: Reflexiones desde México, Brasil,

Bolivia, Argentina y España

Gabriela Novaro, Ana Padawer, Ana Carolina Hecht (coord.) Buenos Aires, Editorial Biblos, 2015, 396 p.

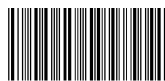
Por: Sidnei Marco Dornelas

travessia@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE

ISSN 2594-7869